

# LINGUÍSTICA

REVISTA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS  
DA UNIVERSIDADE DO PORTO  
Vol. 20 (2025)

FICHA TÉCNICA

Linguística

Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto

Vol. 20, 2025

ISSN: 1646-6195

ISSN digital: 2182-9713

Periodicidade: Anual

Diretor:

João Veloso

Secretariado editorial:

Vanessa Anachoreta

Editores:

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

e Centro de Linguística da Universidade do Porto

Capa:

José Osswald

Os artigos publicados estão sujeitos a "peer review".

<https://ojs.lettras.up.pt/index.php/EL>

Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/00022/2025.

<https://doi.org/10.54499/UID/00022/2025>

## ESPAÇO DA DIREÇÃO

Este é o vigésimo número da revista *Linguística*, que pela primeira vez e sob a direção da Professora Maria da Graça Pinto viu a luz do dia em 2006, num número que reunia artigos de Gerd Wotjak, Georges Kleiber, Francisco Lacerda e Ulla Sundberg e Maria Helena Paiva. Para todos quantos acompanharam desde o início este projeto científico e editorial do Centro de Linguística da Universidade do Porto, torna-se muito gratificante testemunhar o percurso consistente e regular que ajudou esta revista a consolidar-se como um marco para investigadores, professores e estudantes de diversos países, de diversas línguas e de diversas áreas temáticas, que aqui têm procurado e encontrado um espaço de divulgação dos seus trabalhos, uma fonte de conhecimentos e um ponto de encontro e diálogo entre perspetivas e orientações teóricas diferentes. Duas décadas de ininterrupto trabalho numa publicação que continua a ser plural e aberta, assumidamente produzida fora dos circuitos tutelados por grandes editoras comerciais, sempre comprometida com a qualidade e o rigor dos estudos publicados parece-nos ser um êxito que merece, nesta nota introdutória, uma especial menção, bem como um reconhecido agradecimento ao apoio incondicional sempre concedido, mesmo em tempos difíceis, pelo CLUP e pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pela Reitoria da Universidade do Porto. Uma palavra de gratidão é especialmente devida também aos anteriores diretores da *Linguística*: Professora Maria da Graça Pinto (2006-2009), que, com visão e pioneirismo, deu o impulso decisivo sem o qual a revista não teria ganho lanço, insistindo sempre na pontualidade da publicação, no carácter internacional e na qualidade dos trabalhos aceites para publicação; Professora Ana Maria Brito (2010-2020), que, tendo dado seguimento a esse impulso inicial com muita energia e entusiasmo, continuou a angariar para a lista de autores alguns dos mais importantes linguistas da Europa e de fora da Europa; Professor António Leal (2021-2024), que, com muita dedicação, sempre pugnou pela receção de trabalhos de qualidade, tendo liderado a transição total da revista para o seu formato digital. Também a todos os autores, a todos membros do Conselho Científico, do

Secretariado e da Comissão Editorial, a todos os revisores e, de forma muito especial, a todos os leitores que, em muitos países do mundo, continuam a alimentar parte das suas pesquisas a partir dos contributos publicados na Linguística, demonstrando a sua pertinência e continuando a estimular os responsáveis pela publicação a manterem anualmente a publicação de pelo menos um número, são devidas especiais palavras de agradecimento e congratulação.

Ao longo destes 19 anos, e contando já com o presente volume e com os números especiais que, entre 2020 e 2022, homenagearam as três professoras catedráticas de Linguística da FLUP então jubiladas (Prof<sup>a</sup> Maria da Graça Pinto, número especial de 2020; Prof<sup>a</sup> Ana Maria Brito, número especial de 2021; Prof<sup>a</sup> Fátima Oliveira, número especial de 2022), a revista publicou 210 artigos, a par de várias dezenas de notas de investigação, resenhas e outros textos relacionados com o estudo da Linguística. Conseguimos assim juntar mais de duas centenas de investigadores oriundos de várias dezenas de instituições dos cinco continentes. cremos que este é um contributo muito respeitável para o fortalecimento da nossa área de investigação, concedendo especial destaque e visibilidade ao lugar internacional que ao CLUP e à sua instituição de acolhimento pertence.

O presente número inclui 8 artigos originais que, como tem sido timbre desta revista, espelham a pluralidade disciplinar e teórica que é também a do Centro de Linguística da Universidade do Porto. Os dois primeiros artigos (“Avaliação da consciência sintática. Processos de concordância e ordem de palavras através de uma tarefa de juízo de aceitabilidade e correção”, de Ana Perdigão e Maria Lobo; “Describing the internal syntax of demais constructions in Portuguese”, de Fábio Barcellos Granja) desenvolvem-se na área da sintaxe, explorando, no primeiro caso, aspetos do desenvolvimento da consciência sintática em crianças adquirentes do português como língua materna e, no segundo, as especificidades formais e funcionais de um conjunto típico de construções desta língua. A historiografia gramatical do português encontra-se presente nos artigos de Guendalina Gianfranchi (“A sintaxe de regência em Regras da lingua portugueza (1725) e Arte da grammatica da lingua portugueza (1770): um estudo comparativo”), debruçando-se sobre as conceções gramaticais encontradas em duas obras do século XVIII, e Sónia Duarte (“As ideias ortográficas de José de Urcullu no Tratado

Elementar de Geografia Astronómica, Física, Histórica ou Política Antiga ou Moderna (Porto 1835-1839)”), que analisa as conceções ortográficas presentes num manual didático de ciências naturais publicado no século XIX. O trabalho de Isabela Casadó Martins e Mário Eduardo Viaro, “Os decalques semânticos do inglês no campo das tecnologias digitais e mídias sociais no Português do Brasil”, situado na área dos estudos sobre léxico, traz-nos um importante contributo para a compreensão dos mecanismos de inovação lexical ativos no português do Brasil em função da atuação de variáveis como o contacto digital entre línguas. A fonologia marca presença neste número através dos artigos “A vogal pretônica /e/ na fala dos moradores da cidade de Tonantins (Amazonas): um estudo variacionista”, de José Fabrício Affonso Ferreira Júnior e Flávia Santos Martins, e “A palavra mínima em português brasileiro: contribuições para uma discussão em aberto”, de Taíse Simioni. O primeiro trabalho exemplifica um estudo sobre a interseção da teoria e descrição fonológicas com a sociolinguística variacionista, ao passo que o segundo nos apresenta uma revisão profunda de uma das questões mais controversas da fonologia do português: a pertinência, na fonologia desta língua, das restrições associadas à Condição de Minimalidade. Numa demonstração de cruzamento entre a análise do discurso, a sintaxe, a semântica, a linguística de corpus e os estudos variacionistas, Violeta Magalhães, em “Relações discursivas em orações gerundivas: contributos de uma análise de corpus em diferentes variedades do Português”, explora, com base numa quantidade considerável de dados reais, um outro tópico da maior importância para a descrição do português: a variação, atestada em diversos usos e variedades da língua, das construções gerundivas.

O ano de publicação deste número foi assinalado, lamentavelmente, pelo desaparecimento de figuras relevantes da Linguística. Neste número, são homenageados com três breves notas recordatórias os nomes e as obras de Leda Bisol (n. 1924), William Labov (n. 1927) e Ian Maddieson (n. 1942). Desta forma, quisemos dar testemunho da admiração por tudo quanto, de uma forma ou de outra, as obras destes três eminentes linguistas influenciaram os estudos de Linguística desenvolvidos na Universidade do Porto nas últimas décadas.

A Linguística, que pretende entrar numa fase de reestruturação a breve trecho, continua a aceitar continuamente propostas de artigos. Convidamos todos

os potenciais autores a enviarem-nos artigos para avaliação, na certeza de que é deste tipo de partilha que nasce o avanço da ciência e que se honra uma disciplina tão fundamental para as Ciências Humanas como a que dá título, singelamente, a esta revista.

## SUMÁRIO

<b>Espaço da Direção</b>	03
<b>Artigos</b>	
Avaliação da consciência sintática. Processos de concordância e ordem de palavras através de uma tarefa de juízo de aceitabilidade e correção <i>Ana Perdigão e Maria Lobo</i>	09
Describing the internal syntax of <i>demais</i> constructions in Portuguese <i>Fábio Barcellos Granja</i>	45
A sintaxe de regência em <i>Regras da lingua portugueza</i> (1725) e <i>Arte da grammatica da lingua portugueza</i> (1770): um estudo comparativo <i>Guendalina Gianfranchi</i>	64
Os decalques semânticos do inglês no campo das tecnologias digitais e mídias sociais no Português do Brasil <i>Isabela Casadó Martins e Mário Eduardo Viaro</i>	92
A vogal pretônica /e/ na fala dos moradores da cidade de Tonantins (Amazonas): um estudo variacionista <i>José Fabrício Affonso Ferreira Júnior e Flávia Santos Martins</i>	109
As ideias ortográficas de José de Urcullu no <i>Tratado Elementar de Geografia Astronómica, Física, Histórica ou Política Antiga ou Moderna</i> (Porto 1835-1839) <i>Sónia Duarte</i>	129
A palavra mínima em português brasileiro: contribuições para uma discussão em aberto <i>Táise Simioni</i>	148
Relações discursivas em orações gerundivas: contributos de uma análise de corpus em diferentes variedades do Português <i>Violeta Magalhães</i>	169
<b>In memoriam</b>	
<i>In memoriam</i> Leda Bisol (1924-2025) <i>João Veloso</i>	199
<i>In memoriam</i> William Labov (1927-2024) <i>Maria Alexandra Guedes Pinto</i>	207
<i>In memoriam</i> Ian Maddieson (1942-2025) <i>João Veloso</i>	212

# Artigos

# **Avaliação da consciência sintática. Processos de concordância e ordem de palavras através de uma tarefa de juízo de aceitabilidade e correção**

*Assessment of Syntactic Awareness. Agreement and Word Order Processes through an Acceptability Judgement and Correction Task*

Ana Perdigão

Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, Portugal  
aninhas\_perdigao@hotmail.com

Maria Lobo

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal  
Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal  
maria.loblo@fcsh.unl.pt

Recebido: 15/05/2025

Aceito: 20/11/2025

Publicado: 16/01/2026

**RESUMO:** Baterias de avaliação da linguagem e provas de avaliação da consciência sintática incluem frequentemente tarefas de avaliação da consciência sintática através de tarefas de juízo de aceitabilidade e correção. Contudo, nem sempre é claro qual o processo linguístico específico que está a ser avaliado. Neste trabalho, através de uma tarefa de juízo de aceitabilidade e de correção, avaliou-se a sensibilidade de crianças do ensino pré-escolar e escolar (2.º e 4.º ano de escolaridade) a diferentes processos de concordância (concordância nominal em género e em número, entre determinante e nome e entre nome e adjetivo, e concordância verbal em número entre sujeito e verbo) e a diferentes fenómenos de ordem de palavras (ordem auxiliar-verbo / verbo-auxiliar, determinante-nome / nome-determinante, adjetivo-nome / nome-adjetivo e advérbio-verbo / verbo-advérbio). Os resultados mostram que o desenvolvimento da consciência de processos de concordância é mais precoce que o da consciência de ordem de palavras, desenvolvendo-se os processos mais locais e mais categóricos mais precocemente do que os processos menos locais e menos categóricos. Conclui-se que uma análise mais fina do tipo de processo avaliado nas tarefas de consciência sintática é fundamental para a construção de materiais de diagnóstico destas competências.

**PALAVRAS-CHAVE:** consciência sintática, concordância, ordem de palavras

**ABSTRACT:** Language assessment batteries and syntactic awareness assessment tests often include syntactic awareness tasks by means of acceptability judgement and correction. However, it is not always clear which specific linguistic process is being assessed. The current study uses an acceptability judgement task to assess the sensitivity of preschool children and primary school children (2nd and 4th graders) to different agreement processes (nominal agreement in gender and number, between determiner and noun and between noun and adjective, and verbal agreement in number between subject and verb), as well as their sensitivity to different word

order phenomena (auxiliary-verb / verb-auxiliary, determiner-noun / noun-determiner, adjective-noun / noun-adjective and adverb-verb / verb-adverb). The results show that awareness to agreement problems develops earlier than awareness to word order problems, with an earlier sensitivity to local and more categorical processes compared to less local and less categorical processes. We conclude that a fine-grained analysis of the type of process that is assessed in syntactic awareness tasks is important to build diagnosis materials focusing on this kind of syntactic knowledge.

**KEYWORDS:** syntactic awareness, agreement, word order

## 1. Introdução

Apesar de já haver alguns estudos sobre o desenvolvimento da consciência sintática no português europeu, este ainda é um domínio em que há pouca investigação. Neste artigo, pretendemos contribuir para o conhecimento do desenvolvimento da consciência sintática em crianças falantes da variedade europeia do português, através de um estudo em que se aplicou uma tarefa de juízo de aceitabilidade seguida de correção a crianças de três grupos etários distintos (pré-escolar, 2.º ano e 4.º ano). Diferentemente de outros estudos, consideraram-se apenas desvios em palavras contíguas e controlaram-se os estímulos de modo a verificar se há diferenças na identificação de desvios de concordância (nominal - género e número - e verbal - número) e de desvios de ordem de palavras (que incluíam domínios mais e menos categóricos).<sup>1</sup>

### 1.1. Avaliação da consciência sintática

Como é sabido, o conhecimento linguístico pode incluir diferentes níveis, com graus de complexidade diferentes. O conhecimento implícito, adquirido espontaneamente, permite-nos produzir e compreender enunciados. O conhecimento explícito permite-nos explicitar o funcionamento da língua, refletir sobre ela como um objeto autónomo usando metalinguagem apropriada. Trata-se, pois, de conhecimento metalinguístico. Entre estes dois níveis de conhecimento, situa-se a consciência

---

<sup>1</sup> Este artigo é baseado, em parte, no trabalho de Perdigão (2015), tendo o trabalho da segunda autora sido parcialmente financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/3213/2025 - Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL) (<https://doi.org/10.54499/UID/03213/2025>).

linguística, que a literatura em inglês designa habitualmente por «language awareness» (Bowey, 1986; entre outros). Esta capacidade permite a tomada de consciência da língua como uma realidade externa ao indivíduo, com unidades e regras próprias, e a capacidade de manipular essas unidades e de refletir sobre as suas propriedades estruturais, ainda que sem recurso a metalinguagem (Gombert, 1990; Duarte, 2008, 2010; entre outros). Dependendo da tarefa, da sua exigência cognitiva e das propriedades linguísticas das unidades envolvidas, os níveis de complexidade podem variar (Simard, Labelle & Bergeron, 2017). Tarefas que requerem controlo e inibição envolvem capacidades metassintáticas mais exigentes: tarefas de identificação de erros são mais simples do que tarefas de replicação de erros, por exemplo.

Dos vários domínios que integram a consciência linguística, a mais estudada é a consciência fonológica, por ser um domínio de desenvolvimento mais precoce e com relações óbvias com a aprendizagem da leitura e da escrita. Contudo, também a consciência sintática tem sido correlacionada com competências de leitura e escrita, em particular com os aspetos compositivos da escrita e com a compreensão da leitura (Barrera & Maluf, 2003; Bowey, 1986; Cain, 2007; Gaux & Gombert, 1999; Gombert, 2003; Nation & Snowling, 2000; Rego, 1995; Rego & Bryant, 1993; Tong, Deacon & Cain, 2014; Tunmer, Herriman, & Nesdale, 1988; Tunmer, Nesdale & Wright, 1987; entre outros).

Diferentes baterias de avaliação da linguagem (ALO, ALPE, GOL-E, TICL) incluem tarefas de avaliação da consciência sintática, através de diferentes tarefas, incluindo tarefas de juízo de aceitabilidade e correção. Contudo, nem sempre essas provas explicitam o tipo de conhecimento linguístico que está a ser avaliado e frequentemente integram itens que convocam conhecimento não apenas sintático ou morfossintático, mas também semântico ou até de domínio da variedade padrão da língua.

A Prova ALO - Avaliação da Linguagem Oral (Sim-Sim, 2010), por exemplo, inclui um grupo de “reflexão morfossintática”, que envolve repetição, julgamento de gramaticalidade e correção. O grupo tem um total de 22 itens (18 agramaticais e 4 gramaticais). Contudo, a par de itens que avaliam processos inaceitáveis em qualquer variedade europeia do português, como violações de processos de concordância, por exemplo, há itens que avaliam o domínio da norma (e.g. *a gente vamos*, que, embora não seja possível na variedade padrão do português, integra as produções de certos

grupos de falantes). Além disso, a prova não explicita quais os processos morfossintáticos que são avaliados. Uma análise atenta dos itens mostra que estão incluídas questões de concordância, de uso de tempos e modos verbais, de uso de preposições, de uso de pronomes e de ordem de palavras. Para além desta tarefa, no domínio morfossintático, a prova inclui ainda um grupo em que é pedido o completamento de lacunas de diferentes tipos em frases produzidas oralmente, e um grupo de compreensão de estruturas sintáticas complexas.

A Prova TL-ALPE (Mendes et al., 2014) inclui um grupo (secção 18. Incluída na Metalinguagem) designado “Consciência morfossintática - agramaticalidade morfossintática”, que envolve juízo de aceitabilidade. Este grupo contempla cinco itens, sendo um deles um item gramatical de controlo. Os restantes quatro itens contemplam três casos de falta de concordância (um item com falta de concordância nominal em género, um item com falta de concordância nominal em número, um item com falta de concordância verbal em número) e um item com omissão de um argumento nuclear. Não contempla questões de ordem de palavras.

A Prova GOL-E (Sua-Kay & Santos, 2003) inclui uma secção chamada “Estrutura morfo-sintática”, que inclui quatro subgrupos. O primeiro envolve “reconhecimento de frases agramaticais” e correção. Este grupo inclui 10 itens. As agramaticalidades devem-se a: falta de concordância nominal em número (1 item), falta de concordância nominal em género (1 item), omissão de preposição (3 itens), omissão de conjunção ou pronome subordinador (2 itens), seleção inadequada de modo verbal (1 item), duplicação de pronome clítico (1 item), incompatibilidade temporal entre tempo verbal e advérbio (1 item). O segundo grupo desta secção envolve uma tarefa de manipulação de frases para formar frases complexas por coordenação ou subordinação. O terceiro grupo avalia a capacidade de reordenar palavras para formar uma frase gramatical.

O TICL (Viana, 2004) inclui na III Parte um grupo designado “Avaliação da correcção sintáctica dos enunciados”. Este grupo inclui quatro itens: dois deles apresentam falta de concordância sujeito-verbo (em número ou em pessoa e número); os outros dois são casos de incompatibilidade temporal entre o tempo verbal e um advérbio temporal.

Para a variedade brasileira do português existe uma prova específica de avaliação da consciência sintática - a Prova de Consciência Sintática (Capovilla, Capovilla & Soares,

2004). Esta prova inclui quatro subgrupos: 1) Julgamento gramatical; 2) Correção gramatical; 3) Correção gramatical de frases agramaticais e assemânticas; 4) Categorização de palavras. O grupo de Julgamento gramatical, com um total de 20 itens, para além dos itens gramaticais (metade) inclui o que os autores designam “incorreção morfêmica” (5 itens) - frases com falta de concordância em género no adjetivo predicativo (1 item), falta de concordância entre determinante e nome (1 item) e falta de concordância em pessoa sujeito-verbo (3 itens) - e “incorreção de ordem” (5 itens) - frases com palavras desordenadas (ex: *Eu caderno no escrevo*).

Embora os estudos que avaliam a consciência sintática nem sempre explicitem quais os processos e as unidades que estão a ser avaliados, é fundamental que isso seja tido em conta. Os itens com problemas de ordem de palavras contemplados na tarefa de julgamento gramatical da prova de Capovilla, Capovilla & Soares (2004), por exemplo, têm várias palavras desordenadas em cada item, cada um deles com quatro palavras: i) *Escola gosto eu da*; ii) *Meus azuis são olhos*; iii) *É professora minha legal*; iv) *Eu caderno no escrevo*; v) *Andou de ela carro*. Não se está, por conseguinte, a avaliar o conhecimento implícito de uma propriedade sintática específica do português, como a ordem núcleo-complemento ou determinante-nome, mas uma capacidade mais global de identificar frases mal formadas por não respeitarem a integridade de constituintes básicos a par da ordem básica sujeito-verbo-complemento. Pelo contrário, os itens que avaliam desvios de concordância (designados “incorreções morfêmicas” em Capovilla, Capovilla & Soares, 2004), em geral, envolvem apenas uma palavra e diferentes processos de concordância - entre sujeito e verbo em pessoa e número, em género entre determinante e nome ou entre predicativo e sujeito: i) *A mulher está bonito*; ii) *Ela compramos um sapato*; iii) *A fruta são gostosas*; iv) *Meu irmã bebeu leite*; v) *Nós comi uma maçã*.

Outros autores têm investigado a influência da consciência linguística (em particular, a consciência fonológica e a consciência sintática) sobre a aquisição da linguagem escrita. Para o inglês, são numerosos os trabalhos que exploram esta correlação (Bowey, 1986; Bradley & Bryant, 1983; Morais, Alegria & Content, 1987; Tunmer, Herriman & Nesdale, 1988; entre muitos outros). Para o português (variedade brasileira), Barrera & Maluf (2003) e Rego & Buarque (1997), entre outros, exploram essa correlação em diferentes domínios. Ambos os trabalhos concluem que existe uma

correlação positiva entre os níveis de consciência linguística e os desempenhos nas tarefas de leitura e de escrita. A consciência sintática, em particular, mostrou desempenhar um papel no domínio de regras ortográficas que envolvem análise morfossintática e correlacionou-se positivamente com tarefas de escrita de palavras e leitura de frases simples. As tarefas de avaliação da consciência sintática usadas no estudo de Barrera & Maluf (2003) envolviam correção de frases com palavras desordenadas. Em Rego & Buarque (1997), a avaliação da consciência sintática incluía uma tarefa de correção de frases desordenadas e uma tarefa de categorização de palavras (nomes, adjetivos e verbos tinham de ser agrupados em classes).

Para além das tarefas de juízo de aceitabilidade (também designadas de juízo de gramaticalidade ou julgamento gramatical), acompanhadas ou não de repetição e identificação ou correção do erro, a consciência sintática tem sido analisada através de outras tarefas, com diferentes níveis de complexidade, como, por exemplo, a replicação de um desvio de gramaticalidade, a correção de um erro morfossintático sem alteração de uma anomalia semântica, a capacidade de categorizar palavras em classes, a substituição de palavras por outras, a manipulação de frases simples para formar frases complexas, entre outras (Alexandre, 2010; Costa, 2010; Loureiro, 2024; Simard, Labelle & Bergeron, 2017).

Na análise das tarefas de juízo de aceitabilidade, a maioria dos trabalhos referidos não discute, contudo, o grau de dificuldade associado aos diferentes processos e nem sempre é claro o que as incorreções de ordem de palavras estão efetivamente a avaliar. Algumas das tarefas propostas exigem a retenção em memória de um conjunto alargado de itens lexicais que terão de ser recuperados para gerar uma frase bem formada.

Para além dos testes de avaliação da linguagem ou de avaliação da consciência sintática, existem ainda alguns trabalhos académicos que consideraram diferentes tarefas de avaliação da consciência sintática em crianças portuguesas (Alexandre, 2010; Costa, 2010; Loureiro, 2008).

Alexandre (2010) aplicou uma tarefa de substituição de palavras lexicais - nomes, verbos e adjetivos - a crianças do 1.º e 4.º anos de escolaridade. A autora encontrou diferenças entre grupos e diferenças entre itens em função de diferentes graus de complexidade das estruturas avaliadas. Costa (2010) aplicou a crianças do 1.º e 4.º anos de escolaridade uma tarefa de deteção de frases agramaticais envolvendo três tipos de

fatores: i) falta de concordância nominal; ii) constituinte com expressão intrusa; iii) parte de constituinte deslocado. Esta tarefa de juízo de aceitabilidade seguida de correção contemplava frases agramaticais por falta de concordância em número entre determinante e nome (6 itens) e frases agramaticais por uma palavra se encontrar fora de ordem (inserção de um advérbio no interior de um constituinte nominal - 3 itens; adjetivo não contíguo ao grupo nominal que modifica - 2 itens; ou determinante não adjunto ao nome que determina - 1 item). O estudo encontrou diferenças entre grupos e entre tipos de agramaticalidade. Loureiro (2008), um estudo com crianças em idade pré-escolar que procura verificar se existe relação entre sensibilidade a ordens de palavras que resultam de movimento de V - nomeadamente ordem de palavras V-Advérbio - e sensibilidade a concordância verbal, mostra que existe maior sensibilidade a concordância verbal do que a ordens V-Adv.

A importância da avaliação da consciência sintática tem vindo a ser realçada pela observação de que existem correlações entre o nível de consciência sintática e competências de leitura e de escrita (Tunmer, 1990; Simard, Fortier & Foucambert, 2013; Simard, Foucambert & Labelle, 2014). Loureiro (2024) replicou em parte o estudo de Simard e coautores em crianças nativas do português europeu, procurando verificar se existe uma correlação entre o desempenho em tarefas de leitura e o desempenho em tarefas de consciência sintática que envolvem replicação de erros e repetição de frases agramaticais, tarefas que Simard, Foucambert e Labelle (2014) consideram implicar níveis cognitivos mais elevados. Contudo, o estudo não permitiu identificar uma relação determinística entre os níveis de consciência sintática e a compreensão da leitura.

Assim, ainda que nem todos os estudos cheguem a conclusões inequívocas, é esperado que uma estimulação precoce da consciência sintática possa contribuir para um melhor desempenho em tarefas de leitura e de escrita, considerando os domínios da compreensão na leitura e da composição na escrita (e não tanto a decifração e a correspondência grafema-fonema, mais diretamente relacionadas com a consciência fonológica).

Sendo a competência sintática um domínio muito vasto (que inclui, entre outros, a capacidade para distinguir diferentes classes de palavras, para identificar constituintes, relações gramaticais básicas, dependências entre constituintes, frases complexas), é difícil determinar que aspetos importa incluir na sua avaliação. Na próxima secção,

abordamos alguns aspetos da sintaxe básica das frases relacionados com processos de concordância e com ordem de palavras, considerando o seu estatuto no sistema gramatical do português e no conhecimento implícito das crianças.

## 1.2. Conhecimento sintático: concordância e ordem de palavras

O conhecimento sintático é extremamente complexo, incluindo conhecimento sobre a estrutura das frases e dos seus constituintes. Este conhecimento abrange aspetos presumivelmente comuns a todas as línguas e aspetos sujeitos a variação interlinguística. A marcação de processos de concordância através de morfologia – que codificam valores gramaticais específicos como número, género, pessoa, caso, tempo, aspeto ou modo e que explicitam relações gramaticais entre constituintes da frase – é uma área de enorme variação interlinguística, havendo línguas que praticamente não têm morfologia flexional, como o mandarim, e línguas com morfologia flexional muito rica, como é o caso do latim.

O português europeu é uma língua que manifesta processos de concordância bastante ricos, podendo identificar-se processos de concordância nominal e processos de concordância verbal (Raposo, 2020; Raposo & Brito, 2020). A concordância nominal, no português, manifesta-se no interior de constituintes nominais, em que determinantes, nomes e adjetivos partilham marcas de flexão de género e número (1).

- (1) a. **o menino rico**  
b. **a menina rica**  
c. **os meninos ricos**  
d. **as meninas ricas**

Também pode encontrar-se concordância em género e número entre um constituinte predicativo e o elemento sobre o qual ele predica:

- (2) a. **O menino está cansado.**  
b. **A menina está cansada.**  
c. **Os meninos estão cansados.**

- d. **As meninas** estão cansadas.
- (3) a. O menino comeu **a** carne crua.
- b. A menina bebeu **o** leite frio.

Neste caso, o adjetivo não integra o constituinte nominal, mas mantém com ele uma relação sintática e semântica<sup>2</sup>.

A concordância verbal manifesta-se no verbo, que apresenta flexão de pessoa e número consoante os traços do sujeito gramatical (4) (Ver Raposo, 2020 e Raposo & Brito, 2020, para uma descrição mais completa dos processos de concordância do português):

- (4) a. A menina dança.
- b. As meninas dançam**m**.

Existe variação entre línguas e entre variedades do português quanto à existência de flexão morfológica, quanto às distinções morfológicas que cada sistema linguístico permite marcar e quanto à obrigatoriedade de processos de concordância específicos. O inglês, por exemplo, apresenta uma morfologia flexional muitíssimo reduzida: não apresenta marcas de género nos determinantes, nomes e adjetivos, e apenas marca o nome com número:

- (5) a. the little girl
- b. the little girls**s**
- c. the little boy
- d. the little boys**s**

Em variedades coloquiais da variedade brasileira do português, a flexão nominal de número pode ser marcada apenas no determinante, como em (6), e as marcas de

---

<sup>2</sup> As frases (3) são ambíguas entre uma leitura em que o adjetivo modifica o nome que o precede, integrando o grupo nominal, e uma leitura em que o adjetivo predica sobre o grupo nominal que o precede, funcionando como predicativo do complemento direto.

pessoa e número no verbo são mais reduzidas do que na variedade europeia, como se observa em (7) (Scherre & Duarte, 2016; Corrêa & Augusto, 2017):<sup>3</sup>

- (6) a. % **as** menina rica  
b. % **os** menino rico
- (7) a. Ele vai cantar.  
b. % **Eles** vai cantar.

Apesar da complexidade do sistema morfológico flexional do português europeu, este é um domínio que é adquirido cedo, havendo produção precoce de morfologia nominal de género e número e de morfologia verbal de pessoa e número (Gonçalves, 2004; Castro & Ferrari-Neto, 2005; Costa & Lopes, 2016; Corrêa & Augusto, 2017, e referências aí dadas). Pode, assim, observar-se que o conhecimento implícito de processos de concordância é precoce no português.

Considerando agora a ordem de palavras, observamos que o português apresenta restrições de ordem quer entre os constituintes principais da frase, quer no interior de grupos sintáticos. No português, os complementos vêm geralmente à direita da categoria que os seleciona. Estas restrições aplicam-se não só a categorias lexicais, como nomes, verbos e adjetivos, mas também a categorias funcionais ou gramaticais. Assim, no caso dos determinantes ou dos verbos auxiliares, os complementos ocorrem à direita, ao contrário do que acontece noutras línguas. Temos, assim, de forma categórica, as ordens (8a) e (9a), sendo agramaticais as ordens (8b) e (9b):<sup>4</sup>

- (8) a. Aluguei [este carro]  
b. \*aluguei [carro este]
- (9) a. Vou passear  
b. \*passear vou

---

<sup>3</sup> Usamos a notação % para indicar que a aceitabilidade da construção está restringida a algumas variedades, não fazendo parte da gramática de todos os falantes.

<sup>4</sup> Em algumas variedades e construções específicas do português, podem ocorrer determinantes demonstrativos em posição pós-nominal (Móia, 1993):

(i) O Pedro comprou uma casa, casa essa que precisava urgentemente de obras.

Estas são, contudo, construções marcadas e presumivelmente raras no input que a criança recebe, não sendo possível a ordem nome - demonstrativo fora dessas construções.

Sabe-se que as crianças adquirem muito cedo as ordens de palavras específicas da sua língua materna que dizem respeito à variação núcleo-complemento vs. complemento-núcleo, presumivelmente atribuíveis à fixação de um parâmetro sintático universal relativo à seleção de complementos por núcleos (Santos & Lopes, 2017, e referências aí dadas). Há, contudo, algumas questões relativas a ordem de palavras que são adquiridas mais tarde, como é o caso da colocação de pronomes átonos (clíticos) no português europeu (Costa, Fiéis & Lobo, 2015; Lobo & Vitorino, 2021).

Noutros casos, a língua portuguesa admite uma maior flexibilidade de ordem de palavras, podendo encontrar-se alternâncias de ordem associadas a valores semânticos específicos ou a subclasses sintáticas e semânticas de categorias. Assim, a ordem de advérbios relativamente ao verbo vai depender de vários fatores (Costa, 2008).

O advérbio de negação *não* tem um estatuto sintático diferente de outros advérbios, funcionando como uma categoria gramatical que marca a polaridade da oração. Há variação entre línguas quanto à posição que a negação ocupa relativamente ao verbo, sendo estas diferenças de ordem atribuíveis à existência ou inexistência de movimento do Verbo para uma categoria funcional mais alta na estrutura da frase e ao estatuto morfológico da negação:

- (10) a. O menino **não** está contente.  
b. \*O menino está **não** contente.
- (11) a. \*The boy **not** is happy.  
b. The boy is **not** happy.

A posição não marcada da negação na variedade europeia do português é a pré-verbal, como em (12a) e (13a), embora possa ocorrer negação pós-verbal em variedades brasileiras do português (12c) (Schwenter, 2016, p. 428) e o advérbio de negação *nunca* possa ocorrer posposto ao verbo quando coocorre com a negação *não* (13b).

- (12) a. **Não** vai muito para a universidade.  
b. **Não** vai muito para a universidade **não**.  
c. Vai muito para a universidade **não**.

- (13) a. Ele **nunca** se queixa.  
b. Ele **não** se queixa **nunca**.  
c. \*Ele queixa-se **nunca**.

Outros advérbios podem ocorrer em diferentes posições, alterando-se o seu valor discursivo, como é o caso do advérbio de localização temporal *ontem*:

- (14) a. **Ontem** o João faltou à escola.  
b. O João **ontem** faltou à escola.  
c. O João faltou **ontem** à escola.  
d. O João faltou à escola **ontem**.

Já os advérbios de modo *depressa* e *devagar* e os advérbios de modo homónimos de adjetivos *alto* e *baixo* ocorrem tipicamente em posição pós-verbal:

- (15) a. O comboio anda **depressa**. / \*O comboio **depressa** anda.  
b. O caracol anda **devagar**. / \*O caracol **devagar** anda.  
c. A professora fala **alto**. / \*A professora **alto** fala.  
d. A aluna fala **baixo**. / \*A aluna **baixo** fala.

A posição pós-verbal dos advérbios pode corresponder a uma posição de modificação de adjunção à direita, quando o advérbio segue o complemento do V, como em (16a), ou a uma posição de adjunção à esquerda, seguida de movimento do V para uma posição funcional mais alta, característica de línguas em que há movimento do V para o domínio flexional, como acontece nos casos em que o advérbio se interpõe entre o V e o seu complemento (16b):

- (16) a. O comboio chegou à estação **depressa**.  
b. O comboio chegou **depressa** à estação.

Nos dados de aquisição da linguagem, a evidência para movimento do V para o domínio flexional nas produções das crianças através de ordens V Adv Complemento

não é muito abundante (Gonçalves, 2004). Há, contudo, alguma evidência de que as crianças dominam muito cedo o parâmetro relativo a movimento do V, não só através de algumas produções como as de (17), mas também de outros fenómenos, como é o caso das respostas verbais (Santos, 2006; Santos & Lopes, 2017):

(17) a. Eu vou pôr **também** no prato da Julieta. (INI 2;5.24)

b. eu gosto **muito** do Paulo. (TOM 2;6.6)

(*corpus Santos; Santos & Lopes, 2017, p. 162*)

Quanto à ordem dos adjetivos relativamente ao nome que modificam, também existe variação interlinguística, como mostra o contraste entre o inglês e o português (18)-(19),

(18) a. a **blue** car

b. \* a car **blue**

(19) a. \*um **azul** carro

b. um carro **azul**

Pode haver ainda variação intralinguística, dependendo de subclasses de adjetivos e do valor do adjetivo (Brito & Raposo, 2013; Brito & Lopes, 2016; Brito, 2024). Os adjetivos de cor (e.g. *amarelo, preto*) e de forma (e.g. *redondo, quadrado*), em português, só podem ocorrer em posição pós-nominal (19)-(20), ao passo que adjetivos apreciativos (e.g. *lindo, belo*) podem ocorrer quer em posição pós-nominal, quer pré-nominal, podendo a posição pré-nominal estar associada a valores mais subjetivos e a posição pós-nominal a valores mais objetivos (21)-(22).

(20) a. \*uma **redonda** bola

b. uma bola **redonda**

(21) a. uma **linda** manhã

b. uma manhã **linda**

(22) a. um **rico** homem

b. um homem **rico**

A ordem dos adjetivos relativamente ao nome que modificam está, por conseguinte, dependente das propriedades da subclasse semântica a que o adjetivo pertence.

### **1.3. Questões de investigação**

Com vista a contribuir para o estudo do desenvolvimento da consciência sintática, procurámos neste trabalho estudar com maior pormenor a sensibilidade de três grupos diferentes de crianças de diferentes níveis de escolaridade a diferentes processos sintáticos que envolvem relações entre palavras ou entre constituintes.

Procurou-se, assim, responder às seguintes questões:

- i) Há desenvolvimento da consciência sintática relativa a processos de concordância e ordem de palavras?
- ii) A consciência sintática de processos de concordância é mais precoce do que a de ordem de palavras?
- iii) As crianças têm comportamentos distintos em desvios relativos a concordância nominal e em desvios relativos a concordância verbal?
- iv) As crianças têm comportamentos distintos em desvios de ordens de palavras em que a ordem é categórica no português e em desvios em que há variação dentro da subclasse gramatical?

## **2. Metodologia**

### **2.1. Participantes**

Foram testadas 90 crianças falantes nativas da variedade europeia do português, sem diagnóstico de perturbações de linguagem, que frequentavam o Agrupamento de Escolas de Vila Viçosa. As crianças, de classe média ou média-baixa, estavam divididas em três grupos de diferentes faixas etárias - pré-escolar, 2.º ano e 4.º ano, de acordo com os dados indicados na Tabela 1:

TABELA 1 - Participantes

	<b>Nº</b>	<b>Intervalo de idades</b>	<b>Média de idade</b>
<b>Pré-escolar</b>	30	5;3-6;5	5;7
<b>2.º ano</b>	30	7;2-8;8	7;8
<b>4.º ano</b>	30	9;2-10;9	9;8

(Fonte: elaborada a partir de Perdigão, 2015)

Incluíram-se na amostra apenas crianças cujos pais fossem portugueses e que frequentavam o 2.º e o 4.º anos pela primeira vez.

## 2.2. Teste e procedimentos

Foi construído um teste de juízo de aceitabilidade e de correção. A criança tinha de dizer se a frase estava correta ou incorreta e, caso estivesse incorreta, deveria corrigi-la. Todas as frases foram apresentadas à criança apenas oralmente. A criança ouvia a frase produzida pelo investigador, pré-gravada em registo audiovisual de forma a garantir a aplicação idêntica a todas as crianças, e tinha de avaliar se a frase estava bem ou mal formada. Se considerasse a frase mal formada, tinha de a corrigir. Antes de a criança responder aos itens de teste, eram apresentados dois itens de treino, para garantir que a criança tinha compreendido a tarefa.

Uma parte do teste continha itens com frases agramaticais devido a questões de falta de concordância; outra parte continha itens com frases agramaticais devido a problemas de ordem de palavras (Ver Tabela 2). A ordem de apresentação dos itens foi tornada aleatória dentro de cada subparte, considerando quer as frases gramaticais e agramaticais, quer os fenómenos considerados (Ver Apêndice).

A parte que avaliava a concordância continha no total 60 itens: 30 itens gramaticais e 30 agramaticais. Nos itens agramaticais, incluíam-se os seguintes tipos de desvios: falta de concordância em número entre determinante e nome (6 itens); falta de concordância em género entre determinante e nome (6 itens); falta de concordância em número entre adjetivo e nome (6 itens); falta de concordância em género entre adjetivo e nome (6 itens); falta de concordância em número entre sujeito e verbo (6 itens). Implica, por conseguinte, conhecimento de dependências entre constituintes mais locais (internas ao domínio nominal) e menos locais (entre sujeito e predicado), sempre entre palavras contíguas.

A parte que avaliava a ordem de palavras continha no total 62 itens: 38 gramaticais e 24 agramaticais. Os problemas de ordem diziam respeito apenas a duas palavras adjacentes, tendo-se incluído casos em que a ordem é categórica dentro da classe de palavras (determinante-nome; auxiliar-verbo) e que decorrem de parâmetros de ordem definidos para a generalidade do sistema gramatical do português e casos em que a ordem é variável dentro da classe de palavras (adjetivo-nome; advérbio-verbo), dependendo da subclasse de adjetivo e da subclasse de advérbio, incluindo alguns casos de ordem mais categórica (e.g. advérbios de negação) e casos de ordem menos categórica (e.g. advérbios de modo).<sup>5</sup> O acerto na identificação das frases mal formadas implicava, pois, conhecimento de parâmetros de ordem básica e de possíveis movimentos associados a determinados itens lexicais (Corrêa & Augusto, 2017; Santos & Lopes, 2017).<sup>6</sup>

TABELA 2 - Itens dos testes de aceitabilidade

<b>Concordância</b>		<b>Ordem de Palavras</b>	
<b>Itens Gramaticais</b>	<b>30</b>	<b>Itens Gramaticais</b>	<b>38</b>
<b>Itens Agramaticais</b>	<b>30</b>	<b>Itens Agramaticais</b>	<b>24</b>
Determinante-Nome Género	6	Verbo-Auxiliar	6
Determinante-Nome Número	6	Nome-Determinante	6
Nome-Adjetivo Género	6	Adjetivo-Nome	6
Nome-Adjetivo Número	6	Advérbio-Verbo/Verbo-Advérbio	6
Sujeito-Verbo Número	6		
<b>Total de itens</b>	<b>60</b>	<b>Total de itens</b>	<b>62</b>

(Fonte: elaborada a partir de Perdigão, 2015)

Apresentamos, de seguida, exemplos de itens que foram incluídos em cada uma das tarefas.

<sup>5</sup> Por lapso, um dos itens de teste incluía um problema de ordem que correspondia a um problema de violação de integridade de constituinte, de que só nos apercebemos após a aplicação do teste. Tratando-se apenas de um item, não cremos que tenha comprometido a validade global do teste.

<sup>6</sup> Apresenta-se, em Apêndice, a lista completa dos itens.

a) Tarefa 1: problemas de concordância (palavras contíguas)

i) Concordância nominal género Det-N<sup>7</sup>

Ex: *O avô ajudou aquela pintora.*

ii) Concordância nominal género Adj-N

Ex: *O pai tem uma carteira castanho.*

iii) Concordância nominal número Det-N

Ex: *A mãe vai apanhar aqueles comboio.*

iv) Concordância nominal número Adj-N

Ex: *A menina usa sapatos branco.*

v) Concordância verbal número Suj-V (terceira pessoa)

Ex: *O pássaro cantam em cima da árvore.*

b) Tarefa 2: problemas de ordem de palavras (palavras contíguas)

i) Ordem Nome-Determinante

Ex: *Mesa esta é pequena.*

ii) Ordem Verbo-Auxiliar

Ex: *O pai comprar pode o brinquedo.*

iii) Ordem Adjetivo-Nome

Ex: *O menino encontrou o preto gato.*

iv) Ordem Advérbio-Verbo/Verbo-Advérbio

Ex: *O cão depressa corre.*

*A Maria come nunca a sopa.*

As crianças foram testadas individualmente e as frases foram gravadas, tendo sido aplicado primeiro o teste de concordância e depois o teste de ordem de palavras.

Os resultados foram analisados com uma ANOVA de medidas mistas e testes post-hoc de Tukey ( $\alpha \leq 0,05$ ).

---

<sup>7</sup> Abreviaturas usadas: A = Adjetivo; Adv = Advérbio; Aux = Verbo Auxiliar; D = Determinante; N = Nome; V = Verbo.

### 3. Resultados

#### 3.1. Juízo de aceitabilidade

##### 3.1.1. Resultados globais

Na Tabela 3, apresentam-se as taxas de acerto nos itens gramaticais e nos itens agramaticais em cada uma das tarefas em cada um dos anos de escolaridade.

Como se pode observar, em geral as taxas de acerto nos itens gramaticais são superiores às taxas de acerto nos itens agramaticais, diferença que é mais claramente observável na tarefa de ordem de palavras.

TABELA 3 - Resultados globais - avaliação

	Concordância		Ordem de Palavras	
	Itens gramaticais	Itens agramaticais	Itens gramaticais	Itens agramaticais
<b>Pré-escolar</b>	98,23%	91,67%	97,97%	76,54%
<b>2º ano</b>	99,23%	99,43%	97,89%	86,54%
<b>4º ano</b>	99,90%	100%	98,68%	95,96%

(Fonte: elaborada a partir de Perdigão, 2015)

A Tabela 4 apresenta os resultados obtidos na Tarefa de concordância nos itens gramaticais.

TABELA 4 - Resultados itens gramaticais - Tarefa de concordância

	Mínimo			Máximo			% total acertos	Média	DP
	Valor	Nº e % de crianças que obtiveram o valor mínimo		Valor	Nº e % de crianças que obtiveram o valor máximo				
<b>Pré-escolar</b>	27/30	1/30	3,33%	30/30	19/30	63,33%	98,23%	29,47	0,82
<b>2º ano</b>	28/30	1/30	3,33%	30/30	24/30	80%	99,23%	29,77	0,50
<b>4º ano</b>	29/30	1/30	3,33%	30/30	29/30	96,67%	99,90%	29,97	0,18

(Fonte: Perdigão, 2015)

Nos itens gramaticais, a análise estatística encontrou apenas diferenças significativas no teste de concordância entre pré-escolar ( $M=29,47$ ;  $DP=0,82$ ) e 4.º ano ( $M=29,97$ ;  $DP=0,18$ ), dado que  $p = 0,003$ . Nos itens agramaticais, o pré-escolar difere significativamente do 2.º e do 4.º ano em ambas as tarefas; o 2.º ano só difere significativamente do 4.º ano na tarefa de ordem de palavras.

O número médio de acertos na tarefa de concordância do grupo do pré-escolar ( $M= 27,50$ ;  $DP = 3,75$ ) diferenciou-se significativamente do número médio de acertos dos grupos do 2.º ano ( $M= 29,83$ ;  $DP=0,46$ ) e do 4.º Ano ( $M=30$ ;  $DP= 0$ ) com  $p's < 0,001$ , mas o número médio de acertos entre os grupos do 2.º e do 4.º ano não se diferenciou significativamente, com  $p=0,953$ .

Na Tabela 5, apresentam-se os resultados globais na Tarefa de concordância, considerando apenas os itens agramaticais. Como se pode observar, no pré-escolar apenas 8 crianças em 30 obtiveram o valor máximo na tarefa, sendo a percentagem global de acerto de 91,67%. No 2.º ano 26 crianças em 30 obtiveram o valor máximo, com uma percentagem global de acerto de 99,43%, e no 4.º ano todas as crianças acertaram em todos os itens, atingindo um efeito teto.

TABELA 5 - Resultados da tarefa de concordância - itens agramaticais

	Mínimo			Máximo			% total acertos	Média	DP
	Valor	Nº e % de crianças que obtiveram o valor mínimo		Valor	Nº e % de crianças que obtiveram o valor máximo				
<b>Pré-escolar</b>	10/30	1/30	3,33%	30/30	8/30	26,67%	91,67%	27,50	3,75
<b>2º ano</b>	28/30	1/30	3,33%	30/30	26/30	86,67%	99,43%	29,83	0,46
<b>4º ano</b>	--	--	--	30/30	30/30	100%	100%	30	0

(Fonte: Perdigão, 2015)

Considere-se agora os itens gramaticais na tarefa de ordem de palavras (Tabela 6):

TABELA 6 – Resultados da tarefa de ordem de palavras – itens gramaticais

	Mínimo			Máximo			% total acertos	Média	DP
	Valor	Nº e % de crianças que obtiveram o valor mínimo		Valor	Nº e % de crianças que obtiveram o valor máximo				
<b>Pré-escolar</b>	35/38	3/30	10%	38/38	15/30	50%	97,97%	37,23	0,94
<b>2º ano</b>	35/38	3/30	10%	38/38	14/30	46,67%	97,89%	37,20	0,96
<b>4º ano</b>	34/38	1/30	3,33%	38/38	20/30	66,67%	98,68%	37,50	0,90

(Fonte: Perdigão, 2015)

Como se pode verificar na Tabela 6, os resultados são muito bons em todos os anos escolares (superiores a 97% em todos os grupos) e muito homogêneos em todos os grupos (com um reduzido desvio padrão). Assim, nos itens gramaticais da Tarefa de ordem de palavras, os resultados da ANOVA revelaram que não existem diferenças significativas entre os resultados dos anos escolares, dado que  $F(2,87) = 0,93$ ,  $p = 0,397 > 0,05$ . O teste de Tukey revelou que o número médio de acertos entre pré-escolar ( $M=37,23$ ;  $DP= 0,94$ ), 2.º Ano ( $M=37,20$ ;  $DP=0,96$ ) e 4.º Ano ( $M=37,50$ ;  $DP= 0,90$ ) não se diferenciou, dado que  $p's > 0,05$ .

Considerando agora os itens agramaticais (Tabela 7), constatamos que os resultados foram inferiores aos da tarefa de avaliação de desvios de concordância: as crianças do pré-escolar obtiveram uma taxa global de acerto de 76,54%, as crianças do 2.º ano 86,54%, e as do 4.º ano 95,96%. Ao contrário do que aconteceu na tarefa de concordância, no 4.º ano só 19 crianças acertaram em todos os itens na tarefa de ordem de palavras.

TABELA 7 - Resultados da tarefa de ordem de palavras - itens agramaticais

	Mínimo			Máximo			% total acerto	Méd.	DP
	Valor	N° e % de crianças que obtiveram o valor mínimo		Valor	N° e % de crianças que obtiveram o valor máximo				
<b>Pré-escolar</b>	7/24	1/30	3,33 %	24/24	3/30	10%	76,54%	18,37	4,59
<b>2° ano</b>	12/24	1/30	3,33 %	24/24	5/30	16,67%	86,54%	20,77	3,06
<b>4° ano</b>	14/24	1/30	3,33 %	24/24	19/30	63,33%	95,96%	23,03	2,09

(Fonte: Perdigão, 2015)

A tabela 7 revela que existem diferenças entre os anos escolares relativamente ao número médio de acertos dos itens agramaticais. Os resultados da ANOVA mostram que existem diferenças significativas entre os grupos escolares, relativamente aos itens agramaticais. Assim, efetuou-se o teste de Tukey, que revelou que o número médio de acertos do pré-escolar ( $M= 18,37$ ;  $DP= 4,59$ ) se diferenciou significativamente quer do 2.º Ano ( $M= 20,77$ ;  $DP= 3,06$ ), quer do 4.º Ano ( $M=23,03$ ;  $DP= 2,09$ ), com  $p$ 's = 0,021 e 0, respetivamente, e que o número médio de acertos entre o 2.º e o 4.º Ano também se diferenciou significativamente, com  $p = 0,031$ .

### 3.1.2. Resultados dos itens com problemas de concordância

Consideremos agora, de forma mais detalhada, os resultados por subtipo de processo de concordância (Tabela 8). Como se pode verificar, a taxa de acerto na identificação de problemas de concordância em género e número internos ao grupo nominal é superior à taxa de acerto na identificação de problemas de concordância verbal em número no pré-escolar. Os resultados nas crianças de 1.º ciclo são muito bons, atingindo um efeito de teto no 4.º ano, com todas as crianças a acertarem em todos os itens.

A análise estatística só revelou, após a aplicação do teste de Tukey, diferenças significativas entre subgrupos no pré-escolar e apenas entre concordância sujeito-verbo e restantes subgrupos: o número médio de acertos apenas se diferenciou significativamente entre os grupos escolares no subgrupo Sujeito-Verbo: pré-escolar (M= 4,76; DP=1,48); 2.º Ano (M= 5,97; DP=0,18); 4.º Ano (M=6; DP=0). Assim, o pré-escolar difere significativamente do 2.º e do 4.º ano, com p's < 0,001, mas estes últimos não diferem significativamente entre si, com p = 1.

TABELA 8 - Resultados por tipo de desvio - processos de concordância - e por ano de escolaridade

	Pré-escolar			2.º ano			4.º ano		
	% total acertos	Méd.	DP	% total acertos	Méd.	DP	% total acertos	Méd.	DP
<b>D-A Género</b>	93,33 %	5,60	0,72	99,50%	5,97	0,18	100%	6	0
<b>D-N Género</b>	95,50 %	5,73	0,94	98,83%	5,93	0,25	100%	6	0
<b>N-A Número</b>	93,83 %	5,63	0,81	99,50%	5,97	0,18	100%	6	0
<b>D-N Número</b>	96%	5,76	0,94	100%	6	0	100%	6	0
<b>Sujeito-Verbo</b>	79,33 %	4,76	1,48	99,50%	5,97	0,18	100%	6	0

(Fonte: Perdigão, 2015)

### 3.1.3. Resultados dos itens com problemas de ordem de palavras

Na Tabela 9, apresentam-se os resultados por subtipo de desvio de ordem de palavras. Neste caso, encontraram-se diferenças significativas entre subgrupos (exceto entre N-Det e V-Aux no pré-escolar. No 2.º ano encontraram-se diferenças significativas entre Adj-N e restantes subgrupos.

TABELA 9 - Resultados por tipo de desvio - ordem de palavras - e por ano de escolaridade

	Pré-escolar			2.º ano			4.º ano		
	% total acertos	Méd.	DP	% total acertos	Méd.	DP	% total acertos	Méd.	DP
<b>N-Det</b>	90%	5,40	1,10	95,5%	5,73	0,58	99,5%	5,97	0,18
<b>V-Aux</b>	88,83%	5,33	1,21	97,83%	5,87	0,43	98,33%	5,90	0,30
<b>Adj-N</b>	57,17%	3,43	1,68	68,33%	4,10	1,62	84,5%	5,30	1,32
<b>Adv-V / V- Adv</b>	70%	4,20	1,54	84,5%	5,07	1,08	97,83%	5,87	0,43

(Fonte: Perdigão, 2015)

De acordo com a ANOVA existem diferenças significativas entre subprocessos no grupo de crianças de pré-escolar. O teste de Tukey revela que o número médio de acertos na identificação de problemas na ordem Adj-N ( $M=4,10$ ;  $DP=1,62$ ) se diferenciou significativamente dos demais subprocessos com  $p's < 0,001$ , em todos os casos. O número médio de acertos no subprocesso Nome-Determinante ( $M=5,73$ ;  $DP=0,58$ ) não difere significativamente dos subprocessos de ordem Adv-V ( $M=5,07$ ;  $DP=1,08$ ), nem V-Aux ( $M=5,87$ ;  $DP=0,43$ ), com  $p's = 0,054$  e  $1$ , respetivamente.

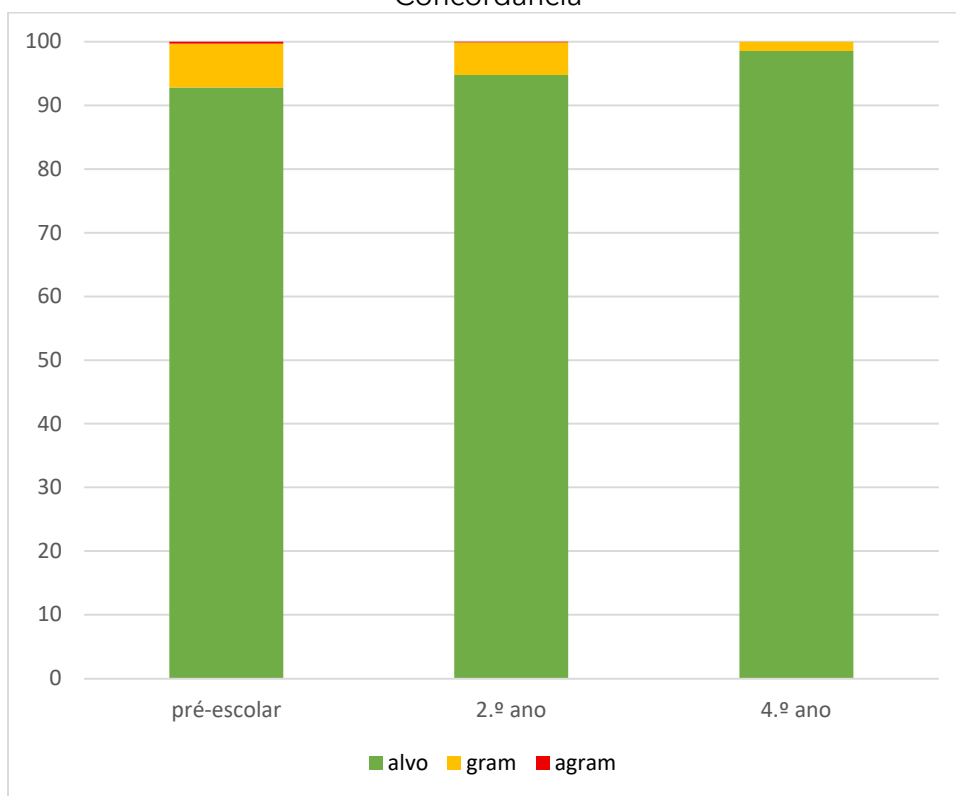
Por outras palavras, as crianças do 2.º ano revelaram ter maior dificuldade na avaliação dos itens com problemas de ordem entre adjetivo e nome, destacando-se significativamente dos outros subprocessos estudados.

No 4.º ano não se verificaram diferenças significativas entre as várias violações de ordem de palavras, ainda que a ordem Adj-N tenha resultados mais baixos do que os restantes processos.

### 3.2. Correção

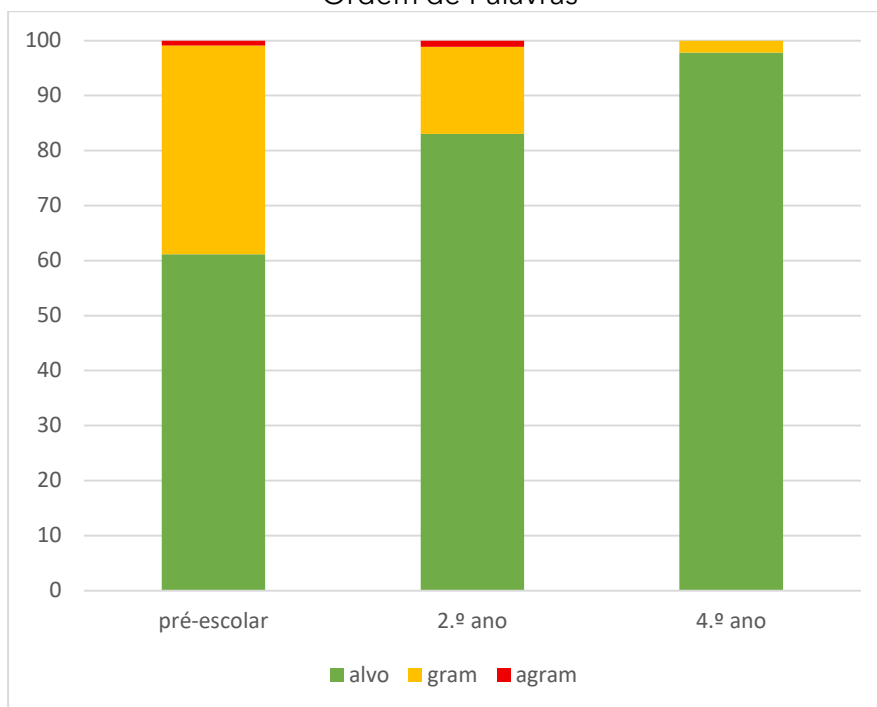
Na tarefa de correção, para além da correção-alvo, podem encontrar-se correções gramaticais que não são as esperadas e correções que dão origem a frases agramaticais. Nos Gráficos 1 e 2, apresentam-se as percentagens de cada um dos tipos de correção na Tarefa de Concordância e na Tarefa de Ordem de Palavras.

GRÁFICO 1 - Percentagem de correções alvo, gramaticais e incorretas por grupo na tarefa de Concordância



(Fonte: adaptado de Perdigão, 2015)

GRÁFICO 2 - Percentagem de correções alvo, gramaticais e incorretas por grupo na tarefa de Ordem de Palavras



(Fonte: adaptado de Perdigão, 2015)

A correção gramatical mas que altera o conteúdo é muito mais frequente no pré-escolar e sobretudo no teste de ordem de palavras. Encontram-se:

i) alterações de tempo verbal ou de auxiliar:

- (23) a. A Maria andar pode de bicicleta  
→ *A Maria está a andar de bicicleta*  
b. A Maria lavar deve as mãos  
→ *A Maria tem de lavar as mãos*

ii) alterações de situação, por vezes, tornando-a mais congruente com o conhecimento do mundo:

- (24) a. A Ana baixo fala  
→ *A Ana não fala baixo*  
b. O detetive encontrou um amarelo lenço  
→ *O detetive encontrou um lenço branco*

Estas correções, ainda que não mantenham as palavras originais, revelam conhecimento sobre as estruturas sintáticas da língua portuguesa e sobre o seu domínio de verbos auxiliares aspetuais e modais.

A correção que dá origem a uma frase agramatical é rara e só se encontra no pré-escolar e no 2.º ano de escolaridade, sobretudo na tarefa de ordem de palavras. São exemplo de correções agramaticais os seguintes:

- (25) a. Cão aquele gosta de ladrar  
→ *O cão aquele gosta de ladrar*  
b. A Maria come nunca a sopa  
→ *A Maria come a sopa nunca*

#### **4. Discussão e conclusões**

Retomando as nossas duas primeiras questões de investigação, que procuravam saber se existe desenvolvimento da consciência sintática relativa a processos de concordância e ordem de palavras e se a consciência sintática de processos de concordância é mais precoce do que a de ordem de palavras, verificamos que, globalmente, há desenvolvimento da consciência sintática, mas que esse desenvolvimento é observável, na amostra considerada, sobretudo entre o pré-escolar e o 1.º ciclo. Verificamos, contudo, que na Tarefa de Concordância apenas existiram diferenças entre o pré-escolar e os restantes anos de escolaridade, mas já não se observaram diferenças significativas entre 2.º e 4.º anos. Na Tarefa de Ordem de palavras, em contrapartida, existem diferenças significativas entre pré-escolar e restantes anos, mas também entre 2.º e 4.º anos. É relevante ter em conta o grau de dificuldade dos itens na construção de testes de avaliação. Os nossos resultados mostram que os itens com problemas de concordância já não discriminam entre crianças com desenvolvimento típico a partir do 2.º ano de escolaridade. Poderão, contudo, servir para sinalizar crianças com perturbações da linguagem, o que terá de ser avaliado em trabalho futuro.

Assim, globalmente, verificámos que a consciência sintática de processos de concordância é mais precoce do que a consciência sintática de ordem de palavras quando consideramos apenas variações de ordem entre duas palavras contíguas: na tarefa de concordância, só se detetam diferenças entre pré-escolar e escolar, mas não entre 2.º e 4.º ano. Como esperado, a consciência sintática de ordem de palavras revelou ser de aquisição mais tardia: há diferenças entre pré-escolar e escolar, mas também entre 2º e 4º ano.

Na verdade, em geral, espera-se que as crianças sejam sensíveis mais cedo a processos de concordância do que de ordem de palavras. Enquanto a concordância manifesta dependências entre constituintes e, nos casos considerados, é categórica na variedade europeia do português, a ordem de palavras depende de vários fatores e mesmo as ordens categóricas podem ser desrespeitadas em determinados contextos (e.g. textos literários, em particular textos poéticos). Estes resultados vão, por conseguinte, ao encontro do que se antecipava e são congruentes com os de estudos anteriores (Loureiro, 2008).

A nossa terceira questão de investigação procurava verificar se as crianças têm comportamentos distintos em desvios relativos a concordância nominal e em desvios relativos a concordância verbal. Os nossos resultados mostram que existem efetivamente diferenças entre a identificação de desvios de concordância nominal em género e número, por um lado, e desvios de concordância verbal em número, por outro lado, mas apenas no grupo do pré-escolar. No 2.º e 4.º anos, as crianças já realizam esta tarefa com elevadas taxas de sucesso. Assim, no pré-escolar, de entre os vários tipos de processos de concordância, só a concordância sujeito-verbo tem resultados mais baixos; a concordância nominal em género e número não é problemática.

Estes resultados, mais uma vez, eram antecipáveis. Verificamos que processos de concordância local, internos a um constituinte nominal, são mais precoces do que processos de concordância mais distantes, como é o caso da concordância entre o sujeito e o verbo. A relação de concordância que manipulámos era uma relação interna a um constituinte, categórica na variedade europeia do português. A concordância verbal em número corresponde a uma relação menos local, uma vez que se estabelece entre o constituinte sujeito e o verbo, núcleo do sintagma verbal deslocado para um núcleo funcional mais alto, de acordo com determinadas hipóteses teóricas (Santos & Lopes, 2017). Há ainda fatores adicionais que podem ser tidos em conta para explicar as diferenças entre os itens que envolviam concordância nominal e os itens que envolviam concordância verbal.<sup>8</sup> É possível considerar que a concordância nominal (quer em género, quer em número) é fonologicamente mais saliente do que a concordância verbal e que isso possa ter um efeito na capacidade de a criança detetar o desvio. Também não é possível descartar completamente que haja efeitos de frequência do input na manifestação dos diferentes tipos de concordância. Na verdade, a explicação para a assimetria encontrada pode ser multifatorial.

Finalmente, a nossa última questão procurava verificar se as crianças têm comportamentos distintos em desvios de ordens de palavras em que a ordem é categórica no português, como é o caso da ordem determinante-nome ou auxiliar-verbo, e em desvios em que há variação dentro da subclasse gramatical, como é o caso da ordem adjetivo-nome / nome-adjetivo ou verbo-advérbio / advérbio-verbo.

---

<sup>8</sup> Agradecemos a um revisor anónimo esta sugestão.

Quando consideramos especificamente os vários subcasos de ordens de palavras, chegamos a conclusões interessantes. As ordens mais categóricas e correspondentes a ordens básicas da língua (D-N e Aux-V) estabilizam cedo, com resultados superiores a 85% no pré-escolar e a 95% no 2º ano. Por contraste, as ordens menos categóricas e, nalguns casos, correspondentes a movimentos que afetam apenas alguns itens lexicais de uma categoria (e.g. Adj-N/N-Adj) estabilizam mais tarde. Na verdade, isto é compatível com a ideia de que, neste caso, se trata de conhecimento sintático que está dependente de conhecimento lexical e que se desenvolve progressivamente e não de conhecimento sintático determinado para a língua enquanto sistema. Note-se que, no grupo dos advérbios, estavam incluídos, a par de outros, itens que podem ser tratados como núcleos funcionais (é o caso dos advérbios de negação *não* e *nunca*), bem como, por lapso, um item em que há uma violação de um constituinte (ver item 59 da Subparte II do Anexo), o que poderá ter contribuído para um melhor resultado neste grupo do que no dos itens com ordem Adjetivo-Nome. Nos itens com ordens Adjetivo-Nome, a criança terá de ter em consideração a subclasse semântica do Adjetivo para determinar se a ordem está correta ou incorreta, o que é mais complexo do que determinar se a ordem Verbo-Negação ou Verbo-Auxiliar está ou não correta, uma vez que estas dependem não de conhecimento de semântica lexical relativo às subclasses de adjetivos, mas de conhecimento sobre a ordem básica entre núcleo e complemento e sobre a estrutura funcional da frase. Adicionalmente, pode considerar-se que algumas das ordens de palavras que contemplámos resultam de movimentos adicionais na estrutura da frase (e.g. movimento de V para T), por contraste com casos em que a ordem corresponde a uma ordem básica (e.g. Determinante-Nome), o que pode ser um fator de complexidade adicional. Reconhecemos, contudo, algumas limitações no nosso estudo que resultam da escolha dos adjetivos e dos advérbios que selecionámos na subparte relativa à ordem de palavras. Teria sido preferível termos controlado melhor as subclasses de advérbios e de adjetivos, de forma a podermos determinar, com maior precisão, a fonte da dificuldade e a termos um conjunto de itens mais homogéneo.

Estes resultados são consistentes com os que foram obtidos por Loureiro (2008) e Costa (2010) e reforçam a ideia de que o desenvolvimento da consciência sintática não é aleatório, sendo sensível às propriedades linguísticas dos itens. Em particular, sai reforçada a hipótese de que processos sintáticos mais locais são mais fáceis do que

processos sintáticos menos locais e que a sensibilidade a construções linguísticas mais dependentes de propriedades paramétricas e morfológicas se desenvolve mais cedo do que a sensibilidade a construções parcialmente dependentes de desenvolvimento lexical.

Os nossos resultados reforçam ainda a necessidade de os instrumentos de avaliação da consciência sintática terem em conta o tipo de ordem que está a ser considerado e o tipo de processo de concordância, para além do ano de escolaridade ou faixa etária alvo das crianças. Globalmente, verificamos que a capacidade de identificar desvios de gramaticalidade se desenvolve ainda durante o primeiro ciclo. No pré-escolar, a capacidade de identificar problemas de concordância verbal em número e problemas de ordem de palavras ainda está em desenvolvimento, no 2.º ano os resultados da tarefa de ordem de palavras ainda não estão consolidados, mas no 4.º ano essa capacidade já está bem estabelecida, o que mostra que já não é discriminatória em crianças com desenvolvimento típico.

Consideramos que os resultados encontrados são relevantes por diversas razões: por um lado, permitem uma compreensão mais fina dos graus de complexidade envolvidos na deteção de desvios sintáticos e na importância da escolha dos itens em tarefas de avaliação da consciência sintática adaptadas a diferentes faixas etárias; por outro lado, permitem-nos refletir sobre os fatores linguísticos que contribuem para determinar esses graus de complexidade variáveis.

Esperamos que estes resultados possam contribuir para a construção de uma prova de consciência sintática linguisticamente mais fundamentada e capaz de discriminar crianças de diferentes níveis de escolaridade.

## Referências

- Alexandre, R. (2010). A tarefa de manipulação na avaliação da consciência sintática em crianças do 1º ciclo de escolaridade. In M. J. Freitas, A. Gonçalves, & I. Duarte (Coord.), *Avaliação da consciência linguística. Aspectos fonológicos e sintáticos do português* (pp.147-169). Colibri.
- Barrera, S. D., & Maluf, M. R. (2003). Consciência metalingüística e alfabetização: Um estudo com crianças da primeira série do ensino fundamental. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 491-502.
- Bowey, J. A. (1986). Syntactic Awareness in relation to reading skill and ongoing reading comprehension monitoring. *Journal of Experimental Child Psychology*, 282-299.

- Bradley, L., & Bryant, P.E. (1983). Categorizing sounds and learning to read: a causal connection. *Nature*, 301, 419-421.
- Brito, A. M. (2024). *Estudos de Sintaxe*. Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- Brito, A. M., & Lopes, R. E. V. (2016). The structure of DPs. In W. L. Wetzels, S. Menuzzi, & J. Costa (Eds.), *The Handbook of Portuguese Linguistics* (pp. 254-274). Wiley Blackwell.
- Brito, A. M., & Raposo, E. P. (2013). Complementos, modificadores e adjuntos no sintagma nominal. In E. P. Raposo, F. B. Nascimento, M. A. Mota, L. Segura, & A. Mendes (Orgs.), *Gramática do Português* (pp. 1045-1113). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cain, K. (2007). Syntactic awareness and reading ability: is there any evidence for a special relationship? *Applied Psycholinguistics*, 28(4), 679-694.
- Capovilla, A. G. S., Capovilla, F. C., & Soares, J. V. T. (2004). Consciência sintática no ensino fundamental: correlações com consciência fonológica, vocabulário, leitura e escrita. *Psico-USF*, 9(1), 39-47
- Castro, A., & Ferrari-Neto, J. (2005). Um estudo contrastivo do PE e do PB com relação à identificação de informação de número no DP. *Letras de Hoje*, 42(1), 65-76.
- Corrêa, L. M. S., & Augusto, M. R. A. (2017). Primeiros passos na aquisição da sintaxe: o sintagma nominal. In M. J. Freitas, & A. L. Santos (Eds.), *Aquisição de língua materna e não materna: Questões gerais e dados do português* (pp. 121-154). Language Science Press. DOI:10.5281/zenodo.889427
- Costa, J. (2008). *O Advérbio em Português Europeu*. Colibri.
- Costa, M. (2010). A tarefa de reconstituição na avaliação da consciência sintática em crianças do 1º ciclo de escolaridade. In M. J. Freitas, A. Gonçalves, & I. Duarte (Coord.), *Avaliação da consciência linguística. Aspectos fonológicos e sintáticos do português* (pp. 171-203). Colibri.
- Costa, J., Fiéis, A., & Lobo, M. (2015). Input variability and late acquisition: clitic misplacement in European Portuguese. *Lingua*, 161, 10-26.  
<https://doi.org/10.1016/j.lingua.2014.05.009>
- Costa, J., & Lopes, R. E. V. (2016). Acquisition of Portuguese Syntax. In W. L. Wetzels, J. Costa, & S. Menuzzi (Eds.), *The Handbook of Portuguese Linguistics* (pp. 562-577). John Wiley & Sons, Inc.
- Duarte, I. (2008). *O conhecimento da língua: desenvolver a consciência linguística*. DGIDC.
- Duarte, I. (2010). Sobre o conceito de consciência linguística. In M. J. Freitas, A. Gonçalves, & I. Duarte (Eds.), *Avaliação da consciência linguística: aspectos fonológicos e sintáticos do português* (pp. 11-16). Edições Colibri.
- Gaux, C., & Gombert, J.-É. (1999). Implicit and explicit syntactic knowledge and reading in pre-adolescents. *British Journal of Developmental Psychology*, 17, 169-188.
- Gombert, J.-É. (1990). *Développement métalinguistique*. Presses universitaires de France.
- Gombert, J.-É. (2003). Implicit and Explicit Learning to Read: Implication as for Subtypes of Dyslexia. *Current psychology letters*, 10(1), 1-8. <https://doi.org/10.4000/cpl.202>
- Gonçalves, F. (2004). *Riqueza morfológica e aquisição da sintaxe*. [Tese de doutoramento]. Universidade de Évora.
- Lobo, M., & Vitorino, I. (2021). Acquisition of clitic climbing by European Portuguese children. In L. Avram, A. Sevcenco, & V. Tomescu (Eds.), *L1 Acquisition and L2 Learning: The view from Romance* (pp. 13-38). John Benjamins.

- Loureiro, J. (2008). *Aquisição de Ordem de Palavras e de Flexão Verbal em Português Europeu: produção vs. compreensão*. [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Loureiro, J. (2024). *Consciência sintática e compreensão de leitura em crianças em idade escolar*. [Tese de doutoramento]. Universidade NOVA de Lisboa.
- Mendes, A., Afonso, E., Lousada, M., & Andrade, F. (2014). *Teste de Linguagem - ALPE*. Edubox / Univ. Aveiro.
- Móia, T. (1993). Sobre o Lugar dos Demonstrativos na Arquitectura Semântica do Sintagma Nominal. *Cadernos de Semântica*, 11, 1-12.
- Morais, J., Alegria, J., & Content, A. (1987). The relationship between segmental analysis and alphabetic literacy: an interactive view. *Cahiers de Psychologie Cognitive. European Bulletin of Cognitive Psychology*, 7(5), 415-438.
- Nation, K., & Snowling, M. J. (2000). Factors influencing syntactic awareness skills in normal readers and poor comprehenders. *Applied Psycholinguistics*, 229-241.
- Perdigão, A. L. (2015). *Consciência Sintática: Processos de Concordância vs. Ordem de Palavras em Português Europeu*. [Dissertação de Mestrado]. Escola Superior de Saúde, Instituto Politécnico de Setúbal; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Raposo, E. B. P. (2020). Concordância verbal. In E. B. P. Raposo, M. F. B. do Nascimento, M. A. C. da Mota, M. L. Segura, A. Mendes, & A. Andrade (Orgs.), *Gramática do Português*. Vol. III (pp. 2425-2495). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Raposo, E. B. P. & Brito, A. M. (2020) Concordância nominal. In E. B. P. Raposo, M. F. B. do Nascimento, M. A. C. da Mota, M. L. Segura, A. Mendes, & A. Andrade (Orgs.), *Gramática do Português*. Vol. III (pp. 2499-2509). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rego, L. L. B. (1995). Diferenças individuais na aprendizagem inicial da leitura: papel desempenhado por fatores metalinguísticos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 11(1), 51-60. <https://periodicos.unb.br/index.php/revistaptp/article/view/17212>
- Rego, L. L., & Bryant, P. E. (1993). The connection between phonological, syntactic and semantic skills and children's reading and spelling. *European Journal of Psychology of Education*, 8, 235-246.
- Rego, L. L. B., & Buarque, L. L. (1997). Consciência sintática, consciência fonológica e aquisição de regras ortográficas. *Psicologia. Reflexão e Crítica* 10(2), 1-14. DOI: 10.1590/S0102-79721997000200003.
- Santos, A. L. (2006). *Minimal answers. ellipsis, syntax and discourse in the acquisition of European Portuguese*. [Tese de doutoramento]. Universidade de Lisboa.
- Santos, A. L., & Lopes, R. E. V. (2017). Primeiros passos na aquisição da sintaxe: direcionalidade, movimento do verbo e flexão. In M. J. Freitas, & A. L. Santos (Eds.), *Aquisição de língua materna e não materna: Questões gerais e dados do português* (pp. 155-175). Language Science Press. DOI:10.5281/zenodo.889429.
- Scherre, M. M. P., & Duarte, M. E. L. (2016). Main Current Processes of Morphosyntactic Variation. In W. L. Wetzels, J. Costa, & S. Menuzzi (Eds.), *The Handbook of Portuguese Linguistics* (pp. 526-544). John Wiley & Sons, Inc.
- Schwenter, S. A. (2016). Some Issues in Negation in Portuguese. In W. L. Wetzels, J. Costa, & S. Menuzzi (Eds.) *The Handbook of Portuguese Linguistics* (pp. 425-440). John Wiley & Sons, Inc.
- Simard, D., Fortier, V., & Foucambert, D. (2013). Measuring the metasyntactic ability of Portuguese speaking children living in a French-speaking environment. *Bilingualism: Language and Cognition*, 16, 19-31.

- Simard, D., Foucambert, D., & Labelle, M. (2014). Examining the contribution of metasyntactic ability to reading comprehension among native and non-native speakers of French. *International Journal of Bilingualism*, 18(6), 586-604.
- Simard, D., Labelle, M., & Bergeron, A. (2017). Measuring Metasyntactic Abilities: On a Classification of Metasyntactic Tasks. *Journal of Psycholinguistic Research*, 46, 433-456.
- Sim-Sim, I. (2010). *Avaliação da Linguagem Oral*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sua-Kay, E., & Santos, M. E. (2003). *GOL-E Grelha de observação da linguagem - Nível escolar*. Oficina Didáctica.
- Tong, X., Deacon, S., & Cain, K. (2014). Morphological and syntactic awareness in poor comprehenders: another piece of the puzzle. *Journal of Learning Disabilities*, 22-33.
- Tunmer, W. E. (1990). The role of language prediction skills in beginning reading. *New Zealand Journal of Educational Studies*, 25(2), 95-114.
- Tunmer, W. E., Herriman, M. L., & Nesdale, A. R. (1988). Metalinguistic abilities and beginning reading. *Reading Research Quarterly*, 135-158.
- Tunmer, W. E., Nesdale, A. R., & Wright, A. D. (1987). Syntactic awareness and reading acquisition. *British Journal of Developmental Psychology*, 5, 25-34.
- Viana, F. L. (2004). *TICL — Teste de identificação de competências linguísticas*. Edipsico.

## Apêndice

### Lista completa dos itens de teste

#### Subparte I - Concordância

	Item	Gramaticalidade	Problema
1	O João escondeu esta caixa.	Gramatical	n/a
2	Encontrei o caderno pequena.	Agramatical	Género N Adj
3	As meninas gosta de gelado.	Agramatical	Número Su V
4	O céu tem estrelas amarelas.	Gramatical	n/a
5	A árvore está cheia de maçãs enorme.	Agramatical	Número N Adj
6	A mãe conhece aquela cantora.	Gramatical	n/a
7	O pai chamou o menino.	Gramatical	n/a
8	O mar tem peixes colorido.	Agramatical	Número N Adj
9	O pássaro cantam em cima da árvore.	Agramatical	Número Su V
10	A Maria brinca com umas meninas.	Gramatical	n/a
11	A Ana visitou a médico.	Agramatical	Género Det N
12	A mãe gosta de livros grande.	Agramatical	Número N Adj
13	Conheci uma senhora simpática.	Gramatical	n/a
14	As formigas trabalham muito.	Gramatical	n/a
15	A mãe vai apanhar aquele comboio.	Gramatical	n/a
16	Eu desenho esta nuvens.	Agramatical	Número Det N
17	O João leu um livro fantástica.	Agramatical	Género N Adj
18	As bolas é de borracha.	Agramatical	Número Su V
19	Os peixes nadam no mar.	Gramatical	n/a
20	O pai tem uma carteira castanho.	Agramatical	Género N Adj
21	A mãe gosta de beber o chá fria.	Agramatical	Género N Adj
22	Eu arrumo as cadeiras.	Gramatical	n/a
23	Eu tenho uma boneca.	Gramatical	n/a
24	O Rui bebe leite quentes.	Agramatical	Número N Adj
25	A Ana tem uma saia comprida.	Gramatical	n/a
26	Os pássaros cantam em cima da árvore.	Gramatical	n/a
27	As tartarugas comem muito.	Gramatical	n/a
28	O João escondeu estas caixa.	Agramatical	Número Det N
29	A avó alimentou o pata.	Agramatical	Género Det N
30	A árvore está cheia de maçãs enormes.	Gramatical	n/a
31	A mãe gosta de livros grandes.	Gramatical	n/a

32	O céu tem estrelas amarela.	Agramatical	Número N Adj
33	Encontrei o caderno pequeno.	Gramatical	n/a
34	A bola é de borracha.	Gramatical	n/a
35	O pai chamou o meninos.	Agramatical	Número Det N
36	O avô ajudou aquele pintor.	Gramatical	n/a
37	A Ana visitou a médica.	Gramatical	n/a
38	A Maria usa sapatos brancos.	Gramatical	n/a
39	A mãe gosta de beber o chá frio.	Gramatical	n/a
40	Conheci uma senhora simpático.	Agramatical	Género N Adj
41	A menina gosta de gelado.	Gramatical	n/a
42	O mar tem peixes coloridos.	Gramatical	n/a
43	O pai tem uma carteira castanha.	Gramatical	n/a
44	As tartarugas come muito.	Agramatical	Número Su V
45	Eu arrumo a cadeiras.	Agramatical	Número Det N
46	Eu tenho um boneca.	Agramatical	Género Det N
47	A avó alimentou o pato.	Gramatical	n/a
48	O João viu esta marinheiro.	Agramatical	Género Det N
49	O avô ajudou aquele pintora.	Agramatical	Género Det N
50	A mãe vai apanhar aqueles comboio.	Agramatical	Número Det N
51	O Rui bebe leite quente.	Gramatical	n/a
52	O João leu um livro fantástico.	Gramatical	n/a
53	As formigas trabalha muito.	Agramatical	Número Su V
54	A Ana tem uma saia comprido.	Agramatical	Género N Adj
55	A mãe conhece aquele cantora.	Agramatical	Género Det N
56	Eu desenho estas nuvens.	Gramatical	n/a
57	O João viu este marinheiro.	Gramatical	n/a
58	A Maria usa sapatos branco.	Agramatical	Número N Adj
59	Os peixes nada no mar.	Agramatical	Número Su V
60	A Maria brinca com uma meninas.	Agramatical	Número Det N

**Subparte II - Ordem de Palavras**

	<b>Item</b>	<b>Gramaticalidade</b>	<b>Problema</b>
1	O João deve pintar o desenho.	Gramatical	n/a
2	Menina uma subiu à árvore.	Agramatical	N Det
3	Eu tenho uma flor bonita.	Gramatical	n/a
4	O Rui não decorou a tabuada	Gramatical	n/a
5	O gato subir vai para o telhado.	Agramatical	V Aux
6	Aquele cão gosta de ladrar.	Gramatical	n/a
7	O Rui mexeu no pó mágico.	Gramatical	n/a
8	O João foi ontem ao parque.	Gramatical	n/a
9	O detetive encontrou um amarelo lenço.	Agramatical	Adj N
10	A Ana fala baixo	Gramatical	n/a
11	A Maria andar pode de bicicleta	Agramatical	V Aux
12	Aquelas bolas são amarelas.	Gramatical	n/a
13	A mãe tem uma curta saia.	Agramatical	Adj N
14	A Maria come nunca a sopa.	Agramatical	V Adv
15	O pai pode comprar o brinquedo.	Gramatical	n/a
16	Um pássaro poisou na varanda.	Gramatical	n/a
17	O pai contou uma linda história.	Gramatical	n/a
18	O Rui também convidou a Ana.	Gramatical	n/a
19	Mesa esta é pequena.	Agramatical	N Det
20	A Maria lavar deve as mãos.	Agramatical	V Aux
21	O menino encontrou o preto gato.	Agramatical	Adj N
22	Os caracóis andam devagar.	Gramatical	n/a
23	Estes meninos gostam de estudar.	Gramatical	n/a
24	Cão aquele gosta de ladrar.	Agramatical	N Det
25	Eu oferecer vou uma flor à mãe.	Agramatical	V Aux
26	A menina sentou-se na cadeira pequena.	Gramatical	n/a
27	O cão depressa corre.	Agramatical	Adv V
28	Na história há uma floresta encantada.	Gramatical	n/a
29	O João brinca com a redonda bola.	Agramatical	Adj N
30	A Maria bebeu só um sumo.	Gramatical	n/a
31	Esta mesa é pequena.	Gramatical	n/a
32	O gato vai subir para o telhado.	Gramatical	n/a
33	O João pintar deve o desenho.	Agramatical	V Aux
34	Bolas aquelas são amarelas.	Agramatical	N Det
35	O cão fez um buraco enorme.	Gramatical	n/a

36	O Rui convidou também a Ana.	Gramatical	n/a
37	O cão corre depressa.	Gramatical	n/a
38	O pai contou uma história linda.	Gramatical	n/a
39	Pássaro um poisou na varanda.	Agramatical	N Det
40	O pai comprar pode o brinquedo.	Agramatical	V Aux
41	Uma menina subiu à árvore.	Gramatical	n/a
42	A Maria pode andar de bicicleta.	Gramatical	n/a
43	Eu tenho uma bonita flor.	Gramatical	n/a
44	Na história há uma encantada floresta.	Agramatical	Adj N
45	O Rui decorou não a tabuada.	Agramatical	V Adv
46	O João brinca com a bola redonda.	Gramatical	n/a
47	A menina sentou-se na pequena cadeira.	Gramatical	n/a
48	O rato ficou dentro de casa.	Gramatical	n/a
49	Meninos estes gostam de estudar.	Agramatical	N Det
50	Eu vou oferecer uma flor à mãe.	Gramatical	n/a
51	O detetive encontrou um lenço amarelo.	Gramatical	n/a
52	O Rui mexeu no mágico pó.	Agramatical	Adj N
53	Os caracóis devagar andam.	Agramatical	Adv V
54	A Ana baixo fala.	Agramatical	Adv V
55	A Maria deve lavar as mãos.	Gramatical	n/a
56	O cão fez um enorme buraco.	Gramatical	n/a
57	O João ontem foi ao parque.	Gramatical	n/a
58	A Maria só bebeu um sumo.	Gramatical	n/a
59	O rato dentro ficou de casa	Agramatical	Adv V
60	A mãe tem uma saia curta.	Gramatical	n/a
61	A Maria nunca come a sopa.	Gramatical	n/a
62	O menino encontrou o gato preto.	Gramatical	n/a

# Describing the internal syntax of *demais* constructions in Portuguese<sup>1</sup>

*Descrevendo a sintaxe interna das construções com demais em português*

Fábio Barcellos Granja

Utrecht University; Meertens Instituut, The Netherlands

La Caixa Foundation, Spain

f.barcellosgranja@students.uu.nl

Recebido: 02/06/2025

Aceito: 20/11/2025

Publicado: 16/01/2026

**ABSTRACT:** In Portuguese, the typical locus of adjective phrase degree modifiers is before the adjective: this has been traditionally represented by a degree phrase having a head that contains a degree modifier and c-commands an adjective phrase (Martinho, 2007). Such a generalization is well anchored in theory (Abney, 1987; Corver, 1997) and works well for describing the internal syntax of constructions with modifiers such as *muito* 'very', *bastante* 'especially/enough' or *demasiado* 'too'. However, it is insufficient to account for the behavior of *demais* 'too', a degree word that is invariably placed after the adjective it modifies. In this study, we aim to tackle this problem by investigating the motivation behind the apparently exceptional locus of *demais*. Furthermore, we advance a novel structure that explains the internal structure of such a pattern. We propose that the main factor causing *demais* to occur after adjectives is that it is lexically specified to do so. The explanation for this possibly lies in its etymology: it derives from Latin *valde magis* 'especially'. The evolution of that expression into *de magis* in Vulgar Latin (Adams, 2007) indicates that its initial *de* element was reanalyzed as a preposition. By aligning this fact to the notion that in Portuguese prepositional modifiers typically follow the adjectives they modify, we establish that there is a residual prepositional element in *demais* that causes its exceptional behavior. Based on this, we argue that for *demais* to modify an adjective, three steps are required: i) the element *-mais* is generated as the specifier of the adjective phrase; ii) the prepositional-like element *de-* is generated in the head of a degree phrase, which c-commands the adjective phrase; iii) the adjective moves from the head of the adjective phrase to the specifier of the degree phrase, thus reaching a position before *demais*. While this involves head-to-specifier movement, which is marked in many frameworks, there are certain conditions under which it can occur (Vicente, 2007), and we conclude that this is one of them. Such a structure has sufficient explanatory power to account for the anomalous pattern of *demais* following the adjective it modifies.

**KEYWORDS:** Syntactic theory; Adjective phrase; Degree modifiers.

**RESUMO:** Em português, o locus típico dos modificadores de grau do sintagma adjetival é antes do adjetivo: isto tem sido tradicionalmente representado por um sintagma grau com um núcleo

---

<sup>1</sup> The project that gave rise to these results received the support of a fellowship from the "la Caixa" Foundation (ID 100010434). The fellowship code is "B006279". Special thanks to Prof. Norbert Corver for his support and useful feedback on the first draft of this paper.

que contém um modificador de grau e c-comanda um sintagma adjetival (Martinho, 2007). Tal generalização está bem fundamentada na teoria (Abney, 1987; Corver, 1997) e funciona bem para descrever a sintaxe interna de construções com modificadores como "muito", "bastante" ou "demasiado". No entanto, ela é insuficiente para explicar o comportamento de "demais", um modificador de grau que é invariavelmente gerado após o adjetivo que modifica. Neste estudo, pretendemos abordar esse problema investigando a motivação por trás da localização aparentemente excecional de "demais". Além disso, apresentamos uma nova estrutura que explica a estrutura interna desse padrão. Propomos que o principal factor que faz com que "demais" ocorra após adjetivos é que está lexicalmente especificado para tal. A explicação para isso pode estar na sua etimologia: deriva do latim *valde magis* 'especialmente'. A evolução dessa expressão para "de magis" no latim vulgar (Adams, 2007) indica que o seu elemento inicial de- foi reanalisado como uma preposição. Ao alinhar este facto com a noção de que, em português, os modificadores preposicionais seguem normalmente os adjetivos que modificam, estabelecemos que existe um elemento preposicional residual em *demais* que causa o seu comportamento excecional. Com base nisto, argumentamos que, para que *demais* modifique um adjetivo, são necessários três passos: i) o elemento -mais é gerado no especificador do sintagma adjetival; ii) o elemento preposicional de- é gerado como núcleo de um sintagma de grau, que c-comanda o sintagma adjetival; iii) o adjetivo move-se do núcleo do sintagma adjetival para o especificador do sintagma de grau, alcançando assim uma posição anterior a "demais". Embora isso envolva um movimento de núcleo para especificador, que é marcado em muitas abordagens, há certas condições sob as quais ele pode ocorrer (Vicente, 2007), e concluímos que esta é uma delas. Tal estrutura tem poder explicativo suficiente para justificar o padrão anómalo de "demais" seguir o adjetivo que modifica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teoria sintática; Sintagma adjetival; Modificadores de grau.

## 1. Introduction

In both Brazilian and European Portuguese, degree modifiers of Adjective Phrases (henceforth APs) typically come before the adjective, as in (1):

- (1) Aquele carro é *muito* caro  
That car is very expensive  
'That car is very expensive'

This applies to other degree modifiers, such as *super* 'super', *bastante* 'especially/enough' and *demasiado* 'too'<sup>2</sup>. Crucially, however, this situation changes with the degree modifier *demais* 'too (much/many)', which invariably needs to be placed after

---

<sup>2</sup> For the purposes of this paper, we argue that *demasiado* 'too' display a more cristalized behaviour in comparison to *demais*, due to it undergoing a morphological derivation process that does not affect *demais* (cf. Vicente 2007); thus the different distribution. Relevantly, in Brazilian Portuguese the use of *demasiado* is largely restricted to learned/academic register, with *demais* being the primary degree modifier for the meaning 'too (much/many)'.

the AP it modifies, as in (2). When it is placed before the adjective, following the seemingly canonical order for degree modifiers, the sentence is ungrammatical as in (3):

(2) Aquele carro é caro **demais**  
That car is expensive too  
'That car is too expensive'

(3) \*Aquele carro é **demais** caro  
That car is too expensive

We can empirically observe this pattern in multiple Portuguese corpora, encompassing the two best-documented varieties of the language: European and Brazilian Portuguese. In the CETEMPúblico Corpus ([www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO](http://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO)) of European Portuguese, there are 487 occurrences of *demais* following the adjective it modifies. There are 228 occurrences of *demais* preceding APs, and in all of them *demais* is preceded by the preposition *por*. In such cases, we assume that the behavior of *demais* is modified by the preposition, something we will touch upon in the conclusion. In CORDIAL-SIN (Martins, 2022), an oral corpus of dialectal European Portuguese, all of the 12 occurrences of *demais* as an adjective modifier had it occurring after the AP. Finally, in the C-Oral-Brasil (Raso & Mello, 2012), which contains spoken Brazilian Portuguese data, we have found 72 occurrences in which *demais* modified an adjective, invariably coming after it. Importantly, these corpora include interrogative, topicalized and negative sentences. Still, they show that, even under the special circumstances above, in both Brazilian and European Portuguese, *demais* is placed after the adjective it modifies.

In this paper, we aim on the one hand to describe how degree modifiers fit into the internal syntax of APs in Portuguese and on the other hand to explain why *demais* displays an exceptional behavior in comparison to other words from the same class. Our research questions are:

- How are APs with *demais* constructed in Portuguese, and how does this fit into previous models describing the internal syntax of APs?

- Why is *demais* invariably placed after the AP it modifies, and how can a model account for that?

The paper is organized as follows. In section 2, we review the literature on the internal syntax of Adjective Phrases, looking at works focusing not only on Portuguese but also on Dutch and English. In section 3, we assess different proposals for representing *demais* structures and select two as the best candidates relying both on language-specific and universal constraints. In section 4, we present our final remarks, reiterate the main argumentation line and propose topics for future research endeavors in this area.

## 2. Theoretical background and methodology

In order to describe the internal syntax of Portuguese APs, we will follow a similar framework to Corver's (1997) analysis of Dutch APs. In this sense, its crucial contribution to this study is the functional DegP hypothesis. Following Abney's (1987) DP hypothesis, Corver postulates that the Dutch adjectival projection acts as the complement of a functional phrase DegP, which is headed by a degree modifier. This goes against Jackendoff's (1977) lexical head hypothesis, *i.e.* that degree words would project a Degree Phrase located in the specifier of AP.

This choice is first justified by structural parallelism: if in both English and Dutch noun phrases are contained within a functional projection headed by a Determiner, it is coherent to postulate an analogous structure for APs. Similar instances of parallelism have been postulated for other adjective-related constructions, *e.g.* by Talić (2015). By applying this line of thought to Portuguese, we find that NPs are also treated as the complements of functional Determiners (Brito, 1993): there is room, therefore, for postulating a parallel structure in the adjectival domain.

This possibility is thoroughly analyzed by Martinho (2007), who also rejects the lexical head hypothesis for Portuguese. Building on Corver (1997), he highlights that Portuguese degree modifiers can co-occur to the left of the adjective, such as in (4), in which two degree modifiers (*muito* 'very', and *mais* 'more') occur simultaneously to the left of *caro* 'expensive'. The same happens with *much* and *more* in the English translation:

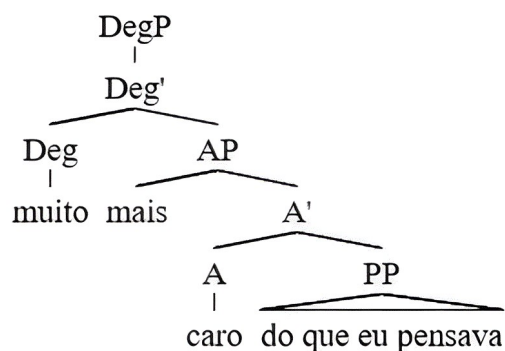
- (4) Aquele carro é **muito mais** caro do que eu pensava  
 That car is much more expensive than what I thought  
 'That car is much more expensive than I thought'

Such a co-occurrence is difficult to justify by adopting a lexical head hypothesis: both degree modifiers would have to occupy the same position (SpecAP), thereby crashing the syntactic computation (Martinho, 2007). If we adopt a functional DegP hypothesis, this problem is solved: one degree word would occupy the head of the DegP, and the other would be generated in SpecAP. This is exemplified by Corver's (1997) example (5), replicated here as (5) for convenience:

- (5) Fred was [DEGP so [AP *utterly* [A' confused]]] that he fell off the podium]

Our example in (4) and similar constructions can, therefore, be analogously analyzed so that we get the following internal structure:

FIGURE 1 - Internal structure of adjectival constructions with two degree modifiers<sup>3</sup>



(Source: created by the author)

Importantly, the lexical head hypothesis is not rejected if we adopt the idea of inner and outer specifiers (as described in Chomsky, 1995; 2001)<sup>4</sup>. In such a framework, we can assume that AP has multiple specifiers (in this case, two), and that each degree modifier

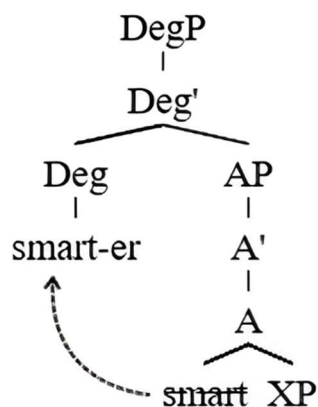
<sup>3</sup> The internal syntax of Portuguese comparative constructions is not analyzed in this article. One anonymous reviewer has pointed out that the comparative clause can be the complement of the degree head, as in Fábregas (2020); we have opted to stick to the structures shown in Corver (1997: 9) and Martinho (2007).

<sup>4</sup> We thank an anonymous reviewer for this additional point.

would occupy one specifier position. However, even if this theoretical problem is thus solved, there are other issues with this hypothesis that, as we argue, justify the postulation of a Degree Phrase instead.

Another argument in favor of the functional DegP hypothesis is the head-to-head movement observed in synthetic comparatives (Corver, 1997). In both English and Dutch, comparatives can be formed with the addition of the *-er* degree suffix to the modified adjective. In a lexical head hypothesis, if this suffix is generated in SpecAP (that is, to the left of the adjective), it cannot move to the right of the adjective nor can the adjective move leftwards to its own specifier: both options involve movement to a non-c-commanding position, which violates Travis' (1984) Head Movement Constraint. In contrast, in the functional DegP hypothesis the suffix would be generated as the head of DegP; the movement of the adjective from the head of AP to SpecDegP would be allowed, as the latter position c-commands the former (Corver, 1997):

FIGURE 2 - General internal structure of comparative adjectives formed with the suffix *-er*

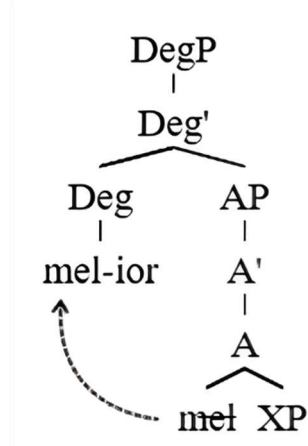


(Source: created by the author based on Corver, 1997)

In applying the same rationale to Portuguese, Martinho (2007) highlights that the vast majority of Portuguese comparatives are formed with the structure *mais* 'more' + adjective (e.g. *mais esperto* 'smarter', with no head-to-head movement needed) as illustrated in Figure 1 with *mais caro* 'more expensive'. At the same time, at least four comparatives are formed with the *-or* morpheme (i.e. *melhor* 'better', *menor* 'smaller', *maior* 'bigger' and *pior* 'worse'), which shares its etymology with Germanic *-er* (both coming ultimately from Proto-Indo-European *\*-yōs*). We can also add that the Portuguese *-or* form derives from the much more productive *-ior*, the Latin comparative suffix. Similar

to *-er*, in Latin *-ior* is realized to the right of the adjective; we can represent this derivation (which lives on etymologically in Portuguese *melhor*, *menor*, *maior* and *pior*) in Figure 3 with the adjective *melior* 'better', formed through the addition of *-ior* to the root *mel-*:

FIGURE 3 - General internal structure of comparative adjectives formed with the suffix *-ior*



(Source: created by the author based on Martinho, 2007)

Martinho's (2007) final argument, for the purposes of this study, involves adapting Corver's (1997) discussion of Dutch extraction effects to Portuguese. Martinho shows that the extraction of a degree word out of an AP results in ungrammaticality:

- (6) a. A minha pele está [tão sensível]!  
 The my skin is so sensitive  
 'My skin is so sensitive!'  
 b. \*Tão<sub>i</sub> a minha pele está [t<sub>i</sub> sensível]!  
 c. [Tão sensível]<sub>i</sub> a minha pele está [t<sub>i</sub>]!

At the same time, the extraction of the degree word together with the adjective yields a perfectly grammatical sentence, as in (6c). Martinho (2007) only applies this to so-called partial adjectival exclamative sentences, but we can also say the same of topicalization of the degree word together with the adjective in negative polarity sentences:

- (7) a. Ele não é [tão alto]  
       He not is so tall  
       'My skin is so sensitive!'  
       b. \*Tão<sub>i</sub> ele não é [t<sub>i</sub> alto]  
       c. [Tão alto]<sub>i</sub> ele não é [t<sub>i</sub>]

Such an effect could not be explained with the lexical head hypothesis: if the degree word *tão* 'so' was indeed generated in SpecAP, movement from this position to SpecCP would be possible. This is not, however, what we observe in (6b) and (7b); the ungrammaticality goes against the theory's prediction. By adopting Corver's (1997) functional head hypothesis, the problem is solved: if *tão* is generated as the head of DegP, the ungrammaticality of (6b) and (7b) is justified. The movement of a head to SpecCP violates the preservation of the structure. At the same time, moving the whole DegP (with the AP as its complement) to SpecCP as in (6c) and (7c) renders a grammatical sentence, showing that DegP is a constituent (Martinho, 2007).

### 3. Data analysis and results

Martinho's (2007) analysis is convincing and solidly anchored on empirical data: it demonstrates that the functional head model is the one that best explains the internal syntax of APs in Portuguese. Nevertheless, the *demais* problem mentioned in Section 1 persists. *Demais* 'too (much/many)' is a degree word that follows the adjective in Portuguese, contrary to other degree words - these always come before AP, like in English and Dutch. In Martinho's model, the only possibility would be for it to be placed in Deg<sup>o</sup>; Martinho does not discuss whether this would motivate movement of the adjective, as his focus is solely directed to non-exceptional degree words such as *muito* 'very', *bastante* 'especially; enough' and *demasiado* 'too'.

In order to understand the internal syntax of *demais* constructions, the first issue to address concerns it following the AP it modifies. One way to explain this is through the etymology of *demais*. It comes from the Latin construction *valde magis* 'especially, lit. very more' (Gaffiot, 1934): there is evidence that the initial *val* was quickly lost, with the construction *de+magis* still being attested in Latin, often as a single word (Adams, 2007).

In the evolution of Vulgar Latin into Portuguese, the intervocalic /g/ in *magis* was subject to lenition and eventually deletion, with a subsequent diphthongization of /ai → aj/. The resulting expression *demais* was also treated as a single word in Portuguese; the same goes for its cognates in other Ibero-Romance varieties.

Based on this etymology, we argue that for a significant period in the history of Latin (and, possibly, of Old Galician-Portuguese) *demagis/demais* was treated as a Prepositional Phrase due to its initial element *de* being homophonous and homograph with the preposition *de* 'of' in both languages. Furthermore, in contemporary Portuguese the expression *de mais* 'of more', a *de facto* Prepositional Phrase, also exists and is frequently confounded with *demais* in writing by many Portuguese natives. It is relevant to highlight that this mixing up of two similar expressions is mostly motivated by orthographical, and not semantic reasons, as illustrated by the examples in (8). Nevertheless, the fact that both expressions begin with 'de' - in *demais*, a residual prepositional element and in *de mais* a *de facto* preposition - is an essential component of this confusion.

- (8) a. O carro é caro **demais**  
The car is expensive too  
'The car is too expensive'
- b. O carro precisa **de mais** gasolina  
The car needs of more gas  
'The car needs more gas'

In this sense, we propose that the word *demais*, while still remaining a degree word, contains a residual prepositional element that leads it to having some syntactic properties that are typical of PPs. Indeed, in Portuguese PPs generally follow both the adjectives and nouns they modify, regardless of being complements or modifiers - as illustrated in (9):

- (9) a. O carro é caro [de verdade]  
The car is expensive of truth  
'The car is truly expensive' (Modifier)

- b. Ela está orgulhosa [da Maria]  
 She is proud of Maria  
 'She is proud of Mary' (Complement)
- c. O Marco é um vendedor [de fruta]  
 The Marco is a seller of fruit  
 'Marco is a fruit seller' (Complement)

Etymologically, then, there appears to be sufficient motivation for *demais* following APs. Importantly, we do not argue that *demais* is a full fledged PP. Indeed, in Portuguese PPs can typically be topicalized and move across constituents. In a structure such as [*PP Da Maria*]<sub>*t<sub>i</sub>*</sub>, *ele está orgulhoso* [<sub>*t<sub>i</sub>*</sub>], lit. 'of Mary, he is proud', the PP *da Maria* 'of Mary' moves from a lower position (after the adjective *orgulhoso* 'proud') to a higher one, preceding both the subject and its predicate<sup>5</sup>. However, having an analogous structure with *demais* is not possible: while *ele está orgulhoso [demais]* 'he is too proud' is completely grammatical, *\*[demais]<sub>*t<sub>i</sub>*</sub> ele está orgulhoso [<sub>*t<sub>i</sub>*</sub>]*, with *demais* moving analogously to the PP in the previous example, is not.

Therefore, *demais* is still a Degree modifier. Nevertheless, in order to explain its exceptional behaviour when compared to other Degree modifiers, we propose the hypothesis that its etymology can be relevant in motivating it. A similar solution is adopted by Corver (1997) to explain the anomalous behaviour of Dutch *genoeg* 'enough', which, contrary to other Dutch quantifiers, comes after the adjectives it modifies. In Corver's examples (74) and (75), adapted here as (10a-b), it is proposed that the adjective *bang* 'afraid' moves from A° to a position before Q°, possibly SpecQP:

- (10) a. \*Jan is [genoeg bang daarvoor]  
 Jan is enough afraid there-of
- b. Jan is [QP bang<sub>*i*</sub> + genoeg [AP *t<sub>i</sub>* daarvoor]]  
 Jan is afraid enough there-of  
 'John is afraid enough of it'

---

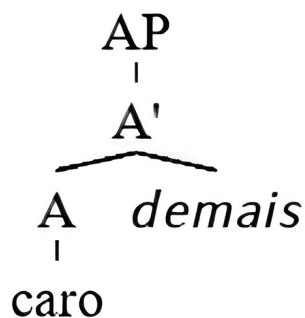
<sup>5</sup> We thank an anonymous reviewer for this example.

When it comes to the motivation for this movement, Corver proposes that this is an “idiosyncratic property of *genoeg* [...] encoded in its lexical entry” (Corver, 1997; 332). Based on this, we assume that the exceptional behaviour of *genoeg* in relation to other quantifiers is analogous to that of *demais* when compared to other degree modifiers. The data in this paper, combined with the theoretical insights in Martinho (2007) and Corver (1997, 2013), attempt to demonstrate that, when *demais* modifies an adjective, the adjective has to move to a higher position. It is certainly questionable whether diachronic, etymological factors can serve as motivators for syntactic movement. Thus, we opt to concur with Corver (1997) in saying that the lexical entry of *demais* is, contrary to that of other degree modifiers, encoded with an idiosyncratic property that requires adjective movement.

There still remains the problem of describing the internal syntax of these constructions: in the remaining of this article, we will propose two different analyses of how *demais* works syntactically, based on the etymological/lexical factors discussed above and on Corver’s (1997) and Martinho’s (2007) proposals regarding the AP structure.

Our first proposal involves *demais* being generated in the complement position of the Adjective Phrase, with a structure that is parallel to that of prepositional complements of nouns and adjectives:

FIGURE 4 - Preliminary proposal for representing the internal structure of *demais* constructions



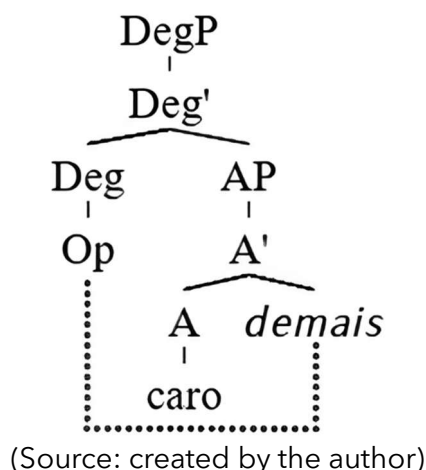
(Source: created by the author)

One extra step is necessary in this analysis: it needs to account for the fact that *demais* constructions cannot co-occur with other degree modifiers:

- (11) a. O carro é caro **demais**  
 The car is expensive too  
 'The car is too expensive'
- b. \*O carro é **muito/bastante/demasiado** caro **demais**  
 The car is very/especially/too expensive too

For this reason, the construction that we propose in Figure 5 involves a silent operator (Op, not phonologically realized) being generated together with *demais* and occupying the position Deg°. With this operator, the insertion of other degree modifiers into Deg° is blocked, and the sentence remains grammatical:

FIGURE 5 - Intermediate proposal for representing the internal structure of *demais* constructions



There is one last argument that can be used to justify this internal structure. Firstly, if the adjective remains *in situ* and is modified by a *demais* element generated as its complement, there is a systematic parallelism with other related structures, such as that of adjective complements and noun complements. In the case of the former, adjectives that can take a prepositional complement (e.g. *consciente* 'aware', *cansado* 'tired', *orgulhoso* 'proud') also remain *in situ* and c-command their complements. In Figure 6, the PP *do perigo* 'of the danger' is the complement of *consciente*, with the AP displaying the structure described above. As for noun complements, they have an analogous structure which crucially differs from noun modifiers as shown in Figure 7: in the structure *vendedor de fruta* 'fruit seller' the PP occupies the complement position, whereas in *vendedor de bigode* 'a seller with a moustache' the PP occupies an adjunct position. Indeed, both noun

complements and noun modifiers can co-occur, as in *vendedor de fruta de bigode* 'a fruit seller with a moustache'.

FIGURE 6 - Prototypical syntactic structure of prepositional complements of adjectives in Portuguese

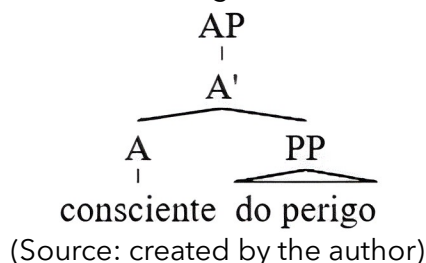
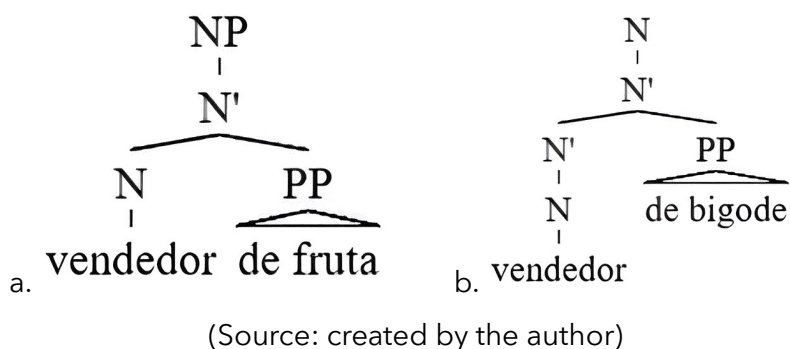


FIGURE 7 - Prototypical syntactic modifiers (a) and adjuncts (b) of nouns in Portuguese



So far, the structure in Figure 5 seems adequate for both etymological and syntactic reasons: internal parallelism is accounted for and there is no empty Deg° where a degree word can be added - something which renders such a sentence ungrammatical in Portuguese. Nevertheless, there is one issue that it does not solve. *Demais* constructions can not only be used with singleton adjectives (as in Figure 4), but also with adjectives that have complements:

- (12) a. O José está orgulhoso demais da Maria  
 The José is proud too of.the Maria  
 'José is really/too proud of Maria'
- b. A Joana está cansada demais das aulas  
 The Joana is tired too of.the classes  
 'Joana is too tired from classes'

- c. ?O José está orgulhoso da Maria demais  
 The José is proud of.the Maria too  
 'José is really/too proud of Maria'
- d. \*O José está demais orgulhoso da Maria  
 The José is too proud of.the Maria

This creates a problem for the internal structure in Figure 5: if *demais* already occupies the complement position, there would be no room for more (prepositional) complements to be added to the structure. In other words, sentences (12a), (12b) and (12c) would be ungrammatical - which they are not. An alternative solution that leaves the complement position free would be to think of *demais* as the degree modifier of a PP that is optionally phonologically realized. In examples (13a-b), we see that this solution seems to yield grammatical results. This would, in principle, explain why *demais* follows adjectives. A similar hypothesis is proposed by Brito & Matos (2003) to explain the behavior of modifier *bastante* 'fairly/enough'. However, when we analyze minimally different examples, *i.e.* when we change the degree modifier as in (13c), the only way to avoid ungrammaticality is by having the degree modifier c-commanding the adjective<sup>6</sup>. Furthermore, we can see in example (13d) that moving the proposed structure with the DegP and the PP results in an ungrammatical structure. Additionally, this hypothesis assumes that *demais* does not directly modify adjectives, which creates an atypical syntactic asymmetry between it and semantically/etymologically related *demasiado* 'too'.

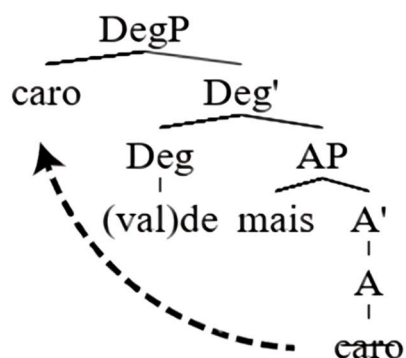
- (13) a. O carro é caro [DegP demais [PP para mim]]  
 The car is expensive too for me  
 'The car is too expensive for me'
- b. O carro é caro [DegP demais [PP Ø]]  
 The car is expensive too  
 'The car is too expensive'
- c. \*O carro é caro [DegP muito/bastante/super [PP para mim]]  
 The car is expensive very/fairly/super for me

<sup>6</sup> As shown, *e.g.*, in Figure 1 or in a structure such as *o carro é [DegP muito [AP caro]] para mim* 'the car is very expensive'.

d. \*O carro é [DegP demais [PP para mim]] caro  
 'The car is too for me expensive'

For this reason, while still adopting Corver's (1997) functional DegP framework and considering that *demais* is a direct degree modifier of adjectives, we propose the following structure to account for the patterns in (12) and (13c-d):

FIGURE 8 - Final proposal for representing the internal structure of *demais* constructions



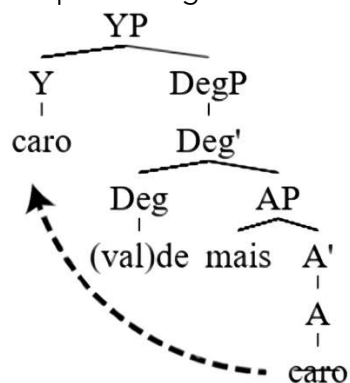
(Source: created by the author)

In this new structure, *demais* is generated in two steps, reflecting the pattern found in its Latin etymology: i) *-mais* occurs as the specifier of AP, in an analogous way to constructions with two degree words as in Figure 1; ii) *de-*, which for historical and etymological reasons discussed above has properties both of a degree word (cf. *valde*, 'much') and of a preposition (*de*, 'of'), is generated in the Deg° position. So far, this follows the typical structure of Portuguese adjectives modified by two degree words (Martinho, 2007). Nevertheless, this is insufficient, as the surface result would be *\*demais caro*. One last step is necessary, namely the movement of the adjective from A° to the specifier of DegP. One hypothesis to explain this movement is that it is mostly etymologically motivated, due to *demais* having some syntactic properties of PPs – specifically, that of following the adjective they modify. The adjective, then, does not remain *in situ*, but moves to the specifier of DegP to match the surface form *Adjective + demais*. An alternative solution is to assume that the movement of the modified adjective is a requirement that is encoded in the lexical entry of *demais*. It would entail a kind of topicalization of the adjective, which is moved to a higher position, something which does not happen with other, non-exceptional degree modifiers.

Compared to our first proposal Figure 5, the one in Figure 8 has two main advantages. Firstly, it does not rely on the postulation of a non-phonologically-realized operator: both the Deg<sup>o</sup> and A<sup>o</sup> positions are occupied by lexical, pronounced elements. Secondly, in Figure 8 the complement position of AP can be filled, something that is not allowed by the structure in Figure 5 but that still happens in Portuguese, as shown by the examples in (12). Thirdly, this structure is particularly appropriate to illustrate what happens in the *por demais* cases mentioned in the introduction, in which *demais* exceptionally comes before the adjective it modifies when in co-occurrence with the preposition *por* ‘by/for’. These are, indeed, the only cases in the corpora that we have used in which *demais* does not follow the modified adjective. We argue that when this happens, the specifier position of DegP is occupied by the PP *por*, thus making this position unavailable for the movement of the adjective, which, in turn remains *in situ* (i.e. after *demais*).

With that said, it is true that our second proposal involves head movement to a specifier position, something which in syntactic theory is regarded as heavily marked, albeit possible in certain situations (Vicente, 2007), such as feature checking, focus/topicalization and EPP. Vicente (2007, p. 245) leaves it to further research to evaluate other factors that can motivate head-to-spec movement, and if the proposal in Figure 8 is adopted, the lexical specification of *demais*, possibly aligned with its etymology, is one of them.

In order to avoid postulating a head-to-specifier movement situation, an alternative structure as in Figure 9 is also possible, in which the adjective moves to the leftmost head position of the extended Adjectival Projection. For this, we need to propose a YP that has DegP as its complement. If we assume that the lexical entry of *demais* requires a kind of topicalization of the adjective that it modifies, we can postulate that this YP could be a complementizer phrase. This solution is very similar to what Sioni (1998) proposes as the structure of adjectival construct states in Hebrew. Assessing whether the structure in Figure 9 is inherently better than the one in Figure 8 is outside the scope of this article: both tackle the problem of *demais* coming after the AP, but treat adjectival movement in a different way according to different theoretical assumptions (i.e. the [im]possibility/[un]markedness of head-to-spec movement).

FIGURE 9 – Alternative proposal for representing the internal structure of *demais* constructions

(Source: created by the author)

#### 4. Concluding remarks

In this paper, we have reflected on the internal structure of Portuguese adjective phrases modified by the degree word *demais*. Building on insights from minimalist proposals aligned with the functional DegP hypothesis (Corver, 1997; Martinho, 2007), we proposed two main structures to represent these constructions.

Regarding our main research question, our analysis is that the most appropriate form to describe the internal syntax of *demais* constructions is that outlined in Figure 8, with a variation described in Figure 9. They involve movement of the adjective to a position preceding *demais*, which is viewed as having two components: *de-* takes the Deg° position and *-mais* is generated in the specifier of the AP.

As to our second research question, both proposals account for the fact that *demais* invariably comes after the AP it modifies, unlike other degree words. One way to explain this fact is through the word's Latin etymology, with the expression *(val)de magis* being reanalysed as an exceptional degree word containing PP properties. Since in Portuguese PPs come after the adjective they modify, this would be the natural locus of a PP-like degree element such as *demais*. However, it is theoretically unclear whether such etymological factors can motivate the syntactic movement of the adjective. Our conclusion points to *demais* being an exceptional degree word, which is lexically encoded to require the adjective it modifies to be moved.

Future research can profit from assessing whether head-to-spec movement is the best way to explain the movement of the adjective in order for it to precede *demais* (as in Figure 8), or whether it is necessary to postulate head-to-head movement from A° to the

head of a new Y phrase (as in Figure 9). For this, more Portuguese examples would need to be analysed, e.g. to investigate whether parallel movement structures are observed in other domains (such as DP). Finally, other constructions in other (related or unrelated) languages can provide further evidence to our final conclusions: Corver (1997) already hints that Dutch *genoeg* (and by extension English *enough* and German *genug*) are formed by two different elements, *ge-/e-* + *-noeg/-nough/-nug*, which would motivate movement operations and account for their generally being placed (like *demais*) after the adjective they modify.

## References

- Abney, S. P. (1987). *The English noun phrase in its sentential aspect* [PhD thesis]. Massachusetts Institute of Technology.
- Adams, J. N. (2007). *The Regional Diversification of Latin, 200 BC - AD 600*. Cambridge University Press.
- Brito, A. M. (1993). Aspects de la syntaxe du SN en portugais et en français. *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, 10, 25- 53.  
<https://ojs.letras.up.pt/index.php/rll/article/view/8342>
- Brito, A. M. & Matos, G. (2003). Construções de graduação e comparação. In M. H. M. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria (Eds.), *Gramática da Língua Portuguesa* (pp. 353-424). Caminho.
- Chomsky, N. (1995). *The Minimalist Program*. MIT Press.
- Chomsky, N. (2001). Derivation by Phase. In M. Kenstowicz (Eds.), *Ken Hale, A Life in Language* (pp. 1-52). MIT Press.
- Corver, N. (1997). The internal syntax of the Dutch adjectival projection. *Natural Language and Linguistic Theory*, 15(2), 289-368.  
[https://www.dbnl.org/tekst/corv002inte01\\_01/](https://www.dbnl.org/tekst/corv002inte01_01/)
- Corver, N. (2013). Lexical categories and (extended) projection. In M. den Dikken (Ed.), *The Cambridge Handbook of Generative Syntax* (pp. 353-424). Cambridge University Press.
- Fábregas, A. (2020). The syntax and semantics of degree expressions in Spanish. *Borealis: An International Journal of Hispanic Linguistics*, 9 (2), 1-112.  
<http://dx.doi.org/10.7557/1.9.2.5575>
- Gaffiot, F. (1934). *Dictionnaire latin-français*. Hachette. <https://digital-gaffiot.sourceforge.net/D.html>
- Jackendoff, R. (1977). *X Syntax: a study of phrase structure*. MIT Press.
- Martinho, F. (2007). *Sintaxe e Semântica dos Adjectivos Graduáveis em Português* [PhD thesis]. Universidade de Aveiro. <https://sweet.ua.pt/fmart/CorpoTese.pdf>
- Martins, A. M. (Coord.). (2022). *CORDIAL-SIN: Corpus Dialetal para o Estudo da Sintaxe / Syntax-oriented Corpus of Portuguese Dialects*. Lisboa, CLUL. <https://www.clul.ulisboa.pt/projeto/cordial-sin-corpus-dialetal-para-o-estudo-da-sintaxe>

- Raso, T., & Mello, H. (Eds.). (2012). *C-oral-Brasil I: corpus de referência do português brasileiro falado informal*. Editora UFMG.
- Siloni, T. (1998). Adjectival constructs and inalienable constructions. *Themes in Arabic and Hebrew Syntax*. <https://www.tau.ac.il/~siloni/AdjectivalConstructs2002.pdf>
- Talić, A. (2015). Adverb extraction, specificity, and structural parallelism (pre-publication version). *Canadian Journal of Linguistics*, 60, 417-454.
- Travis, L. (1984) *Parameters and Effects of Word Order Variation* [PhD thesis]. Massachusetts Institute of Technology.
- Vicente, L. (2007). *The Syntax of Heads and Phrases - A study of verb (phrase) fronting* [PhD thesis]. Leiden University. [www.lotpublications.nl/Documents/154\\_fulltext.pdf](http://www.lotpublications.nl/Documents/154_fulltext.pdf)

# **A sintaxe de regência em *Regras da lingua portugueza* (1725) e *Arte da grammatica da lingua portugueza* (1770): um estudo comparativo<sup>1</sup>**

*The syntax of government in Regras da Língua Portuguesa (1725) and Arte da Grammatica da Língua Portuguesa (1770): A comparative study*

Guendalina Gianfranchi

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal  
guendola@gmail.com

Recebido: 22/05/2025

Aceito: 26/11/2025

Publicado: 16/01/2026

**RESUMO:** Duas gramáticas, *Regras da lingua portugueza* de Jeronymo Contador de Argote (1721; 1725) e *Arte da grammatica da lingua portugueza* de António José dos Reis Lobato (1770), destacam-se entre as obras produzidas até ao século XVIII. A gramática de Argote foi a primeira, em língua portuguesa, a receber mais de uma edição durante a vida do autor (Kemmler, 2012) e marca uma rutura com o modelo jesuítico de ensino do latim (Moura, 2011). A *Arte* de Lobato, por sua vez, ultrapassou quarenta edições e figura entre os primeiros manuais destinados ao ensino público do português (Kemmler, 2005). Ambas se distinguem também pelas amplas secções dedicadas à sintaxe. Este estudo compara a abordagem dos autores à regência nominal e verbal, com foco nos casos genitivo, dativo, acusativo e ablativo. Na *Syntaxe de reger*, Argote separa a regência dos nomes da dos verbos. Para nomes, categoria que inclui substantivos e adjetivos, distingue seis casos (nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo) e dedica um capítulo a cada um, exceto nominativo e vocativo. Lobato, ao contrário, organiza cada caso numa *Lição*, regido por verbo ativo ou por preposição, subdividida em regras. Em Argote, as preposições têm papel limitado na regência, exceto no ablativo; no genitivo, por exemplo, o adjetivo atua como regente (Argote, 1725). Em Lobato, a preposição é central e surge na primeira regra de cada caso, sendo apresentada como elemento regente, como no genitivo, regido por *de* (Lobato, 1770). O estudo evidencia a relevância destas gramáticas e aprofunda a compreensão das conceções sobre o funcionamento da língua portuguesa no período.

**PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia Linguística; Sintaxe; Regência; Gramática; Português.

**ABSTRACT:** Two influential 18th-century Portuguese grammars, *Regras da lingua portugueza* by Jeronymo Contador de Argote (1721; 1725) and *Arte da grammatica da lingua portugueza* by António José dos Reis Lobato (1770), stand out within the grammatical production of their time. Argote's grammar was the first Portuguese grammar to receive multiple editions during the author's lifetime (Kemmler, 2012) and marked a shift away from the Jesuit model of Latin teaching (Moura, 2011). Lobato's *Arte* surpassed 40 editions and became one of the earliest manuals intended for public instruction in Portuguese (Kemmler, 2005). Both works also show structural innovations, particularly in their extensive treatment of syntax. This study compares their

---

<sup>1</sup> Agradeço ao Professor Rogélio Ponce de León Romeo pela orientação e o apoio contínuo ao longo deste trabalho.

approaches to nominal and verbal government, focusing on the genitive, dative, accusative and ablative cases. In the *Syntaxe de reger*, Argote separates the government of nouns from that of verbs. For nouns, a category including nouns and adjectives, he identifies six cases and devotes individual chapters to all except the nominative and vocative. Lobato, by contrast, does not adopt a noun-verb division; instead, he structures each case into a *Lição* governed by either an active verb or a preposition, further subdivided into rules. Prepositions play a limited role in Argote's system, where governors are often adjectives, as in the genitive (Argote, 1725). Lobato, however, places prepositions at the centre of case government, introducing each case with rules identifying the governing preposition, such as *de* in the genitive (Lobato, 1770). This comparison sheds light on how 18th-century grammarians conceptualised Portuguese syntax.

**KEYWORDS:** Linguistic Historiography; Syntax; Government; Grammar; Portuguese.

## 1. Introdução

Foi no século XVI que começaram a ser produzidas gramáticas da língua portuguesa, após séculos de domínio da língua latina, com as obras de Fernão de Oliveira (1536) e de João de Barros (1540) (Coelho, 2011, p. 168). Estas duas gramáticas distinguem-se por “dotarem a língua portuguesa de um estatuto que até então não possuía, tornando-a numa língua da comunicação e num espaço privilegiado de expressão” (Assunção, 1997<sup>a</sup>, p. 83). Houve várias gramáticas produzidas ao longo dos séculos XVII e XVIII, entre as quais as de Amaro de Roboredo (1619) e de Bento Pereira (1672), seguidas, mais tarde, por *Regras da lingua portugueza* de Jeronymo Contador de Argote (1721; 1725) e pela *Arte da grammatica da lingua portugueza* de António José dos Reis Lobato (1770). É sobre estas duas últimas que o presente estudo se debruça. A primeira destas destaca-se, entre outros motivos, por ser a primeira gramática portuguesa a ter mais do que uma edição única em vida do autor (Kemmler, 2012, p. 76) e por constituir uma rutura do modelo de ensino e aprendizagem jesuíta do latim (Moura, 2011, p. 1). Por sua vez, *Arte da grammatica da lingua portugueza* (1770) destaca-se por ter tido mais do que 40 edições e por ter sido um dos primeiros manuais do ensino público do português (Kemmler, 2005, pp. 429-430).

Para além das razões mencionadas, as obras de Argote (1725) e de Lobato (1770) distinguem-se ambas por apresentarem estruturas divergentes no que diz respeito às gramáticas que as precedem, dedicando partes extensas à sintaxe da língua portuguesa. É precisamente sobre estas partes que o presente estudo focará, desenvolvendo uma análise contrastiva relativa a alguns elementos da sintaxe da regência apresentada pelos

dois autores. A relevância deste trabalho reside, assim, no facto de a literatura relativa a este tópico ser muito escassa; vários estudos mencionam ou dedicam uma secção à sintaxe de regência em uma das duas gramáticas (Moura, 2008; Fonseca, 2009; Marques, 2016; Schäfer-Prieß, 2019, entre outros), mas ainda não parece existir um estudo focado na análise aprofundada deste fenómeno, nem em uma das duas gramáticas, nem de forma comparativa entre as duas.

O desenvolvimento deste estudo inclui um breve resumo relativo à vida e à obra de Jerónimo Contador de Argote e de António dos Reis Lobato, respetivamente, seguidos pela análise contrastiva das secções sobre a sintaxe de regência. Para acabar, serão apresentadas algumas considerações finais relativas à investigação.

## **2. Jerónimo Contador de Argote**

Nesta secção pretende-se elaborar, brevemente, sobre a vida de Jerónimo Contador de Argote, com atenção às duas edições de *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina ou disposiçam para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza* e ao uso, por parte do autor, do pseudónimo Padre Caetano Maldonado da Gama na primeira versão da obra.

Jerónimo Contador de Argote nasceu em Colares (Sintra) em 1676 e faleceu em Lisboa em 1749 (Silva, 1858, II, p. 260 *apud* Schäfer-Prieß, 2019, p. 24). Tendo estudado latim com os padres jesuítas no Colégio de S. Francisco Xavier em Lisboa, tornou-se Clérigo Regular Teatino na Casa de Nossa Senhora da Divina Providência de entre Douro e Minho em 1688. Dedicou-se ao estudo de línguas, entre as quais o latim, o grego, o francês e o italiano, da história sagrada e profana e da geografia (Moura, 2008, p. 154). Foi, ainda, nomeado pelo rei entre os primeiros 50 académicos da Real Academia de História, por ter escrito, enquanto historiador, as Memórias do Arcebispado de Braga. Apesar da maioria dos seus trabalhos serem ligados à sua vida sacerdotal, as duas edições da gramática *Regras da língua portuguesa* são as que se destacam, por terem grande importância e relevância (Moura, 2008, p. 155).

Estas duas edições da obra, a primeira publicada em 1721 e a segunda em 1725, têm, em aparência, autorias diferentes, sendo a primeira edição, de facto, publicada sob o nome P. Caetano Maldonado da Gama. Contudo, entre os especialistas da historiografia

linguística portuguesa dedicados às gramáticas portuguesas setecentistas, não há dúvida de que esta obra foi escrita pelo próprio clérigo teatino Dom Jerónimo Contador de Argote (Kemmler, 2012, p. 76). A conexão entre as duas edições e, assim, a atribuição delas à mesma autoria, foi estabelecida pelo Quarto Conde da Ericeira, Dom Francisco Xavier de Meneses (1673-1743), que era fundador, junto aos irmãos Argote, da Academia Real da Historia Portugueza (1720-ca. 1776) (Kemmler, 2012, p. 76). Encontra-se na segunda edição de *Regras da lingua portugueza* a seguinte declaração do Conde da Ericeira:

[...] he a segunda declarar o seu Nome o Padre D. Jeronymo Contador de Argote, Clerigo Regular, e da Academia Real, que na primeyra impressão se encobrio, e eu quasi reconheci pela erudição, e acerto, com que escreve [...] (Ericeira em Argote, 1725, p. X).

Segundo Kemmler (2012, p. 77), esta afirmação mostra que, mesmo enquanto Argote estava vivo, não havia dúvida sobre a identidade do autor atrás do pseudónimo. Esta informação foi, ao longo do tempo, confirmada pelos bibliógrafos Diogo Barbosa Machado (1682-1772) e Inocêncio Francisco da Silva (1810- 1876) e, mais tarde, para os investigadores Assunção, Gonçalves, Hackerott, Leite, Moura e Schäfer-Prieß (Kemmler 2012, p. 77).

Kemmler (2012), tendo dedicado o seu estudo à pesquisa de informação sobre a origem e as razões por trás do pseudónimo, investiga, com detalhe, a escolha do nome e a análise comparativa das duas edições, com atenção às suas estruturas e às variações nos textos introdutórios das duas obras. Chega, assim, à conclusão de que o nome foi escolhido segundo o seguinte critério: Caetano identificaria o autor como Clérigo Regular teatino, Maldonado teria sido o apelido principal do lado do avô paterno do autor e da Gama teria sido o primeiro apelido do lado da avó materna (Kemmler, 2012, p. 93). Quanto à estrutura das obras, segundo o autor, esta manteve-se igual, apenas com a inserção de mais dois capítulos na segunda edição. Depois de ter comparado as introduções das duas obras, o autor reparou, ainda, em algumas diferenças, nem sempre significativas, que indicam alguma evolução dos princípios metalinguísticos de Argote (Kemmler, 2012, p. 94).

## **2.1. Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina ou disposiçam para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza (1725)**

Sendo que o presente estudo é focado na segunda edição de *Regras da lingua portugueza*, publicada em 1725, nesta secção pretende-se dar uma breve revisão desta edição da obra, com particular atenção aos capítulos relativos à sintaxe.

Esta obra foi concebida com a intenção de servir às aulas de gramática nas Casas de Nossa Senhora da Divina Providência, uma vez que essa, assim como as línguas clássicas (o latim e o grego) e as vernáculas (o italiano e o francês), além de outras ciências, era ensinada aos noviços da congregação religiosa, fato que comprova, assim, o fim didático da obra (Marques, 2016, p. 19). O escopo desta gramática, quer da edição de 1721, quer da de 1725, é de “[...] ensinar as regras da lingua Portugueza para facilitar aos meninos a percepção, e o uso da Grammatica Latina” (Argote, 1721; 1725, Introdução). O próprio nome *Espelho*, utilizado por Argote no título da sua obra, teria sido escolhido para evidenciar que as regras da gramática portuguesa são correspondentes às da gramática latina (Moura, 2008, p. 156). Segundo Moura (ibidem), os gramáticos especulativos da Idade Média pensavam que a linguagem fosse um espelho, cuja reflexão exhibe a realidade das coisas. Esta é, por sua vez, uma ideia que remontaria a Platão, segundo a autora (ibidem). Argote evidencia, mais uma vez, esta conexão entre as duas línguas no prólogo às *Regras*:

A presente Grammatica he Portugueza no nome, nas palavras, e nas regras; porém no intento, e effeyto, para que se compoz, he Latina; por isso a mayor parte das regras, que contêm, guardão ou total, ou parcial harmonia com as Latinas, e as demais, em que a Grammatica Portugueza discorda inteiramente da Latina, as reputa como Idiotismo, e assim as deyxá para aquelles, que houverem de compor da Grammatica Portugueza em toda a sua extensaõ. (Argote, 1725, Prólogo).

Argote atesta, ainda, que os métodos vigentes na sua época do ensino da língua latina são ineficazes, com a declaração que muitos alunos aprendem o latim, mas poucos o conhecem suficientemente e ainda menos de forma perfeita (Argote, 1725, Introdução). O autor propõe, então, que se ensine “aos rapazes primeyro a Grammatica da sua lingua vulgar, e depois ensinarlhes a Grammatica Latina.” Segundo Moura (2008, p. 158), Argote demonstra, nesta proposta, que partilha as preocupações dos gramáticos humanistas

renascentistas e seiscentistas, nomeadamente Francisco Sánchez, Amaro de Roboredo, os gramáticos de Port Royal e Padre Lamy, entre outros; além de reconhecerem a relevância de o ensino do latim ser mais claro e conciso, estes autores reconheciam que o latim deveria ser ensinado através do ensino da língua materna do aluno. Estes autores, desta maneira, afastavam-se do método jesuítico que favorecia a aprendizagem do latim através do latim (Moura, 2008, p. 158).

Em relação às duas edições de *Regras da lingua portugueza*, há algumas discrepâncias no que diz respeito às fontes citadas pelo autor. Na primeira edição da gramática, o autor apresenta-as de forma extensa, como nos explica Kemmler:

Sem qualquer referência ao verdadeiro autor dos famosos *De institutione grammatica Libri tres* (1573), o jesuíta Manuel Álvares (1526-1583), Argote refere somente o 'Padre Velles', ou seja o jesuíta António Velês (1547-1609) que reformou a gramática latina da Companhia de Jesus a partir da última edição da 'arte grande' (Álvares / Velês 1599). (Kemmler, 2012, p. 91)

Embora haja uma vírgula entre os nomes Sanches Brocense na edição de 1721, quer Kemmler (2012, p. 91), quer Schäfer-Prieß (2019, p. 26) atestam que esta é uma referência ao gramático Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600). São, ainda, mencionados Gerhardus Johannes Vossius (1577-1649), os "Padres da Cõgregação de Port Royal" (Argote, 1725, XXIII *apud* Schäfer-Prieß, 2019, p. 27) e Bernard Lamy (1640-1715). Relativamente aos Padres de Port Royal, Argote não explicita qual das obras metalinguísticas destes autores teria sido uma das suas fontes (Kemmler, 2012, p. 92). Das obras dos padres, destacam-se as duas mais emblemáticas, segundo Kemmler, a *Grammaire générale et raisonnée* (1660, 1679), de Antoine Arnauld (1612-1694) et Claude Lancelot (c. 1615-1695), e a *Nouvelle methode pour apprendre facilement la langue latine* de Claude Lancelot. Esta última é uma de apenas duas fontes citadas na edição de *Regras da lingua portugueza*, que nos poderia levar a concluir que esta própria gramática é a referida por Argote na edição de 1721 (Kemmler, 2012, p. 92). A segunda fonte citada na segunda edição, no entanto, é a "Grammatica discursada do Padre Lami" (Argote, 1725, Introdução), Contudo, segundo Kemmler, a obra de Bernard Lamy (1640-1715) "não reúne as características em questão" e, por isso, fica claro que "a retórica de Lamy se encontra redigida em pleno texto expositivo, sem qualquer recurso ao método

dialogístico” e devido a esta observação, Kemmler atesta que se trataria de duas obras diferentes e de dois autores distintos (Kemmler, 2012, p. 93).

Quanto à estrutura de *Regras da lingua portugueza*, a gramática é dividida em quatro partes. A primeira parte, *Castas de Palavras*, é composta por 11 capítulos e trata de morfologia, enquanto a segunda trata de *Syntaxe Simples* e conta com oito capítulos. A terceira parte, que conta com sete capítulos, é sobre a *Syntaxe Figurada*, enquanto a quarta, acrescentada na edição de 1725, trata, em três capítulos distintos, dos *Dialectos da Lingua Portugueza*, da *Construção da Lingua Portugueza* e da *Pratica da Regência da Lingua Portugueza*. Esta última parte contém, ainda, a análise, sob forma de exercício, de uma carta, naquela altura inédita, do Padre António Vieira e um *Tratado Breve da Orthografia da Lingua Portugueza*, composto, por sua vez, de três capítulos (Leite, 2009, p. 3979).

Argote adota, ao longo de *Regras da lingua portugueza*, o método de diálogo, isto é, de pergunta e resposta, entre Mestre e Discípulo. Este estilo observa-se, anteriormente, em vários autores, nomeadamente, Élio Donato, Niccolò Perotto (ca. 1429-1480), Pietro Bembo (1470-1547), Juan de Valdés (1509-1541) e Sciopio (1576-1649) (Schäfer-Prieß, 2019, p. 26). Este diálogo pode ser definido “à moda dos socráticos, em que ‘conversam’ o Mestre (M.) e o Discípulo (D.), estando o mestre no papel de inquiridor, como Sócrates, para levar o discípulo a refletir e encontrar as respostas sobre os temas gramaticais a respeito do que falam” (Leite, 2009, p. 3979). Assim, a gramática de Argote (1725) segue esta tendência universalista já utilizada na gramaticologia portuguesa por Fernão de Oliveira e, ainda, desenvolvida por Amaro de Roboredo, ambos autores que tinham intuído a existência de regras universais nas línguas. Argote, à diferença desses autores, sendo consciente dessas regras, afirma-se, então, partidário da *Grammaire Générale et Raisonnée*, de Port Royal (Leite, 2009, p. 3979).

Em contraste com os gramáticos portugueses anteriores, Argote apresenta uma série detalhada de regras relativas à sintaxe da língua portuguesa na *Segunda Parte* da sua obra. Assim, o autor distingue-se como o primeiro gramático português a elaborar de forma significativa a sintaxe do português; além de identificar as regras fixas latinas partilhadas na sintaxe portuguesa e na sintaxe latina, o autor descreve, ainda, a sintaxe do português, favorecendo, portanto, a gramatização deste nível linguístico (Marques, 2016, p. 44). Podemos, assim, reparar na extensão da *Segunda Parte* de *Regras da lingua*

*portuguesa*, sendo que esta abrange 56 páginas no total, divididas em oito capítulos, todos sobre a *Syntaxe Simples*. Na *Terceyra Parte* há, ainda 49 páginas dedicadas à *Syntaxe Figurada*. Por isso, Argote é um dos gramáticos portugueses que mais contribuiu para que a sintaxe se autonomizasse cada vez mais da etimologia (Moura, 2011, p. 9).

Para enfrentar, então, o tema da sintaxe, Argote mantém o formato de diálogo entre Mestre e Discípulo, introduzindo o conceito como “a boa ordem e disposição das palavras,” isto é, a necessidade de, “estarem as palavras no número, caso, e no lugar que lhes pertence” (Argote, 1725, p. 184). Poderíamos atribuir a estas distinções a interpretação de critério morfológico, de critério funcional-sintático e de critério distribucional-sintagmático, segundo Marques (2016, p. 43). Argote distingue, ainda, entre *Syntaxe Simples* e *Syntaxe Figurada*. A primeira “ensina as regras de ordenar bem as palavras na ordem natural” (Argote, 1725, p. 185), isto é, o artigo seguido pelo nome, o nome seguido pelo verbo, o caso depois do verbo e o adjetivo junto ao substantivo, enquanto a segunda “ensina quando estão bem ordenadas as palavras, ainda que estejam fóra da ordem natural” (Argote, 1725, p. 185). No que diz respeito a esta “ordem natural,” podemos realçar a observação de que tudo o que tem correspondência entre a língua portuguesa e a latina é considerado, por Argote, natural, ou simples, enquanto o que é divergente é considerado uma alteração da naturalidade; assim, a ordem natural é considerada uma propriedade do português, mas a ordem figurada é estudada como uma questão estilística (Leite, 2009, p. 3984).

Dentro da *Syntaxe Simples*, o autor distingue, ainda, duas categorias, a sintaxe de concordar, que ensina as regras de concordância dos verbos com os nomes ou os pronomes ou dos adjetivos com os substantivos, e a sintaxe de reger (Argote, 1725, p. 186).

No que diz respeito, então, à *Syntaxe de reger*, Argote começa pela distinção entre as duas castas da sintaxe; a sintaxe de reger os nomes e a sintaxe de reger os verbos (Argote, 1725, p. 194). Quanto à descrição da primeira, o Discípulo oferece a seguinte definição: “He a que ensina as regras de saber em que caso se haõ de pór na Oração os nomes” (Argote, 1725, p. 194). É importante realçarmos que, tal como Fernão de Oliveira, João de Barros e Amaro de Roboredo antes dele, Argote inclui o substantivo e o adjetivo na categoria dos nomes (Marques, 2016, p. 33). A *Syntaxe de reger os verbos*, por sua vez, trata “dos modos, tempos, numeros, e pessoas, em que estão, e se devem por os Verbos

dentro de uma oração” (Argote, 1725, p. 234). Este capítulo oferece esclarecimento relativo ao conjuntivo (“subjunctivo”) e ao infinitivo, uma vez que “o que pertence a pessoas, numeros, e tempos nas Linguagens, e Capitulos dos Verbos fica dito, e tambem o que pertence ao modo Indicativo” (Argote, 1725, p. 234). No que diz respeito ao conjuntivo, é realçado, ainda, o papel importante das conjunções, como, por exemplo, *para que* e os advérbios *antes que* e *primeyro que*, os quais, segundo o autor, sempre selecionam o verbo ao conjuntivo (Argote, 1725, p. 234).

Argote apresenta uma divisão em seis castas nas regras de regência dos nomes: do nominativo, do genitivo, do dativo, do acusativo, do vocativo e do ablativo (Argote, 1725, p. 195). Nesta explicação podemos observar, de forma muito explicita, o uso do latim para esclarecer as regras do português, evidenciando, mais uma vez, o objetivo fundamental do autor de caracterizar as normas do português de forma a identificar esta língua com o latim para facilitar o ensino e a aprendizagem deste último (Ferreira, 2023, pp. 502-503). No capítulo introdutório à sintaxe da regência, para além da definição desta última, Argote desenvolve as regras de regência do caso nominativo, combinando, assim, em um só capítulo estes dois tópicos (Argote, 1725, p. 195).

Sendo o nominativo a exceção, por compartilhar o seu capítulo com a definição de sintaxe da regência, Argote dedica um capítulo separado, de II a VI, a cada caso no que diz respeito à regência dos nomes. Para além do nominativo, o caso vocativo, também, não recebe um capítulo próprio, sendo apenas descrito ao final do capítulo V (sobre o acusativo), com o seguinte resumo: “O Vocativo só se usa delle pos modo de chamar como O’ Pedro. O mesmo he no Latim” (Argote, 1725, p. 224). Ao longo desses capítulos sobre a regência dos nomes, o autor elabora as regras, sempre seguindo a estrutura de diálogo entre Mestre e Discípulo, citando exemplos para cada uma dessas.

É interessante observarmos os comentários críticos de Luís António Verney no que diz respeito a essas descrições de Argote:

O P. Argote dezemparou o seu mesmo método, por seguir os erros de Manoel Alvares, e multiplicar regras sem necessidade; asinando regencias falsas: quando tudo aquilo se reduzia, a explicar a regência dos Cazos, polas regras fundamentais; que sam mui poucas. Isto é o que deve cuidar o Mestre: reduzindo as regras, as verdadeiras cauzas da regência: apontando algum particular idiotismo &c. porque isto basta [...]. (Verney, 1746, p. 13 *apud* Marques, 2016, p. 45)

As *regências falsas* apresentadas por Verney são as relativas à gramática do português, uma vez que Argote pretende exhibir as regras da língua portuguesa em relação as regras do latim, com a intenção de favorecer a compreensão desta última (Marques, 2016, p. 45).

Argote começa cada capítulo sobre a regência dos nomes com uma pergunta, sempre estruturada da mesma maneira, por parte do Mestre, sobre cada caso em questão. A esta pergunta, o Discípulo tem como resposta, de forma igualmente formulaica: “A que ensina as regras de quando o nome há de estar, e por-se na Oração em [nominativo/genitivo/dativo/acusativo/ablativo]” (Argote, 1725, p. 195).

Das regras que existem nas duas línguas, o Discípulo sempre acrescenta, “Esta regra ha tambem no Latim.” (Argote, 1725, p. 195). Seguindo esta estrutura formulaica, Argote termina cada capítulo com a seguinte correspondência entre Mestre e Discípulo, neste caso extraído do fim do capítulo sobre o ablativo, que, assim conclui a secção sobre a sintaxe de regência:

“M. Tendes mais que dizer da Syntaxe de reger os casos?  
D. Mais ha que dizer, mas isto basta.” (Argote, 1725, p. 233).

### **3. António José dos Reis Lobato**

“Sobre a vida de António José dos Reis Lobato, nada se sabe até ao momento” (Assunção, 1997b, p. 165). É assim que começa o estudo de Carlos Assunção sobre o autor pombalino setecentista, continuando com uma descrição pormenorizada da sua pesquisa sobre a identidade do escritor. Assunção desenvolve as várias teorias e as várias pesquisas executadas, ao longo dos anos, não apenas pelo próprio autor, mas por outros investigadores antes dele também, entre os quais, Inocêncio Silva, que afirma, “Ainda ignoro a sua naturalidade e nascimento, bem como a data precisa do seu óbito” (Silva, 1873, 175 *apud* Assunção, 1997b, p. 165). Assim, Assunção enfrenta a sua exploração relativa à identidade de Lobato. Entretanto, não encontra uma resposta convincente que lhe permita confrontar os dados biográficos dos nomes que surgiram ao longo da sua pesquisa com o autor de *Arte da grammatica da lingua portugueza* (1770), sendo que as indicações encontradas não são suficientes para atribuir uma identidade ao autor da obra (Moura, 2008, p. 165). Assim, os dados biográficos de Lobato permanecem

desconhecidos, tendo Assunção apresentado duas propostas possíveis relativas ao assunto:

- a. A existência de Reis Lobato, sem que tivéssemos descortinado, até ao momento, qualquer dado que nos provasse tal.
- b. Que o nome António José dos Reis Lobato fosse um pseudónimo, o que era muito vulgar fazer-se na época. (Assunção, 1997b, p. 166).

Segundo o autor, relativamente à segunda possibilidade, tendo executado um confronto textual da obra de Lobato e da obra de António Pereira de Figueiredo, este último poderia ser o verdadeiro autor de *Arte da grammatica da lingua portugueza* (Assunção, 1997b, p. 167).

Assunção apresenta, ainda, uma terceira possibilidade relativa à identidade do autor, fazendo referência a três *Elogios* ao Marquês de Pombal sob autoria de Reis Lobato, impressos em 1772, 1773, 1882, este último tendo sido impresso para as comemorações do centenário do Marquês de Pombal por parte da Associação Académica de Lisboa (Assunção, 1997b, p. 167). Em outro estudo sobre Lobato, Assunção propõe, assim, que o nome do autor de *Arte da grammatica da lingua portugueza* (1770) poderia ter sido uma criação pombalina, embora admita que esta proposta seja a menos provável (Assunção, 2000, pp. 14-15).

Relativamente à afiliação de Lobato com o Marquês de Pombal, é importante destacarmos esta declaração de Leite de Vasconcelos, na qual define o autor como tendo sido “[...] em gramática um instrumento do Marquês de Pombal nas obras de reforma contra o ensino jesuítico [...]” (Vasconcelos, 1929, p. 867 *apud* Schäfer-Prieß, 2019, p. 32). Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, tinha expulso os Jesuítas e promovido as reformas do ensino desde 1759 (Schäfer-Prieß, 2019, p. 32). Assim, a *Arte da grammatica da lingua portugueza* (1770) encaixa-se explicitamente no programa pedagógico levado a cabo pelo Marquês de Pombal, ao qual Lobato se refere de forma direta e positiva na Introdução à obra e, ainda, dedicando ao Marquês a Carta Nuncupatória (Boliquireime, 2021, p. 62).

### **3.1. Arte da grammatica da lingua portugueza (1770)**

Seja qual for a verdadeira identidade de António José dos Reis Lobato, a *Arte da grammatica da lingua portugueza* (1770), que foi publicada com não menos de 40 edições, é considerada um dos primeiros manuais do ensino público da língua portuguesa (Kemmler, 2005, pp. 429-430). Esta gramática teve, assim, o maior impacto no ensino do português na sua época, tendo sido divulgada durante um século, entre 1770 e 1869 e tendo apoiado, assim, inumeráveis alunos (Moura, 2008, p. 164). A obra tornou-se, assim, na “gramática portuguesa, editada em Portugal, com o maior número de edições” (Assunção, 2000, p. 17 *apud* Moura, 2008, p. 164).

Relativamente à data da primeira edição, é interessante destacar que Assunção (2000, pp. 24-27 *apud* Moura, 2008, p. 164) opõe a data de 1771, defendida por Inocêncio da Silva, e propõe que esta edição foi publicada no ano anterior. Contudo, é possível que a *Arte da Gramática da Língua Portuguesa* tivesse estado acessível, talvez apenas a um público reduzido, em 1767, sendo que Luís do Monte Carmelo (1767, p. 657 *apud* Schäfer-Prieß, 2019, p. 29) faz referência à “Gram. Portug. Do eruditíssimo Doutor António Jozé Lobato” (Kemmler, 2001, p. 162 *apud* Schäfer-Prieß, 2019, p. 29).

Na *Arte da Gramática da Língua Portuguesa* (1770), Lobato atesta que a aquisição da gramática da língua materna deve levar a falar corretamente essa língua e, também, a compreender o funcionamento quer da língua materna, quer das línguas estrangeiras; este conceito teria base nos princípios universais expostos na *Grammaire Générale et Raisonnée* (1660) e na *Logique de Port-Royal* (1662) (Lupetti, 2015, pp. 60-61). Lobato destaca, assim, os objetivos principais da sua obra:

Por duas razões se faz indispensavelmente precisa a noticia da Grammatica da lingua materna: primeira, para se fallar sem erros: segunda, para se saberem os fundamentos da lingua, que se falla usualmente (Lobato, 1770, VII-VIII).

Desta forma, fica esclarecido o fato de Lobato não ter como escopo desta gramática a aprendizagem do português para aprender o latim, mas sim para dominar a própria língua materna. O autor indica, assim, a função normativa da gramática, a qual prescreve as regras que permitem falar o português com correção (Moura, 2008, p. 165). O autor atesta, ainda, que:

Ninguém pôde duvidar do grande proveito, que alcança cada hum em saber a Grammatica da sua mesma lingua: porque não somente consegue fallala com certeza, mas também fica desembaraçado para aprender com muita facilidade qualquer outra (Lobato, 1770, X).

Para apoiar a sua proposta relativa à importância do ensino da gramática da língua materna, Lobato faz referência a “todas as Nações cultas” que também têm autores que redigiram gramáticas da própria língua materna (Lobato, 1770, VIII). Relativamente aos franceses, o autor menciona Pierre Restaut (1696-1764) e Claude Buffier (1661-1739) (ibidem). Quanto aos ingleses é referido *Peli*, que poderia ser uma referência, segundo Schäfer-Prieß (2019, p. 33), a Anselm Bayly (1719-1794) e *Martin*, presumivelmente, também à dita de Schäfer-Prieß (2019, p. 33), Benjamin Martin (1704-1782). Em relação ao italiano, Lobato refere Benedito Doggaci, do qual Schäfer-Prieß (2019, p. 33) atesta não ter conseguido verificar a identidade, e Salvatore Corticelli (1690-1758). Relativamente a autores espanhóis, Lobato menciona Antonio de Nebrija (1444-1522), Gonzalo Correas (1571-1631) e Benito Martínez Gómez Gayoso (1700-1787) (Schäfer-Prieß, 2019, pp. 33-34). Lobato faz referência, ainda, a autores portugueses, entre os quais, Fernão de Oliveira (1507-1581), João de Barros (1496-1570), “bem conhecidos pelos seus doutissimos escritos,” Amaro de Roboredo, Padre Bento Pereira (1605-1681) e Dom Jerónimo Contador de Argote (1676-1749) (Lobato, 1770, IX). O autor refere, ainda, os antigos Romanos para justificar a necessidade do ensino da gramática da língua materna “porque tinham escolas públicas, aonde se ensinava á mocidade a Grammatica da lingua Latina, que fallavão vulgarmente” (Lobato, 1770, IX).

Como outras fontes, Lobato menciona, também, o latinista António Félix Mendes (1706-1790), como, ainda, os autores espanhóis Juan Caramuel y Lobkowitz (1606-1682) e Bernardo José de Aldrete (1560-1645) (Schäfer-Prieß, 2019, p. 34). No prefácio Lobato refere o Brocense, tal como Vóssio, Perizónio, Sciopio e Lancelot (Schäfer-Prieß, 2019, p. 34).

Destaca-se, ainda, a referência positiva, por parte de Lobato, às *Regras da Lingua Portuguesa* de Argote, dizendo que:

Na Grammatica de D. Geronymo Contador de Argote se não achão na verdade tantas imperfeições, como se encontrão nos sobreditos Gramaticos; porque são melhores as suas definições, por ter seguido, como o mesmo Autor confessa, a LAMI na sua Grammatica discursada, e as doutrinas do Methodo dos Padres da

Congregação do PORT-ROIAL. Além de que trata a Syntaxe separadamente, o que de ordinario não fazem os Grammaticos de linguas vivas (Lobato, 1770, XXXVI-XXXVII).

Lobato identifica, assim, na syntaxe desenvolvida por Argote a causa da gramática do Brocense, “a oración o la sintaxis es el fin de la gramática” (Sánchez, 1976, p. 48 *apud* Assunção, 2000, p. 57), assim como da sua própria obra, cuja intenção é ensinar “a fazer sem erros a oração Portuguesa” (Lobato, 1770, p. 1). Contudo, Lobato apresenta várias críticas de *Regras da lingua portugueza* também, no que respeita às secções sobre os nomes, os verbos e a syntaxe simples, em particular (Lobato, 1770, XXXVIII). Relativamente a esta última, Lobato comenta que:

[...] tem muitas regras falsas por seguir ao Jesuita Alvares, e seus Commentadores; pois com as doutrinas destes ensina, que alguns advérbios pedem nominativo, sem reflectir que todo o nominativo he de Verbo, que na oração, quando não está claro, se entende oculto, como se vê claramente no exemplo, que dá o mesmo Autor: *Eis-aqui o ladrão* [...] (Lobato, 1770, XXXIX).

Lobato critica, assim, o fato que Argote regula a syntaxe portuguesa pela syntaxe latina, seguindo o método do Padre Veles, comentador da gramática de Manoel Álvares (Marques, 2016, p. 99). Entretanto, apesar da crítica feita, Lobato também compara a gramática portuguesa à latina, mas de forma diferente, segundo o autor:

A Syntaxe, em quanto á substancia, he a mesma que a Latina; pois com esta me conformei em tudo, em que ella convem com a Portugueza; e em algumas regras depois de dizer os usos particulares da lingua Portugueza, declarei tambem a diferença, que della faz a Latina, para que o principiante possa aprender ao mesmo tempo a Syntaxe de ambas as linguas. (Lobato, 1770, XLV).

Lobato estrutura a *Arte da Gramática da Língua Portuguesa* (1770) dividindo-a em duas partes: *Parte I Da Etymologia*, dividida em seis livros, e *Parte II Da Syntaxe*, dividida em quatro livros, se bem que haja dois livros com o título *Livro II* (Lobato, 1770, pp. 199, 232), o primeiro chamado *Da Syntaxe de Regencia* e o segundo chamado *Da Syntaxe figurada*, deixando assim ao último livro o título *Livro III* (Lobato, 1770, p. 245), mesmo que seja, na verdade, o quarto.

Lobato, como Argote antes dele, dedica a segunda parte da sua obra à syntaxe, a qual abrange 62 páginas, divididas em 42 páginas sobre a syntaxe simples e 20 sobre a

sintaxe figurada. A *Parte II*, então, começa com um Proêmio no qual o autor oferece a seguinte definição: “Syntaxe he a recta composição das partes da oração entre si. A oração he certa composição de palavras, com que de huma cousa se afirma, ou nega outra.” (Lobato, 1970, p. 191). A explicação torna-se mais específica com a distinção entre a sintaxe simples, ou regular, e a sintaxe figurada; a primeira destas sendo explicada por ser “a composição das partes da oração, ordenada conforme as regras da Grammatica.” (Lobato, 1970, pp. 191-192). A sintaxe figurada, por seu lado, é definida, no início da *Lição I, Da Figura, e sua divisão, do Livro III, Das Figuras da Dicção*, sendo “[...] quando na palavra se tira, ou acrescenta letra, ou se poem huma letra por outra” (Lobato, 1770, p. 245).

Existe, ainda, segundo o autor, mais uma divisão dentro da sintaxe simples, isto é, de concordância ou de regência. Lobato dedica, assim, o *Livro I da Parte II de Arte da grammatica da língua portugueza* à sintaxe de concordância, com a *Lição I* dedicada à concordância do substantivo com outros substantivos e do adjetivo com o substantivo e a *Lição II* dedicada, por sua vez, à concordância do verbo com o seu nominativo (Lobato, 1770, pp. 194, 197). Lobato define a sintaxe de concordância como “a união de duas, ou mais partes da oração, que sendo da mesma, ou diversa espécie, convem em alguma cousa” (Lobato, 1770, p. 192). A sintaxe de regência, por sua vez, “he, quando certas partes da oração por força do seu modo de significar regem o nome, e o determinão, para que se ponha neste, ou naquele caso” (Lobato, 1770, p. 193).

Lobato começa o *Livro II* com uma introdução à sintaxe da regência, explicitando o método que vai adotar para as suas explicações e, ainda, as suas razões pela escolha:

Na oração Portugueza ha sómente duas partes, ou palavras, que regem caso, que são o verbo Activo, e a Preposição; e quatro casos, que são regidos, a saber: Genitivo, Dativo, Accusativo, e Ablativo; porém trataremos de todos os casos do nome por sua ordem; porque sabido o officio, que cada hum faz na oração, facilmente se percebem as regras da Syntaxe de Regencia (Lobato, 1770, pp. 199-200).

Lobato, portanto, à diferença de Argote (1725), não se concentra na descrição da sintaxe dos nomes e depois dos verbos, mas sim na sintaxe de cada caso, regido por verbo ativo ou preposição, em relação aos nomes. Por isso, o autor escolhe, como método de análise, um sistema metódico, dividido por *Lições*, uma para cada caso, que

são, por sua vez, subdivididas em regras, algumas das quais contém *Advertencias* e notas de rodapé.

#### **4. Análise comparativa da *Syntaxe de Regencia em Regras da lingua portuguesa (1725)* e *Arte da grammatica da lingua portuguesa (1770)***

Nesta secção pretende-se desenvolver uma análise contrastiva das secções sobre a sintaxe de regência em *Regras da lingua portuguesa (1725)* de Argote e em *Arte da lingua portuguesa (1770)* de Lobato. Para este estudo aprofundado, serão consideradas apenas a *Syntaxe dos nomes* em Argote (1725) e a sintaxe de regência relativa aos casos regidos em Lobato (1770). Não serão consideradas em detalhe as descrições relativas ao caso nominativo e ao caso vocativo, enquanto, segundo Lobato, como já foi evidenciado, apenas os casos genitivo, dativo, acusativo e ablativo são regidos por verbo ativo ou preposição (Lobato, 1770, pp. 199-200). A presente análise focará, principalmente, no conceito de regência e dos elementos regentes e regidos segundo os dois autores ao longo das descrições dos casos.

No geral, o que podemos destacar em primeiro lugar, é o estilo escolhido pelos dois autores relativamente às descrições. Ao longo das descrições das regras, os dois autores especificam quando a regra em questão existe nas duas línguas:

(1) "Esta regra ha tambem no Latim." (Argote, 1725, p. 195).

(2) "O mesmo ha na Syntaxe Latina." (Lobato, 1770, p. 209).

Argote começa cada capítulo com uma pergunta, sempre estruturada da mesma maneira, por parte do Mestre, sobre a sintaxe de reger o caso em questão. A esta pergunta, o Discípulo tem uma resposta igualmente formulaica, depois da qual são explicadas, sempre em forma de pergunta e resposta, as regras do caso em questão, começando pela primeira regra que oferece uma descrição deste último. Veja-se o seguinte exemplo sobre o genitivo:

Mestre. Qual he a Syntaxe de reger o Genitivo?

D. He a que ensina as regras de quando os nomes estão, e se devem pôr em Genitivo.

M. Dizey as regras do Genitivo.

D. Primeyra regra. Quando na Oração vem dous nomes substantivos de cousas diversas, hum depois do outro, e hum significa como possuído, e outro como possuidor, o segundo, que significa como possuidor, se poem em Genitivo. Esta regra ha tambem no Latim. (Argote, 1725, p. 200).

Por sua vez, Lobato começa cada lição de forma metódica, também, apresentando no início a primeira regra do caso em questão, separando cada regra como se fossem capítulos. Veja-se o seguinte exemplo, a primeira frase da *Regra I da Lição II Do Genitivo*:

“Todas as vezes que na oração concorrem juntos dous substantivos, de que hum significa a cousa possuída, e o outro o possuidor, este segundo, que significa o possuidor da cousa, ou para quem ella pertence, se poem em genitivo regido da preposição *De*. Na Syntaxe Latina tambem se poem o substantivo do possuidor em genitivo.” (Lobato, 1770, p. 203).

Destaca-se, assim, a explicitação da necessidade do uso da preposição para reger o genitivo. Lobato refere esta exigência na descrição de outros casos também, sempre na primeira regra, como podemos reparar nas seguintes declarações:

(3) “*LIÇÃO III Do Dativo. REGRA I*. Todo o dativo na lingua Portugueza he regido da preposição *A* clara, ou occulta.” (Lobato, 1770, p. 209).

(4) “*LIÇÃO IV Do Accusativo. REGRA I*. Todo o accusativo he regido pelo verbo activo, ou por alguma preposição. A mesma regra há na Syntaxe Latina.” (Lobato, 1770, p. 212)

(5) “*LIÇÃO VI Do Ablativo. REGRA I*. Todo o ablativo he regido por huma preposição clara, ou occulta.” (Lobato, 1770, p. 216).

Esta explicitação, logo na primeira regra, isto é, como parte integral da descrição do caso em questão, poderia evidenciar a intenção de Lobato de ensinar as regras da língua portuguesa apenas fazendo referência às da latina e não baseando as primeiras nestas últimas, uma vez que no latim, não sendo esta uma língua de caso visível, não é precisa uma preposição para realçar o caso. Assim, parece que fica explicitada a importância das preposições e da explicação dos seus usos e papéis enquanto elementos regentes. Em contraste a isso, repararemos, então, nas correspondentes descrições em *Regras da lingua portugueza*:

(6) “D. Primeyra regra. Aquillo, que he como fim, e termo, para que diz ordem, a significação do adjectivo, ou Verbo, se poem em Dativo. Esta regra há tambem no Latim.” (Argote, 1725, p. 212).

(7) “D. Primeyra regra. Todo o Verbo activo pede depois de si accusativo. Esta regra há também no Latim.” (Argote, 1725, p. 217).

(8) “D. Primeyra regra. Todo o Ablativo he regido de preposição clara, ou escondida. Esta regra há também no Latim.” (Argote, 1725, p. 224).

Encontra-se, portanto, explicitada a necessidade da preposição apenas no caso do ablativo, enquanto nas outras regras o uso das preposições é explicado em regras subsequentes. O uso das preposições, assim, em Argote, parece não ser preciso para reger os casos, à exceção do ablativo, sugerindo que talvez não seja a preposição a ser o elemento regente, enquanto, em Lobato, a preposição parece ter este papel. Talvez seja, assim, relevante o comentário de Moura, que atesta que:

[...] na tentativa de encontrar semelhanças entre a língua portuguesa e a latina, Argote não analisa pormenorizadamente alguns usos da língua portuguesa, alguns modos de falar do momento. (Moura, 2008, p. 162).

Voltando ao caso genitivo, é importante realçar algumas das regras, oferecidas pelos dois autores, relativas aos elementos regentes e regidos. Destaca-se, assim, o exemplo dado por Argote:

D. *O castigo he pena do peccado*. Nesta oração o substantivo *Pena*, e *Peccado* significão diversas cousas, vem hum depois do outro, o substantivo *Pena* significa como cousa possuída, e o substantivo *Peccado* como possuidor da *Pena*, e por isso está em genitivo.

M. Tendes outra regra mais facil para entender isso?

D. Sim; porém não he tão segura.

M. Dizey-a.

D. Primeyra regra. Quando na Oração vem dous nomes substantivos, hum depois do outro, e entre eles está o artigo *De*, *Do*, *Dos*, *Da*, *Das*, o segundo, sobre que cahem estas partículas, está em genitivo, assim como *O amor de Deos*, onde o nome *Deos* está em genitivo.

M. E porque dizeis que esta regra não he segura?

D. Porque às vezes falta, assim como quando dogo, *Moeda de ouro*, onde *ouro* está em ablativo de materia. (Argote, 1725, pp. 200-201).

Sobre a terminologia escolhida pelo autor, Lobato oferece uma crítica, na introdução à sua obra, explicando que Argote “[...] ensina que as particulas *De*, *Do*, *Dos*, *Da*, *Das* são artigos, sem reflectir que *De* he sempre preposição, e que *Do*, *Dos*, *Da*, *Das* são artigos juntos com a preposição *De*, como diremos em seu lugar” (Lobato, 1770, p. XXXVII). Como podemos ver neste exemplo, segundo Argote, o uso da preposição, ou,

então, do *artigo*, não apresenta uma regra estável relativa ao genitivo. Parece, ainda, que estas partículas ocorrem em relação ao substantivo, levando a que este último esteja em genitivo. Isso é realçado na segunda regra, sobre os adjetivos que “[...] pedem genitivo, e regem-se desta sorte” (Argote, 1725, pp. 201-202). O exemplo apresentado pelo autor é “*Campo fertil de frutos, onde frutos está em genitivo do adjectivo Fertil*” (Argote, 1725, p. 202). Podemos ver que o caso do nome *frutos* não é regido pela preposição *de*, mas sim pelo adjetivo, como se a preposição fizesse parte do nome, em vez de indicar posse; neste caso seria o adjetivo *fertil* a seleccionar um nome no genitivo. Argote acrescenta, ainda, mais um exemplo que evidencia esta particularidade: “*Necessitado de dinheyro, onde dinheyro está em genitivo do adjectivo necessitado*” (Argote, 1725, p. 202).

No entanto, Lobato explica a regência do caso genitivo com três regras distintas, a primeira das quais já foi evidenciada e a segunda das quais é relativa aos adjetivos. Nesta regra, Lobato oferece uma explicação detalhada, com um exemplo, em aparência, parecido ao dado por Argote.

Os Adjectivos, que significão cousa abundante, ou falta; sciente, ou ignorante; rica ou pobre; lembrada, ou esquecida, tem depois de si genitivo regido da preposição *De*, em cujo caso se poem o substantivo, que significa a cousa, de que ha abundancia, ou falta; sciencia, ou ignorancia, &c. [...] Exemplo. *O anno he abundante de frutos*. Nesta oração o substantivo *Frutos* está em genitivo regido da preposição *De*. (Lobato, 1770, p. 204).

É interessante, assim, repararmos na explicitação da função da preposição enquanto regente do substantivo em genitivo. Em contraste, então, com a proposta de Argote, parece que Lobato atribui o papel de regente de caso à preposição e não ao adjetivo. Entretanto, nas notas de rodapé, Lobato acrescenta, ainda, que “Na lingua Latina o genitivo, que se adjunta aos adjectivos, he regido de substantivo, que se entende occulto, por não haver nella preposição, que peça genitivo [...]” (Lobato, 1770, p. 204). Esta explicação poderia esclarecer, por sua vez, a proposta de Argote, sendo que o autor propõe que o genitivo parece ser regido pelo adjetivo e não pela preposição.

Destaca-se, ainda, a quarta regra do caso genitivo de Lobato, sobre as preposições, na qual são apresentados o seguinte exemplo e explicação: “*Fallo acerca de Grammatica*. Nesta oração a preposição *Acerca* rege o genitivo *de Grammatica*.” (Lobato, 1770, p. 208). Podemos observar que, neste exemplo, Lobato não atribui o papel

de regente à preposição *De*, como no exemplo já mencionado, mas sim ao advérbio, ou, à dita do autor, à preposição, *acerca*, explicitando que segundo Lobato, nesta estrutura o regente continua a ser uma preposição, mas não é a mesma explicitada na primeira regra de regência do caso genitivo.

No que diz respeito à regência dos nomes no caso dativo, Argote propõe algumas considerações relativas ao comportamento deste caso em relação ao uso da preposição *para*. Depois da primeira regra, que já foi reportada, o Mestre pergunta ao Discípulo se o dativo se pode mudar em outro caso (Argote, 1725, p. 212). A resposta é, “Com alguns nomes, e Verbos pòde-se mudar em accusativo com a preposição *Para*”, seguida pelo exemplo, “*A paz he util a todos, ou para todos.*” (Argote, 1725, p. 212). Podemos, assim, reparar na função da preposição na mudança de caso do nome *todos*, o qual, segundo o autor encontra-se em acusativo apenas com a preposição *para*, sendo que se encontra em dativo com a preposição *a* (Argote, 1725, p. 212). O Discípulo acrescenta, ainda, a possibilidade de alguns adjetivos também mudarem de caso, como por exemplo, “*Contrario a todos, ou de todos, e outros muytos*” e que se aprende quais são os adjetivos que pertencem a esta categoria “pelo uso” (Argote, 1725, p. 214). Observa-se, ainda, a terceira regra, sobre os verbos neutros, muitos dos quais, segundo Argote, selecionam o dativo, como, por exemplo, “*Gritar, Argumentar, Pelejar, &c.*” (Argote, 1725, p. 214). Nesta construção, o caso pode mudar para outro caso, nomeadamente o “[...] ablativo com preposição, assim como *Peleyjey com os Soldados, porque fugiaõ*” (Argote, 1725, p. 214). Neste contexto é interessante considerarmos o uso das preposições para a mudança de caso e, ainda, a atribuição do termo *preposição* ao artigo *os* no último exemplo apresentado. Neste tipo de construção, então, o autor parece não falar das preposições como indicadores de caso, como vimos nos exemplos para o caso genitivo, mas sim como facilitadores de mudança de caso.

Lobato, no entanto, como nota de rodapé, explica que “Na lingua Latina o dativo não he regido por parte alguma, conforme a opinião dos Grammaticos de melhor nota” (Lobato, 1770, p. 209). Isso é em contraste com a sua primeira regra do dativo em português, que atesta a necessidade da preposição *a* para o caso dativo em português (Lobato, 1770, p. 209). Lobato oferece o exemplo “*A paz he util aos Póvos,*” explicando que “nesta oração o substantivo *Póvos* depois do nome adjectivo *Util* está em dativo regido da preposição *A*, por ser a cousa, a quem a paz he proveitosa” (Lobato, 1770, p.

210). Nas *Advertencias* Lobato explica que alguns adjetivos podem mudar o dativo para o acusativo com a preposição *para*, nomeadamente: "*Util, Damnosos, Agradavel, Desagradavel; Fiel, Infiel, v.g. Util a todos, ou para todos.*" (Lobato, 1770, p. 210). Segundo o autor, "Aos adjectivos *Contrario, Vizinho* em lugar do dativo se pôde pôr genitivo, como v.g. *Contrario a todos, ou de todos; Vizinho ao mar, ou do mar*" (Lobato, 1770, p. 210). Repara-se que estes exemplos são parecidos aos escolhidos por Argote, embora o exemplo "*A paz he util a todos, ou para todos*" (Argote, 1725, p. 212) seja explicitamente para explicar a mudança de caso do substantivo *todos*: em Lobato este exemplo explicita apenas a regência, por parte da preposição *a* do caso dativo do nome *Póvos* (Lobato, 1770, p. 210). Contudo, sendo que *util* é um dos adjetivos mencionados com compatibilidade com a preposição *para* para a mudança do dativo ao acusativo, poderíamos assumir que o autor aceita a proposta de Argote e, assim, que no exemplo mencionado, a substituição de *a* por *para* daria o resultado de *Póvos* ficar em acusativo.

Argote e Lobato apresentam, os dois, um exemplo que inclui uma preposição para esclarecer a primeira regra de regência relativa ao caso acusativo:

(9) "D. *Amo a Pedro*. Nesta Oração o nome *Pedro* está em accusativo do Verbo *Amo*.

M. E qual é de ser o nome, que ha de servir de accusativo ao Verbo activo?

D. O substantivo, sobre que cahir a acção do Verbo." (Argote, 1725, pp. 217-218).

(10) "Exemplo, *Eneas matou a Turno*. Nesta oração o verbo activo *Matou* tem depois de si o accusativo *Turno*, ao qual rege, por ser a pessoa, ou o paciente, a que se dirige, a acção de matar, que obrou Turno." (Lobato, 1770, pp. 213-214).

Nos dois exemplos dados, podemos notar que aparece a preposição *a*, que, no caso de Argote, não é mencionada pelo autor na explicação. O foco permanece, nos dois exemplos, no verbo e no nome, sendo o primeiro destes responsável pela atribuição de caso acusativo aos nomes *Pedro* e *Turno*. Assim, Lobato, sob forma de nota de rodapé, acrescenta que à preposição *a*, "[...] se lhe antepõem por não reger este caso, quando se acha debaixo do regimen de verbo activo, ou de outra preposição, que peça accusativo" (Lobato, 1770, p. 216). Neste caso, então, é interessante reparar na atenção prestada à função da preposição e ao papel desta última dependendo da sua posição numa oração.

Em Lobato, a seguir, é apresentada a terceira regra do caso acusativo:

Algumas preposições regem acusativo. A mesma regra ha na Syntaxe Latina. Exemplo: *Escrevi esta Grammatica segundo as doutrinas dos melhores Grammaticos*. Nesta oração o nome *Doutrinas* está em acusativo regido da preposição *Segundo*. (Lobato, 1770, p. 214).

Observando, ainda, a introdução da preposição *para* como regente do acusativo na quarta regra (Lobato, 1770, p. 215), poderíamos concluir que *para* e *segundo* são as duas preposições que regem o acusativo, conforme as regras apresentadas pelo autor.

Em contraste, na quarta regra relativa ao acusativo, Argote propõe que “As Preposições *Conforme, Contra, Entre, Junto, Por, Para, Segundo*, pedem depois de si accusativo, assim como *Entre os Portuguezes, Junto à fonte, Por terra*” (Argote, 1725, p. 219). O autor acrescenta, ainda, que a preposição *a* pede acusativo também, mas que não se há de confundir por artigo, como no caso de *Veste ao modo de França*, onde “A he preposição e não artigo” (Argote, 1725, p. 219). Argote especifica, ainda, que “a causa, o instrumento, o modo muytas vezes se poem em acusativo com preposição *A*, assim como *Morto a sede, Jugar aos dados, Andar a bom passo*” (Argote, 1725, p. 219). Em *Regras da lingua portugueza*, portanto, podemos realçar que a preposição parece não ser explicitada como elemento regente, mas parece ser apresentada como participante na construção.

Observe-se, ainda, a quinta regra: “Quando na Oraçaõ vem os nomes de lugar de sorte, que correspondem a pergunta *Para onde?* os taes nomes se poem em accusativo com a preposição *Para*” (Argote, 1725, p. 220). Parece claro que, neste exemplo, como em outros já mencionados, o elemento que causa o caso (acusativo, nesta ocorrência) é o nome, sendo *de lugar de sorte*. A preposição *para* parece ser presente “porque vem na Oraçaõ correspondendo à pergunta *Para onde* (Argote, 1725, p. 220). Esta regra é aplicada, de forma parecida, à preposição *por*, explicado na sexta regra (Argote, 1725, p. 220).

Argote, relativamente à sintaxe de regência dos nomes em caso ablativo, apresenta 13 regras, nas quais explicita as propriedades e os comportamentos de nomes, adjetivos e verbos neste caso. Embora ateste, como já vimos, que o ablativo é regido por preposição (Argote, 1725, p. 224), Argote propõe também que seja o verbo a reger o ablativo:

- (11) “M. E esses Verbos quando regem ablativo são activos?  
D. Não, entãõ saõ neutros, porque a acção do Verbo naõ cahe no substantivo.”  
(Argote, 1725, p. 226).
- (12) “D. Setima regra. Os Verbos de encher, carregar, descarregar livrar, prender, e outros além do seu accusativo, pedem ablativo, e regem-se desta sorte. Quem enche, carrega &c. poem-se em nominativo; a quem enche, carrega &c. em accusativo; a cousa, de que enche, carrega &c. em ablativo com preposição. No Latim tambem, mas sem preposição commumente.” (Argote, 1725, pp. 226-227).

Argote, ainda, propõe uma lista de perguntas às quais as respostas precisam de caso ablativo com preposição. Vejam-se alguns exemplos:

- (13) “D. Nona regra. Quando na Oração vem os nomes correspondendo à pergunta *Em que parte?* se poem em ablativo com a preposição *Em*. E esta regra ha tambem no Latim.”
- (14) “D. Decima regra. Quando na Oração os nomes de lugar vem correspondendo à pergunta *De que parte?* poem-se em ablativo cõ a preposiçaõ *De*.”
- (15) “D. Undecima regra. O espaço do tempo, quando vem na Oração correspondendo à pergunta *Em quanto tempo*, se poem em ablativo com a preposição *Em*.” (Argote, 1725, pp. 227-228).

Nesta sequênciã, apresentada de forma metódica, podemos ver duas das preposições que, segundo Argote, são associadas ao caso ablativo. Contudo, o autor propõe outras preposições em associação com outras estruturas. Por exemplo, relativamente aos “comparativos quando saõ partitivos,” Argote atesta que “[...] pedem ablativo com a preposição *Que*, tornando esta palavra *Que* por preposiçaõ, ou se póde dizer, ‘que naõ pedem caso” (Argote, 1725, p. 231). Como exemplo e explicação, o autor refere:

D. *Pedro he mais douto, que seu irmão*. Nesta Oraçaõ se tomarmos a particula *Que* como preposiçaõ, diremos estar em ablativo os nomes *Seu irmão*. Porem naõ a tomando como preposiçaõ, diremos que o comparativo naõ pede caso, e que os nomes *Seu irmão* estaõ em nominativo do Verbo *He*, que se torna a entender desta sorte: *Pedro he mais douto, do que he seu irmão*. (Argote, 1725, p. 231).

É interessante repararmos neste conceito de *que* ter a possibilidade de ser, ou não, preposição. Dependendo de como interpretarmos *que* neste contexto, segundo o autor,

o caso do nome pode variar, sugerindo que, no caso de *que* ser uma preposição, esta atribui caso ablativo ao nome, ou pelo menos favorece a sua mudança de caso.

Argote introduz, ainda, uma forma de ablativo chamada *ablativo de apposição*, que segue a seguinte regra:

D. Quando depois de hum substantivo, que está em ablativo, vem logo outro, que pertence á mesma cousa, se poem em ablativo e se chama ablativo de apposição. Esta regra ha tambem no Latim.

M. Dizey exemplos.

D. *Fuy com Pedro Soldado*. Nesta Oração o nome Soldado vem depois do substantivo, e ablativo *Pedro*, significa ao mesmo *Pedro*, e está em ablativo de apposição. (Argote, 1725, p. 230)

Lobato, por sua vez, apresenta 16 regras relativas ao caso ablativo e à sua sintaxe de regência. Inicialmente o autor propõe algumas regras sobre classes diferentes de nomes, focando no significado destes últimos na oração e explicando, assim, os comportamentos deles em relação a preposições. Vejam-se os seguintes exemplos:

(16) "REGRA II: O nome, que na oração significa a causa, de que alguma cousa procede, poem-se em ablativo com a preposição *Por*, e ás vezes com a preposição *De*. Tambem se poem algumas vezes em ablativo com a preposição *A*." (Lobato, 1770, p. 217).

(17) "REGRA III: O nome, que na oração significa o instrumento, com que se faz alguma cousa, poem-se em ablativo com a preposição *Com*. Na oração Latina poem-se tambem em ablativo." (Lobato, 1770, p. 218).

(18) "REGRA IV: O nome, que na oração significa o modo, com que se faz alguma cousa, poem-se em ablativo com a preposição *De*. Tambem algumas vezes se poem em ablativo com a preposição *A*. Na oração Latina poem-se tambem em ablativo." (Lobato, 1770, p. 219).

A seguir a cada uma destas regras, Lobato propõe um exemplo com cada preposição mencionada, explicando, cada vez, o papel de regente da preposição, como, no caso da segunda regra com a preposição *por*: "*Pedro fugiu por medo*. Nesta oração o nome *Medo* está em ablativo regido pela preposição *Por* por significar a causa da fugida de Pedro." (Lobato, 1770, p. 217). Esta divisão detalhada contrasta com a forma de Argote de apresentar estes tipos de nomes; Argote parece concentrar as três classes em apenas uma regra, acrescentando também *a parte*, e não diferenciando, assim, as várias preposições que podem ser selecionadas nestas construções:

D. Segunda regra. A causa, o instrumento, a parte, o modo commumente se poem em ablativo com alguma preposição. No Latim quasi he o mesmo.

M. Dizey exemplos.

D. *Cahio com medo. Ferido da espada. Tremulo das mãos. Anda de vagar. Com medo* he ablativo de causa, *Da espada* de instrumento, *Das mãos* de parte, *De vagar* de modo. (Argote, 1725, p. 225).

Lobato, ainda, destaca, em notas de rodapé, a regra do ablativo que:

[...] alguns Grammaticos chamão de absoluto, por entenderem erradamente que não he regido de preposição, quando na verdade o he, como se vé, quando dizemos v.g. *Feita a paz, cessa a calamidade da guerra*. Onde os nomes *Feita a paz* estão em ablativo regido pela preposição *Com*, que se entende oculta, pois val o mesmo que dizer *Com a paz feita, cessa a calamidade da guerra*. (Lobato, 1770, p. 217)

Realça-se, assim, o conceito do ablativo absoluto como errado nesta estrutura e a referência à construção *feita a paz* como nomes que seriam, então, regidos pela preposição *com*. É interessante reparar na certeza do autor nesta declaração, como podemos notar pela expressão *na verdade* que utiliza.

Como já vimos, Argote apresenta um uso do ablativo em construções que indicam *espaço de tempo*, como na pergunta *Em quanto tempo?* (Argote, 1725, p. 228). Lobato, também, estipula uma regra relativa a este conceito, mas de forma distinta:

REGRA IX: O nome, que na oração significa o espaço de tempo, que alguma cousa dura, poem-se em ablativo regido occultamente pela preposição *Por*. Na oração Latina poem-se em accusativo, ou em ablativo, conforme a preposição que o rege. Exemplo. *Estive doente seis mezes*. Nesta oração os nomes *Seis mezes*, por significarem o espaço de tempo, que durou a doença, estão em ablativo regido occultamente pela preposição *Por*, pois val o mesmo que dizer: *Estive doente por seis mezes*. (Lobato, 1770, p. 223).

Neste caso, o espaço de tempo parece representar uma duração no tempo, talvez continua, como neste exemplo. O autor faz, ainda, referência, na regra a seguir, a “[...] o tempo, em que alguma cousa sucede, ou se faz”; neste caso o ablativo seria regido por “*Em clara, ou oculta, outras com a preposição De, ou Por, ou A.*” (Lobato, 1770, p. 223). Repare-se na distinção feita entre estes dois tipos de tempo; durante o primeiro, é o tempo que parece passar, enquanto durante o segundo, o foco parece ser nos

acontecimentos durante aquele período. Assim, esta distinção parece ser, ainda, indicada pela preposição que rege o ablativo nestas construções.

## 5. Considerações finais

Ao longo deste estudo, foi realçada a importância histórica e cultural das obras *Regras da lingua portugueza* (1725) de Jerónimo Contador de Argote e *Arte da grammatica da lingua portugueza* (1770) de António José dos Reis Lobato. A obra de Argote destaca-se, entre outros motivos, por ter sido a primeira gramática do português publicada no século XVIII e por ter sido, em quase 200 anos de tradição metagramatical no país, a primeira gramática portuguesa com mais do que uma edição durante a vida do autor (Kemmler, 2012, p. 76). Por sua vez, a gramática de Lobato destaca-se, entre outros motivos, pelas mais de 40 edições publicadas e por ter sido divulgada durante um século, tornando-se, assim, em uma das obras que mais impacto teve no ensino do português na altura (Moura, 2008, p. 164). Ambas as gramáticas distinguem-se, ainda, pela importância dada à sintaxe da língua, ambas dedicando secções extensas a este tópico. Ao longo deste trabalho foram, ainda, realçados vários conceitos, por vezes comuns e outras vezes distintos, no que diz respeito às perspetivas das duas gramáticas à sintaxe de regência. Particular atenção foi prestada à regência dos nomes em relação aos casos em *Regras da lingua portugueza* (1725) e à regência dos casos em relação às preposições e aos verbos em *Arte da grammatica da lingua portugueza* (1770).

Assim, uma análise contrastiva focada nos casos genitivo, dativo, acusativo e ablativo levou a algumas considerações contrastantes relativamente ao conceito de regência nas duas gramáticas. Argote, por exemplo, não parece atribuir o papel de regência às preposições, no geral, embora estas sejam mencionadas e tenham importância no que diz respeito às descrições e propriedades dos nomes em relação aos casos. Por sua vez, Lobato mostra, de forma metódica, a relevância das preposições na regência dos casos, muitas vezes utilizando exemplos próximos dos de Argote, mas evidenciando propriedades de modo contrastante. Estas diferenças podem ser compreendidas à luz das tradições gramaticais e dos objetivos pedagógicos de cada autor: Argote, ainda fortemente ancorado na gramática latina e no modelo alvarista, procura aproximar o português do latim para fins de aprendizagem deste; já Lobato,

inserido no contexto reformista pombalino e influenciado pela gramaticografia racionalista de Port-Royal, privilegia uma descrição normativa e autónoma do português, o que explica a centralidade atribuída às preposições como elementos regentes. Assim, as divergências observadas refletem não apenas opções descritivas individuais, mas também diferentes enquadramentos intelectuais e pedagógicos.

Sendo indiscutível a importância destas duas obras no que respeita à aprendizagem da língua portuguesa no século XVIII, também será de relevância evidenciarmos as particularidades das descrições dos comportamentos desta língua, tal como eram percebidas pelos autores destas gramáticas. Assim, este trabalho tentou realçar, através de uma análise comparativa, alguns elementos comuns e outros distintos entre *Regras da lingua portugueza* (1725) e *Arte da grammatica da lingua portugueza* (1770), para tentarmos compreender os mecanismos da língua tal como eram entendidos nessa altura.

## Referências bibliográficas

- Argote, J. C. (1721). *Regras da Lingua Portugueza, Espelho da lingua Latina ou Disposiçam Para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portugueza* [composto pelo Padre Caetano Maldado da Gama]. Na Officina de Mathias Pereyra da Sylva & João Antunes Pedrozo.
- Argote, J. C. (1725). *Regras da Lingua Portugueza, espelho da lingua latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portuguesa*. Officina da Musica.
- Assunção, C. C. (1997a). *Para uma Gramatologia Portuguesa: dos Primórdios do Gramaticalismo em Portugal a Reis Lobato*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Assunção, C. C. (1997b). Uma leitura da introdução da arte da Grammatica da lingua portugueza de Reis Lobato (1770). *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, 14, 165-181.
- Assunção, C. C. (2000). *A Arte da Grammatica da Lingua Portugueza de António José dos Reis Lobato: Estudo, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários*. Academia das Ciências de Lisboa.
- Boliqueime, E. M. C. (2021). *As figuras de construção na gramaticografia portuguesa do século XVIII* [Tese de Doutoramento]. Universidade do Porto.
- Coelho, S. C. G. (2011). As ideias linguísticas nos prólogos das gramáticas de Pedro José da Fonseca (1799) e de Jerónimo Soares Barbosa (1822). In *Actas do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 168-181). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Ferreira, E. G. M. (2023). As regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina, de Jerónimo Contador de Argote (1725), e a gramatização da colocação pronominal.

- In *Linguagens em Múltiplas Faces: Uma Agenda de Estudos Teóricos e Aplicados* (pp. 494-514). Pimenta Cultural.
- Fonseca, M. C. (2009). Sintaxe de concordância e sintaxe de regência: breves notas de análise gramatical e discursiva. In *II Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa - Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*, Évora.
- Kemmler, R. (2005). António José dos Reis, gramático pombalino. In *Actas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres (I)* (pp. 429-448).
- Kemmler, R. (2012). Caetano Maldonado da Gama, D. Jerónimo Contador de Argote e as duas edições das Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina (1721, 1725). *Limite: Revista de Estudos Portugueses y de la Lusofonía*, (6), 75-101.
- Leite, M. Q. (2009). Uso e norma: a "ordem" na gramática de Jerônimo Contador de Argote. In *Anais: Congresso Internacional da ABRALIN* (pp. 3979-3986).
- Lobato, A. J. R. (1770). *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa*. Regia Officina Typografica.
- Lupetti, M. (2015). A Gramática Racionalista em Portugal no Século XVIII. In S. Duarte, & R. Ponce de León Romeo (Eds.), *A Gramática Racionalista na Península Ibérica (Séculos XVI-XIX)* (pp. 55-72). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Marques, R. N. (2016). *A configuração do português na gramática de D. Jeronymo Contador de Argote, Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina* [Tese de Doutoramento]. Universidade de São Paulo.
- Moura, T. M. T. (2008). *As ideias linguísticas portuguesas no século XVIII* [Tese de Doutoramento]. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Moura, T. M. T. (2011). L'influence de la grammaire de Port-Royal sur Contador de Argote. *Colloque Vers une Histoire Générale de la Grammaire Française? Matériaux et Perspectives de la Société d'histoire et d'épistémologie des Sciences du Langage*. Société d'histoire et d'Epistémologie des Sciences du Langage. (Inédito).
- Schäfer-Prieß, B. (2019). *A Gramaticografia Portuguesa até 1822: Condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa*. Centro de Estudos em Letras; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

# Os decalques semânticos do inglês no campo das tecnologias digitais e mídias sociais no Português do Brasil<sup>1</sup>

*English semantic calques in digital technologies and social media's lexica in Brazilian Portuguese*

Isabela Casadó Martins

Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo, Brasil  
isabelacasado336@usp.br

Mário Eduardo Viaro

Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo, Brasil  
maeviaro@usp.br

Recebido: 08/06/2025

Aceito: 20/11/2025

Publicado: 16/01/2026

**ABSTRACT:** This article aims to study English semantic calques in Brazilian Portuguese, especially those from the digital technologies and social media's lexical field. To that end, a list of words was conceived, all being lexical units that occur with various aceptions in different contexts, and that appear with new meanings in the technology's field. Such usage can be associated with the English equivalents by bilingual speakers (Manzolillo, *n.d.*). The words are: "adicionar", from *to add*; "algoritmo", from *algorithm*; "baixar", from *to download*; "compartilhar", from *to share*; "conexão", from *connection*; "curtir", from *to like*; "endereço", from *address*; "seguir", from *to follow*; "servidor", from *server*; "plataforma", from *platform*; and "visualizar", from *to view*. Moreover, a theoretical review focused on the concepts of borrowings, calques and neologisms was made, especially addressing the different types of calques and how the semantic one behaves. Each term also had its etymological origin and etymon studied, following the analysis of *corpora*. This contributed to deciding whether they could be classified as semantic calques or neologisms, as well as the formers' *terminus a quo* datings. Out of the eleven words, seven were classified as semantic calques while four as semantic neologisms. This showcased that the majority of the technical computer aceptions can already be found in renowned Portuguese dictionaries. Moreover, occurrences were registered in both Anglophone and Brazilian *corpora*, all ranging from 1990 to 1994. It was, then, possible to connect Brazil's current globalized scenario and the development of *English as a Lingua Franca* (Jenkins, 2007) to the adoption of calques in Brazilian Portuguese.

**KEYWORDS:** Calque; Borrowing; Lexicology; Technology; Brazilian Portuguese.

---

<sup>1</sup> Este artigo é fruto dos resultados obtidos pela pesquisa *Decalques semânticos do inglês*, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2023/05958-0. "As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da FAPESP".

**RESUMO:** O presente artigo propõe o estudo dos decalques semânticos vindos do inglês para o Português do Brasil, em especial aqueles do campo lexicológico das tecnologias digitais e mídias sociais. Para isso, uma lista de palavras foi elaborada, as quais são unidades lexicais utilizadas com acepções diversas em outro(s) contexto(s) e que aparecem no âmbito das tecnologias das redes sociais com uma nova acepção, a qual pode ser associada por falantes bilíngues ao seu uso em inglês (Manzollilo, *n.d.*). São elas: “adicionar”, de *to add*; “algoritmo”, de *algorithm*; “baixar”, de *to download*; “compartilhar”, de *to share*; “conexão”, de *connection*; “curtir”, de *to like*; “endereço”, de *address*; “seguir”, de *to follow*; “servidor”, de *server*; “plataforma”, de *platform*; “visualizar”, de *to view*. Assim, visou-se um exame teórico com foco nos conceitos de empréstimos, decalques e neologismos, em especial nos diferentes tipos de decalques e como o semântico se localiza nesse âmbito. Realizou-se um estudo etimológico da origem e étimo de cada termo e suas acepções, seguido de exame de *corpora*, a fim de classificá-los em decalques ou neologismos semânticos, e intentar a aproximação da datação *terminus a quo* dos primeiros. Das onze palavras, sete classificaram-se como decalque semântico, enquanto quatro como neologismo semântico; ou seja, a maioria das acepções técnico-informáticas já se encontram em dicionários conceituados da língua. Ademais, registraram-se ocorrências das acepções tanto nos *corpora* anglófonos quanto no brasileiro, todas do período de 1990-1994. Fez-se, então, possível relacionar o cenário globalizado em que o Brasil está e o desenvolvimento da perspectiva do inglês como a nova língua franca (Jenkins, 2007) com a adoção de decalques no Português do Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Decalque; Empréstimo; Lexicologia; Tecnologia; Português do Brasil.

## 1. Introdução

É evidente que o léxico das línguas se encontra em eterna renovação, passando por processos alogenéticos<sup>2</sup> ou autogenéticos para adoção e/ou criação de palavras (Viaro e Bizzocchi, 2016, p. 588). No caso dos recursos alogenéticos, a saber, empréstimos, decalques, neologismos, composição ou derivação a partir de palavras estrangeiras, é comum verificar-se a influência acentuada de uma determinada língua, geralmente ligada aos recursos de poder. No século XVIII, por exemplo, rivalizavam pelo posto o inglês e o francês, sendo este a então “língua de cultura” graças à supremacia territorial e bélica do Império Francês, não obstante constantemente abalada pelas investidas do Império Britânico<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> “De modo mais geral reconhecem-se dois processos básicos de formação de palavras: aqueles que só utilizam elementos e processos vernáculos e aqueles que utilizam elementos ou processos vindos de outra língua [tanto no âmbito do significante quanto no do significado]. São eles os processos autogenéticos (fundamentalmente hereditariedade ou criação intralinguística) e os alogenéticos (empréstimo ou criação a partir de elementos estrangeiros)” (Bizzocchi, 2023, p. 152).

<sup>3</sup> “O inglês é atualmente a língua de cultura mais difundida do mundo [...] e entrou no século XX como a língua por excelência da política, do comércio, da ciência e da tecnologia. Mesmo com a derrocada do Império Britânico após o fim da Segunda Guerra Mundial, o inglês manteve sua hegemonia, já que é também a língua dos Estados Unidos, nação que assumiu a liderança do mundo capitalista [...] Com o fim da Guerra, a supremacia absoluta da língua inglesa se deve hoje à maciça penetração da cultura americana

Na atual sociedade globalizada, o capitalismo consolidou uma relação direta entre influência e dinheiro, sendo a língua utilizada para a comunicação internacional nos grandes centros comerciais e no mercado financeiro a fonte de termos alogenéticos: o inglês. Sem dúvidas, “English is on its way to becoming the sole language for international relations, intellectual production, mass communication, technology, and so on” (Macedo *et al.*, 2016, p. 45), dada sua conexão com o capital e com os polos de desenvolvimento tecnológico. Outrossim, o pioneirismo anglófono na informática levou termos desse idioma para o cenário internacional, influenciando o léxico técnico-informático das demais línguas. Isso, aliado à intensificação do intercâmbio linguístico pelas tecnologias digitais e pelas redes sociais, impulsionou ainda mais fortemente a circulação de termos e estruturas lexicais da língua inglesa. Assim, tem-se o inglês como a grande língua para comunicação, exportando, além de tecnologias e produtos, palavras e acepções essenciais para os campos integrantes da atual economia global capitalista.

Optou-se por focar nos processos alogenéticos, especificamente no decalque, dado que a existência de diversas pesquisas estrangeiras que relacionam o avanço das tecnologias com o aumento da adoção de decalques semânticos ingleses em suas respectivas línguas é crescente (Manzollillo, *n.d.*; Agapova e Aisner, 2019; Todea e Demarcsek, 2016), mostrando relevante a realização de estudos similares com palavras do Português do Brasil (doravante PB). A pesquisa aqui tratada propôs-se a estudar uma pequena lista de palavras, unidades lexicais do PB suspeitas de configurarem decalque semântico proveniente do inglês. Na análise da lista de palavras, foi central estabelecer se o termo se classifica como decalque semântico ou neologismo semântico.

O artigo está organizado em três seções centrais, nomeadamente, “Conceitos teóricos”, na qual são discutidas as definições adotadas de empréstimo, decalque, neologismo e estrangeirismo, visto a sistematicidade e confusão que paradoxalmente cercam essas categorias; “Lista de palavras”, com foco em apresentar a metodologia, a análise e os resultados das palavras escolhidas; e “O inglês no cenário global”, sobre prestígio e preconceito de termos ingleses e ELF. Para concluir, seguem-se ainda considerações finais.

---

em todo o mundo, através do cinema, da televisão, da música popular, da política, do comércio, e sobretudo, da tecnologia, especialmente após o boom da informática” (Bizzocchi, 2023, p. 124).

## 2. Conceitos teóricos

A presente seção trata brevemente dos conceitos de Bizzocchi (2023), Maroneze e Alves (2018), Dubois (*n.d.*), Silveira (2018), Viaro (2011), Arraes (2006), Loubier (2003) e Cabré (1993), fundamentais para análise e classificação das palavras.

### 2.1. Empréstimos

De modo geral, no caso do PB, os empréstimos são de grande valia. Quando, entre duas línguas, há um elemento vocabular parecido ou idêntico, excetuando-se os casos de coincidência e origem comum, pode-se estar diante de um empréstimo; ou, de acordo com Dubois et al. (*n.d.*), “quando um falar A usa e acaba por integrar uma unidade ou um traço lingüístico<sup>4</sup> que existia precedentemente num falar B e que A não possuía” (p. 209). Do ponto de vista linguístico, não há uma definição categórica do termo, sendo a denominação empréstimo por si só já alvo de polêmicas. Ali (1957, p. 186, como citado em Manzollilo, *n.d.*), Melo (1981, p. 150, como citado em Manzollilo, *n.d.*), Deroy (1956, p. 18, como citado em Manzollilo, *n.d.*) e Jespersen (1949, p. 208, como citado em Manzollilo, *n.d.*) lembram que as palavras emprestadas jamais são devolvidas, enquanto Ilari (1992, p. 149, como citado em Manzollilo, *n.d.*) afirma que tal expressão é utilizada por ser consagrada.

Concorda-se, no entanto, que o empréstimo engloba toda palavra procedente numa determinada sincronia de um outro sistema, sendo um processo sincrônico por excelência (Viaro, 2011, p. 99). Bizzocchi (2023) destaca que o empréstimo pode ser direto, como ing. *football* ≥ *futebol*<sup>5</sup>, ou seja, partindo da língua de criação da palavra, ou indireto, trazendo elementos, tanto no campo do significante quanto do significado, da(s) língua(s) de empréstimo, como em “princesa, que veio do fr. *princesse* por intermédio do esp. *princesa* (Bizzocchi, 2023, p. 146).

Numa primeira fase, a unidade lexical estrangeira proveniente de outro sistema linguístico é “sentida como externa à língua receptora” (Alves, 2002, p. 72), sendo tratada

---

<sup>4</sup> Por ‘traço linguístico’ adota-se a definição de Krysin (1990, como citado em Agapova e Aisner, 2019): “different language tiers: phonology, morphology, syntax, vocabulary, semantics”.

<sup>5</sup> Essa notação, assim como as demais utilizadas previamente, segue o modelo proposto por Viaro e Bizzocchi (2016) “para eliminar ou ao menos minimizar inconsistências que a notação etimológica tradicional comporta” (p. 583).

como um estrangeirismo. Ainda em uma segunda etapa neológica, nomeada de tradução do estrangeirismo, a unidade lexical é “seguida por uma tradução ou de uma definição de seu significado” (Alves, 2002, p. 72). Só então, depois de integrada ao sistema da língua receptora e reconhecida por seus falantes como tal, é que a palavra sai do *status* neológico para o de empréstimo linguístico.

Para além desses critérios, Alves (1984, como citado em Maroneze e Alves, 2018, p. 125) traz a frequência como um “critério para a sua [o termo emprestado] aceitabilidade na língua portuguesa”. Destaca-se, por fim, que o empréstimo ocorre “quando uma delas [das línguas] teve algum prestígio e influência cultural” (Viaro, 2011, p. 99), vide a ampla difusão do inglês no cenário atual da globalização para os empréstimos brasileiros.

## 2.2. Decalques

Quanto ao decalque linguístico, Loubier (2003) afirma que ele é primeiramente um empréstimo semântico, isto é, “empréstimo lexical que resulta de uma transferência de significado de uma unidade lexical estrangeira para a língua recebedora” (p. 27). Pisani (1967, como citado em Manzollilo, *n.d.*) complementa afirmando que o decalque aparece em especial frente à necessidade de se criarem palavras para exprimir um conceito novo à língua vindo do exterior, mas sem a adoção de palavra estrangeira. Viaro e Bizzocchi (2016) bem resumem:

“Tradicionalmente chama-se de decalque, calque ou *clipping* a tradução de um vocábulo (ou dos elementos que o compõem) de um outro sistema diferente do estudado por equivalentes do sistema em questão [...] Outro caso particular de decalque é o chamado empréstimo semântico (também conhecido como extensão semântica ou *loanshift*), como no já mencionado inglês *star* (“corpo celeste” >> “atriz famosa”) ≥ estrela (ambas as acepções) ou em inglês *mouse* (“animal” >> “periférico de informática”) ≥ Português Europeu rato (ambas as acepções)” (p. 592).

Ademais, ele pode ser de dois tipos principais: decalque semântico ou decalque morfológico. O decalque semântico é um “empréstimo semântico cuja forma estrangeira é traduzida e substituída por uma forma já existente na língua recebedora” (Arraes, 2006, p. 14), como, por exemplo, agenda (conjunto de questões ou assuntos a serem tratados), inteligência (serviço de informação), etc. Já o decalque morfológico é um “empréstimo

semântico cuja forma estrangeira é traduzida e substituída na língua recebedora por uma forma nova que imita o modelo morfossintático estrangeiro e reproduz mais ou menos exatamente a imagem veiculada pela língua estrangeira” (Arraes, 2006, p. 14), como ocorre em *fiscalismo*, *internalizar*, *terapeuta*, *arranha-céu*, etc. (respectivamente *ing. fiscalism, internalize, therapist, skyscraper*).

Para mais, existem os chamados decalques parciais, formas mistas onde os traços morfológicos pertencentes a línguas diferentes são reunidos; por exemplo, o cultismo *relação* é emprestado do lat. *relatio*, e passou por adaptação sufixal, i.e., tradução do sufixo latino *-tio* pelo vernáculo *-ção*, abstraído de palavras portuguesas herdadas como *canção* e *lição* (Bizzocchi, 2023, p. 160). São também decalques os empréstimos de restituição, nos quais é traduzido parte de um vulgarismo ou semicultismo estrangeiro por elementos cultos do grego ou do latim (exemplo: *ing. feed back* → *port. retroalimentar*). Da mesma forma, pode ocorrer o inverso da restituição, a tradução de cultismo, i.e., quando um decalque ocorre por meio da substituição de alguns ou todos os elementos da palavra culta por equivalentes vernáculos (exemplo: lat. *superponere* → *port. sobrepor*).

### 2.3. Neologismos

Ainda mais, há os neologismos, ou seja, “uma unidade lexical introduzida recentemente em seu sistema linguístico” passível de “variações do ponto de vista formal e semântico” (Cabré, 1993, como citado em Maroneze e Alves, 2018). A autora defende quatro parâmetros determinantes do caráter neológico de uma unidade lexical; dentre tais critérios, três aqui se destacam: a menção à diacronia, a referência à utilização do dicionário como *corpus de exclusão* e o caráter psicológico, ou “sentimento de neologia”:

“(1) a diacronia: uma unidade é neológica se surgiu em um período recente; (2) a lexicografia: uma unidade é neológica se não está incluída nos dicionários; (3) a instabilidade sistemática: uma unidade é neológica se apresenta signos de instabilidade formal (morfológicos, gráficos, fonéticos) ou semântica; (4) a psicologia: uma unidade é neológica se os falantes a consideram como uma unidade nova” (p. 10).

Os neologismos também se diferem dos decalques e empréstimos na medida em que “a fase neológica do termo estrangeiro se situa entre o estrangeirismo e o

empréstimo e corresponde à sua instalação no sistema de uma língua” (Cabré, 1993, como citado em Maroneze e Alves, 2018, p. 102). Ressalta-se, além do mais, que neste artigo emprega-se o termo neologismo em referência a processos alogenéticos de adoção de palavras; ou seja, são todos neologismos por empréstimos, não abordando, por exemplo, criações neológicas autogenéticas.

## 2.4. Estrangeirismos

Nomenclatura geralmente empregada de forma bastante nebulosa, o termo “estrangeirismo” aqui designa a primeira fase do processo de empréstimo, seguida, ou não, da fase neológica e da consolidação como empréstimo (Alves, 1984). Nessa fase, a palavra é completamente estranha ao sistema da língua receptora, podendo ainda conservar traços morfofonológicos da língua de origem. Há, naturalmente, divergências entre os linguistas quanto à nomenclatura e disposição dessas fases. Bizzocchi (2023), por exemplo, defende a existência dos *xenismos*, guardando a denominação de estrangeirismo para a fase posterior, na qual “à medida que começa a aumentar de frequência, essa palavra passa a pertencer ao léxico da língua receptora” (p. 157).

## 3. Lista de palavras

### 3.1. Metodologia

Foram feitas análises completas da lista de palavras, percorrendo com todas os mesmos passos: i. investigação morfológica em dicionário especializado; ii. detalhamento da origem da palavra em dicionário de língua correspondente (grego, latim ou francês); iii. busca pela acepção nos dicionários *Dicionário Online Caldas Aulete*, *Dicionário Online Aurélio*, *Dicionário Online Houaiss* e *Dicionário Etimológico Wiktionary*; iv. hipótese a respeito do *status* de decalque semântico ou neológico; v. se decalque, investigação do étimo<sup>6</sup> nos dicionários *Oxford English Dictionary* e *Dicionário Etimológico Wiktionary*; vi. problematização e discussão da(s) hipótese(s) previamente formulada(s); vii. tentativa de datação *terminus a quo*, a partir de *corpora* do *English-*

---

<sup>6</sup> “[...] a forma equivalente da mesma palavra, imediatamente anterior numa sincronia pretérita qualquer” (Viaro, 2011, p. 99).

*Corpora.org* (*Corpus of Contemporary American English (COCA)*, *Corpus of Historical American English (COHA)*, *Corpus of TV* e *Corpus of Canadian English (Strathy)*) e do *CETENFolha* (*Projeto AC/DC: corpo NILC/São Carlos*, plataforma *Linguateca*) das palavras classificadas como decalques.

Para a datação *terminus a quo*, decidiu-se pela investigação exclusivamente dos termos classificados como decalques, em respeito aos critérios teóricos já citados. Para estipular suas datações, foi necessário averiguar quando as palavras apareceram no idioma base, nesse caso, o inglês, pois é somente após esse período que se faz possível o aparecimento do decalque em PB. Com esse intuito, foram utilizados os *corpora* anglófonos supracitados e o *corpus* brasileiro *CETENFolha*. Em ambas as línguas, foram recolhidos dados a respeito das datas de aparecimento dos termos, dos campos de abrangência, das frequências das formas disponíveis, das citações e das ocorrências.

### **3.2. Sobre os métodos**

Percorrendo todo esse percurso, foi possível estabelecer se o termo se classificava como decalque semântico ou neologismo semântico<sup>7</sup>. Além disso, foi primordial a adoção do critério lexicográfico de Cabré (1993), “uma unidade lexical será neológica se não figurar em um conjunto de dicionários de língua previamente selecionados” (p. 43), desconsiderando os demais critérios no caso específico do campo lexicológico em questão.

Quanto ao referido parâmetro psicológico, “sentimento de neologia”, ou seja, a percepção do caráter inovador de uma unidade lexical por parte dos falantes nativos da língua, estabelece-se um problema: como não perceber as acepções do campo da tecnologia das redes sociais como novos e recentes se elas descrevem ações, processos ou objetos inexistentes há duas décadas? Adiciona-se a isso outro parâmetro, o da diacronia, segundo o qual o fato da unidade ser recente embasa seu caráter neológico; então, todas as acepções utilizadas nas áreas das inovações seriam invariavelmente

---

<sup>7</sup> “Quando a palavra já é dicionarizada, porém o sentido se altera quando usada em outro contexto, tem-se o neologismo semântico [...] considera-se esse um neologismo semântico pelo fato de não ter sido encontrada, em nenhuma das obras lexicográficas, acepção equivalente a essa criada” (Silveira, 2018, como citado em Maroneze e Alves, 2018, p. 93).

neologismos, independentemente das variações em seu processo de incorporação no sistema da língua de adoção.

Assim, determinante para as classificações foi a presença da acepção focalizada em dicionários online conceituados. Reforça-se a escolha para a pesquisa dos dicionários em suas versões online como *corpus de exclusão* para a classificação de neologismos. Optou-se deliberadamente por essa forma de dicionário, visto o campo lexicológico focalizado ser consideravelmente recente e possuir grande parte das suas atualizações terminológicas nas ferramentas online (Maroneze e Alves, 2018).

Apesar da metodização do processo de análise e da grande quantidade de dados encontrados a respeito das acepções, ressalta-se que um importante entrave, um tanto paradoxal, surge com termos provenientes da internet e tecnologias digitais: “se temos dados sobejos nos sites como nunca houve, falta-nos informação segura para datarmos a postagem desses dados” (Viaro, 2011, p. 107). Nesse sentido, a documentação do momento exato de criação dos decalques é, certamente, deveras rara, e muitas vezes distante da primeira ocorrência do item lexical.

É relevante evidenciar que, mesmo sabendo da data do registro da primeira ocorrência de um termo, é possível encontrar a qualquer momento um registro mais antigo, às vezes exigindo a mudança do estatuto etimológico daquele termo<sup>8</sup>. Logo, “[...] toda classificação é provisória, podendo ser alterada diante da descoberta de novos dados” (Bizzocchi, 2023, p. 164). Salienta-se também o caráter restrito de qualquer corpus, o qual nunca reflete integralmente o caráter vivo dos sistemas em interação.

Com isso, e tendo em vista que o corpus é limitado ao PB e a extratos do Jornal Folha de São Paulo do ano de 1994, buscou-se não a ocorrência inaugural dos termos (i.e., o momento da criação do item lexical), mas sim a data aproximada de seu período de adoção. Levou-se em consideração a data de 1989, a criação da *World Wide Web*, como marco base comum para a implementação das acepções no inglês. Assumindo também que uso das palavras com a acepção decalcada no meio jornalístico, área abarcada pelo CETENFolha, implica os significados já estarem circulando nas demais

---

<sup>8</sup> “O fato, porém, de havermos atribuído uma data de primeira ocorrência para determinado vocábulo não significa, de modo algum, que essa data não possa ser recuada. A lexicografia histórica portuguesa ainda se encontra numa fase de lamentável atraso [...] quer porque nossas fontes fossem insuficientes, quer porque o vocábulo é realmente de introdução muito recente na língua portuguesa (Cunha, 1986, pp. 13-16).

esferas da língua em 1994, estalecer-se-á como *terminus a quo* a data de 1994. Faz-se importante destacar a possibilidade de retrodatação por meio de outras investigações etimológicas, algo mais do que desejável nesse campo (Viaro, 2024).<sup>9</sup>

### 3.3. Resultados

Do total de onze palavras, sete classificaram-se como decalque semântico, enquanto quatro como neologismo semântico; ou seja, a maioria das acepções técnico-informáticas já se encontram em dicionários conceituados da língua. Quanto à datação *terminus a quo* das acepções em foco, foram encontradas ocorrências dos decalques *algorithm*, *download*, *address* e *server* em 1990, de *share* em 1991 e de *connection* e *platform* em 1992, ocorrendo todos também em PB em 1994, como acusa o *CETENFolha*. Abaixo, encontra-se o Quadro 1 para melhor sintetizar e sistematizar tais resultados obtidos a partir de análises da lista de palavras:

QUADRO 1 - Análise da lista de palavras

<b>Palavra</b>	<b>Configura decalque semântico</b>	<b>Configura neologismo semântico</b>	<b>Datação <i>terminus a quo</i> do termo em inglês</b>
adicionar		X	não se aplica
algoritmo	X		1990
baixar	X		1990
compartilhar	X		1991
conexão	X		1992
curtir		X	não se aplica
endereço	X		1990
seguir		X	não se aplica
servidor	X		1990
plataforma	X		1992
visualizar		X	não se aplica

(Fonte: Elaboração própria)

<sup>9</sup> Agradecemos aos pareceristas pelas contribuições.

### 3.4. Análise das palavras

Faz-se proveitoso destacar aspectos de cada termo, posto que revelam diferentes partes do processo de adoção dessas acepções no PB. A começar, a palavra “adicionar” foi classificada como neologismo semântico por não ter sido encontrada em nenhum dos dicionários selecionados como *corpus de exclusão*, constando menção à acepção em enfoque apenas no *Dicionário informal (n.d.)*, *website* sem crivo lexicográfico e/ou etimológico. Curiosamente, também existe, conforme a seção *Portuguese* do *Dicionário Etimológico Wiktionary (n.d.)*, o uso de *add* no PB. O excerto aponta que seria um empréstimo do inglês sem modificações adaptativas (“unadepted borrowing from English”), já que teria permanecido ortograficamente idêntico ao termo da língua de origem (por exemplo, em “Me add aí no grupo”), ainda que tenha se consolidado fonologicamente como um inicialismo. Porém, seguindo os conceitos teóricos já mencionados, trata-se de um neologismo por empréstimo<sup>10</sup>, pois o termo não consta nos dicionários da língua, permanecendo na fase neológica anterior ao *status* de empréstimo.

Já “algoritmo” foi classificado como decalque semântico do inglês, encontrando-se a acepção do campo das tecnologias nos dicionários *Aulete*, *Aurélio*, *Houaiss* e *Wiktionary*, devidamente sinalizadas como “Informática”, “INF” e “ciência da informação”, respectivamente. Segundo o *Corpus of Contemporary American English (COCA)*, na página que exhibe o gráfico de *algorithm*, verifica-se considerável frequência de ocorrência da palavra já no período dos anos 1990-1994 (frequência total de 469, sendo 3,79 a cada mil palavras), indicando grande circulação do termo, espraiando-se para outras línguas. De fato, encontra-se em alemão *Algorithmus*; de acordo com a curva de ocorrência (*Verlaufskurve*) do *DWDS*, há um aumento súbito no número de ocorrências desse substantivo a partir dos anos 1990, época de significativos avanços tecnológicos.

Da mesma forma, “baixar” foi classificado como decalque semântico do inglês, encontrando-se a acepção do campo das tecnologias nos dicionários mencionados. Verificou-se que o verbo e o substantivo em inglês [*to*] *download* são lexias próprias do

---

<sup>10</sup> “A neologia de empréstimo diz respeito à adoção de um estrangeirismo lexical de um sistema linguístico por outro, que pode ou não sofrer adaptações quando é utilizado em um novo idioma” (Silva, 2018, como citado em Maroneze e Alves, 2018, p. 86).

campo da computação, e que o PB, ao entrar em contato com esse campo, decalcou-o semanticamente, associando a ideia de *download* a baixo/baixar.

A palavra “compartilhar” também foi classificada como decalque semântico do inglês. Apesar de figurar apenas em um dicionário, *Aulete* (*n.d.*), a ocorrência basta para descartar o estatuto de neologismo do termo. Como defende Ferraz (2010, como citado em Maroneze e Alves, 2018, p. 87), “se o candidato a neologismo encontra-se atestado em algum dos dicionários que compõem o *corpus de exclusão*, deixa de ser objeto de análise, por se considerar que este já tenha perdido o estatuto de unidade lexical nova”.

Enquanto isso, o termo “curtir” foi classificado como neologismo semântico do inglês, visto que a acepção das tecnologias se mostrou ausente em todos os dicionários selecionados como *corpus de exclusão*. De acordo com o *Dicionário Online Caldas Aulete* (*n.d.*), entre as acepções de curtir estão “preparar o couro”, “suportar” e “conservar”, além usos específicos do termo sob a rubrica “Popular”, a saber, “[Bras. Pop.] Gostar muito de (uma pessoa, uma música etc.). [td.: Joana curte muito os primos.]” (*Dicionário Caldas Aulete, n.d.*). A definição de “curtir” como gostar muito pode ser parafraseada como “Ele gostou da música!”, o que não necessariamente revelaria relação com a acepção das tecnologias, i.e., em uma rede social, clicar em um botão em determinada publicação para indicar seu gosto por ela. Na falta de demais exemplos de uso, antônimos e/ou sinônimos para confirmar essa hipótese interpretativa, fez-se mais adequado não afirmar a presença do significado em foco no dicionário, justificando seu *status* neológico.

A palavra “endereço” foi classificada como decalque semântico do inglês, visto que para abarcar uma nova acepção, incorporando um significado informático, o PB utilizou-se de um lexema presente e recorrente da sua língua e, através de associação semântica, estendeu seu domínio. Ademais, o *Dicionário Aulete Online* (*n.d.*) tem outras definições informáticas de *endereço + termo*, a saber:

“Endereço de memória 1 Inf. Posição em memória de computador (onde se podem gravar dados) identificada por um número hexadecimal; Endereço de rede 1 Inf. Especificação individualizada de cada computador de uma rede, e que permite o endereçamento de dados e informações para cada um em separado; Endereço eletrônico 1 Notação que identifica um usuário de rede de computadores, e que serve de endereço para recebimento e envio de mensagens (e-mails) através dessa rede”.

Finalmente, a palavra “plataforma” foi classificada como decalque semântico do inglês, encontrando-se a acepção do campo das tecnologias em três dicionários pertencentes ao *corpus de exclusão*. Ademais, neles constam menções à origem também inglesa da acepção política de plataforma, com o *Dicionário Online Caldas Aulete* classificando o processo como derivação diretamente do inglês, i.e., ing. *platform* → port. plataforma, enquanto o *Dicionário Houaiss* acusa empréstimo do inglês para o francês, e deste para o português (ou seja, ing. *platform* ► fr. *plateforme* ► port. plataforma).

## 4. O inglês no cenário global

### 4.1. Prestígio e preconceito

Como visto, o prestígio da língua inglesa transcende limites geográfico-espaciais, difundindo-se exponencialmente pelas diversas áreas e sobre o sistema de muitas línguas. Para além do protagonismo histórico do Império Britânico, sucede-se a atual expansão da cultura estadunidense, cada vez mais exportando suas indústrias científica, cinematográfica, musical e informática para o Ocidente e, recentemente, para boa parte das culturas orientais. Nesse sentido, como aponta Stojkovic (2005, como citado em Todea e Demarcsek, 2016, p. 2), “[...] nowadays English has become the primary donor language, moreover in nearly all fields of human knowledge there is a very free and versatile linguistic borrowing of English words by other languages”.

A análise da lista de palavras corrobora para a constatação de que, tal como em diversas línguas pelo mundo, grande parte da terminologia sobre tecnologias digitais e mídias sociais no PB advém de decalques semânticos ingleses. Verifica-se, ainda, a existência de acepções correntes, mas não-dicionarizadas, ou seja, neologismos, extremamente comuns no sistema brasileiro.

Entretanto, muitas vezes o tempo e a frequência de uso não são suficientes para evitar o surgimento de preconceitos linguísticos acerca desses termos. Puristas da língua, calcados em ideais nacionalistas, apontam que empréstimos – e, conseqüentemente, os decalques, estrangeirismos e neologismos – são “um elemento espúrio que macularia uma pretensa pureza de uma língua” (Viaro, 2011, p. 268).

Tal postura, completamente vazia de fundamentos linguísticos, chegou a virar projeto de lei, no caso do deputado Aldo Rebelo (PC do B), em 1999. Consoante ao então presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), Arnaldo Neskier, propôs a eliminação do uso de tais expressões, as quais deveriam ser substituídas por “termos equivalentes” no português ou “aportuguesadas” mediante supervisão da ABL. Segundo Fiorin (2003, como citado em Macena, 2008), a razão para a recusa a essas palavras está na “rejeição da alteridade ou na consideração das diferenças como patologia, erro, vício etc”, ignorando-se, também, a importância desses termos tanto para a comunicação no cenário global quanto para o sistema da própria língua receptora.

#### 4.2. Inglês como Língua Franca

Para mais, surgiram comunidades de práticas que adotam não apenas elementos do inglês em seus discursos, através de empréstimos ou decalques, mas a língua em si, dado que o inglês é cada vez mais frequentemente o denominador comum entre falantes de diferentes línguas. A esse fenômeno de uso do inglês denominou-se ELF<sup>11</sup>, *English as a lingua franca*, ou Inglês como Língua Franca, o qual define Jenkins (2009) como:

“a specific communication context: English being used as a lingua franca, the common language of choice, among speakers who come from different linguacultural backgrounds [...] and include all English users within their definition of ELF” (p. 200).

É esperado, dessa forma, que tanto o inglês quanto as línguas dos falantes de EFL (*English as a Foreign Language*), ou inglês como língua estrangeira) sejam grandemente impactadas por aquele idioma, como verifica-se na crescente adoção de termos ingleses no PB. Impacto que também pode ser recebido de forma negativa, com reações bastante semelhantes àquelas dos puristas do português. Basicamente, ora acusam o ELF de promover rigidez e certa recusa ao pluricentrismo linguístico; e outra de incentivar diversidade em demasia, causando perda de regras e padrões da língua inglesa (Jenkins, 2009).

---

<sup>11</sup> “ELF is sometimes known as EIL (English as an international language). However, to avoid confusion with other uses of the word ‘international’ (e.g. ‘International English’ is sometimes equated with North American English), most researchers prefer ‘ELF’” (Jenkins, 2009, p. 200).

Todavia, as ditas “más” pronúncias e “erros” de sintaxe, ao passarem pelo prisma da língua franca, tiveram sua sistematicidade e história reconhecidas, sendo em verdade esta uma prática inclusiva, e não de recusa à pluralidade. Isso se faz extremamente importante, dado que as indústrias globais de entretenimento e os canais de notícias estão “probably even more influential in furnishing people with common information wherever they are” (Mauranen, 2018, p. 15). Com isso, o inglês segue impactando cada vez mais áreas e discursos, seja com a adoção e criação lexical, ou seja como língua franca.

## 5. Conclusão

A ampliação do léxico de uma língua pode partir de diversos processos, os quais são mais ou menos recorrentes e produtivos a depender da organização do sistema em análise. Dentre os processos aloenéticos (Bizzocchi, 2023, p. 152), a saber, empréstimo, neologismo, decalque e estrangeirismo, encontram-se diversas discussões teóricas sobre definições e nomenclaturas. Concorde-se, no entanto, que utilizam elementos ou processos vindos de outra língua.

Adotando os conceitos de Bizzocchi (2023), Maroneze e Alves (2018), Dubois (*n.d.*), Silveira (2018), Viaro (2011), Arraes (2006), Loubier (2003) e Cabré (1993), discorreu-se sobre a análise de uma lista de palavras do Português do Brasil, cujos objetivos passavam pela classificação delas em decalque semântico ou neologismo semântico, apoiando-se em *corpora* variados (em PB e inglês) e em dicionários conceituados, e pela observação das relações com a língua inglesa no atual cenário global. Tem-se, finalmente, que é ele a língua de base para a adoção de terminologias, traduzidas, ou não, adaptadas, ou não.

Verifica-se, em especial, um crescente aumento da dicionarização de acepções advindas do inglês ligadas à tecnologia e redes sociais (majoritariamente, classificadas no campo “Informática”) em palavras já consagradas no PB, isto é, decalques semânticos. Entretanto, outros termos de extrema relevância no discurso cotidiano não constam nos dicionários de referência para língua, evidenciando um possível atraso ou desatualização de tais *corpus de exclusão*.

Mais do que isso, há opiniões demasiado datadas a respeito desses neologismos e decalques, tratados por exageros e/ou erros tanto no cenário brasileiro quanto no internacional. Apesar de muito utilizadas, essas palavras e expressões são alvos de represálias; os estudos etimológicos e lexicográficos, assim, revelam-se mais do que fonte de dados: são ferramentas de conscientização a respeito da língua, um sistema diverso sempre em influência e integração com outros.

## Referências

- Agapova, T. V., & Aisner, L. Yu. (2019). *The influence of anglicisms on the development of Russian language*. Pedagogical Journal.
- Alves, I. M. (1984). A integração dos neologismos por empréstimo ao léxico português. *Alfa: Revista de Linguística*, 28(Supl.), 119-126.  
<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/3681/3447>
- Alves, I. M. (2002). *Neologismo: Criação lexical* (Série Princípios). Ática.
- Arraes, F. C. C. L. (2006). *Empréstimos linguísticos do inglês, com formativos latinos, adotados pelo português do Brasil* (Vol. 1) [Tese de doutorado]. Universidade de Brasília.
- Bizzocchi, A. (2023). *Uma breve história das palavras*. Almedina Editora.
- Cabré, M. T. (1993). *La terminología: Teoría, metodología, aplicaciones*. Editorial Antártida/Empúries.
- Cunha, A. G. da. (1986). *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (2ª ed.). Nova Fronteira.
- Dubois, J., Giacomo, M., Guespin, L., Marcellesi, C., Marcellesi, J.-B., & Mevel, J.-P. (n.d.). *Dicionário de linguística*. Cultrix.
- Jenkins, J. (2007). *English as a lingua franca: Attitude and identity*. Oxford University Press.
- Jenkins, J. (2009). English as a lingua franca: Interpretations and attitudes. *World Englishes*, 28(2), 200-207.
- Loubier, C. (2003). *Les emprunts: Traitement en situation d'aménagement linguistique*. Office de la langue française.
- Macena, A. G. de. (2008). *Estrangeirismos na língua portuguesa contemporânea: Um debate*. Universidade do Legislativo Brasileiro, Senado Federal.
- Macedo, D., Dendrinis, B., & Gourani, P. (2016). European discourses of homogenization in the discourse of language planning. In D. Macedo, B. Dendrinis, & P. Gounari, *The hegemony of English* (pp. 45-60). Routledge.
- Manzollilo, V. C. de O. (n.d.). *Empréstimo semântico, decalque e retroversão: Breve estudo tipológico do empréstimo linguístico*.
- Maroneze, B., & Alves, I. M. (2018). Neologismos. *Revista GTLex*.
- Mauranen, A. (2018). Conceptualizing ELF. In J. Jenkins, W. Baker, & M. Dewey (Eds.), *The Routledge handbook of English as a lingua franca* (pp. 5-24). Routledge.
- Silveira, L. P. (2018). Memes: A ostentação de neologismos e uma ferramenta de ensino. *Revista GTLex*, 4(1), 79-97.

- Todea, L., & Demarcsek, R. (2016). Anglicisms in the Romanian business and technology vocabulary. *Conference Series: Materials Science and Engineering*.
- Viaro, M. E. (2011). *Etimologia*. Contexto.
- Viaro, M. E., & Bizzocchi, A. L. (2016). Proposta de novos conceitos e uma nova notação na formulação de proposições e discussões etimológicas. *ALFA: Revista de Linguística*, 60(3), 579-602.
- Viaro, M. E. (2024). Retrodatação: Seu papel crucial na confecção de um dicionário etimológico da língua portuguesa. *Romanica Cracoviensia*, 143-151. <https://doi.org/10.4467/20843917RC.24.015.20348>

### **Dicionários Consultados**

- Corpus of Contemporary American English. (n.d.) Algorithm. In *Corpus of Contemporary American English*. <https://www.english-corpora.org/coca/algorithm>.
- Dicionário Aurélio: versão eletrônica*. (n.d.) <http://aureliopositivo.com.br/>.
- Dicionário Caldas Aulete. (2025). Algoritmo. In *Dicionário Online Caldas Aulete: Lexikon*. <https://www.aulete.com.br/algoritmo>.
- Dicionário Caldas Aulete. (2025). Compartilhar. In *Dicionário Online Caldas Aulete: Lexikon*. <https://www.aulete.com.br/compartilhar>.
- Dicionário Caldas Aulete. (2025). Curtir. In *Dicionário Online Caldas Aulete: Lexikon*. <https://www.aulete.com.br/curtir>.
- Dicionário Caldas Aulete. (2025). Endereço. In *Dicionário Online Caldas Aulete: Lexikon*. <https://www.aulete.com.br/endereço>.
- Dicionário Caldas Aulete. (2025). Plataforma. In *Dicionário Online Caldas Aulete: Lexikon*. <https://www.aulete.com.br/plataforma>.
- Dicionário Houaiss. (2025). Algoritmo. In *O Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa: versão eletrônica*. [houaiss.uol.com.br/houaission/apps/uol\\_www/vopen/html/inicio/d93/algoritmo](http://houaiss.uol.com.br/houaission/apps/uol_www/vopen/html/inicio/d93/algoritmo).
- Dicionário Houaiss. (2025). Plataforma. In *O Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa: versão eletrônica*. [houaiss.uol.com.br/houaission/apps/uol\\_www/vopen/html/inicio/645/plataforma](http://houaiss.uol.com.br/houaission/apps/uol_www/vopen/html/inicio/645/plataforma).
- Dicionário Informal. (n.d.). Adicionar. In *Dicionário Informal*. <https://www.dicionarioinformal.com.br/adicionar/>.
- Digitales Wörterbuch der deutschen Sprache. (n.d.). Algorithmus. In *Digitales Wörterbuch der deutschen Sprache*. <https://www.dwds.de/wb/Algorithmus>.
- Wikcionário. (n.d.). *adicionar*. Em Wikcionário. [https://pt.wiktionary.org/wiki/adicionar\\_Wikcionário](https://pt.wiktionary.org/wiki/adicionar_Wikcionário).
- Wikcionário. (n.d.). *algoritmo*. Em Wikcionário. [https://pt.wiktionary.org/wiki/algoritmo\\_Wikcionário](https://pt.wiktionary.org/wiki/algoritmo_Wikcionário).
- Wikcionário. (n.d.). *plataforma*. Em Wikcionário. [https://pt.wiktionary.org/wiki/plataforma\\_Wikcionário](https://pt.wiktionary.org/wiki/plataforma_Wikcionário).

## **A vogal pretônica /e/ na fala dos moradores da cidade de Tonantins (Amazonas): um estudo variacionista**

*The pretonic vowel /e/ in the speech of residents of the city of Tonantins (Amazon): a variationist study*

José Fabrício Affonso Ferreira Júnior  
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
affonsofabricio@gmail.com

Flávia Santos Martins<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Amazonas, Brasil  
flviasantos@ufam.edu.br

Recebido: 24/05/2025  
Aceito: 05/11/2025  
Publicado: 16/01/2026

**ABSTRACT:** From the perspective of Variationist Sociolinguistics (Weinreich, Labov and Herzog, 2006; Labov, 2008; Coelho et al., 2010; Mollica e Braga, 2015), the research aimed to investigate the variation of the pretonic vowel /e/ in the state of Amazonas, based on speech data from residents of Tonantins city, by that contributing to the understanding of Brazilian dialectal areas. For this objective, it was described which variants of the pretonic vowel /e/ present in the speech of residents of Tonantins city (Amazonas), as well as which linguistic ('previous consonant'; 'consonant in syllabic coda'; 'orality/nasality of the stressed vowel' and 'stressed vowel opening') and extralinguistic independent variables ('sex/gender'; 'age group'; 'education level'; 'mobility'; 'localism' and 'occupation') that influences the use of one or another variant of the pretonic vowel /e/ in the speech of residents of that city. For the development of this study, it was used part of the collected data by Martins (2013) in her doctoral thesis. The corpus analyzed consists of 12 informants and it is stratified according to age group (18-35 years, 36-55 years, and over 56 years), sex/gender (male and female), and education level (4-8 years of schooling and 9-11 years of schooling). In total, we analyzed 3.097 realizations of the pretonic vowel /e/ in the statistical analysis program GoldVarb X. As a general result, the most frequent realization was the vowel [e] (41%), followed by the [ɛ] (31%) and [i] (28%) variants. These results corroborated those found by other research carried out in the amazon region (Maia, 2009; Brito, 2011; Justiniano, 2012; Quara, 2012; Cardoso, 2018; Maia, 2018; Mendonça, 2021; Batista, 2023) and, on the other hand, they differed from the data found by Nascentes (1953), Cruz (2004), Dias (2012), Azevedo (2013) and Tavares (2019). In order to understand the phenomenon in focus with regard to the independent linguistic and extralinguistic variables that influence it, the variant [e] analysis in relation to the variant [ɛ] was considered in the statistical round. The statistical program selected as preferred of that variant, in order of selection: 'opening of the stressed vowel'; 'orality/nasality of the stressed vowel'; 'consonant in syllabic coda'; 'previous consonant'; 'age group' and 'sex/gender'. Accordingly, it can be observed that, for this phenomenon, linguistic variables carry more weight than extralinguistic ones.

---

<sup>1</sup> A pesquisadora conta com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES)- Código 001- e da Universidade Federal do Amazonas.

**KEYWORDS:** Brazilian sociolinguistics; Amazon; pretonic vowel /e/.

**RESUMO:** Sob a perspectiva da Sociolinguística Variacionista (Weinreich, Labov e Herzog, 2006; Labov, 2008; Coelho et al., 2010; Mollica e Braga, 2015), esta pesquisa teve como objetivo geral investigar a variação da vogal pretônica /e/ no Amazonas, a partir de dados de fala de moradores da cidade de Tonantins e, dessa forma, contribuir para o conhecimento das áreas dialetais brasileiras. Para isso, foram descritas as variantes da vogal pretônica /e/ presentes na fala dos moradores da cidade de Tonantins (Amazonas), assim como foram analisadas as variáveis independentes linguísticas ('consoante anterior'; 'consoante em coda silábica'; 'oralidade/nasalidade da vogal tônica' e 'abertura da vogal tônica') e extralinguísticas ('sexo/gênero'; 'faixa etária'; 'escolaridade'; 'mobilidade'; 'localismo' e 'ocupação') que influenciam o uso de uma ou outra variante da vogal pretônica /e/ na fala dos moradores dessa cidade. Para o desenvolvimento deste estudo, foi utilizada parte dos dados coletados por Martins (2013) em sua tese de doutorado. O corpus analisado constitui-se de 12 informantes e está estratificado de acordo com a faixa etária (18 a 35 anos, 36 a 55 anos e mais de 56 anos), o sexo/gênero (homem e mulher) e a escolaridade (4 a 8 anos de escolarização e 9 a 11 anos de escolarização). No total, foram analisadas 3.097 realizações da vogal pretônica /e/ no programa de análises estatísticas GoldVarb X. Como resultado geral, obteve-se a realização mais frequente da vogal [e] (41%), seguida de [ɛ] (31%) e de [i] (28%). Esses resultados corroboraram os encontrados por outras pesquisas realizadas na região amazônica (Maia, 2009; Brito, 2011; Justiniano, 2012; Quara, 2012; Cardoso, 2018; Maia, 2018; Mendonça, 2021; Batista, 2023) e, por outro lado, eles se diferenciaram dos dados encontrados por Nascentes (1953), Cruz (2004), Dias (2012), Azevedo (2013) e Tavares (2019). Para melhor compreender o fenômeno em foco no que diz respeito às variáveis independentes linguísticas e extralinguísticas que o influenciam, foi considerada na rodada estatística a análise da variante [e] em relação à variante [ɛ]. O programa estatístico utilizado selecionou como favorecedores dessa variante, em ordem de seleção: 'abertura da vogal tônica'; 'oralidade/nasalidade da vogal tônica'; 'consoante em coda silábica'; 'consoante anterior'; 'faixa etária' e 'sexo/gênero'. Diante disso, é visto que, para o fenômeno em questão, as variáveis independentes linguísticas têm mais peso do que as extralinguísticas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociolinguística brasileira; Amazonas; Vogal pretônica /e/.

## 1. Introdução

Sob a abordagem da Sociolinguística Variacionista (Weinreich, Labov e Herzog, 2006; Labov, 2008; Coelho et al., 2010; Mollica e Braga, 2015), neste estudo, objetivou-se a investigação da variação na vogal pretônica /e/ na cidade de Tonantins (AM)<sup>2</sup>, variável dependente fonético-fonológica. Para isso, buscou-se tecer explicações sobre as variáveis independentes, linguísticas e extralinguísticas, que se mostram relevantes para a realização da vogal pretônica /e/ no Português Brasileiro (doravante PB), especificamente, a partir das pesquisas sobre esse fenômeno realizadas no Amazonas (Cruz, 2004; Maia, 2009; Silva 2009; Brito, 2011; Dias, 2012; Justiniano, 2012; Quara,

---

<sup>2</sup> Este artigo é resultado de um trabalho de Iniciação Científica realizado na Universidade Federal do Amazonas no período de 2020/02 a 2021/02 sob a inscrição PIB-LLA/0031/2020.

2012; Azevedo, 2013; Maia, 2018; Cardoso, 2018; Tavares, 2019; Mendonça, 2021; Batista, 2023).

Em relação à performance da vogal pretônica /e/ no PB, estudos variacionistas têm mostrado que há três variantes para essa variável (Nina, 1991; Cruz et al., 2008; Santos, 2009; Razky e Santos, 2010; Vieira, 2010; Dias, 2012; Margotti e Brod, 2013; Lopes, 2013; Souza, 2018, dentre outros): i) manutenção: p[e]rigo; ii) abaixamento: p[ɛ]rigo e iii) alçamento: p[i]rigo. Ademais, essas pesquisas têm elucidado que essa variação não acontece de qualquer forma (aleatória), mas há uma regra de funcionamento por trás dessa variação, visto que há tanto grupos de fatores linguísticos quanto extralinguísticos influenciando o uso de uma ou outra variante da vogal pretônica /e/.

Diante disso, o estudo em questão tem por objetivo: i) descrever as variantes da vogal pretônica /e/ na fala dos moradores da cidade de Tonantins (Amazonas); e ii) analisar os grupos de fatores, linguísticos e extralinguísticos, que influenciam o uso de uma ou outra variante da vogal pretônica /e/ na fala dos moradores dessa cidade. Linguisticamente, foram controladas variáveis que já se mostraram relevantes nas pesquisas sobre esse fenômeno no PB, como as citadas nesta Introdução: '*consoante anterior*'<sup>3</sup>; '*consoante em coda silábica*'; '*oralidade/nasalidade da vogal tônica*' e '*abertura da vogal tônica*'. Extralinguisticamente, a pesquisa controlou as variáveis: '*sexo/gênero*', '*faixa etária*', '*escolaridade*'; '*mobilidade*' e '*localismo*'.

Vale ressaltar que esta pesquisa fez uso de parte dos dados coletados por Martins (2013) para sua tese de doutoramento. A referida pesquisadora, com o objetivo de ampliar o estudo da microrregião do Alto Solimões, realizou entrevistas com moradores de cinco dos nove municípios pertencentes à microrregião do Alto Solimões (conforme a divisão político-administrativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010): Fonte Boa, Jutai, Tonantins, Santo Antônio do Içá e São Paulo de Olivença. No total, foram realizadas 57 entrevistas, sendo 12 por localidade, estratificadas de acordo com a faixa etária (18 a 35 anos, 36 a 55 anos e mais de 55 anos), o sexo/gênero (homem e mulher) e a escolaridade (4 a 8 anos de escolarização e 9 a 11 anos e escolarização)<sup>4</sup>.

Martins (2013) constituiu esse banco de dados nos moldes da Sociolinguística

---

<sup>3</sup> Para darmos destaque às variáveis independentes, utilizamos, neste artigo, as aspas simples e itálico.

<sup>4</sup> Martins (2013) seguiu a mesma divisão de faixas etárias do Atlas Linguístico do Amazonas (Cruz, 2004) para manter uma padronização na formação de banco de dados do falar amazonense e, conseqüentemente, realizar estudos comparativos.

Variacionista. Para isso, portanto, foi *in loco*, no mês de julho de 2010, realizar coleta de dados de fala através da gravação de entrevistas sociolinguísticas, ou seja, buscou através do gênero discursivo narrativas de experiências pessoais coletar o vernáculo<sup>5</sup> dos moradores de cada localidade investigada. Assim, os dados obtidos servem para o estudo de diversos fenômenos linguísticos do falar amazonense: fonético/fonológicos, morfológicos, morfossintáticos, sintáticos e discursivos.

É importante destacar que a pesquisadora Martins (2013) analisou a “concordância nominal de número” (fenômeno morfossintático), no entanto, nesta pesquisa, descrevemos um fenômeno fonético-fonológico desse *corpus* já composto. Dessa forma, pretendemos, nesta pesquisa, ampliar os estudos sobre a variação da vogal pretônica /e/ no Amazonas, por meio da análise dos dados de fala dos moradores da cidade de Tonantins, constituídos por 12 entrevistas. Para isso, Martins (2013) disponibilizou os áudios das entrevistas realizadas na referida cidade para que pudessem ser coletadas e transcritas foneticamente as palavras em que ocorria o fenômeno em questão.

Dado o exposto, este artigo foi organizado da seguinte forma: i) traçaremos um breve panorama dos estudos sobre a vogal pretônica /e/ no Amazonas; ii) apresentaremos a análise estatística e a discussão a respeito dos resultados na cidade de Tonantins; e iii) realizaremos as considerações finais.

## **2. A vogal pretônica /e/ no Amazonas**

A investigação sobre a vogal pretônica /e/ tem sido uma das mais importantes para atestar ou não a proposta de Nascentes (1953) sobre a divisão dialetal do Brasil. Esse pesquisador propôs a seguinte divisão: falares do Norte e do Sul, estabelecendo, sucessivamente, seis subfalares: amazônico, nordestino, baiano, mineiro, fluminense e sulista, como pode ser observado na Figura 1:

---

<sup>5</sup> O estilo menos monitorado de fala que, segundo os axiomas metodológicos de Labov (2008, [1972]), é o ideal para pesquisas sociolinguísticas.

FIGURA 1 - Divisão dialetal de Antenor Nascentes (1953)



(Fonte: Barbadinho Neto, 2003, p. 700)

No que tange à vogal pretônica /e/, Nascentes (1953) traçou a hipótese que segue: o falar do Norte se caracterizaria pelo uso da variante [ɛ]; o do Sul, por sua vez, pela variante [e].

Com o intuito de atestar ou não essa hipótese, na década de 1980 foram realizadas as seguintes pesquisas sobre a variação da vogal pretônica /e/ no Amazonas: i) Corrêa (1980), sob a perspectiva da Dialectologia Tradicional e do Gerativismo, investigou fenômenos fonético-fonológicos, assim como semântico-lexicais, sobre o falar de Itacoatiara e Silves. No que tange à vogal pretônica /e/, especificamente, Corrêa (1980) identificou que houve uma maior frequência de [i]; e ii) Cunha e Silva (1980), sob a luz do Gerativismo, por sua vez, investigou o falar de Manaus a partir da comparação com o falar do Rio de Janeiro. De maneira geral, a pesquisadora encontrou uma maior produtividade de [ɛ] na maioria dos contextos linguísticos. As demais variantes ([e] e [i]) foram produtivas quando a sílaba tônica era fechada.

No início do século 21, depois de mais de vinte anos, Cruz (2004), sob o embasamento teórico-metodológico da Dialectologia Pluridimensional, produziu o *Atlas Linguístico do Amazonas* (ALAM), a partir da investigação da fala dos habitantes de nove cidades do Amazonas, cada uma representando uma microrregião distinta (de acordo com a divisão político-administrativa que consta na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988): Benjamin Constant (Alto Solimões); Barcelos (Alto Rio Negro); Eirunepé (Juruá); Humaitá (Madeira); Itacoatiara (Médio Amazonas); Lábrea (Purus); Manacapuru (Rio Negro-Solimões); Parintins (Baixo Amazonas) e Tefé (Jutaí-Solimões-

Juruá).

Nesse atlas linguístico, Cruz (2004) descreveu fenômenos fonético-fonológicos, assim como semântico-lexicais. No que diz respeito à vogal pretônica /e/, esse estudo mostrou, de maneira geral, que houve uma maior recorrência da variante [ɛ], porém, influenciada por determinados contextos linguísticos.

Além disso, com o objetivo de ampliar os estudos sobre o fenômeno em foco, outras pesquisas já foram realizadas no Amazonas (monografias, iniciações científicas, dissertações e teses), como ilustramos no Quadro 1:

QUADRO 1 - Pesquisas sobre a vogal pretônica /e/ no Amazonas

<b>Ano</b>	<b>Autor</b>	<b>Base Teórico- Metodológica</b>	<b>Localidade</b>	<b>Resultados Gerais</b>
2009	Maia	Dialetologia, Geolinguística e Sociolinguística Variacionista	Itacoatiara <sup>6</sup> (Médio Amazonas)	Foi identificada uma maior frequência da variante <b>[e]</b> .
2009	Silva	Dialetologia, Geolinguística e Sociolinguística Variacionista	Itapiranga e Silves (Médio Amazonas)	Foi identificada uma concorrência entre as variantes <b>[e]</b> e <b>[i]</b> nos dois municípios.
2011	Brito	Dialetologia Pluridimensional e Sociolinguística Variacionista	Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Nhamundá, São Sebastião do Uatumã e Uruará (Baixo Amazonas)	Foi identificada uma maior produtividade da variante <b>[e]</b> .
2012	Justiniano	Dialetologia Pluridimensional	Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira (Alto Rio Negro)	Foi identificada uma maior frequência da variante <b>[e]</b> nos dois municípios.
2012	Quara	Dialetologia e Geolinguística	Manaus (Rio Negro- Solimões)	Foi identificada uma maior produtividade da variante <b>[e]</b> .
2012	Dias	Sociolinguística Variacionista	Manaus (Rio Negro- Solimões)	Foi identificada uma maior frequência das variantes <b>[ɛ]</b> e <b>[i]</b> .
2013	Azevedo	Dialetologia Pluridimensional	Anamã, Coari e Codajás (Médio Solimões)	Foi identificada uma maior produtividade da variante <b>[ɛ]</b> nos três municípios.

<sup>6</sup> Esta pesquisa foi feita a partir de dados de conversação livre do ALAM (que não tinham sido analisados por Cruz, 2004).

2018	Maia	Dialetologia Pluridimensional	Boca do Acre, Lábrea, Tapauá, Borba, Humaitá e Manicoré (Rio Purus e Rio Madeira)	Foi identificada uma maior frequência da variante <b>[e]</b> nos seis municípios.
2018	Cardoso	Dialetologia	Manaus (Rio Negro-Solimões)	Foi identificada uma maior frequência da variante <b>[e]</b> .
2019	Tavares	Dialetologia, Geolinguística e Sociolinguística Variacionista	Manaus (Rio Negro-Solimões)	Foi identificada uma maior produtividade da variante <b>[i]</b> .
2021	Mendonça	Sociolinguística Variacionista	São Paulo de Olivença (Alto Solimões)	Foi identificada uma maior produtividade da variante <b>[e]</b> .
2023	Batista	Sociolinguística Variacionista	Santo Antônio do Içá (Alto Solimões)	Foi identificada uma maior frequência da variante <b>[e]</b> .

(Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado de Ferreira Júnior, 2020/2021)

Como se observa no Quadro 1, já há uma ampliação dos estudos sobre a variação da vogal pretônica /e/ no Amazonas, no entanto, ainda há muitos municípios a serem investigados como era o caso de Tonantins, pertencente à microrregião do Alto Solimões. É importante destacar que no ALAM, Cruz (2004) somente coletou dados no município de Benjamin Constant como representante dessa microrregião.

A seguir, apresentamos e discutimos os resultados encontrados nesta pesquisa.

### 3. Análise estatística e discussão dos resultados

Os resultados referentes à realização da vogal pretônica /e/ no município de Tonantins (AM) serão, a partir desta seção, apresentados e discutidos. Essas apurações foram obtidas por meio da submissão das informações coletadas ao programa GoldVarb X (Sankoff, Tagliamonte e Smith, 2005), um programa de análise multivariada que analisa variáveis binárias.

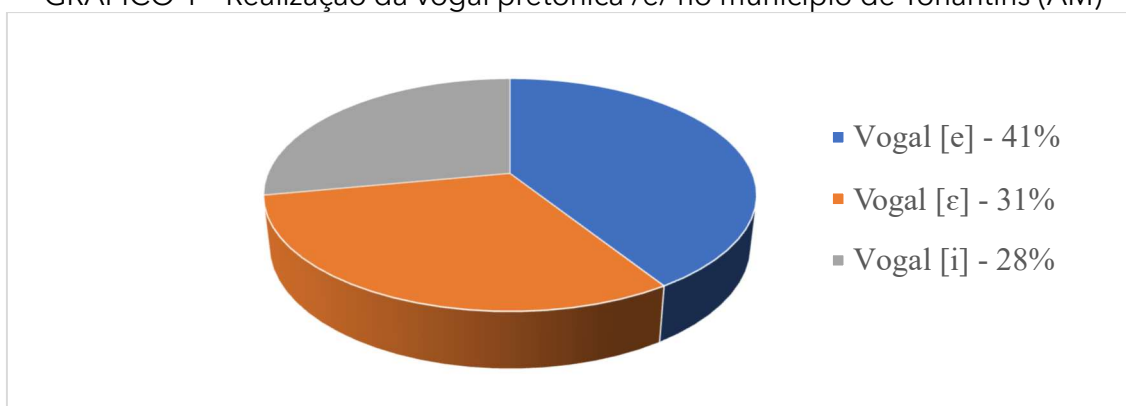
No total, foram analisadas 3.097 palavras que apresentaram a vogal pretônica /e/. Nesses dados, a variante mais utilizada na comunidade de Tonantins foi a vogal [e], com um total de 1.272 realizações (41%). A realização predominante da variante [e] coincide com os resultados encontrados em outros trabalhos efetuados no Amazonas no século 21, como: Maia (2009) em Itacoatiara (Médio Amazonas); Brito (2011) no Baixo Amazonas;

Justiniano (2012) no Alto Rio Negro; Quara (2012) e Cardoso (2018) em Manaus (Rio Negro-Solimões); Maia (2018) no Rio Purus; Mendonça (2021) em São Paulo de Olivença (Alto Solimões) e Batista (2023) em Santo Antônio do Içá (Alto Solimões). Além disso, a predominância da variante [e] no município de Tonantins vai ao encontro, parcialmente, da pesquisa de Silva (2009), em que houve uma concorrência entre as variantes [e] e [i] nos municípios de Itapiranga e Silves.

No entanto, o resultado desta pesquisa diverge da proposta de Nascentes (1953) sobre o falar nortista; do ALAM de Cruz (2004), nos nove municípios representativos das microrregiões amazonenses; e de Azevedo (2013), em Anamá, Coari e Codajás (Médio Solimões), cujos resultados gerais apontaram para a maior frequência da variante [ɛ]. Assim como é oposto aos resultados de Dias (2012) e Tavares (2019) em Manaus (Rio Negro-Solimões), em que foi identificada uma concorrência entre as variantes [ɛ] e [i] na primeira pesquisa, e uma maior frequência da variante [i] na segunda.

As outras duas variantes possíveis no PB, a vogal [ɛ] e a vogal [i], também foram encontradas no município aqui investigado, com um total de 959 (31%) e 866 (28%) realizações, respectivamente. As porcentagens das três variantes podem ser observadas no Gráfico 1:

GRÁFICO 1 - Realização da vogal pretônica /e/ no município de Tonantins (AM)



(Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado de Ferreira Júnior, 2020/2021)

Para maior entendimento do fenômeno em estudo, principalmente da variante que se mostrou mais produtiva nesta pesquisa, a vogal [e], foi essencial a análise do que estaria favorecendo (variáveis linguísticas e extralinguísticas) sua realização em Tonantins. Por conta do programa estatístico utilizado ser binário, essa variante foi rodada em relação à variante [ɛ] que foi a segunda mais frequente.

Em relação às variáveis independentes extralinguísticas, todas as variáveis estabelecidas no princípio da pesquisa foram controladas no programa, sendo eles: '*sexo/gênero*', '*faixa etária*', '*escolaridade*', '*localismo*', '*mobilidade*' e '*ocupação*'.

Já em relação às variáveis independentes linguísticas, das sete variáveis definidas previamente: '*abertura da vogal tônica*'; '*altura da vogal tônica*'; '*oralidade/nasalidade da vogal tônica*'; '*posição na sílaba da vogal pretônica*'; '*consoante em coda silábica*'; '*prefixo -DES*' e '*consoante anterior*', foi necessária a eliminação de três delas durante as rodadas estatísticas: i) em virtude de *knockouts*<sup>7</sup>, a variável '*posição na sílaba da vogal pretônica*' (ditongo, hiato ou não se aplica) foi eliminada, principalmente pelo baixo número de realizações de hiatos, que, nos dados coletados foram realizados categoricamente pela vogal [i], como, por exemplo, no verbo '*passar*' [pasí'a] e suas flexões; ii) da mesma maneira, a variável '*prefixo -DES*' também foi eliminada, dessa vez por *knockouts* em todas as três variantes, causados, sobretudo, pelo baixo número de dados com essa variável, ademais, vale ressaltar que a variável '*coda silábica*' ainda contempla a coda /S/; iii) por fim, devido também aos *knockouts* de algumas consoantes, sobretudo, na realização categórica da variante [i] diante de consoantes africadas como, por exemplo, na palavra '*demais*' [dʒi'majj], foi decidida a reunião das consoantes da variável '*consoante anterior*' de acordo com o seu modo de articulação, ou seja, a realização de um amálgama<sup>8</sup> dessas consoantes que passaram a ser divididas em: oclusivas e africadas; fricativas; nasais; tepe e laterais. Tomou-se essa decisão de reunir por essa característica articulatória, pois era o mais viável em virtude dos resultados encontrados por consoante isolada<sup>9</sup>. Outra adaptação realizada, dessa vez em virtude de uma maior precisão dos resultados (*Significance*<sup>10</sup>), foi a eliminação da variável '*altura da vogal tônica*'. Ainda, essa variável mostrou-se sobreposta à variável '*abertura da vogal tônica*'.

Dessa forma, além das seis variáveis extralinguísticas, somaram-se à investigação no programa as variáveis linguísticas, considerando os ajustes necessários: '*abertura da*

---

<sup>7</sup> *Knockouts* - Na análise estatística do programa GoldVarb X, acontece quando não há variação (0% ou 100%) em relação a uma determinada variável ou fator dessa variável.

<sup>8</sup> Amálgama - Na análise estatística do programa GoldVarb X, é a reunião de fatores que apresentam características similares entre si a fim de eliminar *Knockouts*, geralmente.

<sup>9</sup> Não foi viável reunir por ponto de articulação, pois consoantes com as mesmas características apresentavam resultados percentuais muito diferentes. Por exemplo, a consoante alveolar [d] apresentou 21,9% de [e], ao passo que a alveolar [l] 63,1% de [ε].

<sup>10</sup> *Significance* (significância) - Na análise estatística do programa GoldVarb X, é a precisão de uma rodada estatística, quanto mais próximo do número 0,000 maior é a confiabilidade dessa rodada.

vogal tônica'; 'oralidade/nasalidade da vogal tônica'; 'consoante em coda silábica' e 'consoante anterior'.

Dessas dez variáveis independentes controladas, o programa selecionou aquelas que mais demonstraram relevância para o uso da variante [e], em ordem de seleção: 'abertura da vogal tônica'; 'oralidade/nasalidade da vogal tônica'; 'consoante em coda silábica'; 'consoante anterior'; 'faixa etária' e 'sexo/gênero'. Portanto, não foram selecionadas as variáveis extralinguísticas: 'escolaridade', 'localismo', 'mobilidade' e 'ocupação'.

Nas próximas seções, serão discutidas individualmente as quatro variáveis linguísticas e as duas variáveis extralinguísticas selecionadas pelo programa estatístico utilizado, pois foram as que se mostraram atuantes no uso de [e].

### 3.1. Abertura da vogal tônica

A variável independente mais relevante para a aplicação da regra, a variante [e], selecionada em primeiro lugar, foi a 'abertura da vogal tônica'. Na Tabela 1, são observados os seguintes resultados, com destaque para os pesos relativos:

TABELA 1 - Frequência e probabilidade da variante [e], segundo a variável 'abertura da vogal tônica'

<b>Fatores</b>	<b>Aplicação/ Total</b>	<b>%</b>	<b>Peso Relativo</b>
Fechada	1005/1322	76,0%	0,71
Aberta	267/497	29,4%	0,20
Significância: 0,019 Input: 0,32			

(Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado de Ferreira Júnior, 2020/2021)

Como é observado na Tabela 1, quando a vogal /e/ estava diante de vogal tônica fechada, observou-se o favorecimento da vogal fechada (0,71), como, por exemplo, na palavra 'receber' [hes**e**'be]; em compensação, quando a vogal /e/ estava diante de vogal tônica aberta, observou-se o desfavorecimento da aplicação da regra, a variante fechada (0,20), como, por exemplo, na palavra 'reserva' [hɛ'zɛ**h**və]. Esses resultados também são encontrados nas pesquisas de Cruz (2004), Justiniano (2012), Quara (2012), Maia (2018), Mendonça (2021) e Batista (2023), nas quais o fechamento da vogal pretônica /e/ parece sofrer a influência das vogais tônicas fechadas e, por sua vez, a abertura da vogal

pretônica /e/ parece ser condicionada pelas vogais tônicas abertas. Conforme esperado, isso revela, a princípio, a atuação da harmonização vocálica (Bisol, 1981) na realização desse fenômeno.

### 3.2. Oralidade/nasalidade da vogal tônica

A segunda variável independente mais importante para a aplicação da regra, a variante [e], foi a *'oralidade/nasalidade da vogal tônica'*. Na Tabela 2, são observados os resultados, com destaque para os pesos relativos, encontrados:

TABELA 2 - Frequência e probabilidade da variante [e], segundo a variável *'oralidade/nasalidade da vogal tônica'*

<b>Fatores</b>	<b>Aplicação/ Total</b>	<b>%</b>	<b>Peso Relativo</b>
Oral	1068/1734	61,6%	0,56
Nasal	204/497	41,0%	0,28
Significância: 0,019 Input: 0,32			

(Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado de Ferreira Júnior, 2020/2021)

Como é verificado na Tabela 2, quando a vogal /e/ estava adjacente à vogal tônica oral, a vogal [e] tende a ser favorecida (0,56), conforme ocorre, por exemplo, na palavra *'pessoa'* [pe'soə]; em contrapartida, a vogal tônica nasal (ou nasalizada) desfavoreceu o seu uso (0,28), verificado, por exemplo, na palavra *'recente'* [hɛ'sɛtɪ]. Silva (2001) mostra que há uma tendência no PB da vogal pretônica /e/ ser realizada como [ɛ] "quando em posição tônica ocorre uma vogal nasal que na ortografia é marcada por 'em/en' [...]: setembro, [...]" (p. 84).

Por desfavorecer a aplicação da regra, a variante [e], os resultados em peso relativo mostraram que o fator nasalidade da vogal tônica favoreceu a realização da vogal [ɛ]. Esse resultado pode ser observado também na pesquisa de Mendonça (2021). Já nas pesquisas de Cruz (2004), Maia (2009), Justiniano (2012), Quara (2012), a variável vogal tônica nasalizada ocasionou uma concorrência de favorecimento entre a realização das variantes [ɛ] e [i].

### 3.3. Consoante em coda silábica

A terceira variável mais significativa para a aplicação da regra, a variante [e], foi a

'consoante em coda silábica', como pode ser observado, com destaque para os pesos relativos, na Tabela 3:

TABELA 3 - Frequência e probabilidade da variante [e], segundo a variável 'consoante em coda silábica'

Fatores	Aplicação/ Total	%	Peso Relativo
/S/	51/107	47,7%	0,69
/R/	81/239	33,9%	0,40
Significância: 0,019 Input: 0,32			

(Fonte: Elaborado pelos autores, de adaptado de Ferreira Júnior, 2020/2021)

De acordo com a Tabela 3, o /S/ em coda silábica, representante das consoantes fricativas dentais/alveolares surda e sonora [s, z] e alveopalatais surda e sonora [ʃ, ʒ], como, por exemplo, na palavra 'respirava' [heʃpi'raβə], favoreceu a realização da vogal [e] (0,69). Já o /R/ em coda silábica, equivalente às fricativas glotais surda e sonora [h, ħ], como é visto, por exemplo, na palavra 'verdade' [veħ'dadʒɪ], desfavoreceu a realização da variante fechada (0,40).

O favorecimento do /S/ em coda silábica para a aplicação da regra, a variante [e], pode ser constatado nas pesquisas de Dias (2012), Justiniano (2012), Mendonça (2021) e Batista (2023), nas quais observa-se a predominância da variante [e] nesse contexto.

Ademais, com o intuito de constatar o favorecimento do /S/ em coda silábica para a realização da vogal alta, tal como é visto em diversas pesquisas sobre a vogal pretônica /e/, foi realizada, neste trabalho, uma rodada estatística em que a variante [i] se constituiu como aplicação da regra, relacionada à variante [e]. No que tange à coda silábica, de um total de 307 palavras com a vogal pretônica iniciando sílaba travada em /S/, a variante [i] apresentou uma produtividade de 87,9% (270 realizações), com apenas 37 realizações com a variante [e] (12,1%). Atesta-se, assim, o forte favorecimento desse contexto para a realização do alçamento como já havia sido constatado em Cruz (2004), Maia (2009; 2018), Quara (2012), Azevedo (2013), Cardoso (2018) e Tavares (2019). Isso pode ser explicado em função do processo de assimilação do ponto de articulação da consoante /S/, alveopalatal ou alveolar, pela vogal pretônica /e/.

### 3.4. Consoante anterior

A quarta variável selecionada, sendo a última linguística, foi a variável ‘consoante anterior’. Como dito anteriormente, devido aos *knockouts*, as consoantes foram divididas de acordo com seu modo de articulação. Dessa forma, houve os seguintes resultados, com destaque para os pesos relativos, apresentados na Tabela 4:

TABELA 4 - Frequência e probabilidade da variante [e], segundo a variável ‘consoante anterior’ (dividida de acordo com seu modo de articulação)

Fatores	Aplicação/ Total	%	Peso Relativo
Oclusivas e africadas	509/828	61,5%	0,54
Fricativas	456/796	57,3%	0,52
Tepe	114/204	55,9%	0,42
Nasais	107/215	49,8%	0,39
Laterais	42/113	37,2%	0,33
Significância: 0,019 Input: 0,32			

(Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado de Ferreira Júnior, 2020/2021)

O fator que mais favoreceu a realização da vogal [e] foram as consoantes anteriores oclusivas e africadas ([p, b], [t, d], [k, g], [tʃ, dʒ]), com um peso relativo de 0,54. Como pode ser observado nos seguintes exemplos: ‘pessoal’ [pesu’aw] e ‘depois’ [de’pojʃ]. Logo atrás, as fricativas ([f, v], [s, z], [ʃ, ʒ], [h, ħ]) apresentaram um peso relativo de 0,52, também favorecendo a vogal [e], como acontece, por exemplo, nas palavras: ‘azeitoneira’ [azejto’nerə] e ‘registrado’ [heʒiʃ’tradu]. Já os fatores tepe ([r]), as nasais ([m], [n], [ɲ]) e as laterais ([l], [ʎ]), como, por exemplo, nas palavras: ‘aparecendo’ [aparesẽdu], ‘negócio’ [ne’gosu] e ‘colherada’ [kuluẽ’radə], todos, desfavoreceram a aplicação da regra, apresentando pesos relativos de 0,42, 0,39 e 0,33, respectivamente. É importante ressaltar que esse resultado pode estar correlacionado à variável que diz respeito às características fonéticas das vogais em sílaba tônica (‘abertura’ e ‘oralidade/nasalidade’).

Ressalta-se que, nas pesquisas já realizadas sobre o fenômeno em questão, essa variável independente não foi investigada ou não foi selecionada pelo programa GoldVarb X (como é o caso de Maia, 2018).

### 3.5. Faixa etária

A primeira variável independente extralinguística selecionada, e quinta em relação

à aplicação da regra, a variante [e], foi a variável 'faixa etária', cujos resultados, com destaque para os pesos relativos, podem ser vistos na Tabela 5:

TABELA 5 - Frequência e probabilidade da variante [e], segundo a variável 'faixa etária'

Fatores	Aplicação/ Total	%	P.R
18 a 35 anos	464/756	61,4%	0,56
36 a 55 anos	417/756	55,2%	0,49
Mais de 56 anos	391/719	54,4%	0,44
Significância: 0,019 Input: 0,32			

(Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado de Ferreira Júnior, 2020/2021)

O fator que mais favoreceu a aplicação da regra, a variante [e], foi a 1ª faixa etária (18 a 35 anos) com um peso relativo de 0,56. Já o desfavorecimento da aplicação da regra é visto de forma crescente com a 2ª faixa etária (36 a 55 anos) e a 3ª faixa etária (mais de 56 anos), apresentando um peso relativo de 0,49 e 0,44, respectivamente. Nossos resultados também podem ser observados na pesquisa de Silva (2009) na localidade de Itapiranga, em que a 1ª faixa etária (18 a 35 anos) também favoreceu a variante [e]. Da mesma forma, nas pesquisas de Dias (2012)<sup>11</sup> e Cardoso (2018) em Manaus, os resultados mostraram que a variante [e] é favorecida pelos falantes da primeira faixa etária (18 a 30/35 anos), enquanto os falantes da 2ª faixa etária (50 a 65 anos), na primeira pesquisa, e os da 2ª (36 a 55 anos) e 3ª faixas etárias (mais de 55 anos), na segunda, favoreceram a realização da variante [ɛ].

Esse contraste entre os resultados dos falantes mais novos e mais velhos aponta para uma possível mudança em tempo aparente na cidade de Tonantins, corroborando com a pesquisa feita por Maia e Martins (2020). Nesse trabalho, por meio da comparação entre o ALAM (Cruz, 2004) e o Atlas Linguístico do Sul Amazonense (ALSAM), de Maia (2018), especificamente nas cidades do sul do Amazonas, foi detectado um indício de mudança no uso das variantes da vogal pretônica /e/. De maneira geral, na 1ª faixa etária (18 a 35 anos) do ALAM, havia uma maior produtividade da variante [e] (46,2%), enquanto na 2ª faixa etária (mais de 56 anos), uma maior frequência da variante [ɛ] (41%). Mais de uma década depois, no ALSAM, é possível observar essa mudança sendo efetivada,

<sup>11</sup> Na pesquisa de Dias (2012), a variável independente 'faixa etária' foi dividida em duas faixas etárias: 18 a 30 anos e 50 a 65 anos. As demais pesquisas citadas seguem as mesmas divisões de faixas etárias, a saber: 18 a 35 anos, 36 a 55 anos e mais de 55 anos.

tendo em vista que, tanto na 1ª faixa etária quanto na 2ª faixa etária, a variante [e] foi a mais frequente (50,5% e 50,2%, respectivamente).

### 3.6. Sexo/Gênero

A segunda variável independente extralinguística selecionada, e última em relação à aplicação da regra, a variante [e], foi a variável 'sexo/gênero', cujos resultados, com destaque para os pesos relativos, podem ser vistos na Tabela 6:

TABELA 6 - Frequência e probabilidade da variante [e], segundo a variável 'sexo/gênero'

<b>Fatores</b>	<b>Aplicação/ Total</b>	<b>%</b>	<b>Peso Relativo</b>
Mulher	595/994	59,9%	0,53
Homem	677/1237	54,7%	0,47
Significância: 0,019 Input: 0,32			

(Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado de Ferreira Júnior, 2020/2021)

Como observado na Tabela 6, as mulheres favoreceram a aplicação da regra, a variante [e], com um peso relativo de 0,53, enquanto os homens a desfavoreceram com um peso relativo de 0,47.

Observando o percentual dos dois fatores, nossos resultados apresentaram, apesar do favorecimento das mulheres para a regra, a variante [e], uma concorrência equilibrada de realização para essa variante entre ambos os 'sexos/gêneros', com um total de 59,9% para as mulheres e 54,7% para os homens. Em outras pesquisas sobre a vogal pretônica /e/, como, por exemplo, no trabalho de Quara (2012), em relação à variável 'sexo/gênero', também se observou um equilíbrio de frequência entre os dois fatores, com os homens e as mulheres apresentando um índice de 41,7% e 43,2% de uso da variante [e], respectivamente. Já em relação ao trabalho de Maia (2009), os resultados são opostos aos encontrados em nossa pesquisa, uma vez que foram os homens que se inclinaram mais para a realização da variante [e] (54,54%), enquanto as mulheres utilizaram, predominantemente, a variante [i] (38,09%).

Retornando para os resultados desta pesquisa, em virtude de as mulheres serem as favorecedoras do uso da variante [e], pode-se levantar a hipótese de que, na comunidade analisada, a vogal [e] seria a variante que carrega o valor de maior prestígio. Grosso modo, isso ocorre por conta de as mulheres ocidentais, nos estudos

sociolinguísticos, desempenharem atividades que as façam utilizar a variante de maior prestígio dentro de uma comunidade de fala (Mollica e Braga, 2015). Em nossa pesquisa, contudo, a variável *escolaridade*<sup>12</sup> não apresentou diferenças significativas entre os falantes de baixa e alta escolarização em relação ao uso da variante fechada, uma vez que foi descartada pelo programa, não corroborando para a hipótese levantada.

#### 4. Considerações Finais

O objetivo do presente trabalho foi investigar a vogal pretônica /e/ no município de Tonantins (AM), a fim de contribuir para o conhecimento das áreas dialetais amazonenses. De modo geral, a variante mais utilizada no município foi [e] (41%), seguida de [ɛ] (31%) e de [i] (28%). Visando a uma maior compreensão sobre a variação do fenômeno em estudo, houve ainda o controle, no programa GoldVarb X, de quais variáveis independentes, linguísticas e extralinguísticas, estariam favorecendo a variante [e].

Como resultado, o programa revelou que as variáveis independentes mais significativas para a aplicação da regra, a variante [e], foram, em ordem de seleção: *'abertura da vogal tônica'*; *'oralidade/nasalidade da vogal tônica'*; *'consoante em coda silábica'*; *'consoante anterior'*; *'faixa etária'* e *'sexo/gênero'*. Esse resultado mostra que, para o fenômeno em questão, os condicionadores linguísticos têm mais peso do que os extralinguísticos.

De modo geral, nossos resultados corroboraram os encontrados por outras pesquisas realizadas na região amazônica (Maia, 2009; Brito, 2011; Justiniano, 2012; Quara, 2012; Cardoso, 2018; Maia, 2018; Mendonça, 2021; Batista, 2023) e, por outro lado, eles se diferenciaram dos dados encontrados por Nascentes (1953), Corrêa (1980), Cunha e Silva (1980), Cruz (2004), Dias (2012), Azevedo (2013) e Tavares (2019). Dessa forma, observamos que não há uma homogeneidade no uso da vogal pretônica /e/ no falar amazonense e isso é explicado, principalmente, por questões linguísticas, mas também pode ser justificado pelo fator diatópico que aqui nesta pesquisa não foi controlado estatisticamente. Embora a variante [e] seja a mais frequente na maioria das

---

<sup>12</sup> A variável escolaridade foi dividida em dois fatores: 4 a 8 anos de escolarização (baixa escolarização) e 9 a 11 anos de escolarização (alta escolarização).

idades investigadas, especialmente nas microrregiões do Baixo Amazonas, Alto Rio Negro, Sul do Amazonas e Alto Solimões, o uso das variantes [ɛ] e [i] também é produtivo em outras microrregiões próximas a capital do Estado (Médio Solimões).

Ressalta-se que o resultado aqui encontrado também pode refletir o fator diacrônico, não controlado de forma estatística neste estudo, pois encontramos pesquisas realizadas de 1980 a 2019, cada uma utilizando um determinado instrumento de coleta de dados: entrevista sociolinguística (Sociolinguística Variacionista) ou questionários Fonético-Fonológicos (Dialetologia). Maia e Martins (2020), por exemplo, ao compararem os resultados do ALAM e do ALSAM quanto às cidades do Sul do Amazonas, observaram uma mudança em tempo real da vogal pretônica /e/: um aumento em direção à variante [e] e, conseqüentemente, diminuição de [ɛ]. Também podemos observar, conforme descrito neste estudo, no município de Itacoatiara, no Médio Amazonas, uma possível mudança em tempo real, pois na pesquisa de Corrêa (1980) há o uso mais produtivo de [i], ao passo que na pesquisa de Maia (2009), que utilizou o banco de dados do ALAM, há o uso mais frequente de [e].

Ainda, é possível observar um comportamento oscilante na capital do Estado do Amazonas. Cunha e Silva, por exemplo, em 1980, ao comparar o falar de Manaus com o do Rio de Janeiro, observou o uso mais frequente da vogal [ɛ] na maioria dos contextos linguísticos. Em contrapartida, na década de 2010, 30 anos depois, não se observa uma mudança linear, pois foram identificados resultados divergentes em cada uma das pesquisas realizadas em Manaus: a variante [e] foi mais frequente nas pesquisas de Quara (2012) e Cardoso (2018), que coletaram seus próprios dados utilizando o instrumento de coleta de dados da Dialetologia; observou-se uma concorrência entre as variantes [ɛ] e [i] na pesquisa de Dias (2012) que utilizou os dados coletados para o Atlas Linguístico do Brasil (ALiB); a variante [i], por sua vez, foi mais recorrente no estudo de Tavares (2019) que fez sua própria coleta utilizando o instrumento de recolha de dados da Dialetologia.

Desse modo, esperamos ter contribuído para a descrição da vogal pretônica /e/ no PB e, além disso, em um nível micro, ter ampliado a compreensão da variedade falada pelos amazonenses, especificamente do falar de Tonantins.

## Referências

- Azevedo, O. S. (2013). *Aspectos dialetais do português da região norte do Brasil: Um estudo sobre as vogais pretônicas e sobre o léxico no Baixo Amazonas (PA) e no Médio Solimões (AM)* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC.  
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107115?show=full>
- Barbadinho Neto, R. (Org.) (2003). *Estudos filológicos: volume dedicado à memória de Antenor Nascentes*. Academia Brasileira de Letras.
- Batista, A. M. P. (2023). *A variação da vogal média alta /e/, em posição pretônica, no falar de habitantes da cidade de Santo Antônio do Içá (AM)* [Trabalho de Iniciação Científica não publicado, Universidade Federal do Amazonas].
- Bisol, L. (1981). *Harmonização Vocálica: uma regra variável* [Tese de Doutorado não publicada, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)
- Brito, R. M. (2011). *Atlas dos Falares do Baixo Amazonas - AFBAM* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2355#preview-link0>
- Cardoso, L. P. (2018). *Atlas Linguístico dos Falares de Manaus - ALFAMA*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6724>
- Coelho, I. L., Görski, E. M., May G. H., & Souza, C. M. N. (2010). *Sociolinguística*. LLV/CCE/UFSC.  
[https://ppglin.posgrad.ufsc.br/files/2013/04/Sociolingu%C3%ADstica\\_UFSC.pdf](https://ppglin.posgrad.ufsc.br/files/2013/04/Sociolingu%C3%ADstica_UFSC.pdf)
- Corrêa, H. C. O. (1980). *O falar do caboclo amazonense* [Dissertação de Mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro].
- Cruz, M. L. C. (2004). *Atlas Linguístico do Amazonas- ALAM* [Tese de Doutorado não publicada, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Cruz, R. C. F., Cassique, O., Rodrigues D. S., & Dias, M. P. (2008). As vogais médias pretônicas no português falado nas ilhas de Belém (PA). In Aragão, M. do S. (org.). *Estudos em fonética e fonologia no Brasil*. João Pessoa: GT Fonética e Fonologia da ANPOLL.
- Cunha e Silva, R. C. B (1980). *Análise fonético-fonológica das vogais médias pré-tônicas na fala de Manaus* [Dissertação de Mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro].
- Dias, M. P. (2012). *As vogais médias pretônicas no português falado na região norte do Brasil* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará]. Repositório Institucional da UFPA. <https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9423>
- Ferreira Júnior, J. F. A. (2021). *A vogal pretônica /e/ na fala dos moradores da cidade de Tonantins (Amazonas): um estudo variacionista* [Trabalho de Iniciação Científica não publicado, Universidade Federal do Amazonas].
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo 2010*.  
<https://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=13&dados=0>
- Justiniano. J. S. (2012). *Atlas Linguístico dos Falares do Alto Rio Negro - ALFARiN* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2372>

- Labov, W. (2008). *Padrões sociolinguísticos* (M. Bagno, M. M. P. Scherre, & C. R. Cardoso Trad.). Parábola Editorial. (Obra original publicada em 1972)
- Lopes, P. H. (2013). *Pretônicas na língua falada em Sergipe: dados do projeto ALiB* [Trabalho de Monografia, Universidade Federal da Bahia].
- Maia, E. G. (2009). *Estudo Dialetoológico e Sociolinguístico do Falar de Itacoatiara: as vogais médias pretônicas* [Trabalho de Monografia de Especialização não publicado, Universidade Federal do Amazonas].
- Maia, E. G. (2018). *Atlas Linguístico do Sul Amazonense* [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Londrina]. Repositório Institucional da UEL. <https://repositorio.uel.br/items/a23bd480-c0a7-429a-b739-b888c271fe5a>
- Maia, E. G. & Martins, F. S. (2020). A vogal média pretônica /e/ no Sul Amazonense: uma análise comparativa entre os atlas linguísticos ALAM e ALSAM. In C. M. R. Ribeiro & R. D. Sanches (Orgs.), *Linguística na Amazônia: descrição, diversidade e ensino*. (pp. 81-98.). Nepan.
- Martins, F. S. (2013). *Varição na concordância nominal de número da fala dos habitantes do Alto Solimões (Amazonas)* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122933>
- Margotti, F. W., & Brod, L. E. M. (2013). Estudo exploratório do alicamento das vogais médias /e o/ no ALiB: dados de Florianópolis, 2013. *Cadernos de Letras da UFF - Dossiê: Dossiê: Língua em uso*, 47, 125-144. <https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/article/view/43661/24933>
- Mendonça, L. N. (2021). *Um estudo variacionista da vogal pretônica /e/ no falar de habitantes do município de São Paulo de Olivença (Amazonas)* [Trabalho de Iniciação Científica não publicado, Universidade Federal do Amazonas].
- Mollica, M. C. & Braga, M. L. (Orgs.). (2015). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação* (2a ed.). Contexto.
- Nascentes, A. (1953). *O linguajar carioca* (2a ed.). Organização Simões.
- Nina, T. (1991). *Aspectos da variação fonético-fonológica na fala de Belém* [Tese em Língua Portuguesa, Rio de Janeiro: UFRJ].
- Quara, H. (2012). *As vogais pretônicas no falar de Manaus (AM)* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9141>
- Razky, A.; & Santos, E. (2010). O perfil da vogal /e/ no estado do Pará. In S. S. C. Ribeiro, S. B. B. Costa, & S. A. M. Cardoso (orgs.), *Dos sons às palavras* (pp. 17-39). EDUFBA.
- Sankoff, D., Tagliamonte, S. & Smith, E. (2005). *Goldvarb X* (versão 3.0b) [Software]. Department of Linguistics, University of Toronto. <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>
- Santos, E. (2009). *A distribuição geo-sociolingística das vogais médias pré-tônicas no estado do Pará*. [Dissertação de Mestrado em Letras, Universidade Federal do Pará].
- Silva, L. H. (2009). *Comportamento da vogal tônica posterior fechada /o/ e das vogais pretônicas /e/ e /o/ nos municípios de Itapiranga e Silves* [Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal do Amazonas].
- Silva, T. C. (2001). *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios* (5ª edição). Contexto.

- Souza, D. S. (2018). *As vogais médias pretônicas na fala de Goiás com base nos dados do projeto ALiB*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório Digital de Dissertações e Teses. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/28702>
- Tavares, B. K. A. (2019). *O comportamento da vogal tônica posterior média fechada /o/ e das vogais pretônicas /e/ e /o/ no falar manauara*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7620>
- Vieira, S. (2010). *O comportamento das vogais médias pretônicas no Espírito Santo*. [Dissertação de Mestrado, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Digital de Teses e Dissertações. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94592>
- Weinreich, U., Labov, W., & Herzog, M. (2006). *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística* (M. Bagno Trad.). Parábola Editorial. (Obra original publicada em 1968).

# As ideias ortográficas de José de Urcullu no Tratado Elementar de Geografia Astronómica, Física, Histórica ou Política Antiga ou Moderna (Porto 1835-1839)<sup>1</sup>

*José de Urcullu's orthographic ideas in the Tratado Elementar de Geografia Astronómica, Física, Histórica ou Política Antiga ou Moderna (Oporto 1835-1839)*

Sónia Duarte

Centro de Linguística da Universidade do Porto, Portugal  
duarte.sonia@sapo.pt

Recebido: 15/06/2025

Aceito: 26/11/2025

Publicado: 16/01/2026

**RESUMO:** O basco José de Urcullu Baterruri (Hamburgo 1787? - Porto 1852) é um autor polígrafo ainda pouco estudado, embora, mais recentemente, os seus trabalhos tenham merecido certa atenção e visibilidade, com especial foco no seu contributo para o conhecimento das línguas peninsulares e para o aprofundamento das relações intraibéricas (Brumme, 2006; Duarte, 2010, 2014, 2018; Esparza Torres, 2012; Lombardero Caparrós, 2015; Gaviño Rodríguez, 2017; Cao Míguez, 2021). Posicionando-se dentro do quadro teórico e metodológico da historiografia linguística, este estudo pretende dar continuidade a essa linha de abordagem, partindo da obra em análise, para expor as ideias que nela se veiculam acerca da ortografia da língua portuguesa e enquadrá-las, bem como a controvérsia a que deram origem, no panorama mais geral das ideias ortográficas em Portugal no século XIX. Dar-se-á especial ênfase ao debate que, na construção da norma ortográfica, se desenvolveu em torno da opção por um critério fonético ou etimológico. O principal propósito do presente artigo consiste em trazer à luz o contributo de Urcullu (o qual tem sido grandemente esquecido), aferir a sua importância e repercussão, sublinhar o seu significado no que concerne às relações linguísticas ibéricas, e apontar pistas para investigação futura.

**PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia Linguística; José de Urcullu; Ortografia do século XIX.

**ABSTRACT:** The Basque José de Urcullu Baterruri (Hamburg 1787? - Porto 1852) is a polygraph author who has still been little studied, although, more recently, his works have received some attention and visibility, with special focus on his contribution to the knowledge of peninsular languages and to the deepening of intra-Iberian relations (Brumme, 2006; Duarte, 2010, 2014, 2018; Esparza Torres, 2012; Lombardero Caparrós, 2015; Gaviño Rodríguez, 2017; Cao Míguez, 2021). Positioned within the theoretical and methodological framework of linguistic historiography, this study aims to continue that line of approach, focusing on the work under

---

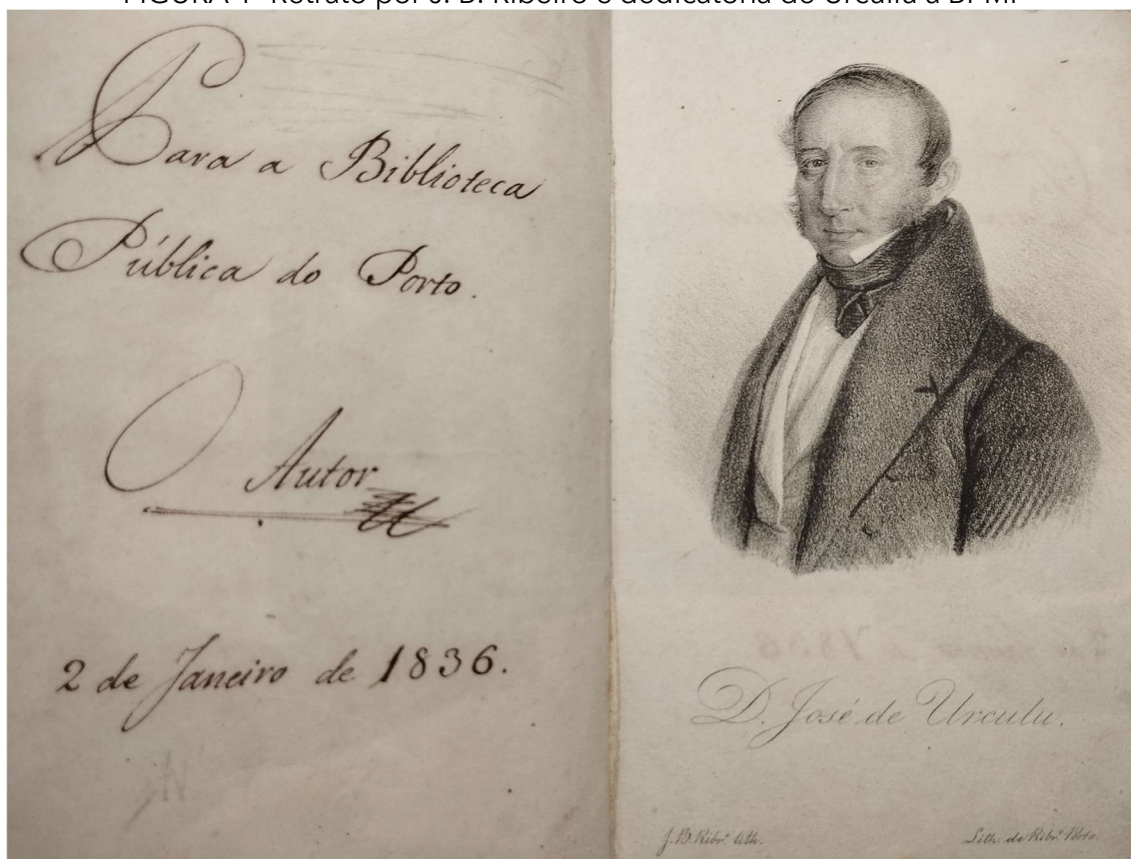
<sup>1</sup> Trabalho originalmente apresentado ao CLUP'23 - Congresso Bienal do Centro de Linguística da Universidade do Porto, subordinado ao tema "Identidade, memória, herança e diversidade: Compreender o papel do português no mundo" (2 - 4 de novembro 2023), e financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00022/2020/DOI: 10.54499/UIDB/00022/2020). Agradeço a Victoriano Gaviño Rodríguez a disponibilização do seu artigo para a redação deste estudo.

analysis, to present the ideas conveyed therein about the orthography of the Portuguese language and to frame them, as well as the controversy to which they gave rise, within the more general panorama of orthographic ideas in Portugal in the 19th century. Special emphasis will be placed on the debate that, in the construction of the orthographic norm, developed around the option for a phonetic or an etymological criterion. The main aim of the current essay is to shed light on Urcullu's linguistic contribution (which has been largely overlooked), to measure its importance and repercussion, to highlight its significance concerning Iberian linguistic relations and to point out avenues for future research.

**KEYWORDS:** History of Linguistics; José de Urcullu; 19th century orthography.

## 1. O autor

FIGURA 1- Retrato por J. B. Ribeiro e dedicatória de Urcullu à BPMP



Fonte: Urcullu (1835, folha de guarda)

O basco José de Urcullu Baterruri (Hamburgo 1787? - Porto 1852) é autor de uma obra polifacetada cujo contributo para os estudos linguísticos tardou em obter a atenção merecida. De há alguns anos a esta parte, no âmbito da historiografia linguística, especialmente no da historiografia das línguas peninsulares, contam-se já alguns

trabalhos a suprir essa lacuna (Brumme, 2006; Villoria Prieto, 2008<sup>2</sup>; Duarte, 2010, 2014, 2018; Esparza Torres, 2012; Lombardero Caparrós, 2015, Gaviño Rodríguez, 2017; Cao Míguez, 2021) e a trazer alguma luz sobre a vida e obra do autor, até mesmo sobre alguns dados básicos que se encontravam ora desconhecidos, ora incertos.

No que toca à sua biografia<sup>3</sup>, é de destacar a sua carreira militar e o exílio, por razões políticas, em Inglaterra e em Portugal. A sua ligação a Portugal está sobretudo associada à cidade do Porto, por via do matrimónio, em 1821, com Margarida Elisa Allen (1800-1871), prima do conhecido comerciante portuense João Allen (1781-1848)<sup>4</sup>, a quem vai dedicada a obra em estudo, como é visível na folha de rosto da mesma. Foi no Porto que ficou a residir o autor basco, de 1822 até à sua morte.

Embora o seu trabalho no campo linguístico não seja o que tem merecido mais atenção, é este que aqui queremos abordar, começando por referir que parece ter sido o mais prolífico escritor e tradutor de obras didáticas para a casa editorial Ackermann, em Londres, segundo informação recolhida em Gaviño Rodríguez (2017, pp. 121-122) via Llorens (1979 [1954])<sup>5</sup>. Da sua atividade como tradutor trata ainda Cao Míguez (2021).

Entre o seu contributo para os estudos linguísticos, é a sua atividade como gramático aquela que tem merecido mais atenção, com especial destaque para a sua *Gramática Inglesa* (Londres 1825). A obra, orientada para o público espanhol, contou com 31 edições ao longo do século XIX (uma delas no Porto), conforme se recolhe em Gaviño Rodríguez (2017, pp. 125-126). O autor publicou ainda uma versão para o público português, com 3 edições oitocentistas<sup>6</sup>. O seu trabalho serviu de modelo a outros gramáticos seja fora de Portugal, como Fayette Robinson, que o explicita no título da sua gramática do espanhol, publicada em Filadélfia-Baltimore, em 1867<sup>7</sup>, seja em território luso, como Nicolau Peixoto, na sua gramática espanhola, publicada no Porto, em 1848,

---

<sup>2</sup> Não foi, contudo, possível aceder a este trabalho.

<sup>3</sup> Para esta matéria, serviram de referência os trabalhos de Beechey (1856); Silva & Aranha (2001[1858-1923]; Llorens (2006[1954]); Allen (2018); Duarte (2018); Cao Míguez (2021). Este último constitui a mais completa atualização de informação desta natureza.

<sup>4</sup> Sobre a ligação a João Allen e ao seu projeto museológico organizou a Universidade do Porto uma exposição, em cujo catálogo se inclui um trabalho especificamente sobre a relação entre João Allen e o autor em estudo (Duarte 2018).

<sup>5</sup> Não foi possível aceder diretamente a este trabalho.

<sup>6</sup> Delas e do seu confronto com a edição para espanhóis trata Duarte (2010, 2014)

<sup>7</sup> *Grammar of the Spanish language, based on the system of D. José de Urcullu: also the reference to the publications of the Academy of Spain, the works of Hernández and Josse, and the compendium of don Agustín Muñoz Álvarez, of the college of Seville. According to the seventh Paris Editions of Urcullu's work.*

como se desenvolve em Duarte (2008, pp. XIII-XIV). Confirmam ainda o impacto da obra a Ordem do Conselho Superior d' Instrução do Reino, datada de 20 de novembro de 1852, para a sua adoção nas "Escolas Primarias publicas e particulares; e bem assim para uso das de ensino secundario e superior", publicada na folha de guarda da terceira edição da *Gramática Inglesa* de Urcullu (1853) (*apud* Cao Míguez, 2021, p. 365) ou as acusações por plágio contra Constâncio (Duarte, 2010, p. 149; Cao Míguez, 2021, pp. 364-365).

Não obstante este investimento mais recente na dimensão linguística da obra deste autor, o seu contributo para este campo em obras que não são dessa mesma natureza não foi suficientemente explorado. Aqui tentar-se-á dar-lhe visibilidade através do estudo da sua proposta ortográfica para o português, contido no *Tratado Elementar de Geografia Astronómica, Física, Histórica ou Política* (Porto 1835), do qual se consultou o exemplar conservado na Biblioteca Pública Municipal do Porto e oferecido à mesma pelo autor, conforme atesta dedicatória inscrita no primeiro volume da obra (v. Figura 1).

## **2. O Tratado**

A obra em questão teve, à época, uma projeção considerável, segundo atesta Silva (1858-1958, t. V, p. 149), com suporte na imprensa da altura. A própria obra recolhe, entre os seus textos introdutórios, anúncios e notícias de publicação do *Tratado* na imprensa nacional e internacional. Outro exemplo ainda mais relevante para o efeito, são, não as notas elogiosas, mas as críticas que recebeu, logo no ano de publicação do seu primeiro volume (1835), por parte de Francisco de São Luís, ou Cardeal Saraiva (1766-1845), e no quadro, precisamente, da ortografia, como adiante se desenvolverá, a propósito da receção da obra. De momento, o que importa observar é que, não obstante essa notoriedade e a sua longevidade no tempo, o contributo linguístico da obra escapou ao *corpus* dos trabalhos de referência que oferecem uma visão de conjunto da história da teoria ortográfica em Portugal (Kemmler, 2001; Gonçalves, 2003) ou de trabalhos que estudam as relações entre a ortografia portuguesa e espanhola (Duarte, 2017), nos quais o *Tratado* não se encontra sob foco<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Dos estudos aqui referidos, apenas o de Gonçalves (2003) faz referência ao autor basco. Da informação aí recolhida também se dará conta, mais adiante, na secção relativa à receção da proposta do autor basco.

A obra em estudo consta de três volumes: vol. I: Porto, 1835; vol. II: Porto, 1837; vol. III: Porto, 1839. Para este trabalho, o foco incidirá sobre o primeiro volume, pois é nele que se desenvolvem as ideias ortográficas e, mais concretamente à margem do corpo do texto, em três paratextos teóricos, a saber:

- *Fundamento da Ortografia adoptada n' esta obra* (p. IX);
- *Memoria sobre a necessidade e a utilidade de algumas reformas na ortografia da língua portugueza* (pp. IX-XX);
- *Parecer da Comissão encarregada do Projecto para uniformar a ortografia dos Escritos d'esta sociedade* (pp. XX-XXIV).

Este estudo incidirá sobre estes três escritos, não obstante o próprio texto do *Tratado* constituir assumida e intencionalmente<sup>9</sup> uma amostra linguística da proposta ortográfica neles contida, ainda que com concessões tipográficas.

## **2.1. Fundamento da Ortografia adoptada n' esta obra**

O primeiro destes textos, não atinge sequer uma página de extensão e cumpre fundamentalmente dois objetivos, entre os quais o primeiro é oferecer uma declaração de princípios quanto ao posicionamento ortográfico do autor no quadro do debate que, iniciado no século XVIII, se intensifica, durante o século XIX, quanto à norma a seguir e os critérios que a devem presidir e que Kemmler (2001) e Gonçalves (2003) desenvolvem nos seus trabalhos, expondo o confronto entre os que defendem uma grafia assente num critério predominantemente etimológico e os que, pelo contrário, propõem uma grafia de base fonética. Entre estes dois polos, o autor declara-se a favor “d’hum sistema de ortografia mais filosófico” (Urcullu, 1835: p. 9), da conciliação dos critérios da “razão com

---

<sup>9</sup> Em nota inscrita após o termo do texto da *Memoria*, o autor esclarece o seguinte: “como a presente obra começou a imprimir-se pouco tempo depois que a Comissão deu este Parecer, eu adoptei na totalidade as doze regras acima enunciadas para ser o primeiro em dar o exemplo. A regra décima é a única que não tem sido posta em prática, porque requeria um grande número de letras com a diéresis ou os dous pontos, e o Impressor que não estava preparado para isso não as tinha. Podia-se em parte obviar a este inconveniente escrevendo, como em espanhol, com as palavras *elocuente*, *frecuente*, *consecuencia*, &c. Se algumas palavras não estão escritas segundo o espirito das regras acima mencionadas, deve-se attribuir mais bem a erro de imprensa, que a inconsequencia da parte do autor” (Urcullu, 1835, XXIV). Sobre as regras aqui aludidas, cf., mais adiante, a Tabela 2.

o uso” (Urcullu, 1835: p. 9) e reivindica as “reformas ortográficas que a filosofia e o espírito do século reclamam” (Urcullu, 1835: p. 9). Sublinhe-se a simpatia pelo sistema filosófico, o qual, com esta designação, como esclarece Gonçalves (2003, p. 301), foi exposto por João Crisóstomo de Couto e Melo, na sua *Ortografia Filosófica da Linguagem Portuguesa* (Lisboa 1818) e assenta numa “base fonetizante e simplificadora, caracterizada pela supressão de todos os grupos consonânticos greco-latinos, das geminadas latinas [...] e das consoantes mudas [...], sendo apenas grafadas as unidades articuladas, vale dizer, dotadas de correspondência fónica” (Gonçalves, 2003, p. 301).

O segundo objetivo que cumpre este texto é justificar a inclusão de material ortográfico precedendo o corpo de uma obra de diferente natureza, nomeadamente a *Memoria* e o *Parecer* apresentados à Sociedade Literaria Portuense (SLP)<sup>10</sup>, da qual Urcullu era membro.

## **2.2. Memoria sobre a necessidade e a utilidade de algumas reformas na ortografia da língua portuguesa**

O mais extenso dos três textos é datado de 15 de março de 1834, vai assinado por José de Urcullu e constitui uma intervenção do próprio, numa das sessões da SLP. Segundo nos dá conta o autor no texto do *Fundamento* (1835, p. IX), na sequência deste seu discurso, houve um aceso debate ao longo de algumas sessões da SLP, em resultado do qual se procedeu à formação de uma Comissão proposta no termo da própria *Memória*, com o fito de estabelecer uma norma ortográfica para uniformizar as regras dos textos publicados por esta instituição, decisão essa que vem a ser parcialmente concretizada através do *Parecer*, de que a seguir se tratará. A Comissão formar-se-á para o efeito e apresentará uma proposta, mas da sua adoção pela SLP e uniformização da grafia em conformidade, não se conhecem evidências; havendo, antes, indícios em sentido contrário.

---

<sup>10</sup> O título da Sociedade foi até 28 de fevereiro de 1835, *Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura do Porto*; a partir dessa data, os estatutos, então revistos e publicados, alteram o nome da sociedade, passando a chamar-se *Sociedade Literaria Portuense* (Herculano & Pinto, 1834-1835, [p. 191]). Já era, aliás, assim designada no cabeçalho do seu *Repositório* desde o n.º 12, datado de 1 de abril de 1835. Com o título completo, *Repositório Literário da Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura do Porto*, esta revista quinzenal, fundada por José Ferreira Borges e João Pedro Ribeiro, foi o órgão oficial da Sociedade, entre 15 de outubro 1834 e 15 de outubro de 1835.

Efetivamente, no já referido *Parecer*, propõe-se o seguinte: “no cazo d’estas ou quaesquer outras regras serem adoptadas, a Comissão propoem qu’elas se publiquem em frente de seus anais, para d’este modo serem julgados os seus escritos na parte ortográfica” (Urcullu, 1835, p. XXI). Contudo, não há registo de ter havido tal publicação.

Acresce que o *Repositorio*, cujo primeiro número sai à luz em 15 de outubro de 1834, não recolhe nem ao texto da *Memoria*, nem do *Parecer*, e, no n.º 22 (1 de setembro de 1835), anuncia-se a suspensão da publicação a partir do n.º 24 (1 de outubro de 1835), sem que a proposta ortográfica de Urcullu tenha tido nela projeção. Como aí se expõe, dado que a instituição

“esteja na intenção d’alterar a forma do seu Periodico, procurando melhora-lo quanto caiba em suas forças, dando-lhe talvez mais latitude, ou introduzindo-lhe matéria que haja de attrahir-lhe mais leitores, satisfazendo por este modo aos fins da sua instituição, que é o da difusão da literatura; ela se vê na precisão de suspender com o ultimo N.º, a publicação do Repositorio, *destinando-se no mez d’ Outubro, Novembro, e Dezembro a fazer aqueles preparativos e arranjos indispensáveis, tanto pelo que respeita á redacção como á forma typographica, que deseja também melhorar muito, e começa de novo ao mês de Janeiro do anno seguinte, tempo em que igualmente começa o anno económico da Sociedade, com a publicação do seu Periodico*” (Herculano & Pinto, 1834-1835, p 167, itálico meu).

Como, aliás, evidencia a amostra ortográfica que constitui esta passagem, a instituição, contrariamente ao proposto pela Comissão que Urcullu integrou, tão-pouco adota as propostas ortográficas daquela. Não obstante, a referência a mudanças de redação e tipografia, permite colocar a hipótese de que tal tenha vindo a acontecer posteriormente<sup>11</sup>. O certo é que os novos estatutos publicados em 1835, não registam qualquer deliberação a respeito da ortografia a seguir, nem assumem, na prática, a proposta de Urcullu.

Do exposto pelo autor, começemos por salientar a autoperceção da fragilidade da proposta que apresenta, e que decorre, em primeiro lugar, da previsível resistência à sua condição de estrangeiro e conseqüente questionamento da sua legitimidade para o efeito.

---

<sup>11</sup> Teria sido oportuno aferir da norma ortográfica adotada no *Repositorio*, a partir de janeiro, contudo tal estudo, por condicionamentos de acesso à Biblioteca Pública Municipal do Porto, por motivo de obras de requalificação e ampliação, não pôde ser desenvolvido a tempo da publicação deste artigo.

Parecerá temeridade que um estrangeiro se proponha introduzir reformas, ortográficas. Porem esta idea desaparecerá tendo presente que no paiz da literatura não ha estrangeiros: todos gozam dos mesmos direitos: todos podem aspirar ás mesmas distinçõins; todos sam cidadãois d'uma mesma republica[\*]; o objecto dos seus trabalhos é ou deve ser a utilidade pública (Urcullu, 1835, pp. IX-X)<sup>12</sup>.

Outro factor adverso de que Urcullu tem consciência é o da tendência conservadora que, na linguagem e na vida, se sobrepõe quando há propostas de mudança.

Não tenho a presunção de pensar que as reformas que vou sugerir seram imediatamente aceitas. Conheço o imperio da preocupação, sei qual é a força do hábito, nam se me oculta o poder seductor da rutina na maior parte dos homens, poder que sempre está em guerra com toda classe de reformas (Urcullu, 1835, p. X).

Outra dimensão que aqui se avança é a das motivações. O autor refere a necessidade de contrariar a disparidade de critérios num mesmo território (Urcullu, 1835, p. X), fazendo contraponto com situação ortográfica entre os ingleses, franceses e espanhóis.

Defende ainda a legitimidade acrescida por parte de uma coletividade ou agremiação científica (em detrimento de um autor individual), para levar a cabo a tarefa de fazer sair à luz um tratado de ortografia e promover a uniformização ortográfica a partir dessa publicação (Urcullu, 1835, pp. X-XI).

No plano da exposição teórica, destaca-se a declaração de princípio contrária à etimologia e a afirmação expressa do critério da pronúnciação (em detrimento do critério etimológico e da autoridade).

Assentados estes principios vou expôr o motivo que me tem induzido a propôr um novo sistema ortográfico, declarando-me abertamente inimigo da etimologia (Urcullu, 1835, p. X).

Desapareça pois o empirismo dos etimologistas, e o monopolio que eles querem fazer sobre o modo de pintar as palavras (Urcullu, 1835, p. XVI).

---

<sup>12</sup> Em nota, marcada com asterisco, o autor remete para a autoridade de Napoleão Bonaparte, em suporte dos argumentos apresentados em sua defesa: "tous les hommes de génie, et tous ceux qui ont obtenu un rang dans la république des lettres, sont frères, quel que soit le pays qui les ait vus naitre. – Lettre de Bonaparte au Citoyen Oriani, au quartier général à Milan, le 24 Mai 1796" (Urcullu, 1835, X, n.\*).

Nesta exposição o autor alude ainda a preocupações didáticas de simplificação que a proposta serviria, bem como ao foco nos que menos sabem: “os doctos só estranharão a novidade, a qual ha de merecer a sua aprovação, se meditam o muito que contribue a simplificar a arte de ler, e a fixar a escrita” (Urcullu, 1835, p. XVII).

Na sua argumentação, o autor apresenta a norma ortográfica espanhola (orientada pelo critério da pronúnciação), como modelo a seguir, sustentando essa posição com base, precisamente, na afinidade histórica entre as duas línguas: “se a lingua castelhana, filha da latina, tem sacudido o jugo da etimologia, a portugueza que reconhece a mesma mai pode fazer outro tanto” (Urcullu, 1835, p. XIX).

Da tradição espanhola<sup>13</sup> vêm ainda referentes teóricos: entre os autores e obras de referência está a *Arte del Romance Castelhana* (Valencia 1769) de Benito de San Pedro, citada numa epígrafe inicial que expõe o correlato entre som e grafia (San Pedro, 1769, p. 177): “la escritura por sus letras representa la voz; i asi deven concordar entre si la voz i la escritura. Arte dsl [sic] Romance Castelhana. Valencia 1769” (Urcullu, 1835, p. IX).

Outro texto que serve de modelo a Urcullu é a *Ortografia* da Real Academia Española (RAE), que figura em lugar destacado, logo em epígrafe inicial, e da qual o autor adota como referente a definição de ortografia, marcada pela subordinação ao critério da pronúnciação.

#### Definição da Ortografia

“A Ortografia, diz a Academia Espanhola [\*], é a que aperfeiçoa as linguas, conserva a sua pureza, assignala a verdadeira pronúnciação e significado das vozes, e declara o ilegitimo sentido do escrito, fazendo que a escrita seja um depósito fiel e seguro das leis, das artes, das ciencias, e de tudo quanto discorreram os doctos, e os sabios em todas as profissoins, e deixaram encomendado á posteridade para a universal instrucção e ensino” (Urcullu, 1835, p XI)<sup>14</sup>.

Recorre ainda ao espanhol para ilustrar opções ortográficas concretas (Urcullu, 1835, pp. XVII-XIX, XXIV) como o uso de <G>, <C>, <CH>, <Y/I >, de letras dobradas e

---

<sup>13</sup> Para uma visão panorâmica sobre a codificação ortográfica do espanhol no século XIX, cf. Alcalde (2010, pp. 61-64).

<sup>14</sup> Em nota marcada com asterisco, o autor remete para a 9ª edição da *Ortografia* da RAE (Madrid 1820). O texto académico original é o seguinte: “Ortografia es el arte de escribir rectamente y con propiedad. Sus partes principales son dos. La primera que trata del *oficio y uso de las letras*, y la segunda de los *acentos, puntos y notas*, por cuya falta se altera el verdadero sentido de lo escrito [...]. (RAE, 1820, [p. 1]).

de outros grupos consonânticos (<TH>, <CÇ>, <CC>, <CT>, <GM>, <PC>, <PS>, <PT>) e na solução alternativa ao uso da diérese. Para certos casos, chega mesmo a propor “escrever como em espanhol” (Urcullu, 1835, p. XVIII), e descreve, nos seguintes termos, pontos de identidade entre as duas línguas: (Urcullu, 1835, p. XVII, n.\*): “pronunciamos (...) á castelhana”; pronunciamos (...) segundo a mesma língua (espanhol)”.

Finalmente, para além dos textos já referidos, a *Memoria* permite ainda recolher outros referentes teóricos explícitos, sistematizados na Tabela 1:

TABELA 1 - Modelos teóricos citados

<b>Aproximação</b>	<b>Afastamento</b>
Benito de San Pedro, <i>Arte del romance Castellano</i> (Valencia 1769)	Madureira Feijó, <i>Orthographia, ou Arte de escrever e pronunciar com acerto a língua portugueza</i> (Lisboa 1734)
Real Academia Española, <i>Ortografía de la lengua castellana</i> (Madrid 1820)	António de Moraes Silva, <i>Dicionário</i> (Lisboa 1789)
Nicolas Beauzée, <i>Encyclopédie Méthodique</i> (Paris 1784)	Rodrigo Ferreira da Costa, <i>Memoria</i> , in <i>Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa</i> (Lisboa 1823)
Academia dos Generosos (1705) <sup>15</sup> .	
Juan de Iriarte, <i>Gramatica Latina</i> (Londres 1826)	
Teodoro d' Almeida <sup>16</sup>	

(Fonte: elaborado pela autora)

Destaca-se, apesar da referência ao sistema filosófico, a ausência de menção a Couto e Melo e à sua ortografia filosófica.

O texto termina com a formulação da proposta de formação de uma Comissão para elaboração de um parecer ortográfico que pudesse responder às preocupações aqui expostas.

#### *Proposta*

Em vista de quanto fica exposto, proponho, que seja nomeada uma Comissão, a qual tomando em consideração esta *Memoria* presente a esta Sociedade as regras de ortografia pelas quais se deverão governar os seus individuos,

<sup>15</sup> Embora remeta para uma prática ortográfica inaugurada por esta Academia em 1705, o autor não explicita qualquer referência bibliográfica.

<sup>16</sup> Urcullu alude a um ensaio da autoria de D. Teodoro d' Almeida, mas não explicita a referência bibliográfica. É possível que se refira a *Dous artigos sobre o systema preferível na Orthografia Portugueza, defendendo a opinião de que a escripta deve ser em tudo conforme á pronuncia assignados por um conimbricense*, publicados no *Jornal Encyclopédico*, nos cadernos de março de 1789 e janeiro de 1790, e elencados por Gonçalves (2003, p. 938), a partir de uma referência de Inocêncio Silva, *apud* Simão Cardoso, na sua *Historiografia Gramatical* (1985).

uniformando assim a ortografia dos escritos da mesma Sociedade, e que as regras que se estabeleçam estejam emancipadas da autoridade da etimologia, e ao alcance dos menos doctos. A época em que se estão a fazer em todas as partes tantas reformas políticas, religiosas, e d'estudos, é a mais oportuna e favoravel para dar impulso ás que eu proponho n'esta Memoria (Urcullu, 1835, p. XX).

### **2.3. Parecer da Comissão**

O último dos três textos encontra-se datado de 5 de julho de 1834 (entre 3 e 4 meses depois de ter sido proposta a sua redação) e, para além de José de Urcullu, os seguintes nomes integravam a Comissão que o assinou:

- Pedro Antonio Soares Veloso: segundo o registo dos sócios publicado no *Repositorio* (Herculano & Pinto, 1834-1835, [p. 196]), era médico e sócio efetivo da *Sociedade de Sciencias Medicas e de Literatura*;
- Antonio José Dias Guimarães: segundo registo dos sócios publicado no *Repositorio* (Herculano & Pinto, 1834-1835, [p. 195]), era bacharel formado em Leis, conselheiro da Prefeitura do Douro e sócio efetivo da *Sociedade de Sciencias Medicas e de Literatura*.

No que à proposta ortográfica concreta se refere, é no texto do *Parecer* que se consolida a exposição teórica propriamente dita. Aí se propõem doze regras, ilustradas no texto do *Tratado*, conforme se expõe na Tabela 2.

TABELA 2- Regras de ortografia propostas

Indicação	Descrição
Regra I (p. XXI)	Nomes de ciências e artes: critério etimológico.
Regra II (p. XXI)	Onomástica importada: respeito pela grafia original.
Regra III (p. XXII)	Consoantes duplas: simplificação.
Regra IV (p. XXII)	<H> surdo: supressão.
Regra V (pp. XXII-XXIII)	Terminação em ditongo nasal (3ª pessoa verbal): <-AM> (com exceção do futuro <-ÃO> ).
Regra VI (p. XXIII)	Terminação no plural: <-AL> → <-AIS>; <-ÃO> → <-OINS/-AINS>.
Regra VII (p. XXIII)	Terminações <-EO>; <-IU>: grafia variável de acordo com a duração das vogais: <-EO>/ <-EU>; <-IU>/ <-IO>.
Regra VIII (p. XXIII)	Terminação <-ÃO>: → <-AU> (exceção no caso de contração com o artigo: <-AO>).
Regra IX (p. XXIII)	Sibilante sonora intervocálica: <Z>.
Regra X (p. XXIII)	Marcação do hiato: recurso à diérese.
Regra XI (p. XXIII)	Palavras esdrúxulas: acentuação.
Regra XII (p. XXIII)	Casos omissos: de acordo com a grafia do dicionário de Moraes (1789).

(Fonte: elaborado pela autora)

As regras incidem na grafia de determinado léxico, na simplificação de consoantes duplas, na supressão do <H> surdo, na grafia de determinadas terminações, na grafia da sibilante sonora, na marcação de hiato e na acentuação das esdrúxulas. Observe-se que a Comissão, adverte, contudo, para limitações de algumas dessas regras, nomeadamente no que concerne às regras I e II (com restrições, no caso de <PH>, <TH>, <Y>, <CH> (Urcullu, 1835, p. XXII)) e à regra X (por indisponibilidade de caracteres para as vogais com diérese, por parte do impressor (Urcullu, 1835, p. 24)).

Saliente-se, ainda, que a Comissão faz preceder estas regras de uma declaração de princípio, defendendo a conciliação com o critério do uso, em certos casos.

Sobre o grau de desenvolvimento e radicalismo da proposta, bem como sobre as vantagens da uniformização da norma ortográfica, o autor afirma o seguinte:

Poderia estender-me ainda mais sobre outras reformas não menos uteis e necessarias que as que precedem: porém é preciso ter presente que nao me proponho dar aqui um tratado completo d'ortografia. D'outro lado, não sou d'opinião que todas as reformas se façam de repente, porque de qualquer classe que elas sejam, é preciso que a prudencia caminhe *pari passu* para serem bem acolhidas. Assim mesmo a experiencia diaria nos faz ver quanto é dificultozo vencer os hábitos inveterados com os quais vivem os homens em boa companhia, sem que queiram tomar o trabalho d'examinar as vantagens que poderiam resultar de seguir um modo de obrar oposto ao seu sistema ordinario, e que muitas vezes nace de habitual indolencia. Sirva isto de resposta aos que exigirem de mim uma reforma radical ortográfica (Urcullu, 1835, p. XIX).

Julgou pois a Comissão que adoptando um *justo meio* que concilia-se a razão com o uzo, e a urgencia d'um trabalho rápido, e apoiada nos argumentos dos dignos membros que ventilavam as questões relativas á ortografia , poderia propôr as regras seguintes, segundo as quais fossem filologicamente uniformados aqueles escritos que tiverem que publicar-se em nome da Sociedade, a fim de que a sua ortografia não fique exposta ás fluctuações do capricho de cada contribuinte, nem tampouco d'um censor nomeado para uniformá-los, mas ás regras adoptadas, que todos os membros d'esta Sociedade nos comprometemos observar (Urcullu, 1835, p. XXI).

### 3. A receção da proposta

Que os textos em estudo deram lugar a reações enfrentadas é algo de que eles mesmos deixam rasto. Em primeiro lugar, está a referência contida no *Fundamento*, relativamente ao impacto que teve a *Memoria* proferida pelo autor e à controvérsia que gerou.

A leitura d' esta Memoria, deu lugar em algumas das Sessões posteriores a eruditos e renhidos debates uns em contra, e outros a favor da doutrina que ela encerra, cujo resultado final veio a ser que se nomeasse uma Comissão de três indivíduos para que apresentasse um projecto para uniformar a ortografia dos escritos da dita Sociedade (Urcullu, 1835, p. IX).

Os textos atestam, igualmente, a consciência, por parte do autor, dos fatores adversos à proposta e aos quais, já aqui se aludiu: i) a sua condição de estrangeiro/falante de português como língua estrangeira; ii) a novidade da proposta (Urcullu, 1835, pp. X, XIX).

Conforme é sistematizado na *Memoria*, na secção "Resposta a algumas objecções" e nas duas secções subsequentes que a complementam diretamente (Urcullu, 1835, pp. XIII-XVI), o autor dá, ainda, conta de um grupo significativo de detratores da sua proposta – sem, contudo, os nomear<sup>17</sup> –, bem como das reservas daqueles, mas, sobretudo, dos principais argumentos que sustentam a sua posição face às críticas: a arbitrariedade e subjetividade de juízos impressionistas sobre a beleza ou fealdade das opções ortográficas; a anacronia do critério etimológico; o suporte das autoridades; a maior simplificação relativamente ao sistema misto.

---

<sup>17</sup> "Não faltam pessoas que se declaram contra [...]" (Urcullu, 1835, p. XIII).

TABELA 3 - Argumentação esgrimida em torno da proposta da Comissão

<b>Contra</b>	<b>A favor</b>
<u>Estranhamento</u> “[...] que parecem <i>feias</i> , que <i>ofendem á vista</i> ” (p. XIII).	<u>Consistência de critério</u> “[...] como se uma letra pudesse parecer formosa em certas combinações, e disforme em outras!” (p. XIII).
	<u>Novidade e modernidade da grafia</u> “Todas essas expressões, se tem algum sentido, só significam que a prática que se trata de reprovar com elas é nova” (p. XIII).
<u>Carência de modelos com autoridade</u> “[...] Não levam consigo o peso da autoridade” (p. XIII).	<u>Sustentação em modelos de autoridade<sup>18</sup></u> M. Beauzée (1789) (p. XIV-XV); D. Teodoro de Almeida: (p. XV); Moraes e Silva (1798) (p. XV); Rodrigo Ferreira da costa (1823): p. XVI.
<b>Contra</b>	<b>A favor</b>
	<u>Simplificação didática das regras</u> “[...] defendem por um amor proprio mal entendido, ou por uma preguiça mal dissimulada, aquilo mesmo que sabem é um obstáculo para aprender rapidamente a ler e escrever nas escolas” (p. XVI).

(Fonte: elaborado pela autora)

A este respeito, veja-se a imagem com que encerra a secção de defesa expressa da proposta, ilustrando a crítica aos adeptos da grafia etimológica através de um paralelismo com os que se opõem à industrialização e ao progresso:

[...] eu comparo os etimologistas com aqueles que se opoem ás máquinas de vapor, aos caminhos de ferro, ao ensino Lancasteriano, e Hamiltoniano, e a quanto pode facilitar a mão d’ obra e economizar o tempo. Metidos n’um labirinto de contradições com os mesmos princípios que estabelecem, a pesar de conhecerem as vantagens que resultam d’um sistema simples d’ortografia, defendem por um amor proprio mal entendido, ou por uma preguiça mal dissimulada, aquilo mesmo que sabem é um obstáculo para aprender rapidamente a ler e escrever nas escolas (Urcullu, 1835, p. XVI).

Apesar de a *Memoria* não nomear os seus críticos, há rasto externo dessa crítica, como regista, um século depois, Artur de Magalhães Basto (1894-1960), professor de História da primeira Faculdade de Letras do Porto, numa publicação sua de 1952, no jornal *Primeiro de Janeiro*, onde recolhe fragmentos de uma carta de Francisco de São

<sup>18</sup> Para esta tabela, consideraram-se apenas as referências teóricas mencionadas na secção “Resposta a algumas objecções”. O conjunto das referências recolhidas no texto da *Memoria* encontra-se sistematizado na Tabela 1.

Luís, ou Cardeal Saraiva, datada de 23 de fevereiro de 1835 (precisamente o mesmo ano da *Memoria*) e na qual Francisco de S. Luís se pronuncia contrariamente à proposta ortográfica de José de Urcullu, não obstante assumir desconhecer o texto que lhe dá corpo.

Sei que ha hum Tratado de Geografia de D. José Urcullu, mas não o vi ainda; por que querendo compralo, aconselharão-me que o não fizesse, porq. não tinha merecimento algum distinto. Consequentemente não posso fazer juizo das reflexões que elle faz sobre orthografia, nem da censura que faz à que nós seguimos. Parece-me que a orthografia etymologica tem suas vantagens (S. Luís, 1835, *apud* Basto, 1952, p. 1).

Francisco de S. Luís, reconhecendo as limitações que essa circunstância impõe à formulação de juízos linguísticos sobre a proposta de Urcullu, procede não à crítica da mesma, mas do seu enquadramento doutrinal, a partir do lado que escolhe ocupar no enfrentamento que se desenvolve, no século XIX, entre os adeptos da grafia etimológica e os da grafia fonética, e que corresponde ao lado contrário ao de Urcullu. Deste debate tratam Kemmler (2001, pp. 251-253) e Gonçalves (2003, p. 235), sendo que ambos os autores dão conta da profusão de textos metaortográficos deste período e da dificuldade de recolher com exaustividade a produção textual que alimenta o debate ortográfico.

No que concerne ao reconhecimento de Urcullu entre os ortógrafos seus coetâneos que partilhavam os mesmos princípios reformistas em favor de uma ortografia fonética, não há pistas no *corpus* de ortografias oitocentistas estudado por Duarte (2017), mas, em Gonçalves (2003, p. 325), adverte-se para uma referência ao autor basco, por António Castanheira Nunes, em *Duas palavras a respeito da Orthographia Actual e Projecto de Reforma* (1879, p. 5, *apud* Gonçalves, 2003, p. 325). Aí Urcullu é referido como estando entre os nomes de “outros reformadores em sentido mais ou menos fonético”, evocados por Nunes. A autora alude, ainda, a uma referência anterior a Urcullu, por J. A. de Sousa, articulista de *O Instituto (Jornal Scientifico e Litterario)*, onde este se refere a Urcullu como sendo um “neógrafo” e “praticante de um sistema reformado” (Sousa, 1853, vol. I, p. 385, *apud* Gonçalves, 2003, p. 325, n. 92). Por limitações práticas do *corpus* do trabalho de Gonçalves, o conteúdo da proposta de Urcullu não é, contudo, desenvolvido pela investigadora, nem são referidos os textos que, no *Tratado*, suportam a proposta em análise.

Afigura-se ainda bastante significativo que, um século depois, o historiador Artur Basto se debruce sobre o contributo ortográfico de Urcullu pronunciando-se favoravelmente sobre este, salientando o inusitado da sua inclusão entre um tratado de outras áreas científicas, sublinhando o mérito da autoria de tal proposta por falante de outra língua materna, expressando concordância com as suas motivações e a pretensão de serem assumidas institucional e coletivamente, e pondo em destaque a avaliação, por parte de Urcullu, dos autores de referência. Especialmente significativo é que Basto se expresse neste sentido 31 anos depois da reforma ortográfica de 1911, a qual avança numa orientação de sentido foneticista, situação que veio a ser aprofundada até hoje, no universo lusófono, como, aliás, já regista Basto: “caso curioso: quase todas as reformas que D. José de Urcullu propunha são hoje lei do país! Lei de Portugal e do Brasil!” (1952, p. 5).

#### **4. Conclusões**

Com este estudo procurou-se trazer luz sobre um contributo ortográfico que passou despercebido dentro de um tratado de uma área científica diferente: o trabalho de um autor basco que, no Porto, na primeira metade do século XIX, participa na reflexão ortográfica que marca a época, promovendo o debate institucional nessa cidade e avançando com uma proposta que preconiza a mudança de critério ortográfico que vem a prevalecer até aos dias de hoje (o fonético) e que antecede, em várias décadas, outras no mesmo sentido, como a de José Barbosa Leão (1818-1888), seja a título individual, seja no âmbito do *Parecer da Comissão de Reforma Ortográfica* (Porto 1877) que, como informam Kemmler (2001, p. 258) e Gonçalves (2003, pp. 250-251), o próprio Barbosa Leão veio a integrar como relator. Não obstante a sua menor repercussão, o contributo de Urcullu, pela sua originalidade e relevância no quadro das relações linguísticas ibéricas, merecia o reconhecimento que aqui se lhe procurou prestar, evidenciando o alinhamento teórico do autor basco e os referentes que o suportam, com destaque para as fontes espanholas.

Escapavam aos objetivos deste estudo, mas mereceriam atenção em outro lugar, os pontos de contacto e afastamento que se podem (ou não) estabelecer entre Urcullu e os modelos e antimodelos teóricos por si apontados.

Do mesmo modo, ficam por aferir as pontes com autores que, ainda que não sendo mencionados por Urcullu, se situam na mesma linha de orientação, como Couto e Melo (1818), entre os autores precedentes, ou, entre as propostas oitocentistas subsequentes, aquelas que tiveram maior relevância, como a de Barbosa Leão (1875), a da Comissão do Porto (1877), ou, ainda, aquelas que remetem explicitamente para o autor em estudo, como, por exemplo, a de Nunes (1879).

Também escapava aos limites impostos por este trabalho realizar um rastreamento exaustivo do impacto da proposta de Urcullu sobre outros autores, mas tal mereceria igualmente um estudo autónomo, seja para identificar os seus detratores, seja os seus apoiantes.

Por último, seria também pertinente procurar aferir, noutros estudos, pontos de contacto entre a proposta aqui contida e o que a respeito da norma ortográfica portuguesa se expõe nas obras gramaticais de José de Urcullu.

Com estas pistas, fica, assim, evidente que o trabalho de José de Urcullu encerra matéria que pode ajudar a melhor conhecer a teoria ortográfica oitocentista na Península Ibérica.

## Referências

- Alcalde, M.<sup>a</sup> J. M. (2010). *La fijación ortográfica del español: norma y argumento historiográfico*. Peter Lang
- Allen, J. A. (2018). João Allen: as raízes e a vida de um comerciante colecionista. In M.<sup>a</sup> J. Vasconcelos, R. Morais, & J. da Costa Reis (Coord.), *João Allen. Colecionar o mundo* (pp. 15-59). Direção-Geral do Património Cultural/Museu Nacional Soares dos Reis/Blue Book.
- Basto, A. de M. (1952). As opiniões do espanhol D. José de Urcullu, a respeito da língua portuguesa (1 e 5). *O Primeiro de Janeiro*.
- Beechey, F. W. (1856). [Urcullu, Don José de]. *The Journal of the Royal Geographical Society*, 26, clxxxvi-clxxxvii.
- Brumme, J. (2006). Las lecciones de moral, virtud y urbanidad de José de Urcullu. In A. R. Pérez, R. Escavy Zamora, E. Hernández Sánchez, J. M. Hernández Terrés & M.<sup>a</sup> L. López Martínez (Eds.), *Caminos actuales de la historiografía lingüística. Actas del V Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística* (pp. 319-332). Universidad de Murcia.
- Cao Míguez, A. B. (2021). José de Urcullu, mediador cultural ibérico. *Revista de Estudos Literários, Estudos Ibéricos: Diálogos Plurais*, 11, 343-373.  
[https://doi.org/10.14195/2183-847X\\_11\\_13](https://doi.org/10.14195/2183-847X_11_13).

- Duarte, S. (2008). *O contributo de Nicolau Peixoto para o ensino do Espanhol em Portugal: edição crítica da Grammatica Hespanhola para uso dos portuguezes* [Tese de Mestrado não publicada]. Universidade de Évora.
- Duarte, S. (2010). Aspectos da teoria verbal na *Grammatica Inglesa para uso dos Portuguezes* de José Urcullu (Porto 1848). In A. M. Brito (Org.), *Gramática: história, teorias, aplicações*. (pp. 147-158). Fundação Universidade do Porto - Faculdade de Letras.
- Duarte, S. (2014). A teoria verbal nas duas edições portuenses da *Gramática Inglesa* de José Urcullu: pistas para uma abordagem contrastiva do Português e do Espanhol. In: S. Duarte, F. Outeirinho, & R. Ponce de León (Orgs.), *Dos Autores de Manuais aos Métodos de Ensino das Línguas e Literaturas Estrangeiras em Portugal (1800-1910)* (pp. 69-80). APHELLE/CLUP.
- Duarte, S. (2017). *La lengua y la gramaticografía españolas en la tradición portuguesa: gramáticas y ortografías (siglos XVI-XIX)* (Publicação n.º 1443) [Tese de doutoramento, Universidad de León]. <http://hdl.handle.net/10612/6781>
- Duarte, S. (2018). Ressonâncias Peninsulares: D. José de Urcullu e o Museu Allen. In M.ª J. Vasconcelos, R. Morais, & J. da Costa Reis (Coord.), *João Allen. Colecionar o mundo* (pp. 128-131). Direção-Geral do Património Cultural/Museu Nacional Soares dos Reis/Blue Book.
- Esparza Torres, M. A. (2012). BICRES IV (1801-1860): balance de un proyecto. In E. Battaner Moro, V. Calvo Fernández, & P. Peña Jiménez (Dir.), *Historiografía lingüística: líneas actuales de investigación* (Tomo I, pp. 79-100). Nodus Publikationen.
- Gaviño Rodríguez, V. (2017). De la necesidad, virtud. La figura gramatical de José de Urcullu en el exilio. In A. R. Ferrer & D. L. López (Coord.), *Las musas errantes: cultura literaria y exilio en la España de la primera mitad del siglo XIX* (pp. 121-141). Ediciones Trea.
- Gonçalves, M.ª F. (2003). *As Ideias Ortográficas em Portugal. De Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Herculano A. & Pinto A. A. da S. (Reds.). (1834-1835). *Repositorio Literario da Sociedade das Sciencias Medicas e de Literatura do Porto* (n.º 1 (15 out. 1834) - n.º 11 (15 mar. 1835)). Impr. de Alvares Ribeiro.
- Herculano A. & Pinto A. A. da S. (Reds.). (1835). *Repositorio Literario da Sociedade Literaria Portuense* (n.º 12 (1 abr. 1835) - n.º 24 (1 out. 1835)). Impr. de Alvares Ribeiro.
- Kemmler, R. (2001). Para uma história da ortografia portuguesa: o texto meta-ortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911. *Lusorama*, 47-48, 128-319.
- Llorens, V. (2006[1954]). *Liberales y románticos* (4.ª ed). Castalia.
- Lombardero Caparrós, A. (2015). *The Historiography of English Language Teaching in Spain: A Corpus of Grammars and Dictionaries (1769-1900)*. [Tese de doutoramento, Universitat Rovira i Virgili]. <http://hdl.handle.net/10803/318808>.
- Martínez Alcalde, M.ª J. (2010). *La fijación ortográfica del español: norma y argumento historiográfico*. Peter Lang.
- Nunes, A. C. (1879). *Das palavras a respeito da orthographia actual e projecto de reforma*. Casa Portuguesa.
- RAE (1820). *Ortografía de la Lengua Castellana; compuesta por la Real Academia Española* (9.ª ed.). En la Imprenta Nacional.

- San Pedro, B. de. (1769). *Arte del romance castellano*. En la imprenta de Benito Monfort.
- Silva, I. F. da & Aranha, P. W. de B. (1858-1958, Vol. V). *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Imprensa Nacional.
- Sousa, J. A. (1853). Escritura repentina. Nova tentativa de revolução orthographica. *O Instituto (Jornal Scientifico e Litterario)*, vol. I, 384-385.
- Urcullu, J. de (1825). *Gramática inglesa reducida a veinte y dos lecciones*. Ackerman.
- Urcullu, J. de. (1835, Tomo I). *Tratado elemental de geografia astronómica, fizica, histórica ou politica*. Imprensa de Alvares Ribeiro.
- Urcullu, J. de. (1840). *Grammatica inglesa reducida a veinte y cinco lecciones*. Tipografia Comercial Portuense.
- Urcullu, J. de. (1848). *Grammatica ingleza para uso dos portugueses*. Typ. Commercial.
- Villoria Prieto, J. (2008). Metodología y didáctica de la enseñanza de la pronunciación inglesa en España: José de Urcullu (1825). In R. Sánchez García (Coord.), *Lecciones azules. Lengua, literatura y didáctica: (estudios en honor a la profesora Mariluz Escribano Pueo)* (pp. 93-121). Visor.

## **A palavra mínima em português brasileiro: contribuições para uma discussão em aberto**

*The minimal word in Brazilian Portuguese: contributions to an  
open discussion*

Táise Simioni  
Universidade Federal de Alfenas, Brasil  
taisesimioni@gmail.com

Recebido: 15/06/2025  
Aceito: 12/12/2025  
Publicado: 16/01/2026

**RESUMO:** Hayes (1995) se refere a uma “síndrome da palavra mínima”, segundo a qual, em determinadas línguas, as palavras não podem ser menores do que um tamanho definido a partir da configuração prosódica de tais línguas. Na literatura, normalmente, a palavra mínima é associada à exigência de que uma palavra tenha ao menos duas moras, e esta exigência pode ser minimamente satisfeita por uma palavra dissilábica apenas, em línguas insensíveis ao peso, ou também por uma palavra monossilábica com uma vogal longa (em línguas em que tal vogal tem caráter distintivo) ou com coda, em línguas que mostram sensibilidade ao peso silábico. Para McCarthy e Prince (1995), a palavra mínima é o resultado da hierarquia prosódica e da condição do pé binário. Em português, ao contrário do que ocorre em outras línguas, como o inglês, não há clareza quanto à atuação da exigência da palavra mínima. Na literatura, é possível encontrar argumentos favoráveis e contrários à sua relevância para a configuração prosódica do português. É neste cenário que o presente trabalho busca contribuir para esta discussão a partir da análise de argumentos favoráveis e contrários a uma bimoraicidade mínima imposta às palavras em português brasileiro. Bisol (2000) e Vigário (2003), para o português brasileiro e o europeu, respectivamente, defendem que a palavra mínima bimoraica não tem papel, uma vez que há palavras monossilábicas sem coda. Booij (2004), por sua vez, ressalta que estas palavras são pouco numerosas, de maneira que este argumento não tem validade para o autor. Ainda quanto aos argumentos de Bisol (2000) e Vigário (2003), segundo as autoras, não há processos fonológicos que sejam aplicados para que uma palavra bimoraica emergja e, também, não há processos fonológicos que deixem de ser aplicados para que uma palavra não bimoraica emergja. A literatura referente ao português brasileiro, entretanto, mostra que a hipocorização pode ser compreendida como um fenômeno a partir do qual se superficializam palavras bimoraicas (Gonçalves, 2004a, entre outros), e a análise de fenômenos variáveis revela que alguns deles têm a sua aplicação refreada caso ela resulte em uma palavra monomoraica. Cabe mencionar que, mesmo entre os autores que defendem a imposição de um tamanho mínimo para as palavras em português, não há consenso quanto a como este tamanho se configura, com propostas que levam em consideração estruturas como a sílaba, o pé ou até mesmo a quantidade de segmentos. Desta forma, destaca-se a necessidade de trabalhos que sejam metodologicamente orientados para uma busca por evidências contrárias ou favoráveis à atuação da palavra mínima em português.

**PALAVRAS-CHAVE:** Palavra mínima; Bimoraicidade; Português brasileiro.

**ABSTRACT:** Hayes (1995) mentions a “minimal word syndrome,” according to which, in certain languages, words cannot be smaller than a size defined by the prosodic configuration of such

languages. In the literature, the minimal word is usually associated with the requirement that a word have at least two moras, and this requirement can be minimally satisfied by a disyllabic word only, in languages that are insensitive to weight, or also by a monosyllabic word with a long vowel (in languages in which such a vowel has a distinctive character) or with a coda, in languages that show sensitivity to syllabic weight. For McCarthy and Prince (1995), the minimal word is the result of the prosodic hierarchy and the foot binarity condition. In Portuguese, unlike what occurs in other languages, such as English, there is discussion about the action of the minimal word requirement. In the literature, it is possible to find arguments for and against its relevance to the prosodic configuration of Portuguese. It is in this scenario that the present work seeks to contribute to this discussion based on the analysis of arguments for and against a minimum bimoraicity imposed on words in Brazilian Portuguese. Bisol (2000) and Vigário (2003), for Brazilian and European Portuguese, respectively, argue that the bimoraic minimal word has no role, since there are monosyllabic words without a coda. Booij (2004), in turn, emphasizes that these words are rare, so that this argument is not valid for the author. Still regarding the arguments of Bisol (2000) and Vigário (2003), according to the authors, there are no phonological processes that are applied for a bimoraic word to emerge and, also, there are no phonological processes that are not applied for a non-bimoraic word to emerge. The literature on Brazilian Portuguese, however, shows that hypocorization can be understood as a phenomenon from which bimoraic words become superficial (Gonçalves, 2004a, among others), and the analysis of variable phenomena reveals that some of them have their application restrained if it results in a monomoraic word. It is worth mentioning that, even among authors who defend the imposition of a minimum length for words in Portuguese, there is no consensus as to how this length is configured, with proposals that take into account structures such as the syllable, the foot or even the number of segments. Thus, there is a need for studies that are methodologically oriented towards a search for evidence against or in favor of the application of the minimal word in Portuguese.

**KEYWORDS:** Minimal word; Bimoraicity; Brazilian Portuguese.

## 1. Introdução

Quanto aos aspectos fonológicos de uma língua, as palavras que a constituem precisam estar em conformidade com seu inventário fonológico, com suas combinações silábicas permitidas e com seus padrões acentuais. Além de tais aspectos, algumas línguas impõem a suas palavras um tamanho mínimo exigido. Trata-se da palavra mínima, normalmente pensada como uma exigência de que as palavras tenham pelo menos duas moras. Tal exigência, em algumas línguas, tem um caráter mais estável, o que permite ao analista propor a sua formalização sem que isso implique maiores questionamentos.

Este não é o caso do português brasileiro, língua na qual a exigência da palavra mínima não é aceita de forma consensual, o que gera controvérsias quanto ao assunto. Diante deste cenário, o objetivo deste trabalho é contribuir para esta discussão a partir da análise de argumentos favoráveis e contrários a uma bimoraicidade mínima imposta às palavras em português brasileiro.

Por um lado, (a) há palavras monossilábicas sem coda em português (como “pé”, “lá” e “é”), o que poderia ser assumido como um bom argumento contra a bimoraicidade mínima em português brasileiro, ainda que essas palavras sejam pouco numerosas. Observa-se que, para que esse seja considerado um argumento contrário à bimoraicidade mínima em português brasileiro, é preciso desconsiderar a possibilidade de a qualidade da vogal contribuir para o peso silábico, conforme discussão feita na sequência. Por outro lado, (b) a atuação da palavra mínima não envolve apenas a formação de palavras, podendo ser evidenciada também no comportamento de determinados processos fonológicos, de maneira que a palavra mínima pode atuar como um catalisador para a aplicação de processos fonológicos com potencial para criar uma palavra bimoraica e como um obstáculo para a aplicação de processos fonológicos com potencial para gerar uma palavra monomoraica. Conforme será mostrado neste trabalho, há evidências que sugerem, para o português brasileiro, o cenário apresentado em (b), ainda que faltem trabalhos desenhados especificamente para a busca por evidências contrárias e/ou favoráveis à palavra mínima bimoraica.

## **2. A palavra mínima**

Segundo Hayes (1995), muitas línguas manifestam a “síndrome da palavra mínima”, ou seja, há uma diversidade de línguas nas quais as palavras não podem ser menores do que um determinado tamanho. O autor apresenta uma lista de tais línguas: (a) em hopi e nas línguas yupik, por exemplo, em que os pés são iâmbicos (pé com proeminência à direita, constituído por duas sílabas – a primeira leve e a segunda leve ou pesada – ou por uma sílaba pesada), não há palavras lexicais formadas por apenas uma sílaba leve; (b) em inglês e árabe do Cairo, por exemplo, em que os pés são troqueus moraicos (pé com proeminência à esquerda, constituído por duas sílabas leves ou por uma sílaba pesada), não há palavras lexicais formadas por apenas uma sílaba leve; (c) em pitta-pitta e wangkumara, por exemplo, em que os pés são troqueus silábicos (pé com proeminência à esquerda, constituído por duas sílabas, independentemente de sua estrutura interna), não há palavras lexicais monossilábicas. Por outro lado, como mostra Hayes (1995), há línguas em que esta “síndrome” não se manifesta: (a) em araucano e osseta, por exemplo, em que os pés são iâmbicos, há palavras lexicais formadas por apenas uma sílaba leve;

(b) em romeno e espanhol, por exemplo, em que os pés são troqueus moraicos, há palavras lexicais formadas por apenas uma sílaba leve; (c) em húngaro e islandês, por exemplo, em que os pés são troqueus silábicos, há palavras lexicais formadas por apenas uma sílaba.

Para McCarthy e Prince (1995), a noção de palavra mínima não tem um estatuto teórico independente, no sentido de que ela se deriva de dois construtos teóricos: a hierarquia prosódica e a condição do pé binário<sup>1</sup>. Segundo a hierarquia prosódica, elementos menores constituem elementos maiores (cf. Nespor e Vogel, 1986): a mora (unidade de peso da sílaba; cf. Hayes, 1995; Hyman, 2003; Davis, 2011, entre outros) se subordina à sílaba, que se subordina ao pé, e este, por sua vez, está subordinado à palavra prosódica (constituente maior contemplado na exposição de McCarthy e Prince, 1995). Já de acordo com a condição do pé binário, pés devem ser binários, em termos silábicos ou em termos moraicos, a depender da (in)sensibilidade ao peso que uma determinada língua tiver (cf. Hayes, 1995).

Segundo explicam McCarthy e Prince (1995), se, de acordo com a hierarquia prosódica, uma palavra prosódica deve ser constituída por pelo menos um pé, e, de acordo com a binariedade do pé, este deve ser constituído por duas sílabas ou por duas moras, a consequência é a de que uma palavra prosódica conterá, pelo menos, duas sílabas ou duas moras. Em línguas sensíveis ao peso, a palavra mínima terá duas moras, como em hopi, yupik, inglês e árabe do Cairo (Hayes, 1995); em línguas insensíveis ao peso, a palavra mínima será constituída por duas sílabas, uma vez que, neste tipo de língua, todas as sílabas são interpretadas pelo sistema como monomoraicas, como em pitta-pitta e wangkumara (Hayes, 1995).

Como ressaltam McCarthy e Prince (1995), esta forma de compreender a minimalidade de uma palavra explica por que palavras funcionais frequentemente não seguem as regularidades de uma palavra mínima. Isto ocorre por que palavras não lexicais com frequência não constituem sozinhas uma palavra prosódica (cf. Selkirk,

---

<sup>1</sup> Cf. Downing (2005) e Piggott (2010) para análises alternativas. Segundo Downing (2005), a minimalidade pode ser consequência da atuação de uma restrição (na perspectiva otimalista, cf. Prince e Smolensky, 1993, McCarthy e Prince, 1993), segundo a qual cabeças lexicais (raízes, radicais) devem se ramificar prosodicamente, de forma que a minimalidade não depende da hierarquia prosódica. Já Piggott (2010), fundamentado na morfologia distribuída (Halle e Marantz, 1993), defende que uma condição de minimalidade é necessária, uma vez que há línguas que parecem aceitar pés degenerados, mas, ao mesmo tempo, impõem um tamanho mínimo para suas palavras, evidenciando, segundo o autor, uma independência entre a binariedade do pé e as demandas por palavras mínimas.

1996). Como exemplifica Hayes (1995), embora o inglês seja uma língua em que a palavra mínima bimoraica tem atuação, são encontradas nesta língua palavras funcionais constituídas por uma sílaba leve, como *the* (artigo definido) e *a* (artigo indefinido).

Cabré (1994) ressalta que a minimalidade da palavra pode se manifestar tanto no nível da formação dos itens lexicais quanto em outros processos linguísticos. Segundo a autora, com relação ao primeiro caso, o catalão, língua sob análise em seu texto, exige que a minimalidade bimoraica da palavra seja atendida, uma vez que são poucos os casos de palavras monomoraicas, como *fe* ('fé') e *cru* ('cru')<sup>2</sup>. Em relação ao segundo caso, o objetivo de seu trabalho é defender a hipótese de que o truncamento que forma hipocorísticos<sup>3</sup> em catalão é um processo de minimização, cujo padrão básico é um troqueu moraic.

Segundo Cabré (1994), os hipocorísticos em catalão podem ser agrupados em quatro conjuntos: aqueles com a estrutura CV.CV, com acento à esquerda, como nos exemplos em (1); aqueles com a estrutura CVC, como nos exemplos em (2); aqueles com a estrutura CVC.CV, com acento à esquerda, como nos exemplos em (3); e aqueles com a estrutura CV.CVC, com acento à direita, como nos exemplos em (4).

- (1) Agustina > Tina  
Camila > Mila  
Celestino > Tino  
Gregori > Gori

- (2) Elisabet > Bet  
Isabel > Bel  
Jaumet > Met  
Joaquim > Quim

---

<sup>2</sup> Tais exemplos mostram que Cabré (1994) não inclui em sua análise a possibilidade de a qualidade vocálica contribuir para o peso silábico.

<sup>3</sup> Como explica Gonçalves (2004b, p. 12), o hipocorístico é um apelido que mantém identidade sonora com o prenome, de forma a haver "fidelidade suficiente para que o antropônimo seja rastreado". Além disso, cabe destacar que, para Gonçalves (2004b, 2006), truncamento e hipocorização são processos diferentes, o que pode ser afirmado, segundo o autor, a partir das diferenças que os caracterizam.

- (3) Clotilde > Tilde  
Vicenta > Centa  
Domingo > Mingo  
Leopoldo > Poldo
  
- (4) Montserrat > Serrat  
Narciset > Ciset  
Bartomeu > Tomeu

Conforme a análise de Cabré (1994), os hipocorísticos são formados pela projeção de moldes prosódicos e devem obedecer a uma condição de minimalidade, segundo a qual tais moldes contêm um, e apenas um, troqueu moraico. A satisfação a esta condição é claramente observável nos hipocorísticos em (1) e (2): todos resultam em um troqueu moraico, formado por duas sílabas leves (1) ou por uma sílaba pesada (2). Segundo Cabré (1994), estes hipocorísticos constituem palavras mínimas em catalão. Quanto aos hipocorísticos em (3), Cabré (1994) apresenta a possibilidade de eles serem interpretados como contendo um troqueu moraico, formado pela primeira sílaba pesada, que satisfaz a condição de minimalidade, e por uma sílaba - a última sílaba leve - que não faz parte de um pé e se adjunge diretamente à palavra prosódica. Nos hipocorísticos em (4), segundo a análise da autora, há um troqueu moraico, formado pela última sílaba pesada, e uma sílaba leve - a penúltima - que se adjunge diretamente à palavra prosódica. Conforme Cabré (1994), isso é possível se for considerado que, na palavra base, aquela a partir da qual o hipocorístico se forma, esta sílaba leve está fora de um pé, já que há, à esquerda do pé mantido no hipocorístico, uma sílaba pesada que forma outro pé troqueu moraico, como em (Nar)ci(set). Já nos hipocorísticos em (2), o que impediria a formação de *Sabet* para *Elisabet*, por exemplo, seria a escansão E(lisa)(bet), que não deixa uma sílaba "livre", ou seja, fora de pés, à esquerda do troqueu moraico final para formar o hipocorístico. Cabré (1994) conclui que os hipocorísticos formados por truncamento em catalão são o resultado do fenômeno da palavra mínima, segundo o qual, nesta língua, os hipocorísticos são constituídos por, no mínimo, um troqueu moraico e, no máximo, duas sílabas.

### 3. A palavra mínima em português?

Não há consenso na literatura quanto à exigência de um tamanho mínimo bimoraico para as palavras lexicais em português. Esta seção se dedica à discussão de trabalhos que se posicionam quanto a esta questão de forma explícita.

Autores como Bisol (2000) e Vigário (2003) afirmam que a exigência de um tamanho mínimo bimoraico para as palavras lexicais não tem atuação em português brasileiro e em português europeu<sup>4</sup>, respectivamente. Para o português brasileiro, Bisol apresenta os seguintes argumentos:

- a. existem em português monossílabos tônicos constituídos por apenas uma mora (como “pé”, “pó”, “chá” e “cru”);
- b. os monossílabos tônicos monomoraicos são constituídos por vogais de diferentes graus de sonoridade, de maneira que a sonoridade não poderia ser interpretada como um licenciador para a ocorrência de tais palavras;
- c. os monossílabos tônicos monomoraicos não têm sua vogal alongada para satisfazer a uma exigência de duas moras;
- d. não há processos fonológicos que deixem de ser aplicados para que não surjam palavras monomoraicas.

Quanto ao português europeu, Vigário (2003) reforça os argumentos em (a), (b), (c) e (d) apresentados por Bisol (2000). Quanto ao argumento em (c), Vigário não faz menção especificamente à possibilidade de alongamento, mas afirma, de forma mais genérica, que não há processos fonológicos que sejam aplicados para que se evite o surgimento de monossílabos tônicos monomoraicos em português europeu<sup>5</sup>. Sobre o

---

<sup>4</sup> Segundo Vigário e Martínez-Paricio (2024), o português europeu faz parte do pequeno conjunto de línguas em que as palavras não precisam ser obrigatoriamente bimoraicas. As autoras sugerem que, em línguas em que o acento não é (apenas) metricamente governado, o que seria, em sua perspectiva, o caso do português europeu, a restrição FOOTBIN, segundo a qual pés devem ser binários, pode ser violada.

<sup>5</sup> Vigário (2003) menciona que processos desta natureza podem ser encontrados em outras línguas, como o baule (Leben e Ahoua, 1997). Nesta língua, monossílabos não formam uma palavra prosódica independente, como mostra o seu comportamento no processo de aférese, por exemplo. A aférese da vogal inicial a- acontece se a palavra prosódica contiver mais de quatro sílabas. A junção de uma palavra prosódica com um monossílabo dá contexto para a aférese, demonstrando que o monossílabo se comporta como uma sílaba dentro da palavra prosódica, não como uma palavra prosódica independente.

argumento em (d), Vigário (2003) o exemplifica com a ressilabificação, a partir da qual uma palavra como “ver” pode se realizar como [ˈve] diante de uma palavra iniciada por vogal, como em “ve[ra]migos”.

Incluir entre os monossílabos tônicos com uma mora apenas aqueles terminados em vogal, como em (a), implica considerar que os monossílabos tônicos terminados em consoante são bimoraicos. Isso significa aceitar que o português é uma língua sensível ao peso, posição adotada por Bisol (1992, 1994, 2002) e Wetzels (2007), para o português brasileiro, e por Brandão de Carvalho (1989), para o português europeu. Em conformidade com (a) e (b), respectivamente, a análise proposta no presente trabalho segue dois pressupostos: (i) sílabas terminadas em consoantes têm duas moras e são, portanto, pesadas, e (ii) sílabas terminadas em vogal, ainda que recebam acento primário, têm uma mora e são, portanto, leves.

Como mostra Brandão de Carvalho (2022), há quatro argumentos favoráveis à sensibilidade ao peso em português. O primeiro faz referência a dados estatísticos que mostram uma predominância de oxítonas terminadas por consoante e de paroxítonas terminadas por vogal no léxico do português, o que permite classificar tais padrões acentuais como não marcados. O segundo diz respeito à unidirecionalidade de fenômenos como a síncope que podem fazer com que uma palavra com acento marcado se realize com acento não marcado. Por exemplo, a palavra “xícara”, uma proparoxítona, pode se realizar como “xicra”, uma paroxítona terminada em vogal, ou a palavra “revólver”, uma paroxítona terminada em consoante, pode se realizar como “revolve”, uma paroxítona terminada em vogal. Segundo o autor, o processo inverso, uma palavra com acento não marcado que passa a se realizar com acento marcado, não é atestado<sup>6</sup>. O terceiro argumento aponta para a inexistência de palavras proparoxítonas com a penúltima sílaba terminada em consoante. O quarto e último argumento não se aplica ao português brasileiro. Como mostra Brandão de Carvalho (2022), em português europeu, as vogais átonas de sílabas leves são sistematicamente reduzidas (como em “v[u]tar” para “votar”), ao passo que tal redução não ocorre em sílabas pesadas (como em “açú[c]a[r]”). Segundo Brandão de Carvalho (2022), defender que o português é sensível ao peso

---

Para Leben e Ahoua (1997), o comportamento diferenciado dos monossílabos é resultado da exigência de que, nesta língua, a palavra mínima contenha duas sílabas.

<sup>6</sup> Em português brasileiro, embora escassos, há casos deste tipo, que podem ser interpretados como motivados por hipercorreção, como ocorre em “rubrica” > “rúbrica”.

implica interpretar que a última sílaba das palavras oxítonas terminadas em vogal é pesada, de maneira que o peso silábico também poderia se manifestar pela qualidade vocálica. Embora Brandão de Carvalho (2022, p. 6) afirme que tal interpretação obrigue seu defensor a explicar “como pode a vogal final dessas sílabas ser pesada sem ser longa?”, o autor não se dedica, neste trabalho, a fornecer tal explicação.

Um outro argumento que pode ser acrescentado aos anteriormente mencionados é de natureza tipológica. A partir da análise de um conjunto de línguas, Gordon (2002) mostra que há uma tendência para que (i) línguas em que predominam codas com alta energia (codas com consoantes [+soantes] ou [+vozeadas]) tratem as sílabas a que pertencem tais codas como pesadas e (ii) línguas em que predominam codas com baixa energia (codas com consoantes [-soantes] ou [-vozeadas]) tratem as sílabas a que pertencem tais codas como leves. Como destaca Bonilha (2004, p. 45), o português estaria na primeira categoria, uma vez que “apresenta três codas com alta proeminência sonora – líquidas lateral e não lateral, e nasal – e apenas uma coda com baixa proeminência sonora – a fricativa coronal”.

É necessário destacar, contudo, que não há consenso na literatura quanto a este assunto (cf. Lee, 1994, e Pereira, 1999, Mateus e D’Andrade, 2000, por exemplo, para quem o peso não determina a posição do acento em português brasileiro e português europeu, respectivamente). Por limites de espaço, os contra-argumentos para a sensibilidade ao peso em português não serão aqui discutidos.

Voltando aos argumentos para postular a não exigência da palavra mínima bimoraica em português, conforme Bisol (2000) e Vigário (2003), quanto a (b), cabe também mencionar que Veloso (2017a) faz uma análise alternativa relativa ao português europeu, segundo a qual os monossílabos terminados pelas vogais [a], [ɛ] e [ɔ] podem ser considerados pesados pela sonoridade inerente a tais segmentos, enquanto os monossílabos terminados pelas vogais [i] e [u] também podem ser considerados pesados pela iteração de elementos ([i] = {l, l}, [u] = {l, U}), em conformidade com a perspectiva teórica da fonologia de elementos (Scheer, 1998, entre outros). A análise de Veloso (2017a), contudo, não dá conta dos monossílabos terminados em [e], como “vê”, e em [o], como “vô”. Quanto aos primeiros, são mencionados apenas em nota de rodapé, com a afirmação de que são pouco numerosos e não serão discutidos em sua análise. Sobre o segundo caso, não há menção no texto.

Sobre (a), Vigário (2003) faz uma ressalva: as palavras monossilábicas são pouco numerosas em português e, dentro deste padrão, a maior parte termina por consoante (o que contribui para o peso silábico), não por vogal.

É o teor desta ressalva que leva Booij (2004), em sua resenha de Vigário (2003), a adotar a posição segundo a qual o português europeu manifesta a atuação da exigência de minimalidade bimoraica nas palavras prosódicas. Tal exigência, segundo o autor, só é violada por um conjunto definido e restrito de palavras lexicais. No mesmo sentido de Vigário (2003), Booij (2004) também não considera a possibilidade de a qualidade vocálica contribuir para o peso silábico.

Vigário, Martins e Frota (2004), por sua vez, usam a frequência de ocorrência das palavras monossilábicas no português europeu para defender a perspectiva de Vigário (2003). Em um *corpus* constituído por dados de língua falada do português europeu, coletados na década de 1990, os autores identificaram que, considerando os *tokens*, cerca de 31% das palavras prosódicas são monossilábicas. Em relação ao *corpus* total, cerca de 20% das palavras prosódicas são de monossílabos terminados por vogal. Segundo Vigário, Martins e Frota (2004, p. 903), “o efectivo uso de formas monomoraicas/monossilábicas aponta, assim, para que a palavra prosódica no Português (Europeu) não seja de facto sensível a restrições de tamanho mínimo”. Mais uma vez, fica evidente que são consideradas bimoraicas apenas as sílabas com consoante em coda.

No que se refere ao argumento expresso em (a), mostrou-se que ele pode ser usado como favorável à não atuação da exigência de minimalidade bimoraica no português (Bisol, 2000; Vigário, 2003; Vigário, Martins e Frota, 2004) ou pode ser questionado, se forem considerados os *types* em quantidade reduzida (Booij, 2004).

Entre os defensores da atuação da exigência de minimalidade em português europeu, está Veloso (2017b). Sua linha de defesa está, em alguma medida, relacionada ao argumento em (a). O autor fez um experimento em que falantes monolíngues de português europeu leram pseudoabreviações que poderiam ser lidas como siglas (como a abreviação existente FMI) ou como acrônimos (como a abreviação existente ONU). As hipóteses de que as pseudoabreviações que pudessem constituir um monossílabo com uma sílaba pesada (FAS, por exemplo) seriam pronunciadas como um acrônimo e de que as pseudoabreviações com um possível monossílabo correspondente a uma sílaba leve

(CRA, por exemplo)<sup>7</sup> seriam pronunciadas como uma sigla não foram confirmadas. A confirmação de tais hipóteses seria um argumento favorável à exigência de que as palavras lexicais em português europeu precisam ser constituídas por duas moras<sup>8</sup>. O autor, entretanto, constatou que pseudoabreviações formadas por uma sequência com três ou mais segmentos (como PRI e PLAR) foram preferencialmente pronunciadas como acrônimo, independentemente do peso das sílabas geradas, enquanto sequências de dois segmentos (como IR) deram origem preferencialmente a siglas, ainda que a acronomização tivesse o potencial de gerar uma sílaba pesada. A partir desses resultados, Veloso (2017b, p. 160) afirma que, no português europeu contemporâneo (PEC), “são boas candidatas ao estatuto de palavras as cadeias fonéticas com três ou mais segmentos, independentemente do peso silábico e do número de sílabas que correspondam a tais combinações”. Nas palavras do autor, trata-se uma condição de minimalidade “muito própria e específica do PEC” (Veloso, 2017b, p. 158).

A partir deste momento, a discussão terá como foco os questionamentos que podem ser feitos ao argumento em (c), na sua forma mais genérica (não há processos fonológicos que sejam aplicados para que se evite o surgimento de monossílabos tônicos monomoraicos em português). Gonçalves (2004a, 2004b, 2005, 2006, 2016) defende que, no português brasileiro, há a exigência de que as palavras tenham pelo menos duas moras, e tal exigência, segundo o autor, é evidente no processo de hipocorização: “condições de palavra mínima são impostas a esse tipo de formação, [...] bloqueando qualquer formação (a) maior que duas sílabas e (b) que não contenha pelo menos um pé [troqueu moraico]” (Gonçalves, 2016, p. 136).

Segundo Gonçalves (2004a), o padrão de formação de hipocorísticos mais comum no português brasileiro é aquele exemplificado em (5)<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Observa-se que Veloso (2017b) considerou como pesadas apenas as sílabas terminadas por consoante. Destaca-se que as diferentes abordagens adotadas por Veloso (2017a) e Veloso (2017b) são apontadas pelo autor no primeiro texto.

<sup>8</sup> Segundo Veloso (2017b, p. 135), as abreviações podem ser entendidas, em termos de processamento, como “verdadeiras entradas do léxico mental de cada falante”, de maneira que a análise da sua realização é capaz de revelar aspectos prosódicos, entre outros, que regulam a formação das palavras em uma língua. Além disso, como mostra Gonçalves (2004b, 2006), na sua análise sobre o português brasileiro, as abreviações (embora o autor não use esta terminologia) podem dar origem a palavras derivadas (como no par “UFO” – “ufologia”), o que comprova seu caráter lexical.

<sup>9</sup> Os outros padrões podem selecionar a borda direita do antropônimo com reduplicação (Artur > Tutu) ou podem selecionar sua borda esquerda, podendo haver reduplicação (Fátima > Fafá) ou não (Cristina > Cris). Cabe destacar que o padrão em (5) tem equivalência com os padrões em (1), (2) e (3), correspondentes ao catalão.

- (5) Felipe > Lipe            Isabel > Bel            Alexandre > Xande  
Gertrudes > Tude        Miguel > Guel        Fernando > Nando

Os hipocorísticos em (5) se constituem, conforme a análise de Gonçalves (2004a), a partir da formação de um troqueu moraico, que corresponde a uma palavra mínima, da direita para a esquerda da base (antropônimo a partir do qual se forma o hipocorístico). Se a última sílaba da base terminar por consoante e, conseqüentemente, for pesada (tiver duas moras), o hipocorístico será constituído apenas por ela (como em “Bel” e “Guel”); já se a sílaba final for leve, serão necessárias duas sílabas para satisfazer a bimoraicidade exigida (como em “Lipe” e “Tude”). O hipocorístico “Tude” mostra que, sobre a hipocorização, pode haver também a atuação de condições de boa formação silábica. Neste exemplo específico, um ataque complexo é desfeito e uma coda é eliminada. Quanto a hipocorísticos como “Xande” e “Nando”, Gonçalves (2004a) também admite, como Cabré (1994), que o troqueu é formado pela penúltima sílaba, já que esta é pesada, e que a sílaba final se adjuge diretamente à palavra prosódica.

Os argumentos em (c) - não há processos fonológicos que sejam aplicados para que se evite o surgimento de monossílabos tônicos monomoraicos em português (o que equivale, neste trabalho, a monossílabos tônicos terminados por vogal) - e (d) - não há processos fonológicos que deixem de ser aplicados para que não surjam palavras monomoraicas - será alvo de discussão na próxima seção, em que será apresentado um levantamento de fenômenos variáveis que parecem ser afetados por uma exigência de bimoraicidade mínima em português brasileiro. Os trabalhos mencionados na próxima seção não incluem na sua discussão a possibilidade da atuação da palavra mínima.

#### **4. A palavra mínima em português brasileiro: algumas evidências advindas de fenômenos variáveis**

Alguns fenômenos fonológicos variáveis do português brasileiro apresentam um comportamento diferenciado em palavras monossilábicas. Tal comportamento será interpretado, neste trabalho, como uma evidência da atuação da palavra mínima bimoraica em português brasileiro. Destaca-se, novamente, que a análise a seguir entende palavra mínima bimoraica como aquela constituída, no mínimo, por duas sílabas

ou por uma sílaba terminada em consoante, pois não se está considerando a possibilidade de a qualidade vocálica contribuir para o peso silábico pela falta de evidências mais robustas sobre a questão quanto ao português brasileiro.

Em português brasileiro, o -r em coda apresenta um comportamento bastante variável, tanto na fala quanto na escrita. No que diz respeito à fala, Callou e Serra (2012), Serra e Callou (2013) e Callou, Serra e Cunha (2015) afirmam que o apagamento deste segmento é a etapa final de um processo de posteriorização ([r] > [r] > [x] > [h] > Ø). As variantes pelas quais o -r se realiza em português brasileiro têm uma distribuição determinada geograficamente (cf., entre outros, Monaretto, 2000; Callou *et al.*, 2015; Oushiro e Mendes, 2014; Almeida, 2018; Fernandes, 2020).

Para este trabalho, interessa mais especificamente o apagamento do -r em coda, que pode ocorrer tanto na fala (cf. referências apresentadas no parágrafo precedente) quanto na escrita (cf. Ribeiro, 2013; Damulakis e Queiroz, 2016; Branco, 2020; Messias e Lacerda, 2022; Oliveira e Prado, 2023; Paula e Lima Jr. 2023; Freitas e Faria, 2024). Cabe destacar que, em português brasileiro, o apagamento de -r em coda final em infinitivos verbais é praticamente categórico na fala (como em “vou falaØ com você” para “vou falar com você”).

Há evidências de que o apagamento de -r em coda é desfavorecido em palavras monossilábicas. Conforme Monaretto (2000), Callou *et al.* (2015) e Fernandes (2020), que analisaram dados de fala da região sul, nordeste e norte do Brasil, respectivamente, o apagamento tem menor ocorrência em monossílabos (como em “cor”). Na escrita, o desfavorecimento do apagamento em monossílabos também pode ser verificado (cf. Ribeiro, 2013; Damulakis e Queiroz, 2016; Branco, 2020; Oliveira e Prado, 2023)<sup>10</sup>. A escrita ainda registra um fenômeno recente que parece estar começando a se expandir em contextos de redes sociais: a inserção de -r em coda, como em “eu percebir tudo” por “eu percebi tudo” (cf. Mendonça, 2021, 2022; Mendonça e Melo, 2023; Godoy,

---

<sup>10</sup> Cabe destacar que a evidência de desfavorecimento de apagamento em palavras monossilábicas na escrita é mais frágil, uma vez que os trabalhos em que isso foi constatado não se propõem a fazer análises estatísticas inferenciais dos resultados encontrados.

Pereira e Fernandes, 2023)<sup>11</sup>. Mais uma vez, os monossílabos parecem apresentar um comportamento diferenciado, no sentido de favorecer tal inserção.

Argumentamos, neste trabalho, que o monossílabo desfavorece o apagamento na fala e na escrita, porque, neste contexto, sua ocorrência teria como resultado o apagamento de uma mora, aquela que a coda carrega, e, conseqüentemente, a emergência de uma palavra monomoraica, de forma que evitar tal apagamento tem como efeito manter a realização de uma palavra com duas moras, a do núcleo vocálico e a da coda (“ser” é preferível a “se~~r~~”, por exemplo, tanto na fala quanto na escrita). Isto levanta questionamentos ao argumento em (d). Nesse mesmo sentido, o favorecimento da inserção do -r em coda de palavras monossilábicas permite a emergência de uma palavra bimoraica (como em “eu vir tudo” para “eu vi tudo”), o que nos faz questionar o argumento em (c).

Os trabalhos mencionados até aqui nesta seção não permitem verificar se é possível isolar a atuação do tamanho da palavra em relação à variável tonicidade. A maior parte dos monossílabos encontrados devem ser tônicos (uma vez que são poucas numerosas palavras funcionais terminadas em -r, como a preposição “por”), de maneira que há uma sobreposição entre as variáveis tamanho da palavra e posição da sílaba tônica. Isto pode levar a uma explicação segundo a qual o que, de fato, influencia a variação descrita seja a tonicidade dos monossílabos, já que sílabas tônicas são menos suscetíveis a fenômenos que alteram segmentos. Desta forma, para testar a hipótese levantada aqui, seria necessário haver um levantamento de dados, de produção e/ou de percepção, que permita verificar se há diferença estatística significativa entre o apagamento e/ou a inserção de -r final em palavras monossilábicas comparadas com palavras oxítonas com mais de uma sílaba. Pela hipótese que levantamos neste trabalho, palavras monossilábicas tônicas apresentariam menos apagamento (tanto na fala quanto na escrita) e mais inserção (fenômeno aparentemente exclusivo da escrita) do que palavras oxítonas com mais de uma sílaba. Tal levantamento ainda precisa ser feito.

---

<sup>11</sup> Mendonça (2021, 2022) e Mendonça e Melo (2023) referem-se a este fenômeno como hipercorreção. Godoy *et al.* (2023), por sua vez, rejeitam tal denominação, uma vez que a ocorrência da inserção do -r é verificada em contextos de menor monitoramento.

O trabalho de Eberle (2018) também parece trazer evidências favoráveis à atuação da palavra mínima bimoraica em português brasileiro. Em seu estudo sobre a realização do ditongo [uw], como em “cultura”, foram verificadas as variantes manutenção do ditongo (“c[uw]tura”), redução do ditongo (“c[u]tura”) e alongamento compensatório (“c[u:]tura”). As palavras monossilábicas (como “sul”) foram categóricas na manutenção do ditongo. Para o presente trabalho, interessa comparar este resultado com o dos ditongos em sílaba tônica inicial (como em “culpa”). Neste contexto, a manutenção ocorreu em cerca de 69% dos dados, enquanto o alongamento e a redução tiveram uma ocorrência de cerca de 29% e 2%, respectivamente. Percebe-se, assim, que, no trabalho de Eberle (2018), é possível distinguir a atuação do tamanho da palavra em relação à posição da sílaba tônica, e seus resultados mostram que as palavras monossilábicas aparentam ter um comportamento mais conservador da mora em coda do que sílabas tônicas em início de palavra, que também é um contexto sujeito a fidelidade posicional. Embora o autor não associe tal resultado à exigência da palavra mínima bimoraica em português brasileiro, defendemos que tal associação é possível, uma vez que a redução do ditongo em palavra monossilábica implicaria a perda de uma mora e, conseqüentemente, resultaria em uma palavra monomoraica, o que não ocorre em palavras maiores<sup>12</sup>.

Cabe mencionar que, segundo Beckman (1998), monossílabos tônicos estão “protegidos” de alguns processos fonológicos por fidelidade posicional. Esta proteção, contudo, é resultado da combinação entre tonicidade e posição inicial de palavra. Conforme mostram os resultados de Eberle (2018), os monossílabos tônicos são mais protegidos da redução do ditongo do que sílabas tônicas em início de palavras com mais de uma sílaba. Logo, a fidelidade posicional, tomada como um princípio por si só, não dá conta de explicar o que ocorre.

Embora a linha de argumentação nesta seção tenha se orientado pela defesa de uma possível exigência de bimoraicidade mínima em português brasileiro, nos termos

---

<sup>12</sup> Cabe mencionar que, em princípio, o alongamento em palavras monossilábicas poderia ser a garantia de manter a palavra bimoraica. Esta estratégia, entretanto, não foi identificada neste contexto, o que nos leva a questionar se, em português brasileiro, vogais alongadas por alongamento compensatório funcionam, de fato, como um segmento bimoraico. Esta é uma questão que carece de análise.

explicitados anteriormente, cabe mencionar possibilidades alternativas. Garcia e Goad (2024) sustentam que a palavra mínima em português parece ter o formato da sílaba canônica CV, o que está em conformidade com sua proposta de análise segundo a qual o pé não tem papel na fonologia do português brasileiro. Embora esta palavra mínima CV seja compatível com a existência de palavras como “pé” e “chá” e de hipocorísticos como “Ju” > “Juliana” (interpretados por Gonçalves, 2004a, como uma redução de “Juju”), tal condição de minimalidade não dá conta de explicar o comportamento do -r em coda e a ausência de redução do ditongo [uw] em palavras monossilábicas. Por outro lado, a condição de minimalidade proposta por Veloso (2017b), formalizada como uma sequência de três segmentos, independentemente de estrutura silábica, pode ter papel na compreensão dos processos mencionados nesta seção (se for possível verificar, por exemplo, que o apagamento do -r em coda é favorecido em palavras como “crer” em oposição a “ser”, já que, no segundo caso, o apagamento da coda implicaria a realização de uma sequência com menos de três segmentos, o que não ocorre no primeiro caso), ao mesmo tempo em que é compatível com propostas segundo as quais o pé não tem papel em português brasileiro.

É inegável que a condição de bimoraicidade mínima não tem em português brasileiro o mesmo papel que ela desempenha em línguas como o inglês, por exemplo (cf. Garcia e Goad, 2024). Entretanto, a partir da discussão feita neste trabalho, espera-se ter demonstrado que tal condição pode ter atuação, em algum nível da configuração prosódica do português brasileiro. Para confirmar tal papel, são necessários trabalhos desenhados especificamente para verificar isso, em termos tanto de produção quanto de percepção<sup>13</sup>. Se for confirmado que a bimoraicidade mínima (ou outra forma de minimalidade) atua no português brasileiro, a etapa seguinte é investigar como isso pode

---

<sup>13</sup> Dados de aquisição mostram que, na fala, a produção da coda final em /l/ é favorecida em monossílabos (Mezzomo, Baesso, Athayde, Dias e Giacchini, 2008) e, na escrita, a realização da coda final não morfológica em /s/ também é favorecida em monossílabos (Lima, Morais, Lima, Silva e Vogeley, 2014). Esses dados podem ser interpretados como uma possível evidência da atuação de uma bimoraicidade mínima em português brasileiro. É importante, contudo, atentar para o fato de que este contexto acumula características também favorecedoras da realização de segmentos em coda: sílaba tônica e sílaba final. Como estes trabalhos não foram desenhados para investigar a possibilidade de atuação da bimoraicidade mínima, eles não trazem elementos que permitam isolar a atuação destes fatores. Além disso, cabe mencionar que, em dados de aquisição oral do inglês, língua em que a palavra mínima bimoraica não costuma ser questionada, não há evidências da aquisição desta condição entre crianças bem pequenas (Demuth, Culbertson e Alter, 2006).

ser formalizado em termos de organização gramatical, uma vez que, em português brasileiro, esta condição, ao que parece, não tem um comportamento canônico.

## 5. Considerações finais

O presente trabalho mostrou que existem evidências tanto favoráveis quanto contrárias à exigência de que as palavras tenham um determinado tamanho em português. Mesmo entre os trabalhos que trazem argumentos para a defesa da atuação da palavra mínima em português, não há consenso quanto ao seu formato, de forma que este varia entre uma sílaba CV ou um pé bimoraico, para o português brasileiro, e uma sequência de três segmentos ou mais, para o português europeu.

Isso mostra que, se, de fato, a palavra mínima tem atuação em português, ela não se comporta da mesma forma que em línguas como o inglês, em que seu status é pouco questionado por haver evidências robustas da sua atuação. Diante deste cenário, faz-se necessária a realização de pesquisas que busquem, especificamente, confirmar se palavras monossilábicas apresentam um comportamento diferenciado em relação a palavras maiores e se este comportamento pode ser explicado pela exigência de uma palavra mínima em português brasileiro.

## Referências bibliográficas

- Almeida, E. F. (2018). *Os róticos em coda silábica na região centro-oeste do Brasil*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina]. Repositório Institucional da UEL.  
<https://repositorio.uel.br/items/13cfe304-0069-4a2c-91be-16b4cb4a544c>
- Beckman, J. N. (1998). Positional faithfulness [Tese de Doutorado, Universidade of Massachusetts Amherst]. Rutgers Optimality Archive.  
<https://roa.rutgers.edu/files/234-1297/234-1297-BECKMAN-0-0.PDF>
- Bisol, L. (1992). O acento e o pé métrico binário. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 22, 69-80.  
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636897>
- Bisol, L. (1994). O acento e o pé binário. *Letras de Hoje*, 29(4), 25-36.  
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/article/view/15769>
- Bisol, L. (2000). O clítico e seu status prosódico. *Revista de Estudos da Linguagem*, 9(1), 5-30. <https://doi.org/10.17851/2237-2083.9.1.5-30>
- Bisol, L. (2002). O acento, mais uma vez. *Letras & Letras*, 18(2), 103-110.

- <https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/25136>
- Bonilha, G. F. G. (2004). A influência da qualidade da vogal na determinação do peso silábico e formação dos pés: o acento primário do português. *Organon*, 18(36), 41-56. <https://doi.org/10.22456/2238-8915.31153>
- Booij, G. (2004). The morphology-phonology interface in European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, 3, 175-182. <https://doi.org/10.5334/jpl.23>
- Branco, A. A. T. C. (2020). *O apagamento do rótico em coda final em produções escritas no ensino fundamental II*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia]. Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/29928>
- Brandão de Carvalho, J. (1989). Phonological conditions on Portuguese clitic placement: on syntactic evidence for stress and rhythmical patterns. *Linguistics*, 27, 405-436. <https://doi.org/10.1515/ling.1989.27.3.405>
- Brandão de Carvalho, J. (2022). -s e -z em português: segmento idêntico mas estrutura diferente. *Letrônica*, 29(1), 1-11. <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2022.1.42587>
- Cabré, T. (1994). Minimality in the Catalan truncation process. *Catalan Working Papers in Linguistics*, 4(1), 1-21. <https://core.ac.uk/download/pdf/38984138.pdf>
- Callou, D., & Serra C. (2012). Variação do rótico e estrutura prosódica. *Revista do GELNE*, 14(Especial), 41-57. <https://www.periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9363>
- Callou, D., Serra C., & Cunha, C. (2015). Mudança em curso no português brasileiro: o apagamento do r no dialeto nordestino. *Revista da ABRALIN*, 14(1), 195-219. <https://doi.org/10.5380/rabl.v14i1.42491>
- Damulakis, G. N., & Queiroz, V. T. (2016). A retomada da vibrante em coda final em ambientes on-line e off-line: a internet influenciou a escrita dos alunos. *Letras & Letras*, 32(2), 64-82. <https://doi.org/10.14393/ll63-v32n2a2016-4>
- Davis, S. (2011). Quantity. In Goldsmith, J., Riggle, J., & Yu, A. C. L. *The handbook of phonological theory* (pp. 103-140). Blackwell. <https://doi.org/10.1002/9781444343069.ch4>
- Demuth, K., Culbertson, J., & Alter, J. (2006). Word-minimality, epenthesis and coda licensing in the early acquisition of English. *Language and speech*, 49(2), 137-174. <https://doi.org/10.1177/00238309060490020201>
- Downing, L. J. (2005). Morphological complexity and prosodic minimality. *Catalan Journal of Linguistics*, 4, 83-106. <https://doi.org/10.5565/rev/catjl.114>
- Eberle, L. P. (2018). Os efeitos da fidelidade posicional no fenômeno de redução do ditongo [uw] no português brasileiro. *Língua, Literatura e Ensino*, 13, 51-63. <https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/ll/article/view/6416>
- Fernandes, A. L. S. (2020). *A representação do R com coda medial e final na fala dos portuenses*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Tocantins]. Repositório UFT. <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/4004>

- Freitas, A. C., & Faria, P. C. F. (2024). A relação entre a consciência metalinguística e o apagamento do /R/ final de palavras na escrita de crianças baianas em fase de alfabetização em um contexto de (pós) pandemia. *Estudos Linguísticos e Literários*, 77, 261-289.  
<https://doi.org/10.9771/ell.v0i77.56372>
- Garcia, G. D., & Goad, H. (2024). Weight effects and the role of the foot: English versus Portuguese. *Laboratory Phonology: Journal of the Association for Laboratory Phonology*, 15(1), 1-37.  
<https://doi.org/10.16995/labphon.6420>
- Godoy, L. A. G., Pereira, P. A., & Fernandes, V. S. (2023). "Ontem eu não sair": o grafema r final em verbos flexionados como marcador de tonicidade. *Missangas*, 7, 125-143.  
<https://revistas.uneb.br/index.php/missangas/article/view/16999>
- Gonçalves, C. A. (2004a). A morfologia prosódica e o comportamento transderivacional da hipocorização no português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*, 12(1), 7-38. <https://doi.org/10.17851/2237-2083.12.1.7-38>
- Gonçalves, C. A. (2004b). Processos morfológicos não-concatenativos do português brasileiro: formato morfoprosódico e latitude funcional. *Alfa*, 48(1), 9-28.  
<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4253>
- Gonçalves, C. A. (2005). Relações de identidade em modelos paralelistas: morfologia e fonologia. *D.E.L.T.A.*, 21(1), 75-119.  
<https://doi.org/10.1590/s0102-44502005000100004>
- Gonçalves, C. A. (2006). Usos morfológicos: os processos marginais de formação de palavras em português. *Gragoatá*, 21, 219-241.  
[https://dirin.s3.amazonaws.com/drive\\_materias/1649337834.pdf](https://dirin.s3.amazonaws.com/drive_materias/1649337834.pdf)
- Gonçalves, C. A. (2016). Prosódia e morfologia: uma parceria que deu certo. *Journal of Speech Sciences*, 5(2), 125-139.  
<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/joss/article/view/15070>
- Gordon, M. (2002). Weight-by-position adjunction and syllable structure. *Lingua*, 112, 901-931. [https://doi.org/10.1016/s0024-3841\(02\)00052-9](https://doi.org/10.1016/s0024-3841(02)00052-9)
- Halle, M., & Marantz, A. (1993). Distributed morphology and the pieces of inflection. In Hale, K., & Keyser, S. J. *View from building 20: essays in honor of Sylvain Bromberger* (pp. 111-176). MIT Press.
- Hayes, B. (1995). *Metrical stress theory*. The University of Chicago Press.
- Hyman, L. M. (2003). *A theory of phonological weight*. CSLI.
- Leben, W. R., & Ahoua, F. (1997). Prododic domains in Baule. *Phonology*, 14, 113-132.  
<https://doi.org/10.1017/s0952675797003321>
- Lee, S. H. (1994). A regra do acento do português: outra alternativa. *Letras de Hoje*, 29(4), 37-42.  
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/article/view/15770/10387>
- Lima, I. L. B., Morais, J. F. T., Lima, J. L. C., Silva, E. G., & Vogeley, A. C. E. (2014). Aquisição da coda lexical /s/ na escrita. *Revista do GELNE*, 16(1/2), 79-95.  
<https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/11629/8188>
- Mateus, M. H., & d'Andrade, E. (2000). *The phonology of Portuguese*. Oxford.
- McCarthy, J., & Prince, A. (1993). *Prosodic morphology I: constraint interaction and satisfaction*. MIT Press.

- McCarthy, J., & Prince, A. (1995). Prosodic Morphology. In Goldsmith, J, *The handbook of phonological theory* (pp. 318-366). Blackwell.  
<https://doi.org/10.1111/b.9780631201267.1996.00011.x>
- Mendonça, C. M. (2021). "O mundo não gira, ele capotar": hipercorreção e variabilidade no uso da coda (r) ao final de verbos. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Pantheon - Repositório Institucional da UFRJ.
- Mendonça, C. M. (2022). Da hipercorreção ao reforço pragmático: considerações sobre a marca de infinitivo. *Cadernos do NEMP*, 7(13), 35-47.  
[https://www.nemprj.com/7f1076\\_6827fd2216.pdf](https://www.nemprj.com/7f1076_6827fd2216.pdf)
- Mendonça, C. M., & Melo, M. A. S. L. (2023). Hipercorreção da coda final (r) em textos digitais: um fenômeno variável. *Working Papers em Linguística*, 24(1), 54-78.  
<https://doi.org/10.5007/1984-8420.2023.e92293>
- Messias, E. S., & Lacerda, M. F. O. (2022). Quando a oralidade chega à escrita: o apagamento do /R/ em infinitivos verbais em textos escolares. *A Cor das Letras*, 23(1), 173-184.  
<https://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/5001>
- Mezzomo, C. L., Baesso, J. S., Athayde, M. L., Dias, R. F., & Giacchini, V. (2008). O papel do contexto fonológico no desenvolvimento da fala: implicações para a terapia dos desvios fonológicos evolutivos. *Letras de Hoje*, 43(3), 15-21.  
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/article/view/5604>
- Monaretto, V. N. O. (2000). O apagamento das vibrantes posvocálicas nas capitais do sul do Brasil. *Letras de Hoje*, 35(1), 275-284.  
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/article/view/14768>
- Nespor, M., & Vogel, I. (1986). *Prosodic phonology*. Foris.
- Oliveira, S. E. C., & Prado, N. C. (2023). O apagamento do -R em final de infinitivos verbais em textos escolares do 6º ano do Ensino Fundamental II. *Estudos Linguísticos*, 52(1), 74-93.  
<http://dx.doi.org/10.21165/el.v52i1.3498>
- Oushiro, L., & Mendes, R. B. (2014). O apagamento de (-r) em coda nos limites da variação. *Veredas*, 18(2), 251-266.  
<https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/24963>
- Paula, A. C., & Lima Jr., R. M. (2023). A interface grafema-fonema no tratamento de desvios ortográficos recorrentes de alunos do 9º ano do ensino fundamental. *Working Papers em Linguística*, 24(1), 12-31.  
<http://doi.org/10.5007/1984-8420.2023.e92315>
- Pereira, M. I. P. (1999). *O acento de palavra em português: uma análise métrica* [Tese de Doutorado, Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da UC.  
<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/712>
- Piggott, G. (2010). *Cyclic spell-out and the typology of word minimality*. ms. McGill University.  
<https://www.mcgill.ca/linguistics/files/linguistics/WordMinimality.pdf>
- Prince, A., & Smolensky, P. (1993). *Optimality theory: constraint interaction in generative grammar*. Wiley-Blackwell.
- Ribeiro, L. N. S. (2013). *O apagamento do -r em posição de coda silábica: há influência da fala na escrita discente?* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado da Bahia]. Repositório Institucional da UFBA.

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/34964/1/F%C3%A1tima%20Christiane%20OC.%20H.%20da%20Silva%20-%20Memorial%20%20Final%20-%20Turma%206%20%20Profletras%20UFBA.pdf>

- Scheer, T. (1998). La structure interne des consonnes. In Sauzet, P. *Langues e Grammaires II & III: phonologie* (pp. 141-172), Université de Paris 8. [http://tscheer.free.fr/papers/Scheer98\\_Structure\\_cons.pdf](http://tscheer.free.fr/papers/Scheer98_Structure_cons.pdf)
- Selkirk, E. (1996). The prosodic structure of function words. In Morgan, J., & Demuth, K. *Signal to syntax* (pp. 187-213), Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Serra, C., & Callou, D. (2013). A interrelação de fenômenos segmentais e prosódicos: confrontando três comunidades. In *Textos Seleccionados, XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 585-594). APL. [https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/09/SERRA\\_CALLOU\\_2013.pdf](https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/09/SERRA_CALLOU_2013.pdf)
- Veloso, J. (2017a). Monossílabos CV do português: leves e degenerados? Sonoridade vocálica e iteração de elementos na atribuição de peso e na preservação da minimalidade em português. *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, 12, 201-226.
- Veloso, J. (2017b). Palavra mínima em português europeu: a oralização de abreviações. *Alfa*, 60(1), 133-168. <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1704-6>
- Vigário, M. (2003). *The prosodic word in European Portuguese*. Mouton de Gruyter.
- Vigário, M., & Martínez-Paricio, V. (2024). Is the foot a prosodic domain in European Portuguese? *Languages* 9, 1-35. <https://doi.org/10.3390/languages9110332>
- Vigário, M., Martins, F., & Frota, S. (2004). *Frequências no português europeu: a ferramenta FreP*. Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa. <https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/12/2004-70.pdf>
- Wetzels, W. L. (2007). Primary word stress in Brazilian Portuguese and the weight parameter. *Journal of Portuguese Linguistics*, 5/6, 9-58. <https://doi.org/10.5334/jpl.144>

# Relações discursivas em orações gerundivas: contributos de uma análise de corpus em diferentes variedades do Português<sup>1 2</sup>

*Discourse Relations in Adverbial Gerundive Clauses: contributions  
from a corpus analysis in different varieties of Portuguese*

Violeta Amélia Magalhães

Centro de Linguística da Universidade do Porto, Portugal

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico do Porto, Portugal

violetadmag@gmail.com

Recebido: 05/06/2025

Aceito: 12/12/2025

Publicado: 16/01/2026

**RESUMO:** Neste trabalho apresentamos um estudo das relações discursivas (RDs) em orações gerundivas (OGs) em diferentes variedades do Português (Europeu, de Angola, de Moçambique) com o objetivo de verificar em que medida a distinção entre RDs intrínsecas e extrínsecas, proposta por Cunha e Silvano (2009), permite explicar as regularidades observadas na semântica das frases com gerundivas. Para isso, foram coligidos e anotados dados seguindo a metodologia apresentada em Silvano *et al.* (2023). Assim, depois da recolha de frases complexas com orações com o gerúndio composto a partir de um sistema de *web crawling*, procedeu-se à anotação de 150 frases retiradas de jornais atuais. A anotação seguiu a norma ISO 24617-8 e permitiu a identificação das RDs mais frequentes, da posição preferencial da OG na frase e das relações temporais mais comuns que essas construções estabelecem para com a oração matriz nos contextos em análise. Adicionalmente, esses resultados foram comparados com os dados já disponíveis no corpus DRIPPS (Silvano *et al.*, 2023) relativos às mesmas variedades do Português, discutindo-se as implicações da sobreposição dos resultados encontrados em ambos os estudos, nomeadamente no que concerne a natureza mais ou menos causal das OGs. Considerando os dados reunidos no presente estudo e seguindo a proposta de Cunha e Silvano (2009), foi possível afirmar que a OG introduz preferencialmente RDs que se estabelecem ao nível da estrutura externa das predicções e cuja inferência depende da organização temporal das situações envolvidas. Em suma, contribui-se com o presente trabalho para o conhecimento acerca da temática das RDs no contexto das OGs e para a caracterização semântica dessas mesmas construções, lançando-se algumas bases para trabalhos futuros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Orações adverbiais gerundivas; Relações discursivas; ISO 24617-8; Relações temporais; Anotação semântica.

---

<sup>1</sup> A autora é financiada pela FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., ref. 2024.02966.BD. Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.: Centro de Linguística da Universidade do Porto - UID/00022.

<sup>2</sup> Agradecemos sinceramente às avaliadoras ou avaliadores pelas valiosas observações e sugestões que em muito contribuíram para a qualidade do presente artigo.

**ABSTRACT:** This work presents a study of discourse relations (DRs) in adverbial gerundive clauses (AGC) in different varieties of Portuguese (European, Angolan and Mozambican) with the aim of verifying to what extent the theoretical proposal by Cunha and Silvano (2009) allows explaining the regularities observed in the semantics of sentences with AGC. For this purpose, data were collected and recorded following the methodology presented in Silvano *et al.* (2023). Thus, after collecting complex sentences with clauses with the compound gerund from a web crawling system, 150 sentences taken from current newspapers were annotated. The annotation followed the ISO 24617-8 standard and allowed the identification of the most frequent DRs, as well as the preferred position of AGC in the sentence and the most common temporal relations that these constructions establish with the matrix clause. Additionally, these results were compared with data already available in the DRIPPS *corpus* (Silvano *et al.*, 2023) relating to the same varieties of Portuguese, discussing the implications of the overlap of the results found in both studies, particularly regarding the (non-)causal nature of AGC. Considering the data gathered in the present study and following the proposal of Cunha and Silvano (2009), we affirm that AGC preferentially introduce DRs that are established at the level of the external structure of the predications and whose inference depends on the temporal organization of the situations involved. In short, this work contributes to knowledge about the topic of DRs in the context of AGC and to the semantic characterization of these same constructions, laying some foundations for future work.

**KEYWORDS:** Adverbial gerundive clauses; Discourse relations; ISO 24617-8; Temporal relations; Semantic annotation.

## 1. Introdução

Uma das características dos enunciados linguísticos é a sua coerência interna, que permite que estes sejam interpretáveis. As relações discursivas (doravante RDs) contribuem para essa coerência, uma vez que correspondem a ligações lógicas que se estabelecem entre as partes de um enunciado (Zufferey e Degand, 2024).

As RDs abrangem diversos tipos de significado e podem ser veiculadas de diversas formas. Por um lado, podem ocorrer de forma implícita ou, nas palavras de Das e Taboada (2018), *não sinalizada*, isto é, sem a presença de qualquer pista linguística que indique a presença de uma RD, tal como em (1), em que a relação de efeito-causa não é explicitada por nenhum elemento linguístico específico, mas antes pelas inferências que o/a falante estabelece a partir do seu conhecimento do mundo e da semântica composicional da frase. Por outro lado, as RDs podem ser explícitas, ou *sinalizadas*, quando são linguisticamente identificáveis, seja através de uma estrutura sintática

lexicalmente marcada por um conector, como em (2), ou através de outras estruturas sintáticas, como a oração gerundiva em (3).<sup>3</sup>

- (1) O João acordou atrasado para o trabalho. O telemóvel que serve de despertador ficou sem bateria durante a noite.
- (2) O João acordou atrasado para o trabalho **porque** o telemóvel ficou sem bateria durante a noite.
- (3) O João acordou atrasado para o trabalho, **tendo o telemóvel ficado sem bateria durante a noite.**

Recentemente, o papel das orações gerundivas (doravante OGs) na sinalização de RDs tem vindo a ser investigado (vd., por exemplo, Das e Taboada, 2018). No contexto do Português Europeu, Silvano *et al.* (2019, 2021) têm defendido que as RDs constituem um fator crucial na explicação das OGs e, inversamente, o estudo das OGs enquanto construções verbais que transportam informação adverbial afigura-se relevante para uma melhor compreensão do fenómeno das RDs e da construção do significado na linguagem verbal.

Paralelamente, no estudo das RDs destacamos a proposta de Cunha e Silvano (2009) para a distinção entre RDs extrínsecas e intrínsecas. Sob o quadro operativo da Segmented Discourse Representation Theory (Asher e Lascarides, 2003), os autores diferenciam as RDs extrínsecas - estabelecidas no nível da estrutura externa das predicções e inferíveis a partir da organização temporal das situações envolvidas - e as RDs intrínsecas, que se estabelecem no nível da estrutura interna das predicções e são inferidas pela interação da semântica composicional, do léxico e do conhecimento do mundo.

No presente trabalho, pretendemos contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre RDs, nomeadamente para a compreensão da sua ocorrência no contexto das OGs em diferentes variedades do Português, a saber: Português Europeu,

---

<sup>3</sup> Note-se, porém, que, tal como demonstrado por Das e Taboada (2018), o material linguístico que pode servir como pista para a sinalização da RD é muito variável, incluindo desde estruturas morfológicas até sinais gráficos. Como tal, a distinção entre RDs implícitas e explícitas será provavelmente melhor entendida não como uma oposição perentória, mas antes como um espectro gradativo. Por esta via de conceptualização, poderemos mesmo perguntar-nos se haverá realmente RDs implícitas ou, por outras palavras, não sinalizadas. No entanto, essa discussão estará fora do escopo do presente trabalho.

Português de Angola e Português de Moçambique. Assim, consideramos que a proposta de Cunha e Silvano (2009) poderá enriquecer a discussão, podendo trazer novos ângulos de análise que permitam enfatizar alguns aspetos menos explorados até ao momento. Nesse sentido, a nossa principal questão de investigação remete para a pertinência da proposta de Cunha e Silvano (2009) na explicação das regularidades observadas nas frases com OGs no que diz respeito às RDs. Na tentativa de responder a essa questão, seguimos a metodologia apresentada em Silvano *et al.* (2023), procedendo à recolha de frases complexas com orações com o gerúndio composto a partir de um sistema de *web crawling* e à posterior anotação de 150 frases retiradas de jornais atuais. De seguida, comparamos os resultados da nossa anotação com os dados de um *corpus* já disponível com o intuito de fortalecer algumas ilações que permitam avançar na resposta à questão de investigação.

Dedicar-nos-emos exclusivamente ao gerúndio composto por esta forma verbal apresentar mais diversidade do ponto de vista das RDs e das relações temporais inferíveis no discurso (Oliveira, 2013, pp. 549-552; Leal, 2011).

O presente artigo encontra-se dividido em sete secções. Nas secções 2, 3 e 4 é sucintamente apresentado o estado da arte relativo às OGs, às RDs e à investigação sobre RDs em OGs em Português Europeu. Na secção 5 é apresentado o estudo desenvolvido. Nas secções 6 e 7 são apresentados e discutidos os resultados obtidos com o presente estudo. Por fim, o trabalho termina com uma breve secção na qual se reúnem as considerações finais.

## **2. Sobre as orações gerundivas em Português Europeu**

Em Português Europeu (doravante PE), o gerúndio corresponde a uma forma verbal tradicionalmente classificada como não finita que consiste numa junção do tema verbal ao afixo *-ndo* e que, à exceção de certas variedades diatópicas, não exhibe marcas morfológicas de pessoa e número (Lobo, 2006). A este propósito, veja-se o exemplo (4).

- (4) Cantando, escrevendo, dormindo
- (5) Tendo cantado, tendo escrito, tendo dormido

Do ponto de vista semântico, o gerúndio veicula informação temporal, tal como veremos nos parágrafos seguintes, podendo-se observar a existência de formas de gerúndio simples, como as presentes em (4), e formas de gerúndio composto, caracterizadas pelo verbo *ter* no gerúndio + a forma participial do verbo principal, como em (5).

De acordo com Leal (2002, 2011), enquadrado pela proposta de análise temporal de Kamp e Reyle (1993), o gerúndio simples veicula o traço [presente] avaliado em relação ao Ponto de Perspetiva Temporal (doravante PPT), que é definido pela oração principal. Contudo, esse traço é subespecificado e apenas ativado consoante a RD (Leal, 2011). Diferentemente, o gerúndio composto apresenta um traço [passado], toma como PPT preferencial o intervalo de tempo disponibilizado pela oração principal e estabelece as contrapartidas temporais com a oração principal daí decorrentes. Contudo, como refere o autor (Leal, 2002, p. 62), o gerúndio composto pode ser “sensível” ao momento de enunciação, tomando-o como possível PPT. Assim, a interpretação das OGs irá depender não só do valor temporal intrínseco à forma do gerúndio, como também das propriedades aspetuais das predicções e das RDs que se estabelecem entre elas.

Também Leão (2018) sublinha as interpretações temporais e não-temporais das OGs. Numa extensiva operação de descrição das leituras temporais desencadeadas pelas OGs e suas combinações aspetuais nas variedades brasileira e europeia do Português, a autora reafirma as construções gerundivas adverbiais periféricas como um “marcador neutro de ligação interproposicional” (Leão, 2018, p. 172) ou, por outras palavras, como um mecanismo que permite o estabelecimento de relações de significado com a oração principal em função de fatores como a informação temporal, o tipo de gerúndio (simples ou composto), o tipo aspectual das situações descritas ou, ainda, o conhecimento do mundo por parte da/o falante. Com base num questionário que procurou avaliar os juízos semânticos de falantes das duas variedades de Português em estudo, Leão (2018) verifica ainda uma preferência pela leitura temporal de anterioridade do gerúndio composto em PE que é explicada com recurso à proposta de Leal (2002, 2011).

De acordo com vários estudos (Lobo, 2002, 2003, 2006, 2013), em PE, o gerúndio pode ocorrer em diversos contextos sintáticos, tais como: complexos verbais com verbos

auxiliares ou aspetuais (vd. (6) e (7))<sup>4</sup>, usos predicativos do sujeito ou do objeto direto (vd. (8) e (9)), orações independentes descritivas ou exclamativas (vd. (10) e (11)) ou, ainda, inserido num DP com qualquer função sintática, como em (12).

- (6) O rapaz está experienciando uma nova fase da sua vida.
- (7) O rapaz continua fazendo disparates.
- (8) O João chegou ao trabalho cantando.
- (9) O poeta observou o tempo passando.
- (10) Figo chutando a Bola para Zacarias. (exemplo de Lobo, 2002)
- (11) Os meninos dormindo a esta hora! Não posso acreditar. (exemplo de Lobo, 2002)
- (12) [A cara da Ana olhando para o José] não engana ninguém. (exemplo de Lobo, 2002)

De acordo com Lobo (2002, e.o.), uma das características preponderantes de (6)-(12) é o facto de, em todos esses contextos, a forma do gerúndio poder ser substituída pela construção *a* + infinitivo.

Há, contudo, outros contextos em que o gerúndio ocorre numa posição de adjunção oracional, tal como no exemplo (3), que retomamos em (13), ou no exemplo (14), sendo exclusivamente este o contexto que nos ocupará neste artigo.

- (13) O João acordou atrasado para o trabalho, **tendo o telemóvel ficado sem bateria durante a noite.**
- (14) **Tendo posto o telemóvel a carregar**, o João preparou o pequeno-almoço na cozinha.

Relativamente à presença do gerúndio no domínio oracional em frases complexas, Lobo (2002, e.o.) propõe uma distinção entre orações gerundivas adjuntas não periféricas (também designadas de integradas ou de predicado), ilustradas por um exemplo como (15), adjuntas periféricas (ou de frase), que correspondem a exemplos

---

<sup>4</sup> Não discutiremos, porém, o grau de naturalidade de enunciados como (6) e (7) em função das variáveis diatópicas da língua.

como (14) acima, e gerundivas coordenadas (também designadas de gerundivas de posterioridade ou periféricas pospostas) exemplificadas em (16), com base nos critérios reunidos na tabela 1.

(15) O João preparou o almoço **usando** o fogão.

(16) O João acordou atrasado para o trabalho, **tendo tomado o pequeno-almoço à pressa.**

TABELA 1 - Critérios para a distinção entre orações gerundivas não periféricas, gerundivas periféricas e gerundivas coordenadas

<b>Critérios de Lobo (2002, 2003, 2006, 2013)</b>	<b>Gerundivas não periféricas</b>	<b>Gerundivas periféricas</b>	<b>Gerundivas coordenadas</b>
Clivagem	✓	X	
Resposta a interrogativas- <i>qu</i>	✓	X	
Escopo da negação ou de advérbios de foco	✓	X	
Interrogativas e negativas alternativas	✓	X	
Gerúndio composto	X	✓	✓
SU plenos	X	✓	
SU nulos identificados pragmaticamente	X	✓	
SU nulos expletivos	X	✓	
Interpretação de causa, concessão ou condição	X	✓	
Valores de modo e modo combinado com condição	✓	X	
Posição na frase	Final	inicial	final
Especificações temporais	simultaneidade	anterioridade	posterioridade

(Fonte: Lobo, 2002; 2003; 2006; 2013)

Da observação da tabela 1, é possível verificar que os critérios desenvolvidos por Lobo (2002, e.o.) servem a distinção entre gerundivas não periféricas e gerundivas periféricas. Contudo, a distinção entre gerundivas periféricas e gerundivas coordenadas revela-se problemática, pois, se, por um lado, a autora não a desenvolve em igual profundidade relativamente à oposição periféricas/não periféricas, por outro lado, Silvano *et al.* (2019) apontam para algumas incongruências dos próprios critérios avançados. Com efeito, tal como demonstram os autores, a correspondência entre a

posição inicial ou final da OG na frase<sup>5</sup> e as relações temporais de anterioridade e posterioridade que esta estabelece para com a oração matriz não é necessariamente linear, i.e., a uma posição inicial não corresponde necessariamente uma leitura de anterioridade e respetivo contrário. Além disso, seguindo a mesma fonte (Silvano *et al.*, 2019), as leituras de posterioridade que caracterizam as gerundivas coordenadas de acordo com Lobo (2002, e.o.) podem também estar associadas a leituras adverbiais de causa-efeito, que mantêm essas mesmas especificações temporais de sucessividade.

Em suma, as fontes citadas demonstram que as OGs, por via das suas características semânticas e sintáticas, exibem consequências relevantes do ponto de vista das leituras temporais e não-temporais que desencadeiam. Para além da forma de gerúndio em causa, das propriedades aspetuais das predicções e das relações e dependências de ordem sintática que estabelecem com a oração principal, as OGs terão ainda um papel importante ao desencadearem tipos distintos de RDs, como veremos nas secções subsequentes deste trabalho.

### 3. Sobre as relações discursivas

Tal como foi referido na introdução do presente trabalho, as RDs são relações de sentido que se estabelecem entre as diferentes situações introduzidas num contexto linguístico e constituem uma parte central da interpretação de um enunciado, tendo vindo a ser estudadas ao longo do tempo sob diferentes enquadramentos e perspetivas teóricas.

Uma das mais disseminadas teorias sobre as RDs é a *Rhetorical Structure Theory* (RST), de Mann e Thompson (1988), que descreve as relações entre as partes de um texto em termos funcionais, adotando uma perspetiva hierárquica com base nas intenções do/a locutor/a. Paralelamente, a *Theory of Discourse Interpretation* de Hobbs (1985), também amplamente difundida, concebe as RDs como inferências desencadeadas por quem interpreta o discurso. Em adição, a *Taxonomy of Coherence Relations*, de Sanders *et al.* (1992), encara as RDs como entidades cognitivas que, por sua vez, modelam os processos cognitivos envolvidos no processamento do discurso.

---

<sup>5</sup> Lobo (2002, 2003, 2006, 2013) também não aborda a hipótese de a OG ocupar uma posição medial na frase, cuja ocorrência é registada nas análises de *corpus* de Silvano *et al.* (2019, 2021).

Ainda uma outra influente proposta teórica para o estudo e classificação das RDs é a *Segmented Discourse Representation Theory* (doravante SDRT), de Asher e Lascarides (2003). Partindo da *Discourse Representation Theory* de Kamp e Reyle (1993), os autores (Asher e Lascarides, 2003) demonstraram que as RDs são ligações de sentido que se estabelecem no discurso com base em informação de diferentes fontes, como o léxico, a semântica composicional e também outros variados critérios que se relacionam com a experiência e o conhecimento que a/o falante tem acerca do mundo. Retomando em (17) um dos clássicos exemplos de Lascarides e Asher (1993), é possível perceber que as RDs constituem um fator preponderante que permite explicar contrapartidas temporais que podem não ser explicitamente identificáveis quer pela semântica dos tempos verbais, quer pela estrutura aspetual das predicções.

(17) Max fell. John pushed him. (exemplo de Lascarides e Asher, 1993)

Com efeito, tal como defendido em Lascarides e Asher (1993), o facto de as duas frases em (17) se encontrarem no mesmo tempo verbal (neste caso, o *Simple Past*) não permite estabelecer qualquer consequência temporal. Na verdade, tendo em consideração a proposta de Kamp e Reyle (1993) sobre a inclusão do tempo do evento no respetivo tempo de referência e uma vez que em (17) estamos perante dois eventos, seria expectável que o primeiro evento precedesse o segundo numa ordenação linear  $e_1 < e_2$ . Desse modo, apenas a influência do léxico (nomeadamente dos verbos *to fall* e *to push* e da sua ocorrência com sujeitos distintos), bem como o conhecimento que o/a falante tem do mundo, mais concretamente acerca das situações *cair* e *empurrar*, podem explicar a interpretação de anterioridade que é inferida num enunciado como (17).

Para o PE, Silvano (2010) não só consolida uma opção teórica e metodológica assente na SDRT para o estudo das RDs, como expande essa mesma teoria à subordinação adverbial, demonstrando que, embora do ponto de vista sintático essa estratégia constitua uma operação de adjunção à oração matriz, é ainda assim capaz de estabelecer diversas relações e (in)dependências temporais.

Além do mais, as oportunidades de investigação abertas pelas teorias anteriormente identificadas têm levado, nas últimas décadas, à criação de *corpora* em larga escala. A título de exemplo, referiremos o *Penn Discourse Tree Bank* (PDTB) que

corresponde a um vasto projeto de anotação semântica de RDs com base nos conectores que as identificam e nos argumentos que as constituem, tendo para isso sido criadas diretrizes específicas para a anotação e interpretação dos dados reunidos (Prasad *et al.*, 2019). Mais recentemente, surge a norma ISO 24617-8 (ISO, 2016) com o objetivo de uniformização das anotações semânticas por parte da Organização Internacional para a Estandarização (*International Organization for Standardization*). A norma em causa pretende combinar numa taxonomia comum as várias propostas teóricas sobre RDs, permitindo assim facilitar a discussão acerca das mesmas. Com efeito, a norma ISO 24617-8 facilita o diálogo entre estudos e investigadoras/es atuando em distintos quadros teóricos (ISO, 2016), possibilitando uma mais fácil comparação dos dados obtidos. Por este motivo, a norma ISO 24617-8 foi também adotada para a anotação dos dados que apresentamos e discutimos em secções posteriores.

Adicionalmente, será ainda relevante para o presente trabalho referir a proposta de Cunha e Silvano (2009) acerca das RDs em PE. Neste trabalho, os autores (Cunha e Silvano, 2009) propõem uma divisão das RDs tendo em consideração as suas características semânticas, que permite explicar as diferentes leituras das orações adverbiais introduzidas pelo conector *quando*. De acordo com a mesma fonte, as RDs (relações retóricas na terminologia dos autores) serão consideradas extrínsecas quando a ligação discursiva se estabelece ao nível da estrutura externa das predicções, sendo inferida pela organização temporal das situações envolvidas, tal como acontece num cenário de Narração (vd. Asher e Lascarides, 2003). Em alternativa, as RDs serão intrínsecas quando se estabelecem ao nível da estrutura interna das predicções, sendo inferidas pela interação da semântica composicional, do léxico e do conhecimento do mundo, tal como numa relação de Explicação ou Resultado (vd. Asher e Lascarides, 2003). A proposta de Cunha e Silvano (2009) é particularmente relevante por demonstrar não só a importância do Aspeto na interpretação de enunciados, como também o papel de outros fatores linguísticos e extralinguísticos em contextos sintaticamente neutros como as orações adverbiais introduzidas por *quando*. Ademais, esta proposta aponta também para a existência de dois tipos de operações mentais que subjazem a uma RD e que podem ser ativados por um mesmo contexto frásico: uma ordenação temporal das situações e a conceptualização de um nexos causal que pode implicar também - mas não necessariamente - sucessividade temporal.

#### 4. Sobre as relações discursivas em orações gerundivas em Português

Para o estudo das RDs nas OGs em PE tem contribuído preponderantemente a investigação desenvolvida por Silvano *et al.* (2019, 2021), Silvano *et al.* (2023) e ainda Mória e Viotti (2004).

Primeiramente, Mória e Viotti (2004) apontam para o carácter interproposicional das OGs, defendendo o gerúndio adverbial como “um operador discursivo de associação de situações” que permite o estabelecimento de múltiplas RDs (Mória e Viotti, 2004, p. 720). De acordo com esta fonte, contribuem para tal o tipo aspetual das situações, o tempo verbal da oração principal, a posição da OG na frase, a integração da OG em construções de clivagem ou a presença de marcadores explícitos de condicionalidade.

De seguida, Silvano *et al.* (2019) demonstram que as OGs com o gerúndio composto ocorrem preferencialmente numa posição final de frase, à direita da oração matriz, podendo aí espoletar inúmeras RDs. Com efeito, de acordo com os autores, em posição final, por estarem disponíveis mais PPTs (nomeadamente o fornecido pela oração matriz e o fornecido pelo momento da enunciação), é possível a inferência de mais RDs. No *corpus* analisado pelos autores, a RD mais frequente foi a Narração (em inglês, *Narration*), tal como definida no quadro teórico da SDRT, i.e., como uma descrição das eventualidades seguindo a sua ordem de ocorrência (Asher e Lascarides, 2003). No entanto, os autores (Silvano *et al.*, 2019) provaram também que a deslocação da oração gerundiva para uma posição inicial na frase comporta alterações a nível temporal e discursivo, podendo, nestes casos, estabelecer-se outras RDs não previstas no primeiro cenário posicional.

Adicionalmente, Silvano *et al.* (2021) demonstram também que as OGs, ao conterem traços adverbiais, podem ocupar as três posições da frase (inicial, medial e final), sendo a posição inicial e a posição final as mais frequentes. Seguindo a mesma fonte, a ordenação linear da OG na frase não está associada a uma interpretação temporal específica. No entanto, em PE, esse será um fator relevante para determinar a relação temporal que se estabelece entre as situações descritas no enunciado, a par da classe aspectual dessas mesmas situações. A este propósito, Silvano *et al.* (2021) demonstram que, em PE, as leituras de anterioridade e de posterioridade estão relacionadas com situações télicas, enquanto a leitura de simultaneidade está associada

a situações durativas. Os dados de *corpus* de Silvano *et al.* (2021) demonstram ainda que, à semelhança de estudos anteriores (Silvano *et al.*, 2019) e de outras variedades não europeias de Português como o Português de Angola (doravante PA) ou o Português de Moçambique (doravante PM), em PE o contexto preferencial da OG é a posição final de frase com leitura de posterioridade em relação à oração matriz, na presença de Culminações ou Processos Culminados e em combinação com orações principais exibindo Culminações ou Estados. Os autores (Silvano *et al.*, 2021) demonstram ainda que, contrariamente ao padrão comum às variedades europeia e africanas, em Português do Brasil (doravante PB) as OGs têm uma leitura preferencial de anterioridade em relação à oração matriz.

No seguimento dos estudos anteriores, Silvano *et al.* (2023) defendem que as OGs, possibilitando uma ampla gama de RDs, implicam na interpretação do enunciado a convocação, por parte do/a falante, de outras fontes de informação. Destarte, os tempos verbais, as relações temporais, o tipo aspectual das situações envolvidas, a posição da OG na frase bem como o valor temporal do gerúndio serão fatores indispensáveis ao estudo desta temática e deverão ser tidos em consideração na anotação de qualquer conjunto de dados relevante a este propósito (Silvano *et al.*, 2023).

Por último, Silvano *et al.* (2023) apresentam ainda o *corpus* DRIPPS (*Discourse Relations In Perfect Participial Sentences*), que consiste num conjunto de dados anotados com RDs presentes em OGs em PE, PA, PM, PB e Inglês Britânico e que permite uma consulta estatisticamente informada sobre a temática em apreço, assumindo-se como uma relevante e produtiva ferramenta de investigação, à qual voltaremos na secção 6 do presente trabalho.

## 5. O presente estudo

Tendo por base o repertório teórico-operacional apresentado nas secções anteriores, o presente estudo teve como objetivo verificar em que medida a proposta de Cunha e Silvano (2009) se poderá revelar útil na explicação do tipo de RDs presentes em frases com OGs.

Retomando informação apresentada anteriormente (vd. secção 3), a proposta de Cunha e Silvano (2009) consiste numa divisão das RDs em dois grupos. Por um lado, as

RDs extrínsecas, que ocorrem quando a ligação discursiva se estabelece ao nível da estrutura externa das predicções, ou seja, quando é obtida principalmente através da combinação das predicções numa determinada organização temporal. Tal acontece, por exemplo, na RD *Narração*, que é determinada por uma relação temporal de sucessividade em que a primeira situação introduzida tem de ser anterior à segunda (vd. Asher e Lascarides, 2003). Por outro lado, as RDs intrínsecas, que se estabelecem ao nível da estrutura interna das predicções, isto é, apresentando um elo de ligação e interdependência semântica mais forte, dado pela interação da semântica composicional, do léxico e do conhecimento do mundo e que, como referem Cunha e Silvano (2009, pp. 242-243), em última instância, determinam uma certa organização temporal. Assim sendo, formulámos a seguinte questão de investigação:

- A proposta teórica de Cunha e Silvano (2009) permite explicar as regularidades observadas nas frases com orações gerundivas no que diz respeito às relações discursivas?

Na tentativa de responder à questão de investigação formulada, procedemos a uma análise de *corpus*, cujos resultados serão apresentados e discutidos nas secções 6 e 7 respetivamente.

### **5.1. A amostra reunida**

Para a análise de *corpus* pretendida no presente estudo foram reunidas 50 frases contendo OGs com gerúndio composto<sup>6</sup> em cada uma das seguintes variedades do Português: PE, PA e PM. As frases foram retiradas de jornais atualmente editados em países onde são faladas as três variedades em análise, a saber: Portugal, Angola e Moçambique (vd. tabela 2). Os enunciados foram coligidos através de um sistema de *web crawling* já utilizado em estudos anteriores como, por exemplo, Silvano *et al.* (2023).

---

<sup>6</sup> Uma vez que este trabalho não incide sobre uma caracterização sintática das construções em causa, abdicamos da classificação proveniente do trabalho de Lobo (2002, e.o.) e consideramos indiscriminadamente as OGs como aquelas que, exibindo uma forma de gerúndio composto, se adjungem à oração matriz numa frase complexa.

O recurso a duas variedades africanas do Português em comparação com o PE é explicado por dois principais motivos. Em primeiro lugar, pretendia-se obter uma análise comparativa que permitisse elucidar eventuais similitudes ou discrepâncias na introdução de RDs por parte das OGs, apontando-se assim para a existência de padrões comuns ou idiossincráticos das variedades em análise. Em segundo lugar, e como referem Silvano *et al.* (2023), as variedades africanas do Português dispõem ainda de poucos recursos linguísticos anotados com RDs. Como tal, o presente trabalho pretendeu também contribuir para o aumento e robustez dos dados disponíveis nessas variedades.

TABELA 2 - Fontes de extração dos enunciados reunidos para análise<sup>7</sup>

	<b>PE</b>	<b>PA</b>	<b>PM</b>
Fonte/n.º de frases extraídas	Expresso/10 Observador/10 Jornal i/10 Público/10 Diário de Notícias/10	Angola 24 Horas/2 O Apostolado/1 Jornal de Angola/2 Folha 8/30 TPA/2 Angop/3 Novo Jornal/10	MMO/4 O País/3 @Verdade/43

(Fonte: compilação da autora)

## 5.2. A metodologia de análise adotada

A amostra reunida para análise foi sujeita a um processo de anotação que seguiu as práticas adotadas nos estudos mais recentes sobre a mesma temática, tais como Silvano *et al.* (2023), visando-se a futura inclusão dos dados reunidos na plataforma DRIPPS. Para obtenção desse fim, o nosso *corpus* foi anotado conforme os seguintes critérios, ilustrados na tabela 3: posição da OG na frase (inicial, medial ou final), relação temporal estabelecida pela OG em relação à oração principal (anterioridade, simultaneidade ou posterioridade), tipo aspectual das predicções de ambas as orações

<sup>7</sup> A variabilidade no número de exemplos extraídos dos jornais em PA e PM justifica-se pelo facto de, nas variedades africanas, não ter sido possível selecionar o mesmo número de exemplos em cada um dos jornais, por não estarem disponíveis.

(estado, processo, processo culminado, culminação ou ponto, seguindo a proposta de Moens (1987)), RD inferida<sup>8</sup> e conector introdutor da oração<sup>9</sup>.

TABELA 3 - Exemplo ilustrativo do esquema de anotação

<b>Position</b>	<b>Temporal relation (SC-MC)</b>	<b>Tense of MC</b>	<b>Aspectual type MC</b>	<b>Aspectual type of SC</b>	<b>Discourse relation</b>	<b>Conector</b>
Final	Ant	PP	Culm	Culm	Manner	
Final	Post	PP	Culm	Culm	Asynchrony	
Final	Simul	PP	Culm	St	Expansion	
Initial	Ant	PP	Culm	St	Expansion	

(Fonte: compilação da autora)

Tal como referido na secção 3, a anotação das RDs no presente trabalho seguiu a norma ISO 24617-8, que fornece o conjunto de RDs centrais (*DR-core relations*) para o esquema de anotação, bem como a sua correspondência noutros quadros teóricos, tais como a SDRT (ISO, 2016, pp. 12-21 e p. 30). Na impossibilidade de reproduzir a lista de RDs fornecida pela ISO 24617-8 por motivos de direitos de reprodução, a tabela 4 apresenta a definição das RDs mais usadas na análise do *corpus* a apresentar nas secções seguintes a partir da SDRT (Asher e Lascarides, 2003; Silvano, 2010).

<sup>8</sup> À semelhança de fontes já citadas (Silvano et al., 2023) não ignoramos o facto de um enunciado poder conter mais do que uma RD. Com efeito, segundo Asher e Lascarides (2003), um enunciado será tanto mais coerente quanto maior o leque de RDs que oferece. Contudo, concordamos com Silvano et al. (2023) na ideia de, apesar de, por vezes, duas leituras poderem estar disponíveis, haver um objetivo comunicativo relacionado com a intenção do/a escrevente que prevalece como a leitura preferencial.

<sup>9</sup> Uma vez que o contexto discursivo em análise contempla apenas OGs, a única opção identificável neste ponto será o conector *mesmo*, que impõe consensualmente uma RD de concessividade. Não obstante, outro tipo de OGs pode também ser introduzido pelo conector *como*, um assunto recentemente discutido por Silvano et al. (2019) e Leal et al. (2024), que, porém, estará fora do escopo do presente trabalho.

TABELA 4 - Principais RDs usadas na análise do *corpus* no presente trabalho

<b>Designação na ISO 24617-8 (ISO, 2016)</b>	<b>Designação na SDRT</b>	<b>Definição na SDRT (Asher e Lascarides, 2003)</b>
Asynchrony	Narration	R holds if the constituents express eventualities that occur in the sequence in which they were described. $\alpha$ and $\beta$ share a contingent common topic, and the more informative the topic, the better the narration (hence, narration is scalar). <u>Spatiotemporal Consequence of Narration</u> : $\emptyset \text{Narration}(\alpha, \beta) \Rightarrow \text{overlap}(\text{prestate}(e_\beta), \text{Adv}_\beta(\text{poststate}(e_\alpha)))$
Expansion	Background	R holds whenever one constituent provides information about the surrounding state of affairs in which the eventuality mentioned in the other constituent occurred. The arguments of R share the same topic. <u>Temporal Consequence</u> : $\emptyset \text{Background}(\alpha, \beta) \Rightarrow \text{overlap}(e_\alpha, e_\beta)$ R is sensitive to aspectual classes. R is scalar.
	Elaboration	R holds when the eventualities of the second argument are a mereological part of its first argument. R is transitive. <u>Temporal consequence</u> : $\emptyset \text{Elaboration}(\alpha, \beta) \Rightarrow \text{Part-of}(e_\beta, e_\alpha)$
Cause	Result	R connects a cause to its effect. <u>Temporal consequence</u> : $\emptyset \text{Result}(\alpha, \beta) \Rightarrow \text{cause}(e_\alpha, e_\beta)$
	Explanation	R is the dual to result. <u>Temporal consequence</u> : (a) $\emptyset \text{Explanation}(\alpha, \beta) \Rightarrow (\neg e_\alpha < e_\beta)$ (b) $\emptyset \text{Explanation}(\alpha, \beta) \Rightarrow (\text{event}(e_\beta) \Rightarrow e_\beta < e_\alpha)$
Concession	Contrast	R holds when $K_\alpha$ and $K_\beta$ have similar semantic structures and when it is established between them a contrasting theme. R is scalar.

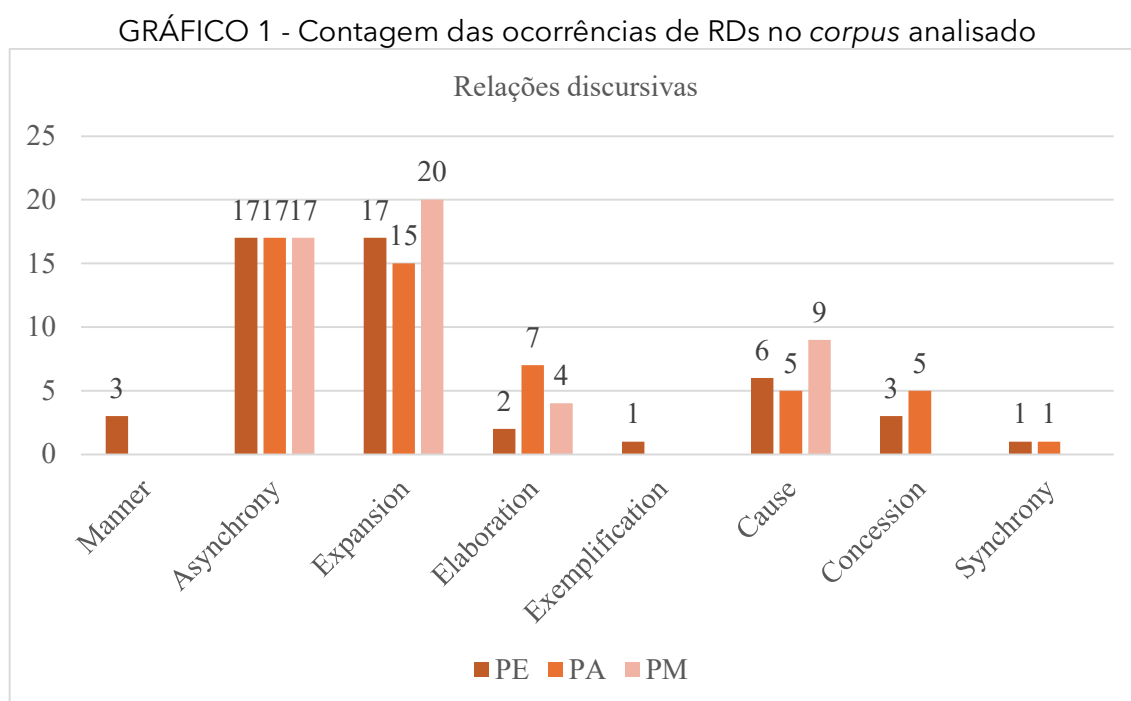
(Fonte: compilação da autora, adaptado de Silvano, 2010)

A amostra reunida foi anotada singularmente, sendo a anotação posteriormente verificada por uma semanticista experiente.

## 6. Apresentação dos resultados

### 6.1 As relações discursivas nas frases com orações gerundivas

Relativamente às RDs presentes nos enunciados contendo uma OG, a análise do *corpus* revelou que, nas três variedades de Português anotadas, as RDs mais frequentes são (vd. gráfico 1): *Asynchrony*, descrita como uma sucessão temporal de situações e *Expansion*, que corresponde a um desenvolvimento da narrativa, i.e., à expansão de uma situação envolvendo alguma parte da primeira situação introduzida (vd. ISO, 2016). Assim, *Asynchrony* e *Expansion* correspondem a 68,6% das RDs anotadas no nosso *corpus*.



(Fonte: compilação da autora)

Nos três *subcorpora* relativos a cada uma das três variedades de Português selecionadas para o estudo, a RD *Asynchrony* corresponde a 34% do total de RDs anotadas. Em PE, *Expansion* corresponde igualmente a 34% do total de anotações nesse conjunto. Em PA, a RD *Expansion* corresponde a 30% das anotações e, em PM, a RD *Expansion* corresponde a 40% das anotações.

Em PE e em PM a terceira RD mais frequente é *Cause*, contabilizando 12% do total de RDs em PE e 18% em PM. Em PA, a terceira RD mais frequente é *Elaboration* e corresponde a 14% do conjunto de RDs anotadas no *subcorpus* dessa variedade.

Em (18)-(23) apresentamos alguns exemplos de enunciados anotados com a RD *Asynchrony* e a RD *Expansion*.

(18) Na sexta-feira, a ministra acabou por pedir desculpas **tendo pedido a demissão esta manhã**. (*Asynchrony*, PE)

(19) A defesa colocou a questão no processo, **tendo esta sido rejeitada pelo juiz do processo**, o que motivou um recurso para a Relação. (*Asynchrony*, PA)

(20) Aliás, foi precisamente esta a empresa que implementou o primeiro programa de controlo de qualidade em 1978, **tendo construído os primeiros laboratórios de controlo de qualidade dos produtos de pesca no período compreendido entre 1980 e 1990**. (*Asynchrony*, PM)

(21) O incidente fez 16 feridos, todos em estado estável, **não tendo havido vítimas mortais**. (*Expansion*, PE)

(22) O encontro serviu também para as duas delegações fazerem um ponto da situação das relações bilaterais, **tendo o encontro sido "muito produtivo"**, como sublinhou António Costa. (*Expansion*, PA)

(23) Na passada quarta-feira, Dhlakama voltou a tocar no assunto, **tendo comentado que essa é a razão do impasse com o Governo moçambicano**. (*Expansion*, PM)

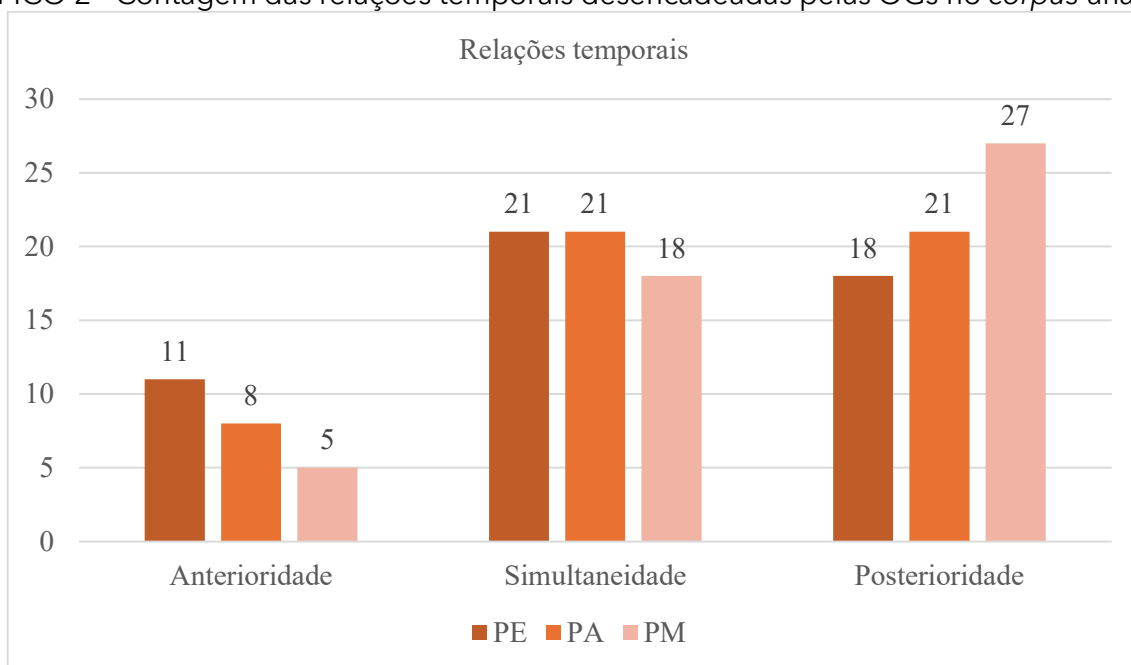
Para além do exposto, o gráfico 1 evidencia também que, em PE, se verifica uma maior diversidade de RDs (8 tipos de RDs) comparativamente com as restantes variedades do Português, em que foram apenas anotados seis tipos de RDs (no PA) e quatro tipos de RDs (no PM).

## 6.2. As relações temporais nas frases com orações gerundivas

Os resultados obtidos pela análise das relações temporais estabelecidas entre as orações na frase vão ao encontro dos resultados relativos às RDs mais frequentes (vd. subsecção anterior). Nesse sentido, verifica-se uma tendência para a OG estabelecer uma relação temporal de posterioridade ou de simultaneidade em relação à situação descrita pela oração matriz (vd. gráfico 2). Uma vez que as RDs mais comuns no *corpus* analisado

foram *Asynchrony* (que estabelece uma relação de sucessividade temporal) e *Expansion* (que aumenta a projeção da situação inicialmente descrita), os resultados presentes no gráfico 2 consolidam a congruência das anotações previamente apresentadas.

GRÁFICO 2 - Contagem das relações temporais desencadeadas pelas OGs no *corpus* analisado



(Fonte: compilação da autora)

Em PE, 42% das anotações correspondem a relações de simultaneidade da situação descrita pela OG em relação à situação descrita na oração matriz, 36% correspondem a relações de posterioridade e 22% correspondem a relações de anterioridade da situação da OG.

Em PA, tanto a relação de simultaneidade como a relação de posterioridade estão igualmente presentes em 42% das anotações. Os restantes 16% correspondem a relações de anterioridade.

Em PM, a relação de posterioridade da OG é a mais frequente, correspondendo a 54% do total de anotações. A relação de simultaneidade corresponde a 36% e a relação de anterioridade a 10%.

Em (24)-(26) apresentamos alguns exemplos de relações de anterioridade, simultaneidade e posterioridade desencadeadas pela OG em associação à respetiva RD.

(24) Manda em toda a gente, **mesmo tendo morrido há 50 anos**. (leitura de anterioridade, *Concession*, PE)

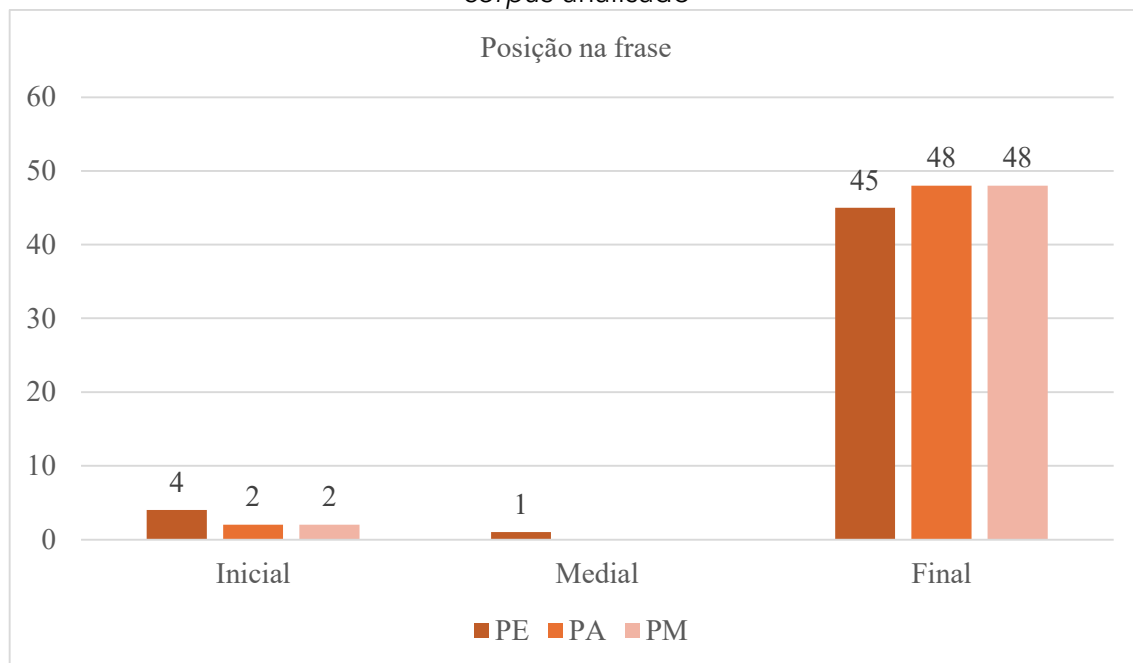
(25) Este tipo de emissão é feito em moeda nacional, **não tendo sido adiantado valores da operação agora em preparação pelo Governo**. (leitura de simultaneidade, *Expansion*, PA)

(26) Chegado à capital Lichinga, em trânsito para Cuamba, o edil sentiu-se mal novamente, **tendo sido internado no Hospital Provincial de Lichinga, onde viria a perder a vida por volta das 14.50 horas**. (leitura de posterioridade, *Cause*, PM)

### 6.3. A posição da oração gerundiva na frase

No que diz respeito à posição preferencialmente ocupada pela OG na frase, a análise do *corpus* revela que nas três variedades do Português analisadas a posição mais frequente para a OG é a posição final (vd. gráfico 3).

GRÁFICO 3 - Contagem das ocorrências da OG consoante a posição ocupada na frase no *corpus* analisado



(Fonte: compilação da autora)

Em PE, a posição final da OG corresponde a 90% dos enunciados analisados. Em PA e em PM a posição final corresponde a 96% do total.

Em PE, para além da posição final, verificam-se quatro casos em que a OG ocupa a posição inicial. Contudo, essa posição não está associada a uma RD específica, uma vez que para essas quatro ocorrências estão anotadas três RDs distintas, a saber: *Cause*, *Concession* e duas ocorrências de *Expansion*. Relativamente ao PA e ao PM, verificam-se apenas dois casos em cada uma destas variedades em que a OG ocupa a posição inicial da frase. No PA, essa posição ocorre com a RD *Concession* associada ao conector *mesmo* (vd. nota de rodapé n.º 9) e a uma leitura de anterioridade. No PM, a posição inicial associa-se à RD *Cause* também numa leitura de anterioridade.

Em (27)-(29) apresentamos alguns exemplos de enunciados em que a OG ocupa uma posição final, medial e inicial.

(27) O Governo angolano completou no 15 de Janeiro um ano na presidência da CIRGL, **tendo assumido o objectivo de pacificação desta região do continente africano**. (posição final, *Asynchrony*, PA)

(28) Foram vários os juízes presidentes de comarca que, **mesmo não tendo podido juntar-se aos colegas**, por estarem em funções de gestão, manifestaram a sua solidariedade para com os colegas. (posição medial, *Concession*, PE)

(29) **Não tendo ficado satisfeita com a explicação**, ela regressou à sua residência, de onde trouxe um ferro quente para descarregar a sua raiva. (posição inicial, *Cause*, PM)

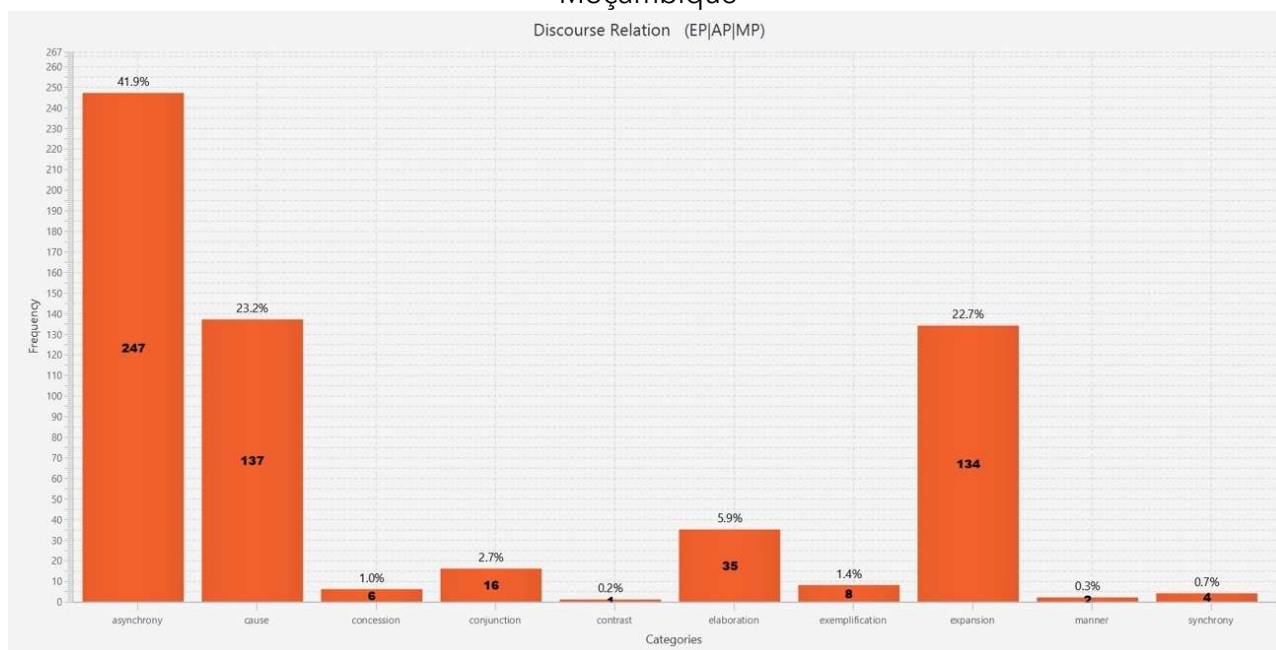
Ademais, como o gráfico 3 demonstra, em nenhuma das duas variedades africanas analisadas se registam casos de uma posição medial ocupada pela OG. Podemos, por isso, perguntar-nos se haverá alguma razão impeditiva para que a posição medial nas variedades africanas seja licenciada ou se, pelo contrário, a não ocorrência de OGs nesta posição se deve apenas a um efeito da limitada extensão do *corpus* analisado.

## 7. Discussão dos resultados

De forma a fortalecer a resposta à questão de investigação formulada na secção 5, os dados obtidos na anotação realizada para o presente trabalho foram comparados com os dados já inseridos na plataforma DRIPPS.

O gráfico 4 evidencia que, no conjunto de 600 frases relativas ao PE, PA e PM anotadas no *corpus* DRIPPS, as RDs mais comuns são *Asynchrony* (correspondendo a 41,9% do total de frases anotadas), *Cause* (23,2%) e *Expansion* (22,7%).

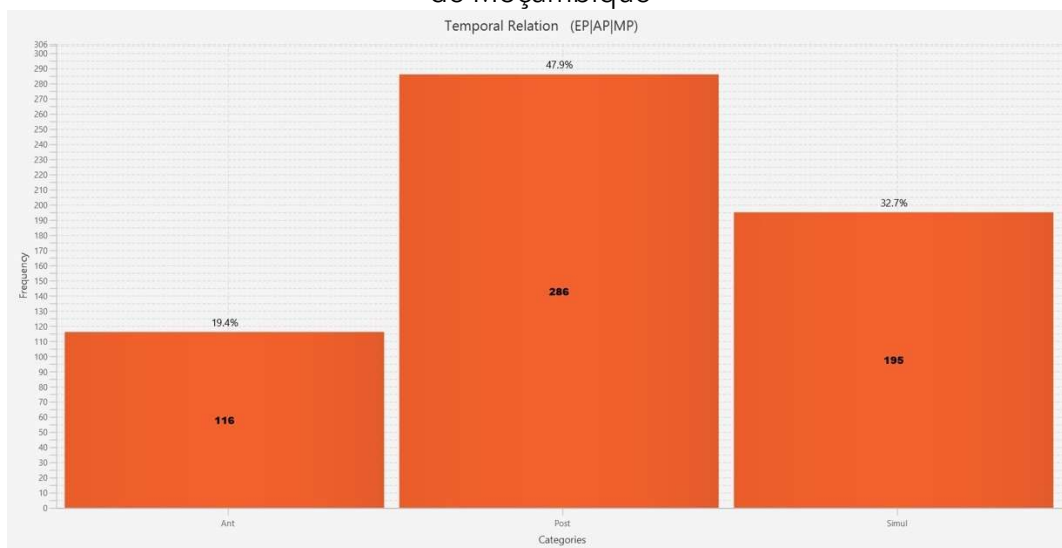
GRÁFICO 4 - Contagem de ocorrências e respetiva percentagem de frequência das RDs no *corpus* DRIPPS relativo ao Português Europeu, Português de Angola e Português de Moçambique



(Fonte: DRIPPS)

Em adição, a mesma consulta do *corpus* DRIPPS revela que, tal como demonstra o gráfico 5, a relação temporal de posterioridade da situação descrita na OG em relação à situação presente na oração principal é a mais frequente (47,9%), seguindo-se uma relação temporal de simultaneidade em 32,7% dos enunciados anotados e, por fim, uma relação temporal de anterioridade (19,4%).

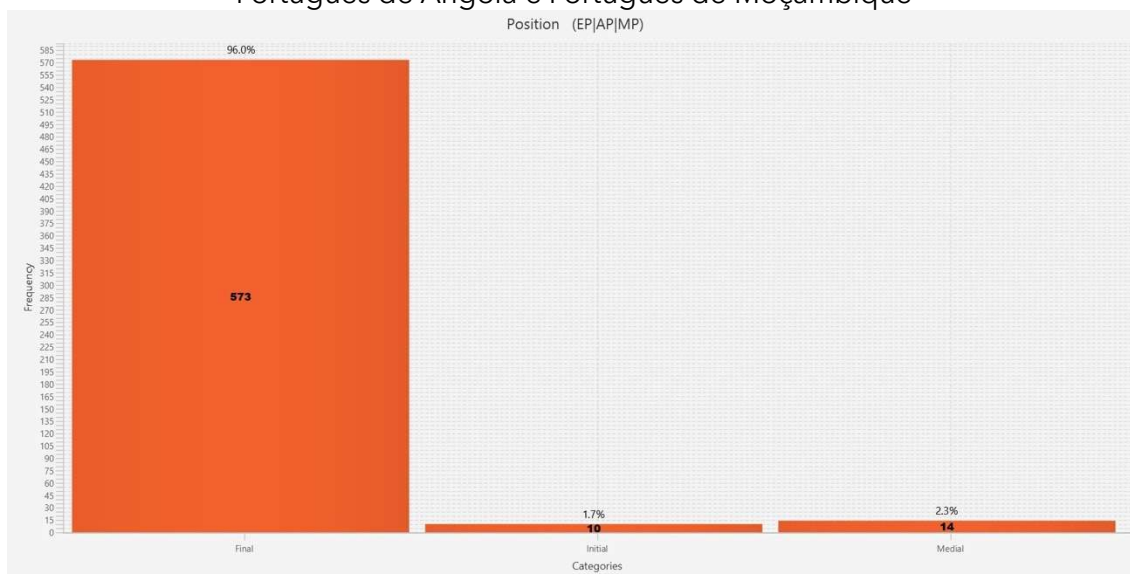
GRÁFICO 5 - Contagem de ocorrências e respetiva percentagem de frequência das relações temporais no *corpus* DRIPPS relativo ao Português Europeu, Português de Angola e Português de Moçambique



(Fonte: DRIPPS)

Quanto à posição preferencial da OG na frase, tal como demonstra o gráfico 6, no *corpus* DRIPPS trata-se da posição final (96%).

GRÁFICO 6 - Contagem de ocorrências e respetiva percentagem de frequência da OG consoante a posição ocupada na frase no *corpus* DRIPPS relativo ao Português Europeu, Português de Angola e Português de Moçambique



(Fonte: DRIPPS)

Destarte, é possível verificar que os dados disponíveis no *corpus* DRIPPS vão ao encontro dos resultados apresentados na secção anterior, relativos às anotações realizadas para o presente trabalho. No entanto, tendo em conta os dados apresentados,

existem duas diferenças fundamentais. Por um lado, a percentagem de casos em que figura a RD *Expansion* é mais significativa no *corpus* analisado no presente trabalho (cerca de 35%) do que no *corpus* de Silvano *et al.* (2023), onde a RD *Expansion* corresponde a 22.7% das RDs anotadas (vd. gráfico 4). Por outro lado, no *corpus* de Silvano *et al.* (2023), *Expansion* é a terceira RD mais anotada, a seguir à RD *Cause* enquanto no presente trabalho a RD *Expansion* é a primeira ou segunda RD mais anotada, consoante a variedade do Português. Note-se, porém, que no *corpus* de Silvano *et al.* (2023) *Cause* e *Expansion* apresentam valores muito próximos (vd. gráfico 4). Já no presente trabalho, a menor quantidade de anotações da RD *Cause* é mais saliente, o que poderá ainda assim dever-se a efeitos da limitada dimensão do *corpus*. A partir destas evidências duas considerações merecem a nossa atenção.

Em primeiro lugar, as RDs *Asynchrony* e *Expansion* parecem ser particularmente produtivas nestes contextos e, por isso, as OGs implicam conseqüentemente relações de posterioridade ou simultaneidade em relação à oração principal. Esta afirmação, embora corrobore os resultados apresentados em Silvano *et al.* (2019, 2021), parece contrariar algumas das conclusões de Leão (2018). No entanto, os dados desta última autora (Leão, 2018) correspondem a juízos de interpretação semântica, uma tarefa que, ao consistir numa avaliação pós-processamento (Sá *et al.*, 2022), pode não refletir inteiramente a representação interna da construção em causa (vd. também, a propósito das implicações psicolinguísticas dos métodos de testagem, Ferreira e Yang, 2019).

Em segundo lugar, poderemos também inferir, juntamente com Silvano *et al.* (2019, 2021) e Silvano *et al.* (2023), que em posição final, por estarem disponíveis mais PPTs, é possível a inferência de mais RDs. Com efeito, também Leão (2018) encontra casos de leitura de posterioridade da OG e apenas na ordem oração principal-OG. Ademais, os dados sobre a posição da OG na frase reunidos na presente análise (vd. gráfico 3) e no *corpus* DRIPPS (vd. gráfico 6) demonstram que, embora a posição final não esteja exclusivamente associada a uma leitura de posterioridade (uma vez que a leitura de simultaneidade também é frequente nos contextos em análise, vd. gráficos 2 e 5), no tipo de textos selecionados, a combinação da ordenação linear oração principal-OG não parece ser tão produtiva quando o PPT é a situação da oração principal e a situação da OG estabelece com ele uma relação de anterioridade. Esta última poderá tratar-se de uma configuração mais rara ou cuja interpretação depende de um outro tipo de contexto

e que, por isso, para ser atestada necessita de uma análise a um *corpus* de maior dimensão.

Em todo o caso, estes resultados serão ainda particularmente relevantes para o estudo neuropsicolinguístico das RDs, que tem vindo a ser objeto do nosso trabalho noutros contextos (Magalhães *et al.*, 2025). Nesse sentido, podemos perguntar-nos se a preferência pela posição final da OG nos dados anotados será reafirmada num estudo experimental de análise do processamento que corrobore alguma da literatura sobre o assunto (vd., por exemplo, Scholman *et al.*, 2022), indicando assim uma preferência pela ordem linear principal-subordinada, ou se, pelo contrário, o tipo de RD, nomeadamente a presença de um nexo causal intrínseco (tal como proposto por Cunha e Silvano (2009)) poderá condicionar a preferência pela ordenação das situações na frase, por exemplo, numa ordenação OG-oração principal em que a OG ocupe o argumento discursivo de causa. Deste modo, transpondo para o domínio psicolinguístico a proposta de Leão (2018, p. 170) de que a OG sirva como “uma espécie de instrução para procurar uma qualquer relação de significado entre a oração gerundiva e a oração principal”, poderemos colocar em hipótese que tal instrução se materialize numa pista linguística (Elman *et al.*, 2005) prevalecente sobre outros fatores estruturais da frase, sendo, por isso, preferencialmente processada numa posição inicial. Os resultados obtidos na análise do presente trabalho permitem assim avançar a hipótese da existência de uma correlação entre a posição da OG e a natureza da RD que lhe está associada, algo que pretendemos aprofundar em estudos futuros.

### **7.1. Resposta à questão de investigação**

Recuperamos agora a questão de investigação introduzida na secção 5:

- A proposta teórica de Cunha e Silvano (2009) permite explicar as regularidades observadas nas frases com orações gerundivas no que diz respeito às relações discursivas?

Considerando os dados reunidos no presente estudo e também a consulta dos dados do *corpus* DRIPPS, é possível responder afirmativamente à questão de

investigação formulada, uma vez que as RDs mais frequentes nos contextos analisados são RDs extrínsecas, a saber: *Asynchrony* (correspondendo a *Narration* na SDRT) e *Expansion* (correspondendo a *Background* ou *Elaboration* na SDRT). Assim, poder-se-á afirmar que a OG introduz preferencialmente RDs que se estabelecem ao nível da estrutura externa das predicções e cuja inferência depende da organização temporal das situações envolvidas. As RDs intrínsecas, embora também ocorram nos contextos analisados, revelam-se menos frequentes. Assim, a proposta de Cunha e Silvano (2009) afigura-se relevante ao permitir explicar as regularidades identificadas quanto às RDs presentes em frases com OGs em PE, PA e PM, apontando assim para uma preferência das RDs extrínsecas em contextos de OGs<sup>10</sup>.

Não obstante, a RD *Cause* é frequente nos dados disponíveis na plataforma DRIPPS e, com menor peso percentual, no *corpus* do presente trabalho (vd. gráficos 1 e 4). Estes resultados poderão ser interpretados como um obstáculo à delimitação exclusivamente extrínseca das OGs no que diz respeito às RDs. Em adição, a prevalência de RDs causais poderá também dever-se ao papel desempenhado por mecanismos cognitivos básicos, automáticos e inevitáveis como seja o raciocínio causal (Sanders, 2005; Goddu e Gopnik, 2024). Perante esta última hipótese, as RDs intrínsecas poderão ser mesmo prevaletentes na interpretação de um enunciado, o que poderá trazer consequências para a conceptualização e formalização semântica do tema. Como tal, os dados reunidos, embora apontem para uma natureza menos causal das OGs, deverão ser sujeitos a um estudo experimental que permita não só avaliar o efetivo custo de processamento psicolinguístico destas construções, como também avaliar se a posição da OG, antes ou depois da oração principal, terá algum impacto no processamento das RDs (extrínsecas ou intrínsecas) e ainda se se verifica uma correlação entre estes dois fatores.

---

<sup>10</sup> A proposta de Cunha e Silvano (2009), ao explicar a natureza extrínseca das RDs *Narração* e *Elaboração*, esta última comparável à RD *Expansion* na norma ISO 24617-8 (ISO, 2016), poderá também ser útil para uma melhor definição da própria RD *Expansion* que não encontra ainda pleno consenso entre especialistas. Este é, porém, um aspeto a desenvolver noutra ocasião.

## 8. Considerações finais

No presente trabalho abordámos a temática das RDs em OGs em Português. Partindo de algumas considerações iniciais sobre o tema, apresentámos o nosso estudo de *corpus*. Depois de formulada a questão de investigação, apresentámos e discutimos os principais resultados da análise semântica efetuada.

De um modo geral, argumentámos que a proposta de Cunha e Silvano (2009) se revela útil na explicação das regularidades observadas nas frases com OGs no que diz respeito às RDs, nomeadamente na identificação das RDs mais comuns – *Assynchrony* e *Expansion* – que correspondem a RDs extrínsecas, que se estabelecem ao nível da estrutura externa das predicções e cuja inferência depende da organização temporal das situações envolvidas.

A anotação da posição da OG na frase e da relação temporal levaram também a formulações pertinentes e a pistas de análise para futuro, nomeadamente para estudos de *corpora* de maiores dimensões, bem como estudos experimentais de carácter psicolinguístico que permitam avaliar o impacto da posição da OG (antes ou depois da oração principal) na seleção e no processamento das RDs. Nestes casos, a proposta de Cunha e Silvano (2009) permanecerá relevante ao reiterar ou contrariar a tendência extrínseca encontrada nas RDs no presente contexto.

Deixando em aberto hipóteses para investigação futura, o presente trabalho pretendeu integrar o estudo das RDs em OGs em Português, culminando num conjunto de dados que poderá ser ainda posteriormente usado para expandir o *corpus* DRIPPS.

## Referências

- Asher, N., & Lascarides, A. (2003). *Logics of Conversation*. Cambridge University Press.
- Cunha, L. F., & Silvano, P. (2009). O papel das restrições aspectuais nas relações retóricas: o caso das frases complexas com quando. In A. Fiéis & M. A. Coutinho (Eds.), *Textos Seleccionados. XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 239-250). Associação Portuguesa de Linguística.
- Das, D., & Taboada, M. (2018). Signaling of Coherence Relations in Discourse, Beyond Discourse Markers. *Discourse Processes*, 55(8), 743-770. <https://doi.org/10.1080/0163853X.2017.1379327>
- Elman, J. L., Hare, M., & McRae, K. (2005). Cues, constraints, and competition in sentence processing. In M. Tomasello, & D. Slobin (Eds.), *Beyond nature-nurture: essays in honor of Elizabeth Bates* (pp. 111-138). Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

- Ferreira, F., & Yang, Z. (2019). The Problem of Comprehension in Psycholinguistics. *Discourse Processes*, 56(7), 485-495. <https://doi.org/10.1080/0163853X.2019.1591885>
- Goddu, M. K., & Gopnik, A. (2024). The development of human causal learning and reasoning. *Nature Reviews Psychology*, 3(5), 319-339. <https://doi.org/10.1038/s44159-024-00300-5>
- Hobbs, J. (1985). *On the coherence and structure of discourse*. [Relatório técnico CSLI-85-37, Center for the Study of Language and Information]. Stanford University.
- International Organization for Standardization. (2016). Language resource management - Semantic annotation framework (SemAF) - Part 8: Semantic relations in discourse, core annotation schema (DR-core) (ISO Standard No. 24617-8:2016). <https://www.iso.org/standard/60780.html>
- Kamp, H., & Reyle, U. (1993). *From Discourse to Logic. Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*. Kluwer Academic Publishers.
- Lascarides, A., & Asher, N. (1993). Temporal Interpretation, Discourse Relations and Commonsense Entailment. *Linguistics and Philosophy*, 16, 437-493.
- Leal, A. J. R. (2002). O Valor Temporal das Orações Gerundivas em Português. In A. Mendes, & T. Freitas (Orgs.), *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 455-464). Associação Portuguesa de Linguística.
- Leal, A. (2011). Some semantic aspects of gerundive clauses in European Portuguese. In J. Mortelmans, T. Mortelmans, & W. De Mulder (Eds.), *From now to eternity. Cahiers Chronos*, n.º22 (pp. 85-103). Brill. [https://doi.org/10.1163/9789042032682\\_006](https://doi.org/10.1163/9789042032682_006)
- Leal, A. Lobo, M., & Silvano, P. (2024). Como-gerund clauses in European Portuguese: figuring out the riddle. *Isogloss. Open Journal of Romance Linguistics*, 10(3)/9, 1-29. <https://doi.org/10.5565/rev/isogloss.329>
- Leão, R. C. (2018). *A Semântica das Construções Gerundivas no Português Europeu e no Português do Brasil*. [Dissertação de Doutoramento]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/114400>
- Lobo, M. (2002). Aspectos da Sintaxe das Orações Gerundivas Adjuntas do Português. In A. Gonçalves, & C. N. Correia (Orgs.), *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 247-265). Associação Portuguesa de Linguística.
- Lobo, M. (2003). Aspectos da sintaxe das orações subordinadas adverbiais do Português. [Dissertação de Doutoramento]. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/124090>
- Lobo, M. (2006). Dependências temporais: a sintaxe das orações subordinadas gerundivas do português. *Veredas*, 10(1-2), 1-26.
- Lobo, M. (2013). Subordinação adverbial. In E. B. P. Raposo, M. F. B. do Nascimento, M. A. C. da Mota, L. Segura, & A. Mendes (Orgs.), *Gramática do Português, volume II* (pp. 1981-2057). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Magalhães, V. A., Gomes, J. N., Silvano, P. (2025, 23-25 outubro). *O processamento das relações discursivas em Português Europeu: dados de uma tarefa de self-paced reading*. [Comunicação oral]. 41.º Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Leiria, Portugal.
- Mann, W., & Thompson, S. (1988). Rhetorical Structure Theory: Toward a functional theory of text organization. *Text*, 8(3), 243-81.

- Moens, M. (1987). Tense, aspect and temporal reference [Dissertação de Doutoramento]. Universidade de Edimburgo. <http://hdl.handle.net/1842/5369>
- Móia, T., & Viotti, E. (2004). Sobre a semântica das orações gerundivas adverbiais. In I. Duarte, & I. Leiria (Orgs.), *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 715-729). Associação Portuguesa de Linguística.
- Oliveira, F. (2013). Tempo verbal. In E. B. P. Raposo, M. F. B. do Nascimento, M. A. C. da Mota, L. Segura, & A. Mendes (Orgs.), *Gramática do Português, volume I* (pp. 509-556). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Prasad, R., Webber, B., Lee, A., & Joshi, A. (2019). *Penn Discourse Treebank Version 3.0 LDC2019T05. Web Download*. Linguistic Data Consortium. <https://doi.org/10.35111/qebf-gk47>
- Sá, T., Ciriaco, L., & Godoy, M. (2022). Julgamento de aceitabilidade: um método de fácil acesso a dados quantitativos. In C. S. F. de Oliveira, & T. M. M. de Sá (Eds.), *Métodos experimentais em Psicolinguística* (pp. 27-39). Pá de Palavra.
- Sanders, T. (2005). *Coherence, causality and cognitive complexity in discourse*. Proceedings of the First International Symposium on the Exploration and Modelling of Meaning. Biarritz, France, 105-14.
- Sanders, T., Spooren, W. & Noordman, L. (1992). Toward a taxonomy of coherence relations. *Discourse Processes*, 15(1), 1-35.
- Scholman, M. C. J., Blything, L., Cain, K., Hoek, J., & Evers-Vermeul, J. (2022). Discourse rules: the effects of clause order principles on the reading process. *Language, Cognition and Neuroscience*, 37(10), 1277-1291. <https://doi.org/10.1080/23273798.2022.2077971>
- Silvano, P. (2010). Temporal and rhetorical relations: the semantics of sentences with adverbial subordination in European Portuguese [Dissertação de Doutoramento]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <http://hdl.handle.net/10216/56024>
- Silvano, P., Leal, A., & Cordeiro, J. (2019). Algumas reflexões sobre a classificação de orações gerundivas em Português Europeu. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, 5, 325-347. <https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapln5ano2019a22>
- Silvano, P., Leal, A., & Cordeiro, J. (2021). On adverbial perfect participial clauses in Portuguese varieties and British English. In S. Baauw, F. Drijkoningen, & L. Meroni (Eds.), *Romance Languages and Linguistic Theory 2018 Selected papers from 'Going Romance' 32, Utrecht*. (pp. 263-285). John Benjamins Publishing Company. <https://doi.org/10.1075/cilt.357.14sil>
- Silvano, P., Leal, A., Cordeiro, J., & Pais, S. (2023). DRIPPS: a Corpus with Discourse Relations in Perfect Participial Sentences. In S. Carvalho, A. F. Khan, A. O. Anić, B. Spahiu, J. Garcia, J. P. McCrae, D. Gromann, B. Heinisch, & A. Salgado (Eds.), *Proceedings of the 4th Conference on Language, Data and Knowledge* (pp. 470-481). NOVA CLUNL. <https://aclanthology.org/2023.ldk-1.51/>
- Zufferey, S., & Degand, L. (2024). *Connectives and Discourse Relations*. Cambridge University Press.

*In memoriam*

## ***In memoriam Leda Bisol (1924-2025)***

João Veloso

Centro de Linguística da Universidade do Porto, Portugal

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Universidade de Macau, Macau

[jveloso@letras.up.pt](mailto:jveloso@letras.up.pt) - [joaoveloso@um.edu.mo](mailto:joaoveloso@um.edu.mo)



(Fonte: Grupo de Trabalho de Fonética e Fonologia da ANPOLL)

Qualquer estudante, professor ou investigador que escolha a fonologia do português como área de interesse terá de ler, necessária e obrigatoriamente, os muitos textos de Leda Bisol, fontes fundamentais e indispensáveis para a descrição fonológica do português. Com enfoque em áreas como a prosódia (p. ex.: Bisol, 1994; 1999; 2000a; 2001; 2002a; 2004; 2005; 2013a), o vocalismo (p. ex.: Bisol, 1981; 1992; 2003; 2010; 2013b; Bisol e Magalhães, 2004; Bisol e Veloso, 2016) e a variação fonológica (p. ex.: Bisol, 1989; 1991; 2000b; 2002b; Bisol e Brescancini (orgs.), 2002), a obra de Leda Bisol abrange uma vasta gama de interesses e tópicos. Um aspeto que ressalta da totalidade da sua produção científica de forma particularmente nítida é o esforço explícito para contextualizar as análises fonológicas do português em quadros teóricos específicos, cujas relevância e aplicabilidade à fonologia do português são criteriosamente avaliadas pela autora. De facto, na maioria dos estudos de Leda Bisol a indicação do enquadramento teórico não cumpre apenas a função de remeter, de forma mais ou

menos precisa, mais ou menos vaga, a investigação para um determinado quadro orientador ou para a principal bibliografia que inspirou a pesquisa de que se dá conta. Em muitos casos, a autora assume explicitamente o objetivo de apresentar um quadro teórico e de avaliar a sua adaptabilidade à fonologia do português, verificando a sua adequação explicativa para a formulação ou validação de propostas analítico-descritivas do português que se apresentem como mais esclarecedoras. Assim, e sem qualquer dúvida, podemos afirmar que Leda Bisol não só se dedicou com minúcia e rigor à descrição da fonologia do português, como também que ao seu trabalho devemos a introdução crítica, na área da linguística do português (em especial, na fonologia), de inúmeros quadros e modelos teóricos, da fonologia lexical à fonologia métrica e autosegmental, da teoria da otimidade ao variacionismo fonológico. Um exemplo muito especial deste objetivo que alia a exploração teórica à descrição de dados linguísticos é encontrado nos estudos de variação fonológica que, assumindo uma orientação nunca antes adotada em fonologia do português, interpreta dados de variação à luz de quadros como o de Gregory R. Guy (cf., p. ex., Guy, 1997), com quem Leda Bisol assinou um texto verdadeiramente fundamental neste campo, que tem por título “A teoria fonológica e a variação” (Guy e Bisol, 1991). Assim, um dos legados que Leda Bisol nos deixa, além da preciosa coleção de estudos descritivos que iluminam divisões inteiras da fonologia e da morfologia do português, é a sua intenção de compatibilizar a descrição fonológica da língua com os diversos quadros teóricos que, ao longo do século XX e das primeiras décadas do século XXI, se foram desenvolvendo e aperfeiçoando na história do pensamento fonológico contemporâneo.

Esta mesma revista, publicada ininterruptamente desde 2006, teve a honra de ter sido escolhida pela Prof<sup>a</sup> Leda Bisol como um dos locais de publicação para um dos seus estudos: “A Simetria no Sistema Vocálico do Português Brasileiro” (Bisol, 2010). Neste trabalho, a autora apresenta para discussão pela comunidade científica internacional uma das suas mais importantes propostas relativamente à organização do sistema vocálico do português: o postulado de dois processos fonológicos distintos para a neutralização das oposições vocálicas, um com aplicação num sistema tónico com 7 vogais e o segundo aplicando-se conjuntamente aos 2 sistemas átonos (5 vogais, em posição não final; 3 vogais, em posição final).

Outra marca do trabalho de Leda Bisol, através das aulas que deu, dos projetos que coordenou, das teses que orientou e/ou dos trabalhos que publicou, é a sua exaustividade: dificilmente encontramos um tema de fonologia do português - incluindo-se aqui as interfaces fonologia/morfologia e fonologia/léxico - que não tenha merecido um estudo, uma conferência, uma orientação ou um projeto com a participação ou a liderança de Leda Bisol. O volume de homenagem publicado pela ABRALIN em 2023 (Alves e Massini-Cagliari (orgs.), 2023) ilustra bem esta faceta abrangente da ciência de Leda Bisol e é um testemunho eloquente do contributo ímpar que a coloca na galeria dos fonólogos e fonólogas do português que marcaram decisivamente o rumo da disciplina e do seu diálogo com disciplinas conexas.

A herança científica que nos deixa é, por isso, imensurável e estou absolutamente seguro de que, nas próximas décadas, os seus textos continuarão a ser lidos e estudados por todos quantos queiram prosseguir, com sabedoria e segurança, no estudo fonológico do português.

Por todas estas razões, o falecimento da Professora Leda Bisol, aos 100 anos de idade, no dia 28 de julho de 2025, deixa um vazio pessoal e académico que é sentido com saudade, mas também com reconhecimento e admiração, por todos quantos com ela privaram, estudaram ou aprenderam.

A partir das informações biográficas encontradas principalmente no texto de homenagem que Luiz Carlos Schwindt lhe dedicou em 14 de outubro de 2021 por ocasião da atribuição do título de Professora Emérita da UFRGS (Schwindt, 2023), nas notas de pesar publicadas nas páginas institucionais da UFRGS<sup>1</sup> e da Associação Brasileira de Linguística<sup>2</sup> aquando do seu falecimento, e ainda nas entrevistas concedidas por Leda Bisol às revistas *ReVEL* em 2006<sup>3</sup> e *Fragmentum* (Universidade Federal de Santa Maria) no ano de 2013<sup>4</sup>, torna-se possível recolher alguns dados relativos à longa vida e

---

<sup>1</sup> <https://www.ufrgs.br/site/noticias/nota-de- pesar-morre-aos-100-anos-a-professora-emerita-leda-bisol/> (acedido em 20.11.2025).

<sup>2</sup> <https://abralin.org/nota-de- pesar-leda-bisol/> (acedida em 30.11.2025).

<sup>3</sup> [www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br) (acedido em 04.12.2025).

<sup>4</sup> <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/14390> (acedido em 04.12.2025).

à bonita carreira de uma linguista absolutamente excepcional que permanecerá como uma referência para inúmeros linguistas de várias gerações.

Porto Alegre a viu nascer no dia 1 de dezembro de 1924 e foi nessa mesma cidade que Leda Bisol se despediu da vida em 28 de julho de 2025. Gaúcha de nascimento, Leda Bisol desenvolveu a maior parte da sua carreira académica numa das principais universidades do seu estado natal, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde obteve o seu primeiro diploma universitário (licenciatura em Letras Neolatinas, 1954). A par da UFRGS, Leda Bisol manteve também uma forte ligação a uma outra universidade do mesmo estado, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Nesta última, coordenou o grandioso projeto VARSUL sobre a caracterização fonológica das variedades do português faladas nos estados brasileiros de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná<sup>5</sup>.

Antes de ingressar no ensino superior como professora universitária e investigadora a tempo inteiro, Leda Bisol desenvolveu o magistério em diversas escolas básicas e secundárias e em diversas instituições de formação de professores do Rio Grande do Sul.

Mais tarde, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Leda Bisol viria a obter o seu mestrado (1972) e doutoramento (1981). Como a própria afirma na entrevista acima referida concedida à revista *Fragmentum* em 2013, o seu interesse pela linguística e a decisão de abraçar esta área académica surgem da sua participação, como formanda, numa série de minicursos integrados no II Instituto Interamericano de Linguística, realizado no México entre 1967 e 1968 (durante os quais travaria conhecimento com uma outra figura determinante da linguística brasileira, Joaquim Mattoso Camara Jr.). A frequência desta formação levou-a a aperceber-se da “nova perspectiva de estudos da linguagem que se desvendava, pois de minha formação trazia somente conhecimentos de Filologia”<sup>6</sup>.

Parte dos seus estudos de doutoramento foram desenvolvidos na Universidade de Edimburgo, onde aprofundou conhecimentos muito específicos de fonética articulatória e acústica, tendo frequentado seminários dirigidos por nomes determinantes da Escola

---

<sup>5</sup> <https://www.varsul.org.br/>  
(acedido em 04.12.2025).

<sup>6</sup> Organizadoras, A. (2014). ENTREVISTA COM LEDA BISOL. *Fragmentum*, (39), 13-17. <https://doi.org/10.5902/14390> - p. 13.

Britânica de Fonética como David Abercrombie, John Laver e J. A. Kemp (este último dirigiu a parte experimental da tese de doutoramento que Leda Bisol mais tarde haveria de defender no Rio). Como bolsista do CNPq, Leda Bisol realizou depois um pós-doutoramento na Universidade de Stanford, entre 1988 e 1989, no âmbito do qual frequentou diversos cursos e seminários avançados e se familiarizou com as então inovadoras propostas de Paul Kiparsky. As ideias fundadoras de Kiparsky no domínio da fonologia lexical haveriam de ser uma inspiração crucial e perene para todo o enquadramento da obra de Leda Bisol no estudo das relações operadas dentro do triângulo fonologia-morfologia-léxico, uma das traves-mestras do seu edifício teórico-descritivo.

Como docente, Leda Bisol iniciou a sua carreira universitária na UFRGS em 1974 (depois de uma breve experiência como assistente eventual da PUCRS). Na sua alma mater, permaneceu como professora a tempo inteiro até 1990. Em 1991, aposentada da Federal, Leda Bisol assume funções de docência, investigação e coordenação na PUCRS, na qual se manterá por muitos anos e onde se dedicou de forma muito especial ao projeto VARSUL, conforme já referido, em estreita colaboração com uma equipa de trabalho muito produtiva hoje dirigida por uma das continuadoras do seu notável trabalho, Claudia Brescancini.

Visitei Leda Bisol na sala do VARSUL da PUCRS no ano de 2007. Ela e Claudia Brescancini tinham lido uma resenha que eu havia escrito sobre um dos seus livros sobre o VARSUL (Veloso, 2003) e, sabendo da minha presença no Brasil, convidaram-me para conhecer o quotidiano do seu trabalho. Guardo de Leda Bisol a recordação de uma senhora extremamente gentil e amável, com um toque de timidez reservada que não condizia com a grandeza do seu trabalho. Uns bons anos mais tarde, os organizadores de *The Handbook of Portuguese Linguistics* (Wetzels, Costa e Menuzzi (eds.), 2016) deram-me a honra de poder escrever a meias com Leda Bisol o capítulo sobre os processos vocálicos do português (Bisol e Veloso, 2016). Como disse no dia em que soube da partida de Leda Bisol, considero, ainda hoje, que este é um dos maiores privilégios que tive na minha vida profissional. Ao longo de meses, trocámos muitas dezenas de mails, rascunhos e documentos. Eu aprendi imenso com as respostas de Leda que me punham no caminho certo da análise. Aprendi a olhar para os dados com uma confiança que só se ganhava à medida que todas as hipóteses explicativas eram testadas.

A sua escrita das primeiras versões era extremamente rápida, mas o amadurecimento dos argumentos e das análises levava tempo e era feito palavra a palavra, até rematarmos a última dúvida ou a última inconsistência da análise. Foram meses muito instrutivos em que aprendi imenso. Uma das últimas versões do texto enviado para os editores foi escrita, em cima do prazo, num Natal em que eu me encontrava rodeado de neve forte em Montalegre. Leda em Porto Alegre, eu entre o Porto e Montalegre, íamos discutindo cada linha do texto com atenção redobrada, sempre à procura do contra-argumento ou do contra-exemplo que nos levaria a rever todas as propostas que queríamos subscrever.

No discurso de homenagem proferido na cerimónia de outorga do título de Professora Emérita da UFRGS em 14 de outubro de 2021<sup>7</sup>, Luiz Carlos Schwindt, discípulo dileto de Leda, realça, no final do louvor e agradecimento feito em nome de todos os colegas, amigos, alunos e ex-alunos de Leda Bisol, algumas das qualidades mais importantes que um investigador e professor se alegra por ver reconhecidas em momentos como aquele. Quase no final da sua alocução, Schwindt (2023: 320) evoca de Leda Bisol o brilho do seu pensamento, a suavidade do trato, a generosidade com que sempre se relacionou com a vida e com o trabalho, a festa com que sempre partilhou o seu conhecimento e o treino daquela capacidade que, num fonólogo, é a mais indispensável de todas: procurar, com sabedoria e paciência, sob o manto dos dados empíricos as formas abstratas que se desvendam ao olhar perscrutante do linguista:

É essa história viva e vibrante que hoje queremos celebrar contigo, Leda. É teu brilhantismo suave e generoso, que permite aos que te acompanham enxergar o fundo sem menosprezar as bordas, o que festejamos neste ato: essa subjacência que aprendemos contigo a procurar na superfície do que o olho vê o ouvido registra. (Schwindt, 2023, p. 320)

A página oficial daquela que foi porventura a principal universidade de Leda Bisol recorda, na introdução histórica da instituição, o decreto fundador que em 1934 instituiu a “Universidade de Porto Alegre” (antecessora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Mandava tal decreto que a nova universidade “eleva[sse] o nível da cultura geral, estimula[sse] a investigação científica e concorre[sse] eficientemente para aperfeiçoar a

---

<sup>7</sup> <https://www.ufrgs.br/site/noticias/ufrgs-rende-homenagem-a-leda-bisol/> (acedido em 04.12.2025).

educação do indivíduo e da sociedade”<sup>8</sup>. Leda Bisol, que fez 10 anos de idade pouquíssimos dias depois do ato fundador da “sua” Universidade, haveria de viver mais de um século para se tornar uma das mais respeitáveis representantes dessa missão inicial de uma universidade ao serviço da sociedade através da cultura, do ensino, da investigação e do estudo da língua. É este o especial dom de Leda Bisol que celebramos em sua memória.

## Referências e obras consultadas

- Alves, U. K., & Massini-Cagliari, G. (Orgs.). (2023). *Da subjacência à superfície: A contribuição de Leda Bisol para a materialização da fonologia no país. Uma homenagem da Associação Brasileira de Linguística*. Editora da ABRALIN.
- Bisol, L. (1981). *Harmonização vocálica: uma regra variável*. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Bisol, L. (1989). Vowel harmony: A variable rule in Brazilian Portuguese. *Language Variation and Change*, 1(2), 185-198.
- Bisol, L. (1991). Palatalization and its variable restriction. *International Journal of the Sociology of Language*, 89, 107-124.
- Bisol, L. (1992). Sândi vocálico externo: degeminação e elisão. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 23, 83-101.
- Bisol, L. (1994). O acento e o pé binário. *Letras de Hoje*, 98, 25-36.
- Bisol, L. (1999). A sílaba e seus constituintes. In A. T. de Castilho (Coord.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Vol. VII (pp. 701-742). Contexto.
- Bisol, L. (2000a). O clítico e seu status prosódico. *Revista de Estudos da Linguagem*, 9(1), 5-30.
- Bisol, L. (2000b). A elisão, uma regra variável. *Letras de Hoje*, 35(1), 319-330.
- Bisol, L. (2001). Os Constituintes Prosódicos. In L. Bisol (Org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 3ª ed. (pp. 229-241). EDIPUCRS.
- Bisol, L. (2002a). O acento, mais uma vez. *Letras & Letras*, 18(2), 103-110.
- Bisol, L. (2002b.) A degeminação e a elisão no VARSUL. In L. Bisol, & C. Brescancini (Orgs.). *Fonologia e Variação. Recortes do Português Brasileiro* (pp. 231-250). EDIPUCRS.
- Bisol, L. (2003). Neutralização das átonas. *DELTA*, 19, 267-276.
- Bisol, L. (2004). Mattoso Câmara Jr. e a palavra prosódica. *DELTA*, 20, 59-70.
- Bisol, L. (2005). O clítico e seu hospedeiro. *Letras de Hoje*, 40(3), 163-184.
- Bisol, L. (2010). A Simetria no Sistema Vocálico do Português Brasileiro. *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, 5, 41-52.
- Bisol, L. (2013a). O acento: duas alternativas de análise. *Organon*, 28(54), 281-321.
- Bisol, L. (2013b). Harmonização vocálica: efeito parcial e total. *Organon*, 28(54), 49-61.
- Bisol, L., & Brescancini, C. (Orgs.). (2002). *Fonologia e Variação. Recortes do Português Brasileiro*. EDIPUCRS.

---

<sup>8</sup> <https://www.ufrgs.br/site/a-ufrgs/linha-do-tempo/> (acedido em 04.12.2025) - citando o Decreto Estadual 5.758 de 28 de novembro de 1934 (Rio Grande do Sul).

- Bisol, L., & Magalhães, J. (2004). A redução vocálica no português brasileiro: avaliação via restrições. *Revista da ABRALIN*, 3(1), 195-216.
- Bisol, L., & Veloso, J. (2016). Phonological Processes Affecting Vowels: Neutralization, Harmony, and Nasalization. In W. L. Wetzels, J. Costa, & S. Menuzzi (Eds.), *The Handbook of Portuguese Linguistics* (pp. 69-85). Wiley/Blackwell.
- Guy, G. R. (1997). Competence, Performance, and the Generative Grammar of Variation. In F. Hinskens, R. van Hout, & W. L. Wetzels (Eds.), *Variation, Change and Phonological Theory* (pp. 125-143). John Benjamins.
- Guy, G. R., & Bisol, L. (1991). A teoria fonológica e a variação. *Organon*, 5(18), 126-136.
- Schwindt, L. C. (2023). Epílogo. In U. K. Alves, & G. Massini-Cagliari (Orgs.). *Da subjacência à superfície: A contribuição de Leda Bisol para a materialização da fonologia no país. Uma homenagem da Associação Brasileira de Linguística* (pp. 314-321). Editora da ABRALIN.
- Veloso, J. (2003). Recensão crítica a LEDA BISOL; CLÁUDIA BRESCANCINI (orgs.) - *Fonologia e Variação. Recortes do Português Brasileiro*, Porto Alegre - RS, EDIPUCRS, 1ª ed., 2002, 312 pp. *Revista da Faculdade de Letras do Porto - Línguas e Literaturas*, XX, 731-734.
- Wetzels, W. L., Costa, J., & Menuzzi, S. (Eds.). (2016). *The Handbook of Portuguese Linguistics*. Wiley/Blackwell.

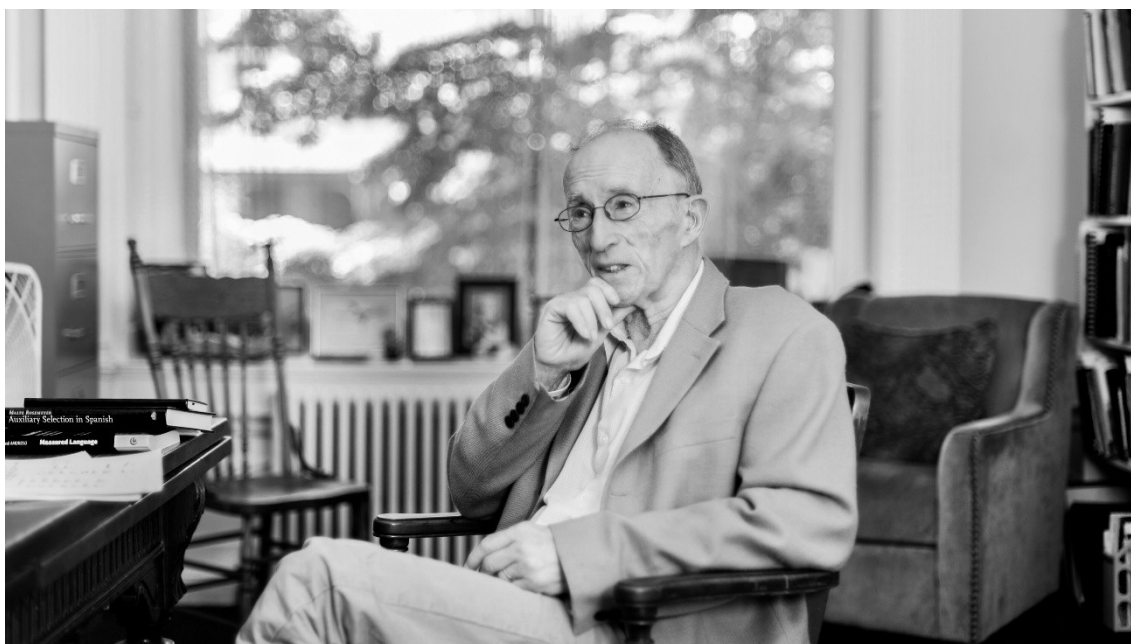
## ***In memoriam William Labov (1927-2024)***

Alexandra Guedes Pinto

Centro de Linguística da Universidade do Porto, Portugal

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

mapinto@letras.up.pt



(Fonte: The New York Times)

A linguística contemporânea perdeu, a 17 de dezembro de 2024, uma das suas figuras mais influentes: William Labov, professor emérito da Universidade da Pensilvânia, cujo contributo redefiniu de forma decisiva o estudo da variação e da mudança linguísticas. O autor faleceu aos 97 anos, deixando uma comunidade científica global profundamente marcada pela sua obra e pela sua visão.

Num dos vários textos de homenagem surgidos após o seu desaparecimento, três das suas doutorandas mais tardias (Laurel, 2012; Meredith, 2014; Betsy, 2018) destacam a dificuldade de resumir o seu enorme legado: “Bill Labov passed away peacefully at home on December 17, 2024, with his wife and fellow Penn linguist Gillian Sankoff by his side. He leaves behind a legacy so large that it is hard to put into words.” (Sneller, MacKenzie e Tamminga 2025, p. 314)

Nascido em 1927, em Rutherford, New Jersey, Labov formou-se em Inglês e Filosofia na Universidade de Harvard em 1948. Antes de ingressar numa carreira

académica, exerceu durante mais de uma década a profissão de químico industrial, experiência que reconheceu como determinante para a sua sensibilidade ao trabalho empírico rigoroso. Em 1960, iniciou estudos de pós-graduação em Linguística na Universidade de Columbia, sob a orientação de Uriel Weinreich, concluindo o mestrado em 1963 e o doutoramento em 1964.

Os seus primeiros trabalhos - o estudo de *Martha's Vineyard* (Labov, 1963) e a tese publicada como *The Social Stratification of English in New York City* (1966) - estabeleceram as bases da Sociolinguística variacionista<sup>1</sup>, demonstrando que a variação não é aleatória, mas sistemática e socialmente estruturada. Estes estudos inauguraram uma nova etapa na investigação em Linguística, articulando reflexão teórica com observação etnográfica, trabalho de campo e análise quantitativa.

Em 1971, Labov iniciou funções na Universidade da Pensilvânia, onde viria a fundar um dos mais influentes laboratórios de Sociolinguística do mundo. Aí desenvolveu investigação pioneira sobre mudança fonológica, variação social e estilística, análise de narrativas orais e variedades não-padrão do inglês, em particular o inglês vernacular afro-americano (AAVE). O famoso seminário "The Study of the Speech Community", que decorreu durante trinta e oito anos e colocou equipas de estudantes em bairros da cidade de Filadélfia com o objetivo de recolher dados de fala espontânea, é um dos seus grandes legados. Este trabalho resultou num *corpus* de mais de 7.500 gravações, das quais cerca de 1.000 realizadas pelo próprio Labov. Hoje, para benefício de todos, este espólio encontra-se preservado no arquivo da Universidade.

A atenção de William Labov à dimensão social da linguagem, ao papel das comunidades de fala e à diversidade linguística como forma legítima de competência comunicativa marcou profundamente a Linguística das últimas seis décadas.

Entre os seus contributos científicos mais decisivos destacam-se: (1) a formalização da heterogeneidade ordenada (*orderly heterogeneity*), conceito introduzido com Weinreich e Herzog (1968), que demonstrou que a variação linguística não é caótica, mas estruturada; (2) o desenvolvimento da análise variacionista e das regras variáveis (*variable rules*), posteriormente ampliadas através de análises multivariadas, com efeitos no desenvolvimento do Varbrul e da modelização estatística da variação; (3) o estudo

---

<sup>1</sup> Embora na literatura, a abordagem fundada por Labov seja amplamente conhecida como "variationist sociolinguistics", o próprio Labov raramente utilizou este termo para descrever o seu trabalho.

pioneiro do inglês vernacular afro-americano (AAVE), cujos dados alteraram de forma decisiva a compreensão da estrutura gramatical desta variedade (Labov, 1969), comprovando a sua plena sistematicidade e refutando interpretações deficitárias amplamente difundidas na época<sup>2</sup>; (4) A formulação da análise da narrativa oral, estabelecida no artigo clássico *Narrative Analysis: Oral Versions of Personal Experience* (Labov & Waletzky, 1967), que propôs um modelo estrutural da narrativa oral com impacto profundo e duradouro nos estudos do discurso; (5) a teoria dos encadeamentos fonológicos (*chain shifting*) e das mudanças estruturais em curso, sintetizadas nos três volumes de *Principles of Linguistic Change* (Labov, 1994; 2001; 2010), que reúnem décadas de análise quantitativa e descrevem de forma sistemática os mecanismos internos e sociais das mudanças sonoras.

Labov foi amplamente reconhecido nacional e internacionalmente. Em 1976, integrou a American Academy of Arts and Sciences e, em 1993, foi eleito membro da National Academy of Sciences; em 2013, foi ainda distinguido com o prémio científico do Franklin Institute, *Benjamin Franklin Medal*. Foi também galardoado com múltiplos doutoramentos *honoris causa* - pelo menos seis - a maioria concedida por universidades fora dos Estados Unidos e recebeu distinções internacionais como a Smith Medal da British Academy. Trilhou, em suma, uma carreira longa e intensa, tendo continuado a publicar e a orientar investigadores mesmo depois da sua jubilação, em 2014.

Em Portugal, a obra de Labov exerceu e continua a exercer uma influência profunda na formação de linguistas e investigadores, sendo presença constante no ensino da Sociolinguística e da variação e mudança linguísticas nas universidades portuguesas.

Numa das suas obras mais recentes, *Conversations with Strangers*, publicada em conjunto com Gillian Sankoff, sua esposa, colega e parceira de investigação, Labov afirma: "For me, the pursuit of linguistics promised a way to better understand the nature of human language." (Labov e Sankoff, 2023, p. 2). É assim que recordamos William Labov. O contributo decisivo que deu para a compreensão científica da linguagem

---

<sup>2</sup> Estes dados estiveram também na base da defesa pública de Labov da legitimidade linguística do AAVE, nomeadamente no "Black English Trial" de Ann Arbor (Labov, 1982; Rickford, 2016) e no debate nacional sobre Ebonics (Penn Today, 1997; U.S. Senate Committee on Appropriations, 2000), designação (originalmente política e identitária) para o conjunto das formas de fala de afro-americanos, hoje geralmente usada para referir o AAVE.

humana e o impacto que o seu trabalho continua a ter na investigação, no ensino e na reflexão sobre a relação entre língua e sociedade garantem que a sua obra perdurará como referência fundamental no interior dos estudos linguísticos e, num contexto mais abrangente, no âmbito das ciências sociais e humanas.

## Referências e obras consultadas

- Gordon, M. J. (2006). Interview with William Labov. *Journal of English Linguistics*, 34 (4), 332-351. <https://doi.org/10.1177/0075424206294361>
- Gordon, M. J. (2013). *Labov: A guide for the perplexed*. Bloomsbury Publishing.
- Hazen, K. (2010). Labov: Language variation and change. In R. Wodak, B. Johnstone, & P. Kerswill (Eds.), *The SAGE handbook of sociolinguistics* (pp. 24-39). SAGE Publications.
- Labov, W. (1969). Contraction, deletion, and inherent variability of the English copula. *Language*, 45 (4), 715-762.
- Labov, W. (1982). Objectivity and commitment in linguistic science: The case of the Black English trial in Ann Arbor. *Language in Society*, 11 (2), 165-201. <https://doi.org/10.1017/S0047404500009192>
- Labov, W. (1994). *Principles of linguistic change, Volume 1: Internal factors*. Blackwell.
- Labov, W. (2001). *Principles of linguistic change, Volume 2: Social factors*. Blackwell.
- Labov, W. (2010). *Principles of linguistic change, Volume 3: Cognitive and cultural factors*. Wiley-Blackwell.
- Labov, W., & Sankoff, G. (2023). *Conversations with strangers*. Cambridge University Press.
- Labov, W., & Waletzky, J. (1967). Narrative analysis: Oral versions of personal experience. In J. Helm (Ed.), *Essays on the verbal and visual arts* (pp. 12-44). University of Washington Press.
- Nevalainen, T., & Raumolin-Brunberg, H. (2025). In memoriam Prof. William Labov (1927-2024). *Journal of Historical Sociolinguistics*. <https://doi.org/10.1515/jhsl-2025-2002>
- Penn Today. (1997, January 28). *Ebonics: Penn linguist talks about the talk*. <https://penntoday.upenn.edu/1997-01-28/features/ebonics-penn-linguist-talks-about-talk>
- Rickford, J. R. (2016). Labov's contributions to the study of African American Vernacular English: Pursuing linguistic and social equity. *Journal of Sociolinguistics*, 20 (4), 437-465. <https://doi.org/10.1111/josl.12198>
- Sneller, B., MacKenzie, L., & Tamminga, M. (2025). Bill Labov: Looking back, looking forward. *Journal of Sociolinguistics*, 29 (4), 309-316. <https://doi.org/10.1111/josl.12711>
- U.S. Senate Committee on Appropriations. (2000). *Statement of William Labov, Ph.D., University of Pennsylvania, Linguistics Laboratory*. U.S. Government Printing Office. <https://www.govinfo.gov/content/pkg/CHRG-105shrg39641/pdf/CHRG-105shrg39641.pdf>

Weinreich, U., Labov, W., & Herzog, M. (1968). Empirical foundations for a theory of language change. In W. Lehmann & Y. Malkiel (Eds.), *Directions for historical linguistics* (pp. 95-188). University of Texas Press.

## ***In memoriam* Ian Maddieson (1942-2025)**

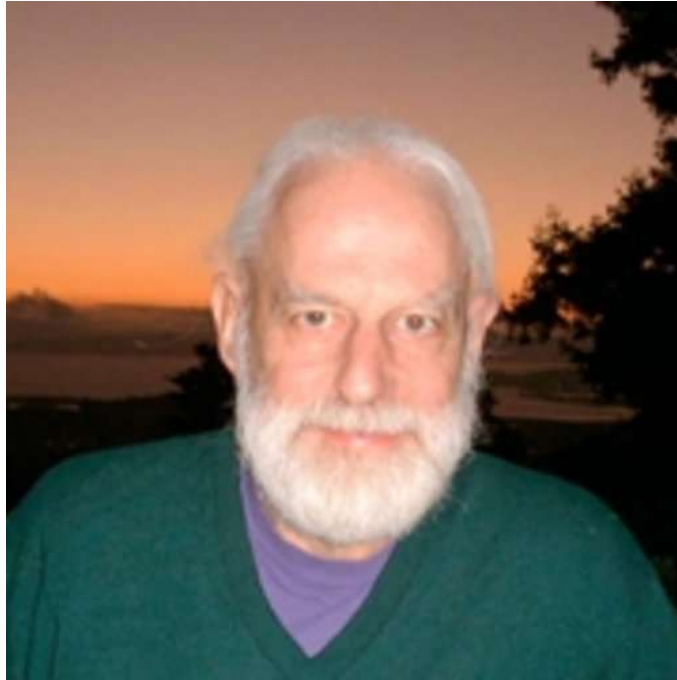
João Veloso

Centro de Linguística da Universidade do Porto, Portugal

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Universidade de Macau, Macau

jveloso@letras.up.pt - joaoveloso@um.edu.mo



(Fonte: International Phonetic Association)

Muitos anos antes de um laboratório de fonética ou uma biblioteca nos caberem num computador portátil, ir em busca de informação relativa a dados fonéticos e fonológicos de uma quantidade representativa de línguas do mundo conduzia-nos invariavelmente a livros como *The Sounds of the World's Languages*, que, saído das mãos de Peter Ladefoged e Ian Maddieson, a editora Blackwell, de Oxford, publicaria em primeira edição no ano de 1996 (Ladefoged e Maddieson, 1996).

Num volume de aproximadamente 400 páginas, informação detalhada acerca da ocorrência das principais classes fonológicas e respetivos segmentos em línguas de todas as famílias linguísticas é-nos apresentada com rigor e exatidão. A informação é sempre acompanhada de exemplos, mapas e ilustrações. A escrita que organiza todos os dados é cuidada e elegante. Tudo, neste livro, contribui para fazer dele um dos principais livros de linguística publicados no grande século da linguística. No ano a seguir

à publicação do livro, a FLUP publicou uma recensão dessa obra e o tempo viria a confirmar a observação antecipatória com que, no final desse texto, afirmei: “[...] The Sounds of the World’s Languages será, doravante, uma referência fundamental para todos os professores, investigadores e estudantes de fonética, de fonologia e, ainda, de linguística, não só pela abundância de informações que condensa, mas ainda pelo rigor da análise, pelo alcance teórico dos seus objectivos e dos seus resultados e pela ilustração e fundamentação de todas as suas afirmações” (Velooso, 1997: 543).

Antes (e na origem) desse livro, houvera o papel liderante de Maddieson – com Ladefoged e com outros investigadores de vários países – na construção e na divulgação daquela que foi porventura a primeira base de dados informatizada com informação fonológica acerca de centenas de línguas do mundo: o UPSID (UCLA Phonological Segment Inventory Database). Restringido aos inventários segmentais, o UPSID é ainda hoje consultável em <http://web.phonetik.uni-frankfurt.de/upsid.html><sup>1</sup>, e dele nos dá conta também um outro livro de Ian Maddieson: *Patterns of Sounds*, publicado em 1984 pela Cambridge University Press (Maddieson, 1984). Outros projetos e outras bases de dados comparáveis e posteriores ao UPSID permitem-nos hoje, numa questão de poucos segundos, saber, p. ex., quantas e quais são as línguas no mundo que contêm nos seus sistemas fonológicos consoantes oclusivas aspiradas, vogais anteriores arredondadas, codas ramificadas e acento proparoxítono. O PHOIBLE<sup>2</sup>, o WALS<sup>3</sup> ou o StressTyp2<sup>4</sup>, para citar apenas alguns dos mais conhecidos desses recursos contemporâneos, são, de certa forma, a continuação da aventura original do UPSID, claramente inspirados nessa primeira base de dados fonológicos. E, em casos como o PHOIBLE e o WALS, contaram também com o contributo indireto ou com a participação direta de Ian Maddieson<sup>5</sup>.

A Ian Maddieson, falecido aos 82 anos de idade no dia 2 de fevereiro de 2025, ficamos assim a dever, entre muitos outros ensinamentos, tudo o que podemos ir colher a *The Sounds of the World’s Languages*, ao UPSID e a iniciativas similares que lhe sucederam, mas também aos cerca de 300 títulos (entre, nomeadamente, livros, artigos e capítulos de livros) que a sua página do Google Académico regista, publicados

---

<sup>1</sup> Acedido em 23.11.2025.

<sup>2</sup> <https://phoible.org/> (acedido em 23.11.2025).

<sup>3</sup> <https://wals.info/> (acedido em 23.11.2025).

<sup>4</sup> <http://st2.ullet.net/> (acedido em 23.11.2025).

<sup>5</sup> <https://phoible.org/contributors>; <https://wals.info/author> – ambos acedidos em 23.11.2025.

(maioritariamente em inglês, mas também noutras línguas, como o francês) entre 1974 e 2023<sup>6</sup> – ou seja, ao longo de praticamente um meio século muito rico e muito enriquecedor para o nosso saber em ciências da linguagem<sup>7</sup>. Trata-se, com efeito, de um meio século de ouro, que deixa à fonética, à fonologia, à tipologia, à linguística africana e a outros domínios contemplados pelos estudos de Maddieson um legado que marcou as gerações de linguistas que foram contemporâneos da sua obra, sendo expectável que a formação de muitos linguistas das próximas gerações continue a ser influenciada por tudo quanto resultou de uma carreira longa e brilhante como a de Ian Maddieson.

Repescando das notas biográficas publicadas após a sua morte no corrente ano – como a da International Phonetic Association<sup>8</sup> e o próprio obituário pessoal de responsabilidade da família<sup>9</sup> –, somos informados dos lugares e datas do seu nascimento e do seu falecimento (Watford, Londres, Reino Unido, 1 de setembro de 1942 – Albuquerque, Novo México, Estados Unidos da América, 2 de fevereiro de 2025), dos seus principais interesses de investigação, dos vários países em que viveu e das diversas instituições em que estudou e trabalhou.

Depois de uma licenciatura em Estudos Ingleses na Universidade de Oxford (1964), Ian Maddieson passou um ano ensinando Inglês e Francês no Gana, o que terá certamente determinado o seu interesse, mantido ao longo de toda a sua vida e percurso profissional, pelas questões de linguística africana e de preservação das línguas ameaçadas, patente já no mestrado, concluído em 1968 na School of Oriental and African Studies da Universidade de Londres. Após uma curta experiência como assistente na Universidade de Oxford, Ian Maddieson saiu pela primeira vez da Grã-Bretanha para ensinar Linguística. Por isso o encontramos, entre 1968 e 1971, como assistente da Universidade de Ibadan, na Nigéria. Depois desse período, Maddieson haveria de rumar à América, como assistente de ensino e investigação e como estudante de doutoramento na Indiana University, na UCLA e na Universidade de Stanford. Em 1977, conclui na UCLA

---

<sup>6</sup> [https://scholar.google.com/citations?hl=en&user=WrST9dcAAAAJ&view\\_op=list\\_works&sortby=pubdate](https://scholar.google.com/citations?hl=en&user=WrST9dcAAAAJ&view_op=list_works&sortby=pubdate) (acedido em 23.11.2025).

<sup>7</sup> Na página profissional que o próprio I. Maddieson manteve nos seus últimos anos de vida, o autor restringe o conjunto de publicações representativas da sua obra a pouco mais de três dezenas de títulos (<https://www.unm.edu/~ianm/pubs.html>; acedido em 23.11.2025).

<sup>8</sup> <https://www.internationalphoneticassociation.org/news/202502/ian-maddieson-1-sept-1942-2-feb-2025> (acedido em 23.11.2025).

<sup>9</sup> <https://www.frenchfunerals.com/obituaries/ian-maddieson> (acedido em 23.11.2025).

o seu doutoramento, com uma tese sobre os sistemas tonais de diversas línguas africanas. Nestes anos formativos, como o próprio reconhece na breve nota autobiográfica publicada na sua página institucional já aqui referenciada, Maddieson teve a oportunidade de trabalhar em projetos dirigidos por alguns dos nomes mais proeminentes da linguística africana, da linguística ameríndia, da tipologia linguística, das teorias da linguagem e da variação linguística, da fonética e da fonologia então radicados nos Estados Unidos, como Peter Ladefoged, Joseph Greenberg, Charles Ferguson, Larry Hyman e outros. Como professor e investigador, a sua carreira viria a desenvolver-se sobretudo na Califórnia, primeiro na UCLA (1977-1999) e, entre 1999 e 2006, em Berkeley (mantendo-se, porém, ligado à UCLA como professor adjunto até 2006). Depois da aposentação, em 2006, assumiu uma posição de professor adjunto na Universidade do Novo México, residindo em Albuquerque com a sua esposa, Caroline Smith, também professora de Linguística da UNM. Entre as instituições de fora dos EUA com que manteve contactos mais estreitos e assíduos, destacam-se o Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology (Leipzig, Alemanha) - onde colaborou, nomeadamente, com Martin Haspelmath no projeto The World Atlas of Language Structures (WALS) entre 2003 e 2006 - e o DDL - Laboratoire Dynamique du Langage, do CNRS, em Lyon (França). Fora da Universidade, teve uma participação particularmente ativa na Associação Fonética Internacional, de que foi vice-presidente entre 2003 e 2007, membro do Conselho Executivo e do Conselho Científico Internacional entre 1989 e 2019 e presidente da Comissão das Línguas em Risco de Extinção, entre 2017 e 2019. Durante 6 anos, de 1989 a 1995, dirigiu o Journal of the International Phonetic Association. Itinerando entre a Europa, a África e a Europa, entre a fonética acústica e a tipologia fonológica, entre a linguística descritiva e a sociolinguística, sempre absorvido pela diversidade estrutural das línguas em ligação com as culturas com que estas interagem, mostrando-se disponível para colaborar tanto com as universidades famosas por onde passou como com projetos locais de preservação de línguas ameaçadas, Ian Maddieson deixa um contributo científico, cultural e ético que é o reflexo de um perfil académico de exceção e um exemplo para todos quantos escolhem a linguística como forma de posicionamento na ciência e no mundo.

Com o coautor de *The Sounds of the World's Languages*, Maddieson partilhou não apenas essa obra a quatro mãos ou a idealização e concretização do UPSID. Quer

Ladefoged, quer Maddieson são descendentes da mesma filiação teórica e metodológica, a “Fonética Linguística” de tradição britânica, herdeira de Henry Sweet, Daniel Jones e outros pioneiros do século XIX e início do século XX (Kaye, 2006). Ambos partilham a coincidência biográfica de, tendo nascido e adquirido os primeiros diplomas universitários em Inglaterra, terem construído a maior parte das suas carreiras nos Estados Unidos. Ambos partilharam uma conceção um tanto “etnográfica” da fonética, que não dispensa o contacto direto, sempre que possível, com as comunidades falantes das línguas estudadas<sup>10</sup>.

Lembro-me da primeira vez em que falei com Ian Maddieson: foi num congresso de Fonética em Estocolmo, no ano de 1995. O Professor Maddieson, que eu imaginava solene e distante, usava cabelo comprido e um casaco de motoqueiro. Timidamente aproximei-me de Maddieson e perguntei-lhe por que não havia (naquela altura) dados sobre o português no UPSID. “Porque os linguistas portugueses gostam muito de se esconder. Precisamos de mais linguistas do português na América.” A última vez em que o vi e em que com ele falei foi em 2009, em França, numa das últimas (talvez na última das) edições das Journées d’Etudes Linguistiques organizadas pela Universidade de Nantes. O tema da edição era a identificação de pontos de segmentação em cadeias fonéticas. Eu, não inteiramente seguro do que estava a dizer, estava a tentar fazer algumas propostas que pudessem associar o fim de palavra em português a certas sequências e estruturas fonológicas e a primeira (talvez a única) pessoa a fazer-me perguntas foi Maddieson, que prolongou a conversa, mostrando-se interessado nas minhas ninharias, durante a pause-café (onde admitiu não se lembrar do nosso fugaz encontro na Suécia catorze anos mais cedo).

Uma carreira como a de Maddieson não é uma corrida de alta velocidade ou um salto voraz de obstáculos. É uma prova de construção contínua e de persistência árdua ao longo do tempo, do vagar dispensado à recolha e análise dos dados, ao estudo profundo das fontes e à escrita cuidada de textos científicos. Requer aquela paixão pelo estudo que a cada instante dá ânimo e o renova. Precisa dos momentos solitários em que a reflexão se faz. Em fonética e em fonologia, e na interface das duas, essas qualidades

---

<sup>10</sup> Ladefoged, falecido aos 80 anos de idade em janeiro de 2006, morreu inesperadamente em Londres durante uma escala do longo voo que o trazia de regresso à América logo após uma viagem de campo para recolha de dados na Índia (vd. <https://linguistics.ucla.edu/faculty/remembering-peter-ladefoged/ucla-ladefoged-obituary/>; acedido em 23.11.2025).

são essenciais para se fazer a ciência que fica depois de cortada a meta. Além das línguas e da linguística, a corrida era uma das paixões de Ian Maddieson, tal como recordado por todos os seus colegas, amigos e familiares. Na sua página pessoal, Maddieson reserva um separador especial para o seu gosto pelo running, sublinhando ter sido um dos poucos humanos a correr a ultramaratona. Foi, nas suas palavras, uma das únicas 35 pessoas no mundo a ter feito 10 vezes essa corrida em menos de 24 horas<sup>11</sup>. Na vida, nas bibliotecas, nos laboratórios, nos treinos e nas provas de atletismo, Ian Maddieson foi um maratonista campeão e o seu troféu é o reconhecimento, que perdura, dos seus pares e dos seus ímpares.

## Referências e obras consultadas

- Kaye, A. S. (2006). An interview with Peter Ladefoged. *Journal of the International Phonetic Association*, 36(2), 137-144.
- Ladefoged, P., & Maddieson, I. (1996). *The Sounds of the World's Languages*. Blackwell.
- Maddieson, I. (1984). *Patterns of Sounds*. Cambridge University Press.
- Veloso, J. (1997). Recensão crítica a PETER LADEFOGED; IAN MADDIESON - *The Sounds of the World's Languages*, col. "Phonological Theory", Oxford, Blackwell Publishers, 1996, xxi + 426 pp. *Revista da Faculdade de Letras do Porto - Línguas e Literaturas*, XIV, 539-543.

---

<sup>11</sup> <https://www.unm.edu/~ianm/bio.html> (acedido em 23.11.2025).